



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável

TESE

**AGROECOLOGIA POLÍTICA: soberania, segurança e autonomia na perspectiva
agrária-alimentar no território sergipano**

Guadalupe Souza Sátiro
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sauer

Brasília/DF

2023

GUADALUPE SOUZA SÁTIRO

**AGROECOLOGIA POLÍTICA: soberania, segurança e autonomia na perspectiva
agrária-alimentar no território sergipano**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sauer

Brasília/DF

2023

Ficha Catalográfica

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Guadalupe Souza Sátiro

GUADALUPE SOUZA SÁTIRO

**AGROECOLOGIA POLÍTICA: soberania, segurança e autonomia na perspectiva
agrária-alimentar no território sergipano**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Sustentável da
Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em
Política e Gestão da Sustentabilidade.

Aprovada em 08 de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Sauer
Orientador

Profª. Dra. Claudia Schmitt (UFRRJ/CPDA)

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa (UFG)

Prof. Dr. Eric Sabourin (Cirad & UnB-CDS)

Profª. Dra. Daniela Nogueira (UnB-CDS)

Profª. Dra. Laura Ferreira (UnB-CDS)
Suplente

A todas as Camponesas e Camponeses que historicamente vem existindo e resistindo, produzindo alimentos e fazendo brotar da terra o sustento e o alimento de todas as gerações.

AGRADECIMENTOS

A conclusão da tese representa um longo processo de reflexão, leituras, debates, aprendizados, recortes teóricos e metodológicos, trabalho de campo. Apesar de ser considerado um exercício solitário, envolve uma caminhada marcada por diversos interlocutores e apoiadores. Agradeço, primeiramente, a paciência e dedicação de meu orientador prof. Dr. Sérgio Sauer por aceitar essa desorientação constante, a coordenadora do projeto INCT Odisseia, profa. Dra. Daniela Nogueira, pela oportunidade de integrar e contribuir com os estudos no sítio São Francisco, no território sergipano. Agradeço e honro os meus pais por não medirem esforços durante toda minha formação e educação. Meus irmãos, amigas/os, colegas de trabalho de distintos projetos que pude participar ao longo dessa jornada. Um agradecimento especial aos integrantes e núcleo operativo da Rede Sergipana de Agroecologia (ReSeA) por toda interação valiosa e acolhimento.

RESUMO

Existe um campo-arena em torno da Agroecologia Política. Por essa razão, há uma grande necessidade de identificação dos atores e agentes envolvidos, quais são os tipos de ações empreendidas por esses atores que podem ser tanto pessoas como entidades, articulações, e instituições que manifestam relações reivindicatórias de direitos, lutas e disputas em diferentes espaços e tempos e quais são as dialéticas, dinâmicas e condições (relacionais e materiais) necessárias para a transição e transformação agroecológica. A contribuição teórica-analítica dessa tese para a literatura da Agroecologia Política é atualizar o debate e as lacunas conceituais, metodológicas e analíticas com novas questões não colocadas centralmente, para investigar os desafios em torno da transição e transformação agroecológica nos territórios. Provoca-se uma análise das dimensões da soberania; segurança e autonomia na perspectiva agrária-alimentar para pensar as condições necessárias para a construção relacional e reprodução sociopolítica da Agroecologia. O território é o terreno de reprodução social e ecológica da vida, afetado por distintas relações de poder. A complementaridade dialética entre os processos de transição e transformação agroecológica é a primeira chave de leitura que essa tese levanta. Não há uma dualidade excludente e polaridade entre essas duas dimensões. A segunda chave de leitura que essa tese levanta é que os processos de transição e transformação agroecológica prescindem de condições materiais e relacionais de soberania, segurança e autonomia na perspectiva agrária-alimentar. Por soberania agrária-alimentar entende-se as condições de governança na realização do direito à terra e, por consequência, o direito ao alimento nos territórios, e as condições de permanência na terra, para a escolha sobre os modos de produção do alimento de modo ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso. A segurança agrária-alimentar, por sua vez, trata do acesso aos alimentos em quantidade; qualidade e regularidade compreendendo a segurança alimentar e nutricional relacionada com a segurança fundiária nos territórios. Por fim, a autonomia agrária-alimentar, que é um conceito menos sistematizado, implica uma necessidade de análise sobre os processos de escolha e tomada de decisões na vida cotidiana envolvendo a relação terra-alimentos-modos/meios de vida e outros nexos (terra-água; terra-energia; terra-natureza), dentro e fora da unidade familiar. Essas concepções buscam promover análises interrelacionais e a importância da interação e entrelaçamento dessas três grandes dimensões. O campo-arena da Agroecologia Política está imerso em um território de construção e reconstrução, pois articula, tensiona e relaciona agentes heterogêneos, indivíduos e instituições que se estabelecem em diferentes espaços-tempo de lutas e disputas. Os objetivos específicos desta tese são: i) caracterizar quais são as dimensões teóricas-analíticas e metodológicas da Agroecologia Política; ii) analisar os atores, agentes, instituições e tipos de ações existentes para a transição e transformação agroecológica nos territórios; iii) compreender as interações e a relação entre as condições materiais de soberania; segurança e autonomia na perspectiva agrária-alimentar no território sergipano. A pergunta de pesquisa que orienta essa tese é: Por que a Agroecologia Política contribui com os processos de transição e transformação agroecológica no território sergipano?

Palavras-chave: Agroecologia Política; Transição agroecológica; Transformação agroecológica; Territórios; Questão agrária; Questão alimentar

ABSTRACT

There is a field-arena around Political Agroecology. For this reason, there is a great need to identify the actors and agents involved, what are the types of actions undertaken by these actors, which can be both people and entities, articulations, and institutions that manifest rights-claiming relationships, struggles and disputes in different spaces and times and what are the dialectics, dynamics and conditions (relational and material) necessary for agroecological transition and transformation. The theoretical-analytical contribution of this thesis to the literature of Political Agroecology is to update the debate conceptually, methodologically, and analytically with new questions not posed centrally, to investigate the challenges surrounding agroecological transition and transformation in the territories. An analysis of the three dimensions of sovereignty; security and autonomy in the agrarian-food perspective is raised to think about the necessary conditions for the relational construction and sociopolitical reproduction of Agroecology. Territory domain is the terrain of social and ecological reproduction, affected by different power relations. The dialectical complementarity between the processes of transition and agroecological transformation is the first key to reading that this thesis raises. There is no exclusionary duality and polarity between these two dimensions. The second key to reading that this thesis raises is that the processes of agroecological transition and transformation do not require material and relational conditions of sovereignty, security and autonomy from an agrarian-food perspective. By agrarian-food sovereignty we understand the conditions of governance in the realization of the right to land and, consequently, the right to food in the territories, and the conditions of permanence on the land, for the choice over the modes of food production in a way ecologically correct, economically viable, socially fair and culturally diverse. Agrarian-food security, in turn, deals with access to food in quantity; quality and regularity, including food and nutritional security related to land security in the territories. Finally, agrarian-food autonomy, which is a less systematized concept, implies a need for analysis of the processes of choice and decision-making in everyday life involving the relationship land-food-ways/means of life and other nexuses (land -water; land-energy; land-nature), inside and outside the family unit. These conceptions seek to promote interrelational analyzes and the importance of the interaction and intertwining of these three major dimensions. The field-arena of Political Agroecology is immersed in a territory of construction and reconstruction, which articulates, tensions, and relates heterogeneous agents, individuals and institutions established in different space-times of daily struggles and disputes. The specific objectives of this thesis are: i) to characterize the theoretical-analytical and methodological dimensions of Political Agroecology; ii) analyze the actors, agents, institutions, and types of actions that exist for agroecological transition and transformation in the territories; iii) understand the interactions and the relationship between the material conditions of sovereignty; security and autonomy from an agrarian and food perspective in the Sergipe territory. The research question which guides this thesis is: Why does Political Agroecology contribute to the processes of transition and agroecological transformation in the Sergipe territory?

Keywords: Political Agroecology; Agroecological transition; Agroecological transformation; Territories; Agrarian issues; Food issues.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura esquemática da tese

Figura 2. Quadro esquemático sobre os processos de transição e transformação agroecológica

Figura 3. Ações para a transição e transformação agroecológica

Figura 4. Inter-relação entre Soberania-Segurança-Autonomia agrária-alimentar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Breve linha histórica sobre os principais marcos que contribuíram com a agenda política e social da Agroecologia.

Tabela 02. Percepção e concepção de soberania e segurança alimentar adotada por entidades da Sociedade Civil no GT Soberania e Segurança Alimentar (ENA II).

Tabela 3. Composição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) - (2013-2019).

Tabela 4. Composição da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) – (2013-2019).

Tabela 5. Percepções dos atores do governo e da sociedade civil sobre a criação da PNAPO na pesquisa do IPEA.

Tabela 6. Matriz de influência entre a soberania; segurança e autonomia.

Tabela 7. Dados levantados na aplicação da matriz de influência.

Tabela 8. A relação das questões agrária e camponesa com a agroecologia no debate internacional.

Tabela 9. Variações da Questão agrária contemporânea.

Tabela 10. A questão ambiental, ecológica e climática.

Tabela 11. A questão de gênero, raça e indígena.

Tabela 12. Aplicabilidade da Agroecologia Política nos territórios.

Tabela 13. Dados preliminares sobre a Capacitação de Agricultores feita pela EMDAGRO.

Tabela 14. Dados sobre os produtores em Transição Agroecológica em 2018 - EMDAGRO.

Tabela 15. Dados sobre as ações de Capacitação em Comercialização em 2018.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ANMTR- Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APTA - Associação de Programas em Tecnologias Alternativas
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologias Alternativas
ASSESOAR Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas
CENTRO SABIÁ - Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CLADES - Consórcio Latino-Americano de Agroecología y Desarrollo
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTA-ZM - Centro de Tecnologias Alternativas *da Zona da Mata*
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
EBAAs Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativas
EFA - Escola Família Agrícola
EMATER - Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
FAEAB - Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO - / Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
GT - Grupo de Trabalho
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-terra
ONGS - Organizações Não-governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPIGRE - Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTER - Programa da Terra
PTA - Projeto Tecnologias Alternativas
REDE - Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas
REDE PTA - Rede de Tecnologias Alternativas
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
TERRA VIVA - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia

INTRODUÇÃO	1
i. Problema de pesquisa	4
ii. Perguntas norteadoras e Hipótese.....	5
iii. Objetivos da pesquisa	6
iv. Metodologia e Métodos.....	6
v. Território de Análise	7
vi. Estrutura da Tese	10
I. TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AGROECOLÓGICA	12
1.1. TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AGROECOLÓGICA NO BRASIL	21
1.2. CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO CONTEMPORÂNEO E A CONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA AGROECOLOGIA NO BRASIL.....	37
1.2.1. Revolução Verde e a Ditadura Militar (1960-1987)	38
1.2.2. Redemocratização e a Luta pela terra na terra (1988-2002)	43
1.2.3. Agroecologia como Política Pública (2003-2016).....	45
1.2.4. Desmonte de Políticas Públicas (2016-2022)	50
II. AGROECOLOGIA POLÍTICA	52
2.1. AGROECOLOGIA POLÍTICA NO BRASIL: CONSTRUÇÃO EM MOVIMENTO	58
2.2. TIPOS DE AÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA AGROECOLOGIA POLÍTICA.....	69
2.3. EXERCÍCIO DE PODER NA AGROECOLOGIA POLÍTICA	72
2.4. SOBERANIA, SEGURANÇA E AUTONOMIA AGRÁRIA-ALIMENTAR	73
2.4.1. O problema agrário-alimentar da Segurança; Soberania e Autonomia.....	88
2.4.2. Matriz de influência e a inter-relação entre Soberania, Segurança e Autonomia na perspectiva agrária-alimentar	89
III. A QUESTÃO AGROECOLÓGICA.....	105
3.1. O PROBLEMA AGROECOLÓGICO	106
3.2. FUNDAMENTOS PARA A QUESTÃO AGROECOLÓGICA.....	107
3.2.1. Questões agrária, da terra e camponesa.....	108
3.2.2. Questões ambiental, ecológica e climática.....	129
3.2.3. Questões de gênero, racial e indígena	135
3.3. REPRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	148
3.3.1. Reprodução Social Camponesa e a interação terra-solo-território	154
VI. AGROECOLOGIA POLÍTICA NO TERRITÓRIO SERGIPANO.....	156
4.1. AÇÃO PÚBLICA E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO TERRITÓRIO SERGIPANO	157
4.2. ATORES SOCIAIS COLETIVOS NAS CARAVANAS AGROECOLÓGICAS NO TERRITÓRIO SERGIPANO	164
4.3. UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	180

4.4. AGROECOLOGIA POLÍTICA COM SOBERANIA; SEGURANÇA E AUTONOMIA NO TERRITÓRIO SERGIPANO	187
4.5. ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO JACARÉ-CURITUBA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
REFERÊNCIAS.....	224
ANEXOS.....	240

INTRODUÇÃO

Este trabalho representa o encontro não linear dos caminhos percorridos durante minha trajetória acadêmica e profissional. As inquietações em torno dos temas da desigualdade, injustiça social; fome; pobreza rural; e violações de direitos humanos ficam latentes em meus estudos e pesquisas ao longo dos anos. Durante a graduação debruicei no tema do Direito ao Desenvolvimento concebido como um ‘guarda-chuva’ de direitos sociais, econômicos e políticos definidos pela Carta Magna de 1988. Àquela época já estava colocada a importância da interdisciplinaridade, do pensamento sistêmico e da necessidade de promover inter-relações entre as questões sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais.

No mestrado embarquei para o universo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, com uma análise da Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e países da África, motivada pelo momentum político favorável da cooperação técnica e científica em matéria de políticas públicas para o desenvolvimento social do ‘Sul Global’. Essa aproximação entre os temas das políticas públicas e da governança aplicada aos estudos de desenvolvimento foram fundamentais para o aprofundamento e incorporação de camadas analíticas para o campo dos Estudos Críticos de Desenvolvimento.

Com o lançamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e a criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a dimensão ambiental ganhou amplo reconhecimento e visibilidade internacional e nacional. Motivada pela relevância e destaque dessa agenda socioambiental embarquei nos estudos críticos do desenvolvimento sustentável, com o interesse inicial nas experiências de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), tecnologia social difundida em 2010 por convênios entre a Fetaes, Fundação Banco do Brasil e BNDES.

Os movimentos e organizações sociais desempenham um papel crucial para a efetiva implementação, adequação e impacto das políticas públicas nos territórios. O engajamento em distintos movimentos sociais (AIESEC - Brasil; Amnistia Internacional - Salamanca; Geneva for Human Rights - Genebra; Instituto Dominicano de Desenvolvimento Integral – IDDI – Santo Domingo; Rede Sergipana de Agroecologia -

RESEA) foram fundamentais para o meu desenvolvimento e amadurecimento da reflexão da teoria na prática e da prática na teoria, assim como refletir as contradições existentes.

O grande desafio é empreender um estudo de natureza interdisciplinar e transdisciplinar para compreender a dinâmica das interações entre a ciência, os saberes, as práticas e as lutas sociais. Com o doutorado, culminou a oportunidade de dedicar maior tempo e energia a uma pesquisa no âmbito da agenda socioambiental, que por várias casualidades e processos me conduziram ao recorte e chegada ao tema da Agroecologia Política. Em 2018, participei da equipe de trabalho responsável pela “Avaliação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2016-2019” liderado pela Regina Sambuichi do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

Em 2019 passei a integrar à equipe do projeto INCT-Odisseia, no âmbito da REDE-Clima, com o estudo de caso no Assentamento Jacaré-Curituba em Sergipe. Esses trabalhos de pesquisa, ativismo social e estudos anteriores, me aproximaram das discussões de base, como também me permitiram compreender as dinâmicas de governança e poder que contribuíram para o avanço, retrocesso e desmonte das políticas sociais e ambientais nos últimos anos de instabilidade social e golpe político no Brasil (2016-2022). A agenda socioambiental está cada vez mais suscetível às mudanças nas conjunturas políticas e geopolíticas nas escalas nacional, regional e internacional.

A modernização conservadora – assim denominada porque aprofundou a concentração fundiária (Sauer, 2010; Martins, 1994) – não diminuiu a fome e nem a desigualdade social, produtiva, política no campo brasileiro (Maluf, 2013). O paradigma da modernização conservadora que orienta a “longa Revolução Verde” (Patel, 2011) não promoveu o desenvolvimento das áreas rurais mais vulneráveis. A desigualdade social e econômica no campo foi aprofundada, ficando evidente que o modelo produtivo atual não oferece condições e capacidade de resolver os problemas do campo (Castro e Pereira, 2020).

O Brasil vive um aumento preocupante da fome e da insegurança alimentar e nutricional, provocadas pelo desemprego, subocupações, inflação de alimentos, demanda internacional. Dados do II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil (II VIGISAN), revelaram o agravamento das desigualdades sociais no acesso aos alimentos.

Os resultados indicam ainda que, “em todos os estados, as famílias mais vulneráveis à Insegurança Alimentar moderada e grave são aquelas com renda inferior a 1/2 salário-mínimo per capita, cujas pessoas de referência estão desempregadas ou em condição de trabalho precária, além de apresentarem baixa escolaridade” (II VIGISAN, 2022, p. 03).

O relatório sobre a “Dinâmica e diferenças dos preços dos alimentos no Brasil”, publicado em 2021, demonstrou que houve o encarecimento de alimentos saudáveis no contexto nacional, com uma crescente tendência de que “[...] a população - principalmente a de menor renda - opte por alimentos cada vez mais baratos, fracos em nutrientes e com grande potencial comprovado de contribuir com o desenvolvimento de doenças crônicas” (Palmieri, 2021: 05). O barateamento dos alimentos ultra processados é explicada pela existência de uma estrutura político-econômica que favorece a produção em grande escala, com incentivos fiscais que reduzem o custo de produção, além dos elevados graus de monopólio na indústria de alimentos que geram efeitos contraditórios (Palmieri, 2021).

A mudança de enfoque das causas fisiológicas imediatas da fome para as causas sociais, econômicas e políticas já tinham sido pronunciadas em 1946, com a Geografia da Fome por Josué de Castro. Castro (1969, s.n.), reforçou que a fome é “a expressão biológica de males sociológicos, e está intimamente ligada com as distorções econômicas, diante do subdesenvolvimento”. Expressava também a preocupação com a região Nordeste, e entendia a Reforma Agrária como uma “necessidade histórica [...] de transformação social: um imperativo nacional” (Castro, 1984: 299). As novas e velhas dinâmicas dos regimes alimentares corporativos, reconfiguram e realocizam as áreas rurais e impactam a segurança, soberania e autonomia agrária, alimentar e nutricional de várias maneiras. Segundo Flexor (2022, p. 13) com a priorização dos mercados externos por alguns setores, prejudica-se “o abastecimento alimentar interno pressionando os preços dos alimentos; por meio da substituição de áreas de produção de alimentos para a produção de commodities agrícolas”.

Com o avanço da agricultura agroexportadora extrativa sobre as áreas antes ocupadas pela agricultura familiar coloca-se em risco a segurança e soberania alimentar, provocando “a crescente mercantilização de alimentos com importante peso na cesta básica alimentar; acarretando o avanço da fronteira agrícola sobre áreas de floresta; alterando equilíbrios ecológicos e trazendo novos desafios para a saúde pública” (Flexor, 2022, p. 13). A busca

por autonomia e soberania agrária, alimentar e territorial coloca o desafio das populações de realizar a transição e transformação agroecológica. A exclusão produtiva e as dificuldades de acesso ao alimento manifestam um dos paradoxos de que “ter a terra” não é condição suficiente para assegurar a permanência na terra e a reprodução social camponesa.

Essas grandes questões e problemáticas permeiam todo a discussão desta tese. No entanto, há um recorte teórico, metodológico e analítico necessário para oferecer contribuições e aportes ao debate sem incorrer em grandes abstrações ou particularidades excessivas. Busca-se realizar uma reflexão e contribuição a partir de um diálogo com questões gerais e específicas sem perder de vista o objetivo de oferecer uma delimitação e aplicabilidade ao tema da Agroecologia Política para a transição e transformação dos sistemas agrários e alimentares - materializadas em condições de soberania; segurança e autonomia para a ‘reprodução social da agricultura camponesa’ (Wanderley, 2009, 2011).

i. Problema de pesquisa

O problema de pesquisa desta tese é a formulação de um corpo teórico e metodológico da Agroecologia Política aplicável e atrelado aos territórios. Os estudos existentes em torno da Agroecologia Política discutem a tentativa de formulação de um conceito. No livro “Political Agroecology: Advancing the Transition to Sustainable Food Systems”, publicado em 2020, os autores Manuel González de Molina; Paulo Petersen; Francisco Peña e Francisco Roberto Caporal apresentam a “tentative definition” da Agroecologia Política como a aplicação da Ecologia Política na Agroecologia ou uma aproximação entre esses campos, mas não há um consenso sobre o que a Agroecologia Política realmente é: “Political Agroecology would be the application of Political Ecology to the field of Agroecology, or a close association between these Fields” (Toledo, 1999; Forsyth, 2008), “but there is no agreement as to what Political Ecology actually is” (Peterson, 2000; Blaikie, 2008, 766–767).

O livro “Introducción a la Agroecología Política”, também liderado por Manuel González de Molina; Paulo Petersen; Francisco Garrido Peña; e Francisco Roberto Caporal, publicado no espanhol em 2021 levanta novamente essa discussão sobre a tentativa de formulação de uma definição compreendendo a centralidade das “mediaciones políticas” para a construção da Agroecologia. No ano de 2019, foi instaurado um Grupo de Trabalho

pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) com “el fin de institucionalizar y ampliar el seminario permanente con una clara vocación de servicio al movimiento agroecológico latinoamericano. La iniciativa fue muy bien acogida y finalmente aprobada por el Consorcio con el nombre de GT de Agroecología Política” (Molina et al., 2021: 14).

Existe um campo-arena em torno da Agroecologia Política. Por essa razão, há uma grande necessidade de identificação de quem são os atores e agentes envolvidos, e quais são os tipos de ações empreendidas por esses atores (que podem ser pessoas ou instituições, articulações, organizações) que manifestem relações reivindicatórias de direitos, lutas e disputas em diferentes espaços e tempos. O sentido de campo-arena remete aqui ao conceito de campo de Bourdieu (2004) como “campo de forças e lutas” (Bourdieu, 2004: 22). O campo-arena da Agroecologia é um campo de ação socialmente construído, que possui uma autonomia relativa, isto é, o sentido que empreendo é que “[...] as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas externas pesa fortemente sobre as relações de forças internas” (Lahire, 2002: 47).

ii. Perguntas norteadoras e Hipótese

A pergunta de pesquisa que orienta essa tese é: Por que a Agroecologia Política contribui com os processos de transição e transformação agroecológica no território sergipano? A partir dessa questão geral emergem outras questões específicas: O que é Agroecologia Política? Quais são as condições e relações sociopolíticas necessárias para a transição e transformação agroecológica nos territórios? Como ocorrem as interações e inter-relações entre as condições materiais e relacionais de soberania; segurança e autonomia na perspectiva agrária-alimentar?

O recorte da Agroecologia Política analisa as dinâmicas político-social e político-institucional através do estudo dos conteúdos; dos processos, das lutas e disputas entre os atores, organizações e instituições, das interações, tensionamentos, e interfaces de múltiplas dimensões. Para isso, aplica-se uma abordagem híbrida quantitativa e qualitativa com a aplicação de distintos instrumentos metodológicos para a investigação das interações entre os diferentes campos do conhecimento, atores, agentes e instituições, e as relações e dinâmicas de poder que se estabelecem nos campos do conhecimento, nas lutas sociais e nas disputas políticas nos territórios e na governança pública.

A hipótese levantada aqui é que a Agroecologia Política é um campo-arena que disputa áreas do conhecimento, instrumentos políticos de gestão e governança, políticas públicas para o desenvolvimento; reivindicações socio-territoriais, conquista de direitos, gestão e governança em rede, e tomada de decisões nas unidades produtivas domésticas e territoriais que, conjuntamente, contribuem para a politização dos processos e ações públicas, coletivas e individuais para a transição e transformação agroecológica da agricultura familiar camponesa com segurança, soberania e autonomia agrária-alimentar.

Os fundamentos teóricos-analíticos e empíricos levantados para responder essas perguntas de pesquisa (geral e específicas) foram ancorados na Economia Política; na Ecologia Política; na Sociologia Rural; nos Estudos Críticos de Gênero; nos Estudos Agrários Críticos; nos Estudos Críticos de Desenvolvimento; nos Direitos Humanos; e na transdisciplinaridade da Agroecologia.

iii. Objetivos da pesquisa

O objetivo geral desta tese é contribuir com a formulação, em disputa, do campo teórico, metodológico e empírico da Agroecologia Política aplicável e atrelada aos territórios. Os objetivos específicos, por sua vez, são: i) caracterizar quais são as dimensões teóricas-analíticas e metodológicas da Agroecologia Política; ii) analisar os atores, agentes, instituições e tipos de ações existentes para a transição e transformação agroecológica nos territórios; iii) compreender as interações e a relação entre as condições materiais de soberania; segurança e autonomia nas dimensões agrária e alimentar para a transição e transformação agroecológica;

iv. Metodologia e Métodos

A metodologia aplicada é orientada por uma abordagem predominantemente qualitativa (Minayo, 2012; Thiollent, 1982) a partir da análise da percepção das famílias entrevistadas e dos questionários aplicados; das conversas exploratórias com atores sociais e políticos relevantes; da observação participante durante a participação em reuniões e plenárias da ReSeA; e a coleta de dados de campo tanto no âmbito da rede de pesquisa do INCT Odisseia, no assentamento Jacaré-Curituba em 2022, projeto financiado pela FAP/DF e CNPq. Dados complementares foram levantados nos territórios da cidadania do Alto Sertão Sergipano a partir de levantamentos de relatórios e entrevistas

exploratórias sobre os bancos de sementes nas Unidades de Produção Camponesa (UPC) do Movimento Camponês Popular (MCP) localizado em Poço Redondo.

Dentre os principais métodos aplicados nesta tese destacam-se as entrevistas estruturadas e semiestruturadas; a observação participante; as conversas exploratórias com distintos atores sociais e políticos e a revisão ampliada da literatura nacional e internacional. Os dados primários e secundários levantados são dados e percepções importantes que oferecem elementos e sinalizações sobre os processos de transição e transformação agroecológica com diferentes níveis de potência e/ou ausência de soberania; segurança e autonomia dos agricultores/as familiares camponeses(as). As diversas imbricações entre essas análises vão estar algumas vezes delimitadas, e em outros momentos não, em razão das escalas, e principalmente, em razão da dinamicidade das condições, ações e interações existentes envolvendo distintos atores, instituições e instrumentos políticos.

v. Território de Análise

A escala territorial é fundamental para a construção sociopolítica da Agroecologia. O território representa um componente geográfico chave para compreender a “ativação de territorialidades” (Dematteis, 2008), a partir da expressão geográfica do exercício do poder (Eduardo, 2016). As estratégias de (re)existência camponesa e de “recampesinização” (Ploeg, 2018) passam pela reapropriação da terra e do território para a efetiva reprodução social camponesa. O território é uma construção social a partir do espaço e “pressupõe a constante reprodução de relações de poder pelos seus múltiplos atores sintagmáticos” (Raffestin, 1993: 33). Ou seja, o território é a “projeção espacial das relações de poder” (Souza, 1996 e 2013).

Os territórios são espaços de realização da vida e consequentemente, de materialização da agroecologia desde uma perspectiva sistêmica em que se manifestam múltiplas interações, práticas, conhecimentos e transmissão de saberes. O processo de territorialização da agroecologia e da agricultura familiar camponesa é um “continuum”, marcado por lutas permanentes. Em algumas ocasiões, pode até se constituir como um “recomeço que traz como incremento mais uma referência para as práticas futuras” (Paulino, 2012: 327). Para Godelier (1984:33) “[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis

quanto dos poderes invisíveis que os compõem [...]”, e relaciona ao território às condições de reprodução da vida.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e dos ‘sistemas de coisas’ superpostas; o território precisa ser entendido como “território usado” (Santos 2007; 2013). O território usado é “o chão mais a identidade”; o “fundamento do trabalho”; o “lugar da residência”, das “trocas materiais e espirituais” e do “exercício da vida”. O manejo agroecológico nos territórios é uma função campesina fundamental. O manejo ecológico significa “manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida [...]” (Primavesi, 2008: 03). Para Polanyi (2000: 47), a transformação da terra, do trabalho e da organização produtiva em mercadorias implica mudanças sociais e ambientais desastrosas, porque o “ser humano, a natureza e a organização produtiva são elementos inseparáveis que compõem um território”.

O território que orienta esta tese é o território da cidadania¹ do Alto Sertão Sergipano. Os territórios da cidadania foram instituídos em Sergipe pelo Decreto Estadual nº. 24.338, em 2007, com o objetivo estratégico de combater a pobreza rural e promover o desenvolvimento sustentável. Os critérios definidos para a identificação dos territórios da cidadania no país são: menores IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; com a identificação de pelo menos um território por estado da federação (Brasil, 2008).

O Estado de Sergipe apresenta dois territórios de cidadania: o Alto Sertão com 7 municípios, e o território do Sertão Ocidental com 11 municípios. Essa tese, tem como território de análise o território do Alto Sertão localizado no Noroeste do Estado de Sergipe, composto pelos seguintes municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha.

¹ Em 2005, sob a competência do Comitê Gestor Nacional, os “Territórios Rurais” passam a ser chamados de “Territórios da Cidadania” com uma “estratégia de combate à pobreza rural e a promoção do desenvolvimento sustentável com a estruturação de 164 territórios em todo o país” (Brasil, 2005, p. 05).

O território da cidadania do Alto Sertão Sergipano (ASS) ocupa uma área de 4.875 km², o equivalente a 22,42% da área do estado, com uma população com cerca de 146,479 habitantes - a população urbana é de 68.339 habitantes e a população rural conta com 78.140 habitantes, segundo os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2017). O território do ASS possui o maior quantitativo de famílias assentadas do Estado de Sergipe. Os assentamentos estão dispersos por todos os municípios do território e “a agricultura é a atividade dominante nesses projetos, praticada com culturas temporárias ou permanentes, em sistema de irrigação ou sequeiro, dependendo da disponibilidade de equipamentos e das condições do ambiente” (INCRA, 2011: 156).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do território do ASS varia entre 0,529 e 0,598 e são considerados como de baixo desenvolvimento social. O município com melhor nível de IDHM é o de Nossa Senhora de Lourdes com 0,598, e o município com o pior IDHM é o de Poço Redondo com 0,529. O Índice de Gini que mede a concentração da renda revelou que o município de Gararu apresenta maior concentração de renda, e o Nossa Senhora de Lourdes a menor. Segundo dados do relatório do INCRA-SE/MDA (2006: 76) dois fatores ligados a estrutura de distribuição da posse da terra são determinantes: a insuficiência e precariedade do acesso a terra e a subocupação da população rural (INCRA-SE/MDA, 2006: 76).

A escolha do território do Alto Sertão Sergipano foi motivada pela experiência de trabalho anterior na região e a existência de um conhecimento acumulado sobre as problemáticas enfrentadas em torno da capacidade produtiva e alimentar no contexto de secas e das desigualdades sociais do sertão sergipano. Além disso, verifica-se que essa região apresenta um dos maiores índices de vulnerabilidade hídrica, climática, social e econômica do Estado de Sergipe.

O território é o terreno de reprodução social e materialização da vida, reciprocamente afetado pelas distintas relações de poder. A existência de políticas sociais que considerem essa dimensão territorial como uma ação pública e coletiva responsável pelo planejamento participativo sustentado no tempo é estratégico e fundamental. A delimitação dos territórios da cidadania, no marco das políticas públicas, representou um avanço importante para responder às questões sociais a partir de uma perspectiva integrada envolvendo aspectos climáticos, sociais, econômicos e culturais particulares de

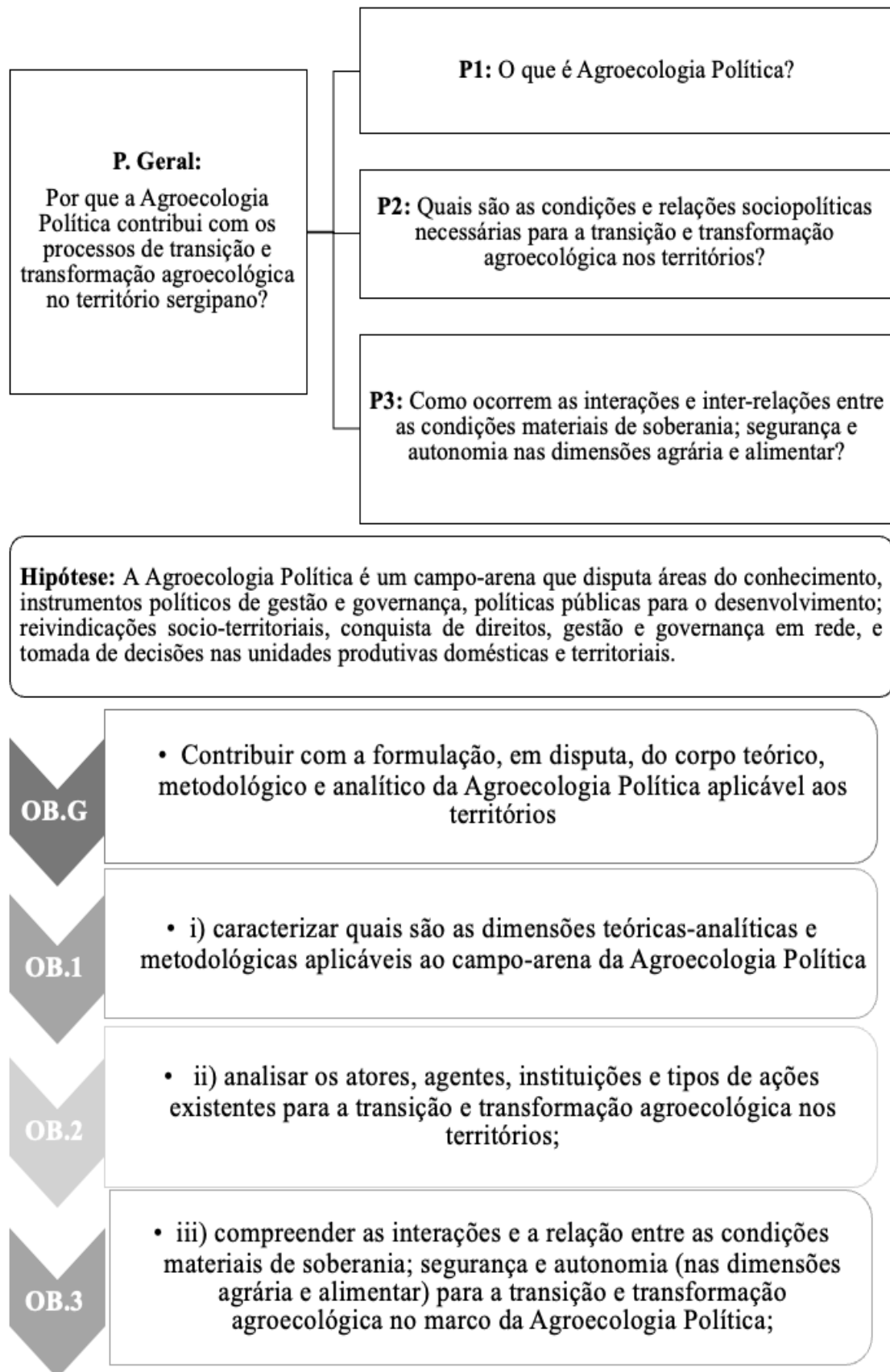
uma microrregião. No entanto, prevalecem análises centradas na escala local ou municipal, sem considerar a complexidade da dimensão territorial.

vi. Estrutura da Tese

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é abordado o problema da transição e transformação agroecológica e são discutidos o contexto histórico-político contemporâneo e a resistência agroecológica no Brasil a partir de quatro fases. No segundo capítulo é abordada a questão da formulação teórica-analítica da Agroecologia Política. Nesse segundo capítulo é apresentada uma concepção de Agroecologia política aplicável e atrelada aos territórios compreendendo o conjunto de ações públicas, coletivas e domésticas para essa construção sociopolítica e territorial. Ainda nesse capítulo, é situado as condições materiais de soberania; segurança e autonomia agrária-alimentar com o resgate da construção da agenda social e política da Agroecologia.

No terceiro capítulo é levantada a ‘questão agroecológica’ como um problema agroecológico que precisa dimensionar outras questões fundantes como as questões agrária; camponesa; climática; ecológica; ambiental; de gênero; quilombola e étnica. A reprodução social camponesa também é abordada nesse capítulo para situar a questão agroecológica no marco da reprodução social camponesa. Por fim, no quarto capítulo, é apresentada a aplicabilidade da Agroecologia Política no território sergipano a partir do estudo de experiências envolvendo as ações públicas, coletivas e domésticas-familiares. Há o estudo de caso no Assentamento Jacaré-Curituba, as Caravanas agroecológicas e as Unidades de Produção Camponesa/Banco de sementes em Poço Redondo, que demonstram a materialização da Agroecologia Política no território.

Imagem 1. Estrutura esquemática da tese



Objetivo Geral = OB. G; OB.1 = Objetivo 1; OB.2 = Objetivo 2; OB.3 = Objetivo 3

Fonte: Elaboração própria

I. TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AGROECOLÓGICA

Nesse capítulo é analisado o que se entende por transição e transformação agroecológica e quais são as implicações desse debate para a Agroecologia Política. Retoma-se a noção ampliada de Agroecologia e as novas questões contemporâneas necessárias para o avanço desse debate na perspectiva sociopolítica.

Agroecologia é reconhecida como ciência; prática e movimento (Wezel et al., 2009). Apesar do amplo consenso existente em torno dessa concepção, a interpretação mais importante a se fazer, contemporaneamente, é em torno da perspectiva integrada entre essas dimensões, isto é, a reciprocidade e dinâmicas dialéticas entre o conhecimento científico, os saberes, práticas e lutas sociais. É dessa inter-relação da ciência com a prática e com o movimento que emergem as dinâmicas de caráter sistêmico, transdisciplinar, e pluralística promovendo uma interface entre os diferentes campos do conhecimento, práticas locais e lutas sociais nos territórios. Essa assimilação da dinâmica entre ciência, prática e movimento fundamenta o movimento dialético inerente aos processos de transição e transformação agroecológica.

O inescapável problema da transição e transformação agroecológica permeia toda a discussão sobre os caminhos para a Agroecologia. Antes de elucidar o que vem a ser uma Agroecologia Política e de que maneira essa formulação contribui com os processos de transição e transformação agroecológica é importante distinguir e caracterizar terminologicamente o que se entende por transição e transformação. Há um frequente uso do termo “transição”, por vezes, intercambiável por “transformação” no debate da Agroecologia, sem apresentar maior precisão e fundamento em cada aplicabilidade. Nesse capítulo, apresenta-se de que maneira o campo teórico da Agroecologia incorpora esses termos, e como outros campos de investigação incorporam e compreendem as múltiplas perspectivas e implicações em torno das noções de transição e transformação social.

Na literatura da sustentabilidade emergem concepções em torno da ‘teoria da transição para a sustentabilidade’ e da ‘política de transição para a sustentabilidade’ - “sustainability transition theory” (Anderson et al., 2019) e “politics of sustainability transitions” (Avelino et al., 2016) aplicadas para denotar a noção de processos de

mudança social em resposta aos desafios sociais, climáticos e ambientais (Grin, Rotmans e Schot, 2010). No entanto, essa literatura da transição para a sustentabilidade é criticada por apresentar debilidades na compreensão e conceptualização das noções de poder e política, quando relacionadas com questões de justiça social que requerem uma elaboração mais aprofundada (Scoones, Leach e Newell, 2015). Nessa mesma linha, há a crítica de que a investigação sobre a transição por vezes adota uma ontologia relacional superficial do “social” e do “material”, sem explicar explicitamente o “político” (Avelino et al., 2016; Avelino e Rotmans, 2009). Além disso, aponta-se que a agência política parece ser atribuída apenas às instituições políticas e aos atores sociais e não às práticas materiais (Avelino et al., 2016).

No inglês a ‘transição para a sustentabilidade’ se relaciona com a noção de mudanças, na perspectiva de “social change” (Grin, Rotmans, & Schot, 2010; Markard, Raven, & Truffer, 2012); “processes of change” (Pel, 2015); “socio-political changes” (Avelino & Wittmayer, 2015). No espanhol, à semelhança do português, a transição é concebida, além do sentido de mudança, com o sentido de sucessão, conversão e passagem. Na perspectiva de que “la transición puede ser descripta como una secuencia de fases: de pre-desarrollo, despegue, irrupción y estabilización” (Tittonell, 2019: 243). Outra abordagem de transição destacada na literatura é a “transição sociotécnica” e a “abordagem multinível” originalmente desenvolvida por Rip e Kemp (1998) e posteriormente aplicada por Frank Geels e Johan Schot para analisar transições sociotécnicas para a sustentabilidade. Essa abordagem identifica três níveis analíticos: i) nichos; ii) regimes; e iii) paisagens (Geels 2011). A partir dessa lógica sociotécnica, fica claro a perspectiva de fases, níveis e etapas nos processos de transição adaptadas a cada contexto.

A transformação social se distingue da transição social. A ‘transformação’ pode ser concebida como uma mudança social profunda e de longo prazo. De modo semelhante, a discussão histórica sobre o uso dos termos “reforma e revolução” pode oferecer uma provocação e contribuição ao debate em torno das diferenças terminológicas, e até que ponto há um dualismo e/ou complementaridade entre essas concepções. As noções de reforma e revolução estão relacionadas às lutas de classe e aos movimentos sociais. É interessante resgatar a discussão levantada por Rosa Luxemburgo na obra “Reforma social ou revolução?” publicada em 1900, ao compilar artigos publicados no jornal da

social-democracia alemã entre 1898 e 1899. Para Rosa, reforma e revolução apresentam uma relação dialética e não uma rígida contraposição (Frölich, 2019; Fetscher, 1985). Rosa Luxemburgo aborda que a reforma e a revolução social se condicionam e completam reciprocamente, de modo que “[...] a luta pela reforma social é o meio, e a revolução social o fim” (Luxemburgo, 1986: 23).

A transformação social direciona maior centralidade às relações sociais e ao exercício de poder. O sentido de poder social é atrelado aqui à “capacidade ou possibilidade de agir, e de produzir efeitos, [...]” (Bobbio, 1995: 933). Essa perspectiva de poder social denota que nas relações cabe não só a capacidade de ação, como também a determinação de um indivíduo sobre outro. O poder social, nesta definição, não é algo ou uma coisa que se possui, mas “uma relação que se estabelece entre indivíduos ou grupo sociais “numa relação em que a vontade ou interesse de alguém (indivíduo ou grupo) se faz valer no comportamento de outro (indivíduo ou grupo)” (Silva, 2001: 128). Portanto, o estudo das relações de poder, deve ocorrer não apenas a partir da figura do Estado, como também a partir das inter-relações “[...] que não anula os sujeitos completamente, como se estes fossem apenas “efeito” de poder [...]” (Silva, 2001: 133).

O exercício de poder social, desde uma perspectiva foucaultiana, presume uma concepção não jurídica de poder, isto é, “o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício” (Foucault, 1979: 182). Para Foucault, o poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo, é “um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 2016: 369), e deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “máscara”, “esconde”. O poder também produz realidade, campos de objetos e rituais da verdade (Foucault, 2002). Foucault (2002) desenvolveu uma análise da genealogia do poder tendo em vista a fragilidade da teoria do poder situada unicamente na perspectiva jurídica-discursiva, que parte do centro para as extremidades, das instituições para os sujeitos, dos governantes para os governados, de forma descendente.

Essas breves considerações apresentam algumas provocações e delimitações necessárias para situar as potencialidades, limitações e lacunas em torno da aplicabilidade dos termos transição e transformação no campo-arena da Agroecologia. Embora exista uma

concepção prevalecente sobre a transição agroecológica a partir da noção de níveis e escalas de transição, busca-se evidenciar as dimensões relacionais, as construções sociopolíticas e as interações socioecológicas existentes nesse processo. Alguns autores apresentam, com maior e menor centralidade, a importância da construção social (Altieri e Toledo, 2011; Schmitt, 2009); a ação coletiva (Costabeber, 1998; Costabeber e Moyano, 2000); e a ecologia política (Toledo, 1999; Molina, 2013; Petersen, 2013). No entanto, carecem maiores estudos e análises com um aprofundamento sobre as condições de ação necessárias; repercussões e conjunturas existentes nas análises da transição e transformação agroecológica como construção sociopolítica.

A transição agroecológica é amplamente analisada na perspectiva dos agroecossistemas. Para Caporal e Costabeber (2004: 12), a transição agroecológica é um “processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas”, que, na agricultura, tem como objetivo “a passagem de um modelo agroquímico de produção a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica” (Caporal e Costabeber, 2004: 12). Para Caporal (2009: 07) o agroecossistema é “a unidade fundamental de análise, tendo como propósito, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) necessárias para a implementação de agriculturas mais sustentáveis”. Caporal (2015) reforça que o conceito de transição é fundamental no campo da agroecologia, e que na agricultura orgânica se trabalha com o conceito de “conversão”, e que na agroecologia se fala de transição pois é um processo que tem início, mas não tem um fim, é um processo gradual e multilinear de mudança ao longo do tempo.

Os agroecossistemas são concebidos como as principais unidades de análise no estudo da Agroecologia, “nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto” (Altieri, 1989: 13). Para Gliessman (1998; 2002), há três níveis fundamentais no processo de transição para agroecossistemas sustentáveis: nível 1- realizar a redução do uso de agroquímicos e aumentar a eficiência do processo produtivo; nível 2- substituir insumos químicos por insumos e práticas orgânicas alternativas; nível 3- redesenhar o agroecossistema. Apesar da transição ter fundamento nos agroecossistemas, esse processo não se resume ao processo de substituição de insumos agroquímicos por fertilizantes

orgânicos ou biopesticidas, pois implica também uma mudança de princípios de manejo, realçando e utilizando processos ecológicos (Gliessman; 2009).

Para Altieri e Toledo (2011) a transição agroecológica também depende das negociações entre os diversos atores sociais e organizações. Esse ponto é importante pois destaca a dimensão relacional e a compreensão da transição desde uma perspectiva de construção social. Esse destaque também é feito por Claudia Schmitt (2009: 01) no estudo sobre ‘transição agroecológica e desenvolvimento rural’. Ela destaca a importância de uma abordagem que se distancie de uma visão da transição agroecológica como uma intervenção planejada, e busca “[...]compreendê-la como uma construção social (ou eco-social) que emerge através das interações que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural” (Schmitt, 2009, p. 01).

É fundamental o resgate da centralidade da construção social, da construção sociopolítica e da ação coletiva nos processos de transição e transformação agroecológica. Na tese de José Antônio Costabeber sobre “Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil”, defendida em 1998, foi realizada um estudo empírico sobre as experiências associativas de agricultura ecológica no Rio Grande do Sul, evidenciando que o associativismo era utilizado por agricultores familiares para enfrentar os problemas que surgiam ao introduzir novas práticas agrícolas e na gestão de suas propriedades (Costabeber, 1998). Nesse estudo, a ação coletiva assume uma centralidade tal como os processos de ecologização dos agroecossistemas, e é compreendida como um “[...] motor da transição agroecológica, apoiando a continuidade das mudanças em direção a estágios mais avançados de sustentabilidade econômica, social e ambiental” (Costabeber, 1998: 12).

A ação coletiva para a transição e transformação agroecológica envolve não só o estudo das organizações sociais, associações, sindicatos, e cooperativas, como também as unidades domésticas. No entanto, carecem estudos que realizem análises aprofundadas sobre essa última dimensão e o ‘efeito vizinhança’ entre as unidades domésticas. Os estudos de gênero apresentam uma grande produção científica em torno da reprodução social com análises aprofundadas sobre a dimensão doméstica que podem contribuir com o estudo e avaliação dos agroecossistemas. A transição agroecológica não significa

apenas uma racionalização ambiental-econômico-produtiva do agroecossistema, há outras dimensões sociais, culturais e de gênero relevantes, e, por isso, um enfoque baseado simplesmente na mudança da base técnica da agricultura é reconhecido como um risco que “[...] pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania” (Caporal e Costabeber, 2004: 11).

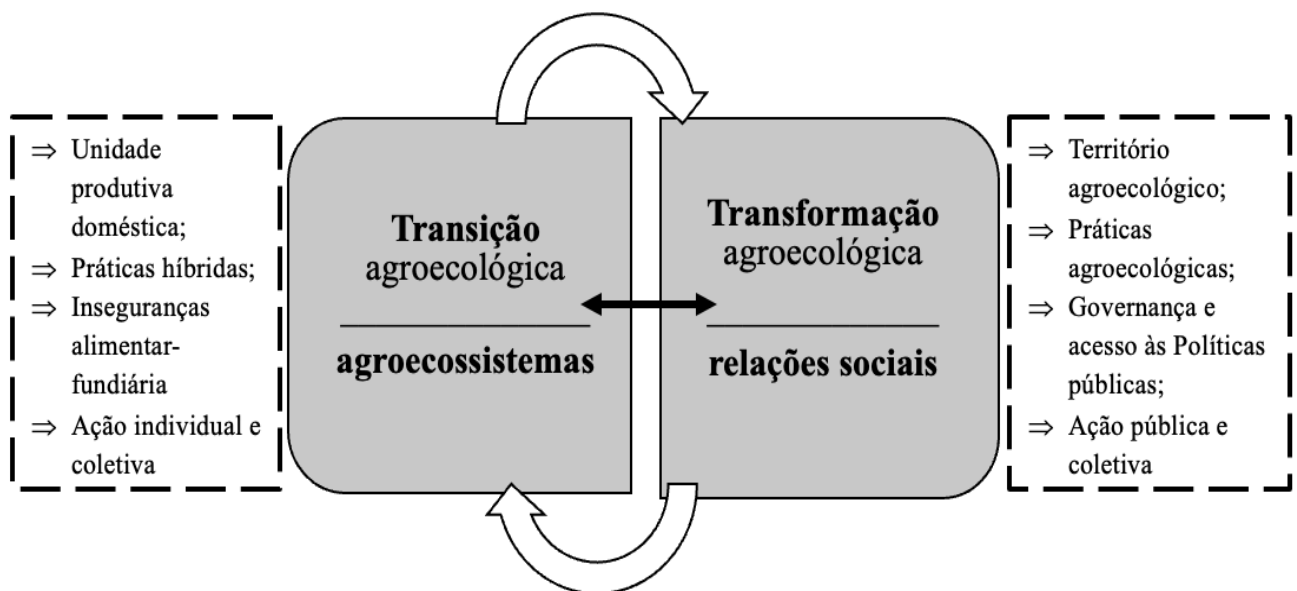
A compreensão da natureza do ser social é imprescindível para analisar em profundidade as implicações, contradições e condições necessárias para a transformação provocada pela Agroecologia no campo dos saberes, das ciências, das práticas e dos movimentos. Marx (1985) considera o ser social como uma totalidade indivisível, compreendido como um ser histórico dialeticamente fundado em uma totalidade. Lukács (1981: 17), elucida que o ser social pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica, e que “não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa [...]”. Os processos de transição e transformação anunciam uma abordagem sobre o fenômeno social concreto, em oposição às tentativas de desqualificação da transformação agroecológica como ‘idealista’, ‘utópica’, ‘intangível’ ou inviável.

A transição e transformação agroecológica prescindem de relações sociais dialéticas na resolução de questões em torno da modernização conservadora para o enfrentamento das inúmeras consequências sociais, ambientais, climáticas e ecológicas desse processo. As transições e transformações agroecológicas promovem dentro de suas particularidades o poder social dos agricultores e agricultoras, camponeses e camponesas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, a partir de diferentes graus de soberania, segurança e autonomia agrária-alimentar das famílias como será discutido nos próximos capítulos. Processos de transformação agroecológica são expressões de exercício de poder em rede nos territórios que favorecem a diversificação da renda agrária; participação na geração e socialização de tecnologias e conhecimentos; aumento da qualidade de vida; e sobretudo, a reprodução social da vida humana e não humana.

Na figura 2 abaixo é apresentado um esquema sobre os principais atributos abordados em torno dos processos de transição e transformação agroecológica: questões relacionadas às

unidades de análise; as práticas adotadas; os tipos de ações e os principais atores envolvidos. As práticas prevalentes na transição são modelos híbridos em que coexistem práticas convencionais e de transição agroecológica, enquanto na transformação investiga-se as práticas agroecológicas e de transição no território delimitado. Nos agroecossistemas há uma avaliação dos diferentes graus de insegurança (alimentar; hídrica; fundiária; energética; etc.), e na transformação verifica-se a existência dos acessos às políticas públicas e a governança existente. Na transição prevalece o papel das ações individuais e coletivas enquanto na transformação prevalece o impacto das ações públicas.

Figura 2. Quadro esquemático sobre os processos de transição e transformação agroecológica



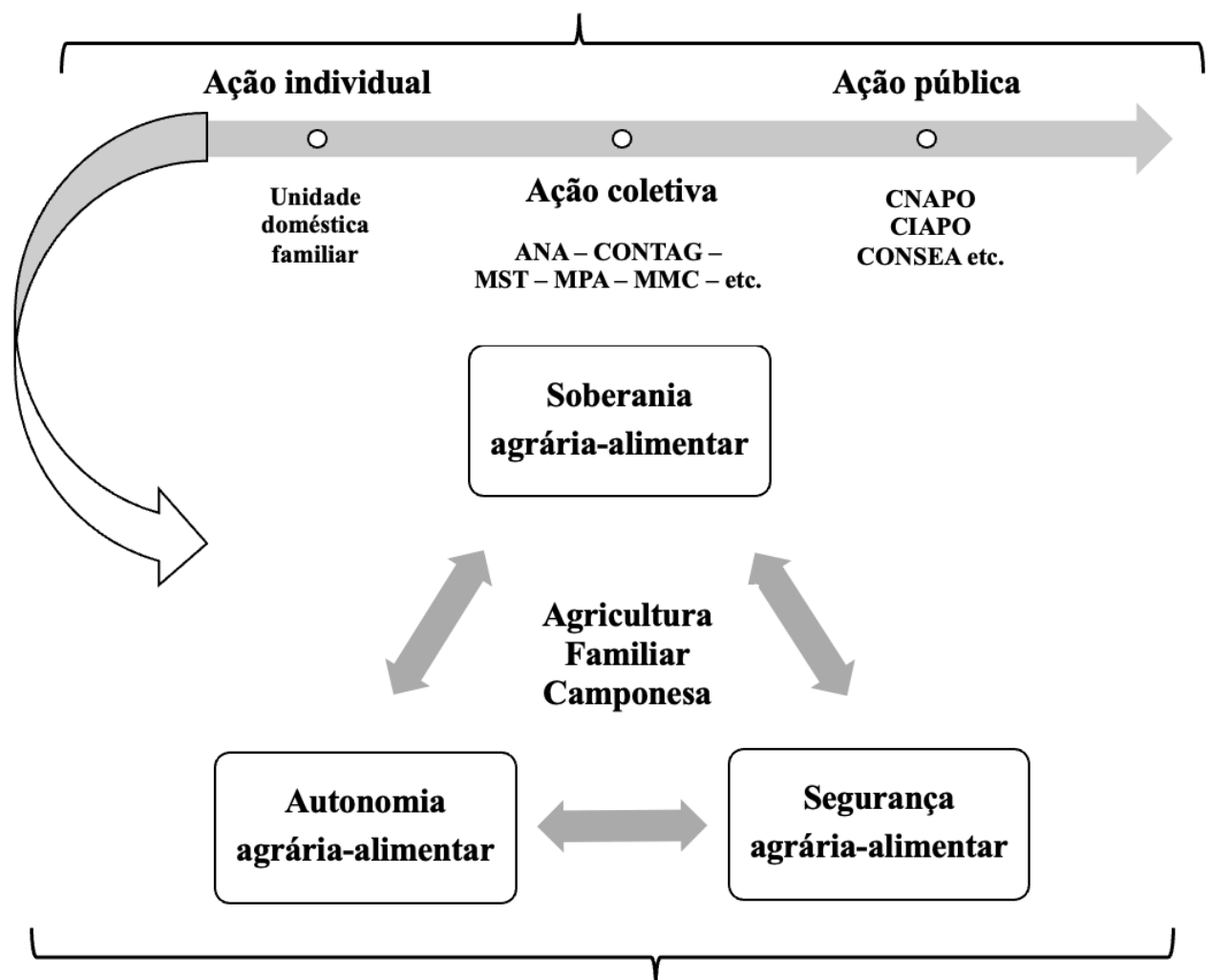
Fonte: Elaboração própria

A complementaridade dialética entre os processos de transição e transformação agroecológica é a primeira chave de leitura que essa tese levanta. Não há uma dualidade e polaridade entre essas duas dimensões, como também não devem ser compreendidas como sinônimas, para não incorrer no risco de tornar superficial o debate e a construção sociopolítica da transição e transformação agroecológica nos agroecossistemas e nos territórios. A esquematização proposta pretende promover um esforço analítico dos processos de transição e transformação em diálogo com estudos críticos sobre a transição para a sustentabilidade, a transição sociotécnica, com os estudos de transformação social,

a natureza social das relações de poder, e a necessidade de incorporar um estudo sobre as relações de gênero, racial e étnicas, a partir da perspectiva de tomada de decisões nas unidades domésticas e coletivas.

Os estudos de ‘transição para a sustentabilidade’ e de ‘transição sociotécnica’, dialogam pouco com o debate da ação pública, da ação coletiva e a transformação social – o que implica a necessidade de uma maior leitura crítica da natureza do ser social na totalidade da vida orgânica e inorgânica. Na figura 2 abaixo são esquematizados diferentes tipos de ações que podem existir nos processos de transição e transformação agroecológica. Ainda que se apresente em uma perspectiva aparentemente linear, busca-se provocar a noção de reciprocidade dialética entre essas múltiplas ações e dimensões nas escalas locais dos agroecossistemas e territoriais.

Figura 3. Ações para a transição e transformação agroecológica



Fonte: Elaboração própria

A segunda chave de leitura que essa tese levanta é que as ações individuais, coletivas e públicas para a transição e transformação agroecológica prescindem de condições materiais de soberania, segurança e autonomia nas dimensões agrária e alimentar. A conexão da dimensão agrária com a alimentar se faz necessária, pois verifica-se uma tendência em se tangenciar a questão agrária existente quando se analisa os processos de transição e transformação agroecológica, e o destaque apenas à questão alimentar e aos regimes alimentares da produção ao consumo. Nos capítulos seguintes, essa leitura crítica será realizada em torno das relações entre Agroecologia com a questão agrária e fundiária².

Essa segunda chave de leitura busca promover uma compreensão da soberania; segurança e autonomia agrária-alimentar como condições materiais necessárias para a ação individual, coletiva e pública. Isto é, na transição e transformação agroecológica as dimensões da soberania; segurança e autonomia não são fins em si mesmas, mas condições materiais necessárias para a transição e transformação agroecológica. A inexistência de condições mínimas de soberania, segurança e autonomia agrária-alimentar nos territórios e nos contextos locais limitam e/ou impossibilitam o fomento; promoção e manutenção da transição e transformação agroecológica.

Esse contraponto busca provocar uma análise sobre as condições materiais necessárias para a transição e transformação agroecológica, em detrimento da percepção “ex-post”, ou seja, existindo práticas de transição agroecológica há o alcance de algum nível de soberania, segurança e autonomia nas dimensões agrária e alimentar. A reciprocidade existente entre a posição de fins e meios (em si e para si) é um desafio analítico e empírico necessário para compreender o aspecto dinâmico desses processos de transição e transformação agroecológica reciprocamente.

Por Soberania agrária-alimentar entende-se as condições de governança na realização do direito à terra e ao alimento adequada nos territórios, e por consequência, às condições de

² A dimensão fundiária ganhou maior força na agenda política e social recente na perspectiva da transição e transformação a partir do eixo “terra e território” inserido no II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo II) e será analisado no capítulo referente ao processo de governança agroecológica.

permanência na terra, e a escolha sobre os modos de produção de alimentos de modo ‘ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso’. A Segurança agrária-alimentar complementa essa noção de soberania, mas se relaciona diretamente com a noção dos acessos para o alcance das seguranças alimentar-nutricional; fundiária, hídrica; energética em quantidade; qualidade e regularidade nos agroecossistemas. A Autonomia agrária-alimentar, por sua vez, é um conceito menos sistematizado e implica um reconhecimento e análise das tomadas de decisões no contexto das relações domésticas familiares. Essas concepções não pretendem ser um conceito ou definição universal, mas oferecer algumas dimensões pouco exploradas e a importância da interação entre essas três dimensões.

Portanto, a questão fundante desta tese não é analisar o impacto da transição e transformação agroecológica na lógica “ex-post” e avaliar o aumento ou retrocesso dos graus de soberania, segurança e autonomia agrária-alimentar da agricultura familiar camponesa, mas evidenciar a natureza dialética, processual e não linear entre essas três dimensões como geradoras de condições materiais fundamentais para a transição e transformação agroecológica. Busca-se demonstrar e discutir a existência de condições materiais de governança (soberania); acesso às políticas públicas (seguranças) e tomadas de decisões (autonomia) para a transição e transformação agroecológica nos territórios, como destaque ao território sergipano.

1.1. Transição e transformação agroecológica no Brasil

A transição agroecológica é um conceito incorporado no arcabouço político-institucional brasileiro e descrito no artigo 2º, alínea IV, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) de 2012 como um “processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais”. A política aponta ainda que o caminho para essa transição é “[...] por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica” (Brasil, 2012). Essa concepção de ‘transição’ reflete o marco teórico existente em torno dos processos de transição agroecológica multilíneares definidos por Gliessman (1998). É importante destacar que a PNAPO reforça o entendimento de que a transição agroecológica ocorre

através da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais.

A noção de transformação para a transição, na perspectiva das transformações das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais prevista no artigo 2º PNAPO, se relaciona com a noção da “função social da terra” recepcionada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu Art. 186, atribuindo um fundamento econômico, social e ambiental ao uso da terra ³. No entanto, a “função socioambiental da terra” (Sauer e França, 2012) é pouco discutida para além das questões de regularização fundiária e conflitos socioambientais, não abrangendo de forma mais aprofundada o debate da transição agroecológica. A dimensão fundiária é condição basilar para a transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, e por isso, a importância de se discutir a dimensão agrária e alimentar de modo indissociado.

Para Marés (2002, p. 116) a função social da terra prevista no texto constitucional “é relativa ao bem e ao seu uso, e não ao direito”, pois “[...] se a função social é da terra (objeto do direito) e não da propriedade (o próprio direito) ou do proprietário (titular do direito), se está afirmando que a terra tem uma função a cumprir independentemente do título de propriedade que possam lhe outorgar os seres humanos em sociedade”. Apesar desse reconhecimento, Sauer e França (2012: 295) chamam atenção que na contramão desse preceito constitucional, essa não é a interpretação e a consequente prática jurídica nos casos em que há violação da função social da terra, ou seja, “a reafirmação da propriedade (na prática jurídica e nas políticas governamentais) é baseada, fundamentalmente, na previsão constitucional de indenização nos casos de desapropriação (art.184, caput)” que contradiz a subsunção da função social da terra como um preceito fundamental.

A tratativa em torno da transição e transformação agroecológica passa por diversos processos, agendas e marcos políticos. Os principais marcos em torno da agenda para a transição e transformação agroecológica demonstram a existência de um processo gradual de acúmulo de direitos, proposições, articulações, consensos, conjunturas, e lutas sociais

³ O uso da terra deve atender às necessidades da sociedade e cumprir uma finalidade social, de uma maneira ecologicamente equilibrada e garantindo a possibilidade de reprodução das gerações futuras, como prevê o Art. 186 da CF/88.

de um conjunto de atores que atuam neste campo. Há um amplo destaque às décadas de 60 e 70 no Brasil como marcos embrionários para a agenda agroecológica a partir da agricultura alternativa e a contestação aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde (Sambuichi, et al., 2017). Diante da necessidade de buscar alternativas, “em meados da década de 80, os movimentos sociais, sindicatos e entidades ligadas ao meio rural passaram a discutir a necessidade de se criar um órgão de pesquisa e assessoria aos pequenos produtores e decidem criar o CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares” (CETAP, 1991: 03). O CETAP teve por “função desenvolver atividades de resgate, experimentação e difusão de Tecnologias Alternativas que fortaleçam a pequena produção e preservem o meio ambiente” (CETAP, 1991: 03).

Na tabela abaixo, são elencados alguns dos principais marcos que contribuíram e/ou influenciaram a construção da agenda política e social da Agroecologia Política.

Tabela 1. Breve linha histórica sobre os principais marcos que contribuíram com a agenda política e social da Agroecologia

MARCOS QUE CONTRIBUÍRAM E/OU INFLUENCIARAM A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA E SOCIAL DA AGROECOLOGIA	
1960	Agricultura Alternativa – contestação da Revolução Verde
1972	Ifoam: certificação de orgânicos
1980	Realização de EBAAAs
1980	Atuação das CEBs
1985	I Plano Nacional de Reforma Agrária – Decreto n. 91.766/1985
1989	Lei nº 7.802 - Lei dos Agrotóxicos
1990	AS-PTA
1996	Decreto nº 1.946 – Criação do PRONAF
2000	Criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
2000	1 Marcha das Margaridas
2000	ENAs
2002	ANA
2003	Lei nº 10.696 – Programa de Aquisição de Alimentos - (PAA)
2003	Lei nº 10.711 - Lei de Sementes e Mudanças - Institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (SNSM)
2003	CONSEA
2003	Lei nº 10.831/2003 - Lei da Produção Orgânica
2003	ABA
2003	II Plano Nacional de Reforma Agrária
2003	2 Marcha das Margaridas
2004	PAA adquire orgânicos e agroecológicos a 30% a mais

2004	CNPOrg e CPOrgs - UFs
2004	PNATER
2004	GT- mulheres ANA
2004	CSAO
2005	PRONAF Agroecologia
2006	Marco Referencial Agroecologia - EMBRAPA
2006	Lei nº 11.326 - Institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais
2007	Lei nº 13.465 - Acréscimo de até 30% do preço de produtos orgânicos em relação aos produtos convencionais
2007	Decreto n. 6.323 – agricultura familiar
2007	3 Marcha das Margaridas
2008	Criação da Política pública de fomento para criação de Núcleos de Estudo em Agroecologia
2009	Lei nº 11.947/2009 - Regulamenta o PNAE
2009	PNAE – 30% agricultura familiar
2009	Instrução Normativa nº 17 (MAPA/MMA) - Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos do extrativismo
2010	Núcleos de agroecologia em IFs e IES
2010	Lei nº 12.188 - Lei de ATER - Institui a PNATER
2011	4 Marcha das Margaridas
2012	Decreto nº 7.775 – regulamenta o PAA
2012	Diálogo governo e sociedade civil
2012	Oficina ANA construção PNAPO
2013	Lançamento PLANAPO
2013	Resolução FNDE nº 26 - Priorização de alimentos agroecológicos e orgânicos no PNAE
2013	Lei nº 12.873/2013 e Decreto n.º 8.038/2013 - Regulamentam o Programa Cisternas – P1MC6, o Programa Segunda Água” (P1+2) e o Programa Cisternas nas Escolas
2014	Edital 2014/005 – ECOFORTE Redes
2015	Programa Nacional da Sociobiobiodiversidade
2015	Portaria interministerial nº 1/2015 MDA/ MDS Instituído o Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar
2017	Monitoramento da PNAPO - Lançamento do portal sobre as políticas públicas de agroecologia
2017	Edital nº2017/030 e Edital nº2017/031 – Ecoforte Redes
2018	Resolução CIAPO 3 nº 02/2018 - Institui o Grupo de Trabalho Interministerial Permanente de Comunicação em Agroecologia e Produção Orgânica
2018	Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA) – aprovada pela comissão especial da Câmara

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SEAD (2018).

A construção sociopolítica da Agroecologia no Brasil é reflexo de um movimento de movimentos. Para Schmitt e colaboradores (2017, p.75) a culminação da política nacional de Agroecologia em 2012 “encontra suas raízes em um conjunto diversificado de

iniciativas locais desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, sobretudo desde o final dos anos 70, por um universo heterogêneo de organizações não governamentais em colaboração com movimentos sociais e organizações de agricultores familiares”. Portanto, a PNPO tem raízes em diversas políticas, programas e experiências pré-existentes reunindo diversas agendas sociais e políticas convergentes. O reflexo das diretrizes da soberania, segurança alimentar e nutricional e a autonomia econômica das mulheres na PNAPO também é resultado desses processos preexistentes e conexos. A Lei nº 11.346 de 2006 instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. O Art. 3º da política definiu a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...]”.

No ano seguinte, em 2007, o documento base que orientou a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional apresentou como uma das diretrizes para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a necessidade de: “estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos”. Além disso, previu a necessidade de garantir recursos financeiros para a promoção da agroecologia por meio de: i) “implementação de um programa massivo de crédito para investimento que favoreça o ingresso de agricultores e agricultoras familiares em processos de transição agroecológica”; ii) “fomento a fundos rotativos solidários, assegurando a autonomia da gestão local; e reformulação “do Pronaf Mulher de forma a assegurar o acesso independente pelas mulheres, individualmente ou através de coletivos de agricultoras”; iii) reorientação “do Pronaf Florestal para estimular unicamente o plantio e manejo de floresta diversificada e sistemas agroflorestais”.

Na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi assinalado que “[...] a concentração fundiária e a morosidade na implantação da reforma agrária [...]” constituem alguns dos principais obstáculos ao desenvolvimento, e que “[...] o desenvolvimento da agricultura familiar e do agroextrativismo é estratégico para a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade” (CONSEA, 2007: 17). A relação entre a SAN, acesso à terra, e a agricultura familiar é fundamental, assim como o reconhecimento da reforma agrária, e a necessidade de

“adequação da política de reforma agrária às especificidades e diversidades regionais, conjugando a democratização do acesso à terra com a democratização do acesso à água” (CONSEA, 2007: 17). Esses aportes da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, são importantes pois orienta às diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do Sisan (Artigo 11).

Apesar da formulação de segurança alimentar e nutricional ser recente no marco das políticas públicas, há uma incorporação crescente dos movimentos e representações sociais no âmbito de suas narrativas, práticas e experiências. No entanto, verifica-se uma imprecisão sobre as diferenças entre as concepções de soberania e de segurança. Na tabela 02 abaixo é apresentado um recorte do relatório elaborado pela GT de Soberania e Segurança Alimentar do II ENA, realizado em Recife. Verifica-se a compreensão e uso dos termos muitas vezes como intercambiáveis. Contudo, prevalece o entendimento da complementaridade necessária entre as duas concepções. A soberania costuma ser associada à realização do direito de escolher o modo de produzir e o direito à realização de uma alimentação adequada, na perspectiva de direitos e desde a percepção cotidiana das práticas locais.

Tabela 02. Percepção e concepção de soberania e segurança alimentar adotada por entidades da Sociedade Civil no GT Soberania e Segurança Alimentar (ENA II)

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	EXPERIÊNCIA RELATADA	PERCEPÇÃO E CONCEPÇÃO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR
Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Mato Grosso (FASE MT)	Intercâmbio de Saberes Ambientais sobre o Bioma Cerrado para a Segurança Alimentar e Nutricional de Comunidades Rurais no Sudoeste Matogrossense	“O conceito orientador de Segurança Alimentar e Nutricional adotado pelo comitê gestor do projeto é o de que a partir do aproveitamento da biodiversidade alimentar do Cerrado, seja possível contribuir com o acesso a uma alimentação saudável de qualidade e em quantidade permanente e de baixo custo. Consequentemente, busca-se influenciar a adoção de políticas públicas que valorizem a alimentação a partir de alimentos locais” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais	Valorizando sementes, plantas da caatinga e Produção agroecológica no processamento de	“Em respeito à segurança alimentar e nutricional, acredita-se que ela se realiza quando as famílias têm acesso à água e aos alimentos em quantidade e qualidade, em todas as épocas do ano, tendo soberania para

Alternativas – Pernambuco (CAATINGA)	mistura nutricional: A Experiência da Lagoa do Pau Ferro, Ouricuri-PE	escolher o que vão plantar e comer. O alimento (inclusive a água) é entendido como um direito básico de todas as pessoas, sendo isto maior e mais importante que o lucro advindo de sua venda como produto. Assim, a visão de lucro e de comércio não pode ser em detrimento da garantia do direito humano das pessoas a uma alimentação saudável [...]” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia Nos Municípios de Três Arroios, Aratiba, Barra do Rio Azul e Itatiba do Sul – ADATABI; Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP;	Associação de Cooperação e Agroecologia – ECOTERRA na microrregião do Alto Uruguai Gaúcho que compreende 5 municípios, Três Arroios, Aratiba, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul,	“Atuamos baseados na concepção de que segurança e soberania alimentar significa que as famílias agricultoras e/ou comunidades rurais dependam muito pouco de recursos de fora do local (propriedade, comunidade, município, microrregião) para se manterem. Soberania e segurança alimentar passam inicialmente pelo cuidado e valorização dos recursos naturais (solo, água, florestas...) e pela agrobiodiversidade local [...]” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA)	Estratégias de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nos Babaçuais do Médio Mearim	“O Sistema de Produção Agroextrativista trabalha com famílias em ações direcionadas para a recuperação e conservação do solo, dos animais silvestres da região, das plantas nativas e adaptadas; na valorização e otimização da reserva legal e das matas ciliares, respeitando as características da produção familiar, bem como, os conhecimentos e saberes local, adicionando novas técnicas e tecnologias experimentadas; [...] Para as famílias agroextrativistas que fazem a ASSEMA, este sistema assim construído, representa a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional, uma melhor condução e manejo dos recursos naturais, sustentabilidade, com aproveitamento integral da produção familiar e a consolidação da conquista da terra” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
Polo sindical de Borborema	A pamonhada na casa de Dona Nenê: agricultura familiar construindo a segurança alimentar no semiárido	“A segurança alimentar, sem dúvida, é uma ação contra a fome, mas é também uma ação que busca garantir a todos o acesso a água e a alimentos básicos (arroz, feijão, milho, macaxeira) de qualidade e em quantidade suficiente para uma pessoa comum poder exercer uma vida digna e saudável. No campo, o combate à fome é antes de tudo uma briga por terra, pelo direito fundamental

		da terra de trabalho, da terra do sustento da família. Colocando-a à serviço das necessidades dos agricultores e agricultoras, a reforma agrária devolverá a eles a condição de zelar por sua mãe-terra e em seu chão poder voltar a plantar e colher seus frutos” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
Casa da Mulher do Nordeste & Comissão de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão do Pajeú	Mulheres Produtoras – Produzindo Alimentos e Gerando Renda no Semiárido (uma experiência em quintais produtivos)	“Nossa concepção de segurança e soberania baseia em quatro dimensões essenciais: 1– Dimensão de quantidade – é necessário um consumo mínimo de calorias, proteínas e vitaminas essenciais para uma vida ativa e saudável; 2– Dimensão de regularidade – comer todos os dias, alimentos nutritivos. 3– Dimensão de qualidade – acesso a alimentos limpos de agroquímicos, diversificados e naturais e educação alimentar para o consumo de alimentos regionais; 4– Dimensão de dignidade e autonomia – ter autonomia sobre a produção de alimentos, domínio das sementes, preservação de espécies diversificadas, respeito à cultura alimentar regional, produzir com excedente para comercialização e viabilização de outros alimentos que não são possíveis produzir como também atender a outras necessidades básicas [...]” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional na Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica na Região de Sobradinho/Juazeiro	“O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo construído de forma participativa levando em conta a percepção e compreensão dos agricultores e agricultoras a partir da experiência de convivência com o semiárido, baseado em práticas de produção agroecológica que tem demonstrado ser um mecanismo fundamental de redução da vulnerabilidade e da insegurança alimentar. [...] Com o tempo o SASOP foi aprimorando a sua compreensão da Segurança Alimentar e do seu papel no contexto de intervenção. Desta forma definiu a sua ação neste campo da seguinte forma: “aumentar, em quantidade e qualidade, a disponibilidade, acesso e consumo de alimentos das famílias”. Para tal, a estratégia definida tinha duas vertentes [...]” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
COMUPRA - Conselho Comunitário	Reflexões sobre o processo de articulação de	“A promoção da soberania alimentar para os grupos da articulação é um meio de incentivo à autonomia dos indivíduos e

Unidos pelo Ribeiro de Abreu; Bionúcleo de Saúde e Vida Integral; Grupo Comunitário de Agricultura e Segurança Alimentar – CAUSA; VIVA - Associação de moradores da Vila Presidente Vargas; (...)	experiências em agricultura urbana e segurança alimentar na Região Metropolitana de Belo Horizonte	fortalecimento das famílias em situação de risco social. A tomada de decisões e a construção do conhecimento são feitos de forma participativa, num processo que inclui o exercício do respeito e o resgate da autoestima. O incentivo à capacidade das famílias de automobilização e autonomia é o ponto de partida para a construção de um projeto político com base nas culturas locais” (ENA II – GT Soberania e Segurança Alimentar).
---	---	--

Fonte: Dados da Carta Política do GT de Soberania e Segurança Alimentar do ENA II.

Os movimento sociais envolvidos no II ENA destacaram as concepção existentes em torno da soberania e segurança alimentar, entendidas como: “o acesso a uma alimentação saudável de qualidade e em quantidade permanente e de baixo custo a partir de alimentos locais” (FASE-MT); “acesso à água e aos alimentos em quantidade e qualidade, em todas as épocas do ano, tendo soberania para escolher o que vão plantar e comer” (CAATINGA); “Soberania e segurança alimentar passam inicialmente pelo cuidado e valorização dos recursos naturais (solo, água, florestas...) e pela agrobiodiversidade local” (ECOTERRA); “melhor condução e manejo dos recursos naturais, sustentabilidade, com aproveitamento integral da produção familiar e a consolidação da conquista da terra” (ASSEMA); “ação contra a fome, mas é também uma ação que busca garantir a todos o acesso a água e a alimentos básicos (arroz, feijão, milho, macaxeira) de qualidade e em quantidade suficiente para uma pessoa comum poder exercer uma vida digna e saudável” (Polo sindical de Borborema) - (Carta política do GT Sobernaie e Segurança Alimentar – ENA II).

A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a Agroecologia resultou de um processo gradual de integração de diversas políticas existentes e de adequação a um novo paradigma de desenvolvimento. Isto é, não há a criação de uma nova política do zero com a PNAP, mas principalmente uma adaptação e adequação agroecológica às políticas existentes. No Art. 1º ficou instituído o “[...] objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica”. A existência da política e o reconhecimento dessa legitimidade na agenda política e social e os caminhos para a transição e transformação

são fundamentais. Com o resgate dos principais marcos e processos históricos, verifica-se a importância dessa convergência e interação com outros programas e políticas vinculadas à agricultura familiar camponesa, à segurança e soberania alimentar e nutricional, e à produção orgânica com a conformação de políticas convergentes, e transversais como o Pronaf agroecologia; ATER agroecologia; PAA e PNAE com previsão de uma porcentagem destinada a produção agroecológica etc.

Neste primeiro capítulo, há o resgate de um breve contexto e panorama sobre os diversos processos de construção sociopolítica convergentes para a transição e transformação agroecológica no marco das ações públicas e coletivas. Nos próximos capítulos, haverá um aprofundamento e retomada desse processo de criação e formulação da PNAPO e dos planos que instrumentalizaram essa política nos estados, municípios e territórios, assim como o sentido e contribuição da ação pública e coletiva para a consolidação da noção de Agroecologia Política. Depois que uma problemática é inserida na agenda política, existe um “longo caminho até que a implementação dessas ações aconteça [...] e muitas vezes, é necessário que os segmentos interessados exerçam vigilância sobre os setores públicos, para que as proposições iniciais não sejam esquecidas ou desvirtuadas” (Siliprandi, 2017: 277).

O momentum político e social que culminou na criação PNAPO, em 2012, revelou a existência de condições conjunturais que permitiram a inserção e incorporação da transição agroecológica de modo transversal às políticas existentes. Estava posto o desafio contraditório de operacionalizar uma lógica de gestão e governança integrada em uma estrutura administrativa setorializada com recursos orçamentários limitados. Uma das considerações feitas pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), foi a importância da previsão orçamentária e alocação de recursos nos Planos Plurianuais (PPAs) para assegurar o cumprimento da política nos planos federal, estadual e municipal. Apesar de representar uma grande conquista dos movimentos sociais, a PNAPO não só almejava como precisava de mudanças estruturais para ser efetivamente realizada e realizável.

Uma das grandes inovações da PNAPO foi a criação de duas instâncias de gestão e participação: a já mencionada Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), formada por representantes de quatorze órgãos ou instituições do governo e

quatorze organizações da sociedade civil (Brasil, 2012), e que possui no conjunto de suas atribuições a promoção da participação da sociedade civil, e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), composta por representantes de dez dos ministérios que atuam na implementação da política (Brasil, 2012). A CIAPO ficou responsável pela elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e pelo seu monitoramento. Nas tabelas 3 e 4 abaixo são destacadas as instituições representantes da CNAPO e CIAPO entre o período de 2013 até o ano de revogação das duas instâncias de gestão em 2019.

Tabela 3. Composição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) - (2013-2019)

Organizações representantes da sociedade civil na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) - (2013-2019)
Associação Brasileira de Orgânicos (Brasil bio)
Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)
Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC)
Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg)
Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO)
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)
Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FBSPG)
Rede Ecovida de Agroecologia
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações não Governamentais do Nordeste (Rede Ater Nordeste)
Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEAD (2018).

Tabela 4. Composição da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) – (2013-2019)

Órgãos do governo representados na Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) – (2013-2019)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
(Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculado à Casa Civil)
Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR)
(Secretaria de Governo – SeGov)
Ministério da Fazenda (MF)
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
(Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA)
Ministério da Educação (MEC)
Ministério da Saúde (MS)
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI)
(Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC)
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
(Secretaria de Aquicultura de Pesca – vinculado ao Mapa)
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEAD (2018).

A criação da PNAPO e dessas duas instancias de gestão participativa à época (2013-2019) composta por diferentes pastas ministeriais, assegurava a participação da sociedade civil. A criação da CNAPO e da CIAPO representou um feito histórico significativo para o fortalecimento dos processos democráticos para a transformação social. A relevância e importância dessa política com ampla abrangência nacional foi reconhecida no plano internacional, e premiada em 2018 como uma das melhores políticas em agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis - no prêmio *Future Policy Awards* 2018, promovido pelas Nações Unidas, pelo *World Future Council* e pela *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM - Organics International) (SEAD, 2018). A FAO (2016) também reconheceu o Brasil como o primeiro país a criar uma política com ampla abrangência nacional vinculada à agricultura familiar camponesa como estratégia para o enfrentamento da pobreza no campo e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (FAO, 2016).

Em 2017 foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) um importante estudo liderada por Regina Sambuichi sobre a “Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil”. Para essa pesquisa do IPEA foi aplicado um roteiro aberto de entrevistas contendo nove perguntas aos representantes da sociedade civil, dez perguntas para os representantes do governo, e um terceiro roteiro específico para analisar o histórico da construção da política, a partir de três perguntas aplicadas aos dezenove atores políticos representantes dos órgãos governamentais (Sambuichi, et al., 2017). As principais questões em torno dessas falas foram classificadas em seis categorias: i) existência da política; ii) processo de construção; iii) público prioritário da política; iv) desenho de gestão; v) concepção do PLANAPO I; vi) outros resultados do processo (Sambuichi, et al., 2017).

Tabela 5. Percepções dos atores do governo e da sociedade civil sobre a criação da PNAPO na pesquisa do IPEA

<u>CATEGORIAS DE ANÁLISE</u>	<u>SUBDIVISÕES</u>	<u>DESTAQUES</u>
EXISTÊNCIA DA POLÍTICA	Decisão de criar a política	“Outro grande ponto é a construção de uma política nacional de agroecologia. Isso já serve inclusive de referência internacional ”
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO	Construção participativa em diálogo com a sociedade	“Eu acho que um dos acertos nesse processo é a iniciativa do governo de chamar a sociedade para construir junto ao Planapo ”
	Construção interministerial	“O acerto é essa interministerialidade , essa intersectorialidade da política, do plano. Ele congregar diferentes ministérios ”
	Política e plano se inspiraram na prática dos movimentos sociais	“O grande acerto é este: é se inspirar na prática , se inspirar em histórias já construídas para pensar a política pública ”
	Baixa prioridade da agroecologia no governo	“Esse debate da agroecologia termina não sendo ainda algo incorporado dentro do governo”
	Desorganização no processo de elaboração	“Houve aquele equívoco de, num primeiro momento, buscar um plano, uma coisa mais operativa sem ter o respaldo de uma política”
	Pouco conhecimento prévio de como criar esse tipo de política	“Talvez o maior desafio nesse processo, desde a construção, era não conhecer na prática como essa política poderia se desdobrar ”
	Dificuldade de consenso na CNAPO	“E aí, quando a gente fala de agroecologia, inclusive coloca transição, (...) isso torna, consequentemente, o debate difícil na CNAPO. Porque nós temos representações de vários tipos, com concepções diferentes”
PÚBLICO PRIORITÁRIO DA POLÍTICA	Agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais como prioridade	“Eu acho que o principal acerto foi associar a proposta de construção do Planapo à questão do desenvolvimento rural e do fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais ”

DESENHO DE GESTÃO	Existência da Ciapo e Cnapo	“Então a própria criação da Ciapo e da Cnapo, que são espaços de diálogo com a sociedade, é um grande acerto”
	Coordenação da Cnapo pela SG-PR	“O fato de [a Cnapo] ficar na SG-PR acabou sendo também uma solução, vamos dizer assim, que deu um peso político maior dentro do governo à política”
		“No meu ponto de vista e da nossa instituição, a Cnapo não deveria ter sido constituída no âmbito da SG-PR ”
CONCEPÇÃO DO PLANAPO I 2013-2015	Proporcionou a articulação de iniciativas antes dispersas	“Eu acho que foi muito positivo a gente ter conseguido, a partir da existência do plano, iniciar um processo de articulação de diferentes iniciativas ”
	Inserção de temas/ iniciativas importantes	“Uma outra questão que a gente considerou estratégica e que também foi contemplada no Planapo foi a questão dos insumos para agricultura orgânica”
	Ausência de temas fundamentais	“Uma das grandes deficiências do plano é não ter conseguido focar em certos aspectos que são estruturais para o desenvolvimento rural”.
	“Apanhado” de iniciativas preexistentes”	“O plano na verdade foi um grande exercício de concertação do que já existia nos ministérios ”.
	Falta de integração entre as iniciativas	“Então esse é o principal erro na concepção: o objetivo do plano, que é integrar uma ação nacional, ficar repartido em várias ações segmentadas ”.
	Limitação de recursos	“Então eu acho que foi uma coisa errada, tinha que ter mais orçamento disponível pra essa questão da agroecologia ”.
	Falta de inovação nos instrumentos	“Os erros: não avançou nos instrumentos. Os instrumentos são frágeis e não garantem a implementação. (...) O projeto foi bem concebido, mas, faltam instrumentos”.
	Plano muito extenso/ excesso de iniciativas	“Eu acho que o Planapo ficou muito extenso . Com o anseio de dar uma resposta às diversas demandas, ele ficou muito extenso e isso dificulta o monitoramento”.

	Poucas iniciativas interministeriais	“Eu acho que a gente poderia ter feito, talvez, um esforço maior para ter iniciativas no plano que articulassem, comprometessem mais todos os ministérios ”.
Outros resultados do processo	Articulação dos movimentos sociais	“É o maior saldo que ficou da construção do plano: essa união do movimento em torno de uma agricultura mais saudável”.
	Aprendizado	“A gente acaba aprendendo muito nesse processo e acaba tendo, nessa instância, espaço de troca de informações e de troca de percepções”.

Fonte: Sambuichi, et al., 2017. Grifos nossos.

Alguns dos destaques que se faz dessas falas e percepções sobre a criação da PNAPO (acertos e erros) por representantes da CIAPO e da CNAPO é que: “[...] é uma política de referência internacional”; é capaz de “congregar diferentes ministérios”; envolve um processo de “articulação com diferentes iniciativas [...]”; trata de uma “concertação do que já existia nos ministérios [...]”; por outro lado é visto que o plano de ação da política “repartido em várias ações segmentadas” e que tinha ter “mais orçamento disponível”; o Planapo “ficou muito extenso”; promoveu uma “união do movimento em torno de uma agricultura mais saudável”; é um “espaço de troca de informações e de troca de percepções” (Sambuichi, et al., 2017: 25-26).

Os estudos sobre os processos de avaliação da construção de políticas públicas são fundamentais para o fortalecimento da implementação e escalonamento de políticas, a partir do levantamento de análises qualitativas sobre as percepções dos atores envolvidos no processo de criação e implementação. Busca-se evidenciar com o resgate desses marcos que contribuíram com a construção da agenda política e social da agroecologia que há um processo contínuo de construção, desmonte e retomada ao longo dos anos que revelam uma natureza não linear desses processos políticos e sociais interdependentes. O objetivo dessa tese não é analisar o processo de institucionalização da Agroecologia na agenda política brasileira – estudos com esse escopo já foram realizados por vários/as autores/as (Luzzi, 2008; Bensadon, 2017; Schmitt, 2016; Moura, 2014). Busca-se analisar as interações dialéticas entre as ações públicas, coletivas e individuais para a criação e manutenção das políticas e programas para a transição e transformação agroecológica.

1.2. Contexto histórico-político contemporâneo e a construção sociopolítica da Agroecologia no Brasil

O campo-arena da Agroecologia está em constante construção e reconstrução, pois articula agentes heterogêneos, indivíduos e/ou instituições que se estabelecem em diferentes espaços-tempo de lutas e disputas cotidianas. O sentido de campo-arena remete aqui ao conceito de campo de Bourdieu (2004), e não se trata do sentido de um ‘campo científico’, mas sim “um campo de forças e lutas” (Bourdieu, 2004: 22). A partir dessa noção, se constrói o entendimento de que o campo-arena da Agroecologia é um “microcosmo de ação socialmente construído”, que possui uma autonomia relativa, isto é, “[...] as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas externas pesa fortemente sobre as relações de forças internas” (Lahire, 2002: 47). O pensamento relacional irá reconfigurar o sentido do real, diante da afirmação “o real é relacional” e da “ação das relações” (Bourdieu, 1989).

O campo-arena da Agroecologia Política é uma construção social fruto de um espaço-tempo de luta que expressa o fenômeno social em movimento. Para Martins (2002: 176), o conceito de campo de Bourdieu se distancia de polarizações, e demarca a importância de conceber um “pensamento relacional [...] entre os sistemas de percepção, apreciação e ação, e as diferentes estruturas constitutivas do mundo social e das práticas”. A teoria social de Bourdieu (1983) busca superar os problemas acarretados pela lógica dicotômica objetivista e subjetivista, “[...] recondicionando-os por meio de uma terceira categoria: a prática. Logo, não se trata de excluir as categorias subjetivas e objetivas, mas de relacioná-las ao entorno da problemática do mundo prático-social” (Menezes; Gómez, 2017: 134). Bourdieu (1983) procura “[...] reconduzir o estudo dos sistemas simbólicos às suas bases propriamente sociais, ou melhor, às práticas com que os agentes afirmam seu código (matriz) comum de significações presentes nos objetos, instrumentos e agentes mítica e ritualmente qualificados” (Miceli, 2007: ii).

À luz dessas perspectivas teóricas-analíticas iniciais, foram delimitados quatro intervalos temporais com os principais marcos e fundamentos contextuais-históricos que perpassam a construção social e política da Agroecologia no Brasil. Foram delimitados quatro intervalos temporais analíticos em razão dos principais acontecimentos contextuais históricos e políticos no Brasil. A primeira delimitação temporal compreende o período de 1960 a 1987. Esse intervalo compreende o período histórico de repressão e luta camponesa no período da ditadura civil-militar e a emergência de um movimento

contestatório da Revolução verde a partir do marco da ‘agricultura alternativa’⁴. O segundo recorte analisado (1988-2002) compreende a redemocratização brasileira pós-ditadura militar até o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesse período os movimentos sociais agrários ampliaram a luta pela terra na terra e inseriram outras reivindicações como a luta pela redução de agrotóxicos.

O terceiro recorte analisado (2003-2016) compreende o período de mobilizações no campo social e político para a efetiva institucionalização da Agroecologia como política pública de abrangência nacional. Por fim, o último recorte é o de 2016 a 2022 e compreende o período crítico de pandemia do COVID-19 e o desmonte e descontinuidade de políticas públicas sociais no Brasil, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que conduziu a um grave retrocesso social nos indicadores de segurança alimentar, inflação alimentar, desemprego, desigualdade, concentração fundiária e fome.

1.2.1. Revolução Verde e a Ditadura Militar (1960-1987)

Para esse primeiro período histórico analisado de 1960 a 1987, verifica-se que à medida que se conflagrou o aprofundamento da modernização conservadora com a ‘Revolução Verde’ diversas questões ambientais foram suscitadas, tanto no plano nacional como internacional. Na década de 70 ainda não existia no Brasil um corpo teórico e tecido analítico robusto em torno da Agroecologia. O que existia era um manifesto e reação ao avanço do modelo de modernização conservadora promovido pelas políticas públicas neoliberais baseadas na modernização conservadora, a partir de um projeto hegemônico fundado no uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas pesadas e sementes geneticamente modificadas.

No Brasil a Revolução Verde aprofundou “[...] a integração técnica da indústria com a agricultura através da ação direta do Estado sob a lógica do planejamento induzido dos mercados, com o Sistema Nacional de Crédito Rural” (Delgado, 2012: 13). Houve ainda, nas décadas de 1960 a 1980, a “[...] desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (de produção e de preços); estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos; e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura” (Delgado, 2012: 13). Essa integração técnica da agricultura com a indústria foi impulsionada pela “indústria processadora de produtos rurais, a qual em interação com

⁴ As agriculturas alternativas mais conhecidas são a agricultura regenerativa, orgânica, natural, biológica, agroflorestal, agroecológica, permacultura, biodinâmica e sintrópica. Esses tipos de agriculturas apresentam particularidades que devem ser consideradas em cada contexto.

o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituíram verdadeiros complexos ou ‘sistemas agroindustriais’ interligados” (Delgado, 2012: 16).

Entre 1964 e 1985 o Brasil passou por uma longa ditadura civil-militar. O Estado ditatorial promoveu a implantação e a expansão da modernização tecnológica da agricultura sob o rótulo global da Revolução Verde promovendo uma aliança entre latifúndio, complexos agroindustriais internacionais e mercado financeiro (Almeida, 2009). O desenvolvimento agropecuário brasileiro caminhou particularmente nesse período para “um modelo industrial concentrador, predatório e excludente” (Sauer, 2010: 30). A dominação do capital industrial, “ou agroindustrial, permitiu uma subversão do processo produtivo e uma expropriação do saber dos agricultores familiares e camponeses” (Sauer, 2010: 30). Dada essas condições, há uma grande contradição e complexidade analítica em torno dos contornos das questões agrária, ambiental e camponesa nesse período sob a égide do “mito da modernidade”⁵.

Em novembro de 1964 foi publicada a Lei nº 4.504 - denominada de Estatuto da Terra. No ano seguinte, em 1965, foi publicado o Código Florestal, através da Lei nº 4.771. O Estatuto da Terra e o Código Florestal, ambos instituídos no início da ditadura no governo de Castello Branco, devem ser analisados criticamente, ainda que pareçam responder às questões da concentração da terra e proteção ambiental. Para Maia (2016: 116), a criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foram:

[...] a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. Afinal, os espectros da Revolução Cubana (1959) e da implantação de reformas agrárias em vários países da América Latina (México, Bolívia etc.) estavam presentes e bem vivos na memória das classes dominantes.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 1964, manteve a bandeira da reforma agrária durante o período de ditadura (CONTAG, 2013). A questão agrária no Brasil é reequacionada e adquire novos contornos com o Estatuto da Terra, e mesmo após o golpe de 1964, os camponeses firmaram-se como

⁵ Um dos mitos do discurso da modernidade é a crença “da igualdade socioeconômica e do sucesso nos grandes centros urbanos ditos desenvolvidos” (DUARTE, 2000, p. 2). A contrassenso, o processo de modernização provocou um deslocamento de milhões de pessoas do meio rural para os meios urbanos. No entanto, tal deslocamento “não resultou em um processo de emancipação, como uma consequência natural do desenraizamento e urbanização, como apregoavam os defensores da modernização” (SAUER, 2010, p. 31).

atores sociais importantes (Grynszpan, 2006). Para Manoel José dos Santos, a reforma agrária “[...] não é só acesso à terra nem só uma ação focada para os assentamentos, é uma política muito mais ampla de reformulação das políticas para o campo brasileiro” (Lerrer, 2003: 130-131).

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, ainda em plena ditadura militar, “[...] como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam” (CPT, 2023). Para Mitidiero (2008: 150), diante das circunstâncias que a realidade do campo apresentava, e ainda apresenta, a CPT “autodenomina-se como uma comissão convocada pela memória subversiva do Evangelho e inspirada pela teologia libertadora”. Para Petersen e Almeida (2006), a criação da CPT sistematizou o processo de mobilização junto ao campesinato em vários estados.

Nesse primeiro período de 1960 a 1987, o movimento em torno da “agricultura alternativa”⁶ no Brasil estabeleceu uma relação apenas com a questão ambiental e ecológica. O conceito de agricultura alternativa, elaborado em 1981 no I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), através da Carta de Curitiba, refletia uma agricultura alternativa de caráter tecnicista limitada à questão ambiental, ou seja, era entendida apenas “como um conjunto de técnicas que deveriam ser utilizadas de forma integrada em equilíbrio com o meio ambiente” (Luzzi, 2007: 21). Nos dois primeiros encontros da EBAA, em 1981 e 1984, os debates e pactos centraram em torno dessas questões técnicas-agrícolas e ambientais. Na carta política emitida pela Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS), o conceito de agricultura alternativa é assinalado como:

(...) uma nova postura diante da agricultura, através de um conjunto de técnicas aplicadas às produções vegetal e animal; essas técnicas são capazes de gerar alimentos de alta qualidade biológica, respeitando a natureza, trabalhando com ela e não contra ela (...) (Carta Política do I EBAA, 1981, p. 12).

⁶ A chamada agricultura alternativa reúne diferentes correntes: a agricultura biodinâmica, agricultura orgânica (Howard, Inglaterra, 1925-1930), agricultura biológica (Müller, Suíça, 1930), agricultura natural (Okada, Japão, 1935), etc. Apesar de diferenças técnicas, a unidade de análise centra-se nos agroecossistemas

Na década de 80, destaca-se a iminência do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEB, em torno da adoção de um modelo de agricultura mais adequado do ponto de vista socioambiental, mas junto aos agricultores familiares camponeses, comunidades rurais e organizações de base. Nessa mesma década, é criada a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), no Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para a implantação de um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável no Brasil. Em 1983, a criação do Projeto Tecnologias Alternativas-Fase (PTA-Fase) e, nos anos seguintes, outras ONGs se multiplicaram no campo, atuando em todas as regiões do país. O surgimento dos Centros de Tecnologia Alternativa (CTAs) e da Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) reforçaram o movimento (Moura, 2016).

Em 1984, acontece o II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (II EBAA), em Petrópolis, que culminou com a Carta de Petrópolis, na qual os participantes firmaram um compromisso de “redirecionar a pesquisa agrícola, realizar um diagnóstico dos diversos problemas ambientais, difundir o uso de tecnologias alternativas na agricultura e implantar uma legislação sobre o uso de agrotóxicos” (Strauch; Palm, 2019: 102). Em 1985, foi criada a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, e em 1993 se concretiza a criação do Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, com uma área de 70 hectares, situada em Seropédica, resultado de uma parceria entre a Embrapa Agrobiologia e Embrapa Solos, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR)⁷.

As críticas que antes se limitam ao pacote tecnológico da Revolução Verde ampliaram e passaram a incorporar outros problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. A partir do III EBAA realizado em 1987 em Cuiabá, passa a ser pautado as condições sociais para a produção agroecológica no Brasil. Esse marco é importante, pois começa a ser questionado e pautado a necessidade de uma agenda social e política vinculada à questão ambiental. Importa destacar a fala de José Graziano da Silva sobre a importância de enfrentamento dessas questões sociais históricas não superadas: “(...) o desenvolvimento provocado pelo capitalismo entra em choque com as relações de

⁷ Atualmente, a Fazendinha Agroecológica segue em atividade e além das entidades parceiras, recebe incentivos das instituições públicas de fomento à pesquisa e ao ensino Faperj, CNPq e Capes.

produção, e não permite mais a sobrevivência do camponês, do pequeno produtor, do boia-fria, e explora o trabalhador rural”. Além disso, aponta que “é esta a contradição do momento, que precisamos explorar. Não é apenas a destruição do meio ambiente, é a lumpenização do campesinato e a alienação do trabalho e outras formas” (FAEAB, 1987: 51).

O III EBAA ficou marcado pela disputa entre dois pontos de vistas diferentes em relação à agricultura alternativa: por um lado, um grupo defendia que as mudanças sociais no campo deveriam ter prioridade para que consequentemente fossem instauradas as mudanças de ordem técnica. Por outro lado, outro grupo defendia que “as transformações técnicas poderiam se dar concomitantemente com as transformações sociais e poderiam até mesmo ser instrumentos dessas transformações” (Padula et al., 2013: 44). Além de estudantes e engenheiros–agrônomos, participaram desse III EBAA, agricultores vinculados ao PTA da Fase e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Estado do Mato Grosso (Sambuichi, et al., 2017). Outra novidade foi a participação de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que marcou o início da aproximação entre o movimento da agricultura alternativa e os movimentos sociais do campo (Sambuichi, et al., 2017).

O debate internacional apontava a necessidade de relacionar questões ambientais com questões sociais e econômicas. A partir da década de 1980, difunde-se o chamado ‘desenvolvimento sustentável’ como um termo de influência anglo-saxônica (*sustainable development*). Em 1986, na Conferência Mundial sobre Conservação e Desenvolvimento, no Canadá, o conceito de “Desenvolvimento Sustentável Equitativo” foi colocado como um novo paradigma, tendo como princípios: i) integrar conservação da natureza e desenvolvimento; ii) satisfazer as necessidades humanas fundamentais; iii) perseguir equidade e justiça social; iv) buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; e, v) manter a integridade ecológica. Em 1987, o desenvolvimento sustentável é consagrado com o Relatório Brundtland⁸ elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio

⁸ O relatório reconheceu que para buscar soluções para o desenvolvimento sustentável seria imprescindível: “tomar consciência do fato de que os problemas sociais e ambientais são interconectados; reconhecer que perturbações ambientais não são restritas a propriedades particulares ou a limites geográficos; que catástrofes experimentadas em uma determinada região do mundo, consequentemente, afetam o bem-estar

Ambiente e Desenvolvimento, atribuindo-lhe a seguinte definição: “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (Montibeller Filho, 1999: 29).

1.2.2. Redemocratização e a Luta pela terra na terra (1988-2002)

Esse segundo recorte temporal aplicado ao estudo compreende a redemocratização brasileira, pós-ditadura militar (1964-1985), até o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período a questão agrária-camponesa passa a ser articulada com a questão ambiental no debate nacional de modo mais sistemático, em parte influenciada pelo contexto internacional. A questão agrária e fundiária foi recolocada na agenda institucional e no debate nacional com a redemocratização do Estado. Do ponto de vista da reconstrução do ambiente democrático, as reflexões em torno da “luta pela e na terra e a democratização do país” contribuíram com a construção de novas bases para o campo com “o surgimento de novos protagonismos e reivindicações, lutas por direitos e por reconhecimento de direitos” (Sauer, 2010: 09). O movimento agroecológico ganhou maior força e escala com as “as comunidades rurais e organizações de base em interação com instituições comprometidas com a viabilidade social e econômica da agricultura familiar (camponesa) alternativa à Revolução Verde” (Pertersen e Dias, 2007: 11).

Em 1989 foi publicado a Lei nº 7.802 que tratou do controle e regulação do uso de agrotóxicos. Na década de 90, o tema da agricultura orgânica ganhou força no Brasil, em parte, em razão da demanda internacional por produtos orgânicos que desencadeou uma discussão sobre a normatização e certificação desses produtos. A preocupação com a questão ambiental foi o elemento de pressão para o agendamento político da produção orgânico nos planos internacional e nacional. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, é um marco nesse processo, pois “[...] fatores como a atenção com a degradação ambiental, aliados à expansão mundial da produção orgânica e à consolidação e expansão das experiências produtivas no Brasil colaboraram para expansão da agroecologia naquela década” (Moura, 2016: 47). Os debates sobre a necessidade da instituição de uma legislação nacional sobre a produção orgânica intensificaram, “especialmente, com a publicação do regulamento técnico EC 2092/91 da Comunidade Econômica Europeia,

de pessoas em todas as localidades, e que, apenas sobre abordagens sustentáveis do desenvolvimento, poderá se proteger o frágil ecossistema do planeta e promover o desenvolvimento da humanidade”.

maior mercado importador de produtos orgânicos do mundo na época” (Karam et al., 2006: 01).

Em 1992 houve a formação do Movimento de Agroecologia da América Latina e Caribe (MAELA), “[...] aglutinando defensores de processos de ‘Certificação Participativa’ da produção orgânica, tais como os que já vinham sendo praticados pela Rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil” (Karam et al., 2006: 01). Prevaleceu até os anos 2000, no debate agroecológico, críticas ao modelo tecnológico modernizante para a agricultura, a busca de alternativas tecnológicas, a produção orgânica, as certificações participativas, e a luta contra os agrotóxicos, sobretudo militado por categorias profissionais, como as dos engenheiros agrônomos (Moura, 2016). Os movimentos sociais no campo passam a assumir gradativamente um maior protagonismo com a criação dos Encontros Nacional de Agroecologia, “não só por manifestar uma crítica ao modelo tecnológico da Revolução Verde, como também por incorporar propostas convergentes com os princípios da Agroecologia” (Petersen e Almeida, 2006: 43).

A constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), estabelecido em 1993 no governo de Itamar Franco é considerado um marco importante no bojo de iniciativas que buscavam reduzir a fome e construir uma política de segurança alimentar e nutricional. No entanto, esta primeira versão do CONSEA foi extinta em 1995, e restabelecido em 2003, constituindo-se um “importante espaço para representantes da sociedade civil e atores governamentais discutirem, construírem propostas e monitorarem iniciativas de promoção da segurança alimentar e nutricional” (Grisa e Schneider, 2015: 37).

Os principais acontecimentos nacionais desse período, sobretudo em torno das questões ambientais, foram influenciados pela agenda internacional, sobretudo com a ocorrência da ECO-92 no Rio de Janeiro. Verifica-se que a discussão sobre a regulação e uso de agrotóxicos e os sistemas de certificação da produção orgânica são considerados marcadores temporais importantes e embrionários na construção da agenda política e social da Agroecologia associada às agendas da agricultura familiar e da produção orgânica.

1.2.3. Agroecologia como Política Pública (2003-2016)

Esse terceiro recorte temporal, de 2003 a 2016, compreende o período de maior reconhecimento político institucional da agenda agroecológica no Brasil. Antes da formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 2012, é importante revisitar alguns antecedentes. Em 2002, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA I) com a confluência de diferentes iniciativas voltadas para “favorecer mecanismos de articulação entre processos sociais locais e regionais dedicados à promoção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo, fundado no fortalecimento e consolidação da produção familiar e nos princípios da agroecologia” (ENA I, 2002: 09).

A plenária final do ENA decidiu pela criação de uma Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) “a ser construída progressivamente a partir das próprias experiências e processos coletivos de promoção da agroecologia existentes em todas as regiões do país” (Carta aos participantes do ENA, 2003: 01). A ANA foi pensada com um espaço catalisador de processos e intercâmbios de socialização de experiências agroecológicas e de convergência para discussão de temáticas em nível nacional para: “a) mapear e sistematizar experiências de agroecologia no país; b) informar sobre essas experiências; c) estimular intercâmbios de ideias, experiências; d) formular e negociar políticas públicas” (Carta aos participantes do ENA, 2003: 02).

Em 2007 ficou instituído o Decreto n. 6.323 que regulamentou a Lei de Orgânicos, e conferiu outras providências, dentre elas tratou da organização de controle social que diz respeito ao grupo, associação, cooperativa ou consórcio vinculado ao agricultor familiar em venda direta, e os sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica, regulamentando o conjunto de atividades desenvolvidas, visando assegurar a garantia do produto, processo ou serviço submetidos a uma avaliação de conformidade de modo participativo (BRASIL, 2004). Para a efetiva regulamentação dessa Lei da ‘Agricultura Orgânica’, foi criada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica (CSAO), em 15 de abril de 2004, composta por membros do governo e da sociedade civil (Moura, 2016).

As principais diferenças entre a Agricultura Orgânica e a Agricultura Agroecológica são em termos de: i) referencial teórico; ii) objeto de análise; iii) princípios; iv) atores chaves; v) tecnologias; vi) normas de produção; vii) certificação; viii) alimentação etc. Para

Bellon et al., (2011: 13), os referenciais teóricos iniciais da agricultura orgânica são os das ciências do solo e da agronomia; além da influência da Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), já para a agricultura agroecológica os referenciais teóricos são de distintas naturezas interdisciplinares entendida comumente como ciência; prática e movimento (Wezel et al., 2009). O objeto de análise da Agricultura Orgânica são os sistemas agrícolas, os sistemas produtivos, práticas ambientais e a biodiversidade e a Agricultura Ecológica trabalha com a lógica dos sistemas socioecológicos, agrários, agrícolas e alimentares envolvendo as noções de soberania, segurança e autonomia alimentar.

Os princípios que norteiam a Agricultura Orgânica são a equidade; saúde; ecologia; e justiça, segundo os preceitos do IFOAM (2005). Na Agricultura Agroecológica os princípios são definidos em torno dos atributos da i) baixa dependência de inputs externos; ii) uso de recursos naturais renováveis; iii) mínimo de impacto adverso ao meio ambiente; iv) manutenção da capacidade produtiva; v) diversidade biológica e cultural; vi) conhecimento da população local; vii) satisfação das necessidades humanas (Gliessman, 1999). Os atores chaves da Agricultura Orgânica são os produtores, consumidores e certificadores. Na Agricultura Agroecológica há uma maior diversidade de atores chaves, com destaque aos agricultores/as familiares camponeses (Bellon et al., 2011).

O fortalecimento da agricultura familiar camponesa é um pilar fundamental para a agenda agroecológica. Para Niederle et al. (2019, p. 277) a construção de políticas públicas em favor da agroecologia envolve uma ampla rede de atores estatais e não estatais, e no caso brasileiro, “as políticas em favor da agroecologia avançaram no espaço político e institucional aberto pelas políticas de fortalecimento da agricultura familiar”. De modo que ao adentrar no universo destas políticas públicas, “as ideias agroecológicas passaram a interagir com dispositivos pré-existentes, enfrentando resistências e sofrendo adaptações” (Niederle et al., 2019: 277). No final da década de 70, em razão do posicionamento político dos movimentos sindicais e sociais que articularam uma postura reivindicativa de protesto e crítica ao governo federal, a reforma agrária é recolocada na agenda política e social (Picolotto, 2011; Schneider, 2010; Favareto, 2006).

Em 2002, foi estabelecido no Programa Garantia Safra um segmento de crédito voltado especificamente para os grupos mais vulneráveis, para “garantir renda aos agricultores

localizados na região nordeste do país, norte do estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do estado do Espírito Santo que sofreram com a perda de safra por motivos de seca ou excesso de chuvas” (Grisa e Schneider, 2015: 34). Em 2003, com a criação do Programa Fome Zero no início do governo Lula, emergiram um novo impulso e escala às políticas sociais direcionadas ao combate da fome e à pobreza rural. Em 2008, foi reconhecida a importância da atuação via territórios com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) buscando articular e integrar as ações de um conjunto de políticas públicas em alguns territórios economicamente mais fragilizados e socialmente mais vulneráveis.

A necessidade de institucionalização de uma política e projeto político agroecológico territorial foi inserida na agenda política a partir da luta e pressão dos movimentos sociais. A “Marcha das Margaridas” e “O Grito da Terra Brasil” foram e ainda são manifestações importantes que respaldaram a reivindicação para a construção de uma política nacional de fomento e fortalecimento da agroecologia e da transição agroecológica. Consequentemente, no encerramento da Marcha das Margaridas, em 17 de agosto de 2011, a presidenta Dilma Rousseff participou do ato e se comprometeu com a pauta agroecológica, anunciando que: “Eu me comprometo aqui com vocês a dar continuidade a esse diálogo respeitoso e companheiro, (...) criaremos um grupo de trabalho especial, para elaborar o Programa Nacional de Agroecologia, com a participação dos movimentos sociais e das organizações de mulheres”. Esse anúncio e comprometimento, conferiu uma resposta sobretudo às reivindicações das mulheres do campo (Siliprandi, 2017).

O agendamento político-institucional da agroecologia, a partir da Marcha das Margaridas em 2011 representou um marco importante para a governança e ação pública da Agroecologia. Com isso, iniciou-se o processo de construção de uma agenda de trabalho para a agroecologia, que ficou a cargo, à época, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que passou a liderar o grupo permanente de estudos e pesquisas para a agroecologia (Trovatto et al., 2017). Em seguida, foram convidados “os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Embrapa para iniciar a composição do GT” (Trovatto et al., 2017: 94).

Ao longo de 2011 outros órgãos foram incorporados ao grupo, além da sociedade civil, sob a liderança da ANA, para a elaboração de uma proposta de política (Canavesi, Moura e Souza, 2016). Ficou definido, a partir desse Grupo de Trabalho, a criação de “um grupo permanente de estudos e pesquisas, com a participação de representantes da sociedade civil, para discutir o modelo agrícola, na perspectiva de promover a mudança da matriz de alto insumo energético (fertilizantes, agrotóxicos) e de simplificação ecológica” (ANA, 2011). A primeira proposta de política para a agroecologia surgiu desse GT interministerial, discutida em cinco seminários regionais que ocorreram nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Norte organizados pela ANA e ABA com o apoio do MMA e com a participação dos representantes do governo (Trovatto et al., 2017).

A proposta política também foi apreciada pela Comissão Temática da Agricultura Orgânica (CTAO) pelas CPOrg e pelo CONSEA. Após as revisões feitas pelos participantes desses seminários e eventos a proposta foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República. Em abril de 2012, ocorreu o Seminário Nacional “Diálogo governo e sociedade civil” – sobre a devolutiva das considerações da proposta da política. No mesmo ano, em agosto, foi instituída a política por meio do Decreto Federal n. 7.794 no mandato da presidente Dilma Rousseff. Essa construção coletiva anterior ao nascimento da política de agroecologia instituiu um espaço e momentum político de concertação e participação social importantes. Por isso, “esse decreto é considerado um dos instrumentos que possui uma das mais amplas participações em sua elaboração” (Trovatto et al., 2017: 95).

O processo de institucionalização da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi conduzida por agentes políticos e gestores públicos em articulação com diversos representantes de movimentos sociais e da sociedade civil. A PNAPO definiu como um dos seus instrumentos o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) - responsável pela definição de estratégias, projetos, programas e ações. As instâncias de gestão do plano eram a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) até o ano de 2019. O Decreto nº 9.784, de 7 de maio de 2019, no governo do presidente Jair Bolsonaro, revogou os artigos 6º ao artigo 11 da PNAPO que implicou na extinção das instâncias de gestão democrática da Agroecologia no nível federal.

A PNAPo foi o resultado de uma ‘janela política’ fruto da convergência de três fluxos destacados por Kingdon (2003). Os fluxos de problemas; os fluxos de soluções/alternativas e os fluxos políticos (em inglês esses fluxos são compreendidos como fluxos de “problems, policies, politics”). Essas janelas de fluxos de oportunidade são sistemas políticos abertos que geralmente não permanecem favoráveis por muito tempo. No momento da instituição da PNAPo existia um problema político identificado, uma solução reivindicada por movimentos sociais, e um ambiente político favorável, possibilitando a criação de uma política nacional voltada para o fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica. Já a transformação de uma ‘política de governo’ para uma ‘política de Estado’ é um processo gradativo e lento para a efetiva internalização e consolidação de um problema público estrutural e estruturante.

No estudo coordenado por Sabourin (2019) sobre as “Políticas públicas a favor de la agroecologia en América Latina y el Caribe” é destacado que a construção de políticas para a agroecologia passa por três processos centrais: 1) a pressão do movimento social, 2) um contexto de crises e 3) iniciativas governamentais. Levanta-se ainda que são poucos os casos de políticas nominalmente de agroecologia, e que são mais frequentes as normativas de certificação de orgânicos. Os pilares da governança agroecológica são a produção orgânica e a agricultura familiar que já apresentavam anteriormente um corpo normativo e teórico consolidado. A Planapo, um dos principais instrumentos da PNAPo, definiu as principais ações e eixos que iriam traduzir a agroecologia em políticas públicas e ações. O Planapo I - executado de 2013 a 2015 - foi estruturado em quatro eixos: i) produção; ii) uso e conservação de recursos naturais; iii) conhecimento; e iv) comercialização e consumo. O Planapo II - executado de 2016 a 2019 - foi estruturada em seis eixos: i) produção; ii) uso e conservação de recursos naturais; iii) conhecimento; iv) comercialização e consumo; v) terra e território; e vi) sociobiodiversidade; sendo estes dois últimos eixos, os dois novos acréscimos em comparação ao Planapo I.

Os fundamentos da ação coletiva são importantes para compreender o comportamento coletivo, a mobilização de recursos, o processo político e a identidade coletiva (Della Porta e Diani, 1999) em torno da Agroecologia. A ação coletiva coloca em evidência a natureza social de um problema, os desafios em torno do envolvimento, mobilização, continuidade de ações, coordenação, cooperação e engajamento social existentes

(Tarrow, 1994). Portanto, a ação coletiva não está deslocada da agenda política, como também não está subordinada a ela. O papel de atores coletivos em rede como a ANA e ABA na escala nacional, e dos movimentos sociais na escala territorial, são fundamentais pois conferem maior representação, reivindicação e sistematização de experiências. As ações coletivas representam uma “coletividade de pessoas ou uma massa descentralizada dirigida, de modo não-hierárquico” (Munck, 1997: 13) que “congrega esforços com vista à prossecução de um ou mais objetivos relacionados com a satisfação de interesses e aspirações comuns” (Vilaça, 1993: 23).

1.2.4. Desmonte de Políticas Públicas (2016-2022)

Apesar do reconhecimento internacional do Brasil como um dos países que mais avançou na construção de políticas públicas para a Agroecologia há considerações importantes sobre os limites e potencialidades da institucionalização de políticas públicas para a transição e transformação agroecológica. Os movimentos sociais impulsionaram o processo de construção de políticas para a Agroecologia e “em virtude da crescente capacidade de articulação em rede destes atores a agroecologia foi incorporada na agenda do Estado impactando, sobretudo, os referenciais que orientaram a construção de políticas para a agricultura familiar” (Niederle e colaboradores, 2019: 272). Ainda assim, há fragilidades políticas estruturais e conjunturais que impactam a manutenção dessas políticas públicas sociais, mesmo que respaldadas em processos de lutas e reivindicações de movimentos sociais e atores coletivos.

O processo de desmonte e descontinuidade da política nacional de Agroecologia iniciou com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da publicação da Medida Provisória de nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341 de 2016, durante o governo provisório de Michel Temer (2016-2018). Em 2019, no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), o processo de desmonte da agricultura familiar camponesa agroecológica foi aprofundado com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), por meio da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, “[...]comprometendo o longo processo de luta e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas” (Castro, 2019: 02).

No dia 7 de maio de 2019, ainda no governo de Jair Bolsonaro, foram revogados os artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 da PNAPO, a partir do Decreto nº 9.784, que implicou na extinção das duas instâncias de gestão democrática da agroecologia no nível federal. Uma das competências da CNAPO, estabelecida no Art. 7º, inciso I, era promover a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento da PNAPO e da PLANAPO, e dentre as competências da CIAPO prevista no Art. 9º, inciso II, era articular os órgãos e entidades do poder executivo federal para a implementação da política e dos planos de ação. A coordenação da CIAPO estava a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No entanto, o MDA foi extinto em 2016 ainda durante o governo provisório de Michel Temer, com a publicação da Medida Provisória de nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341 de 2016.

A estrutura do antigo MDA passou a integrar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) vinculada a Casa Civil da Presidência da República por força dos Decretos nº 8.780, de 27 de maio de 2016 e do Decreto nº 8.865 de 29 de setembro de 2016, durante o governo de Michel Temer. O Decreto nº 9.667 transferiu as competências da SEAD, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a criação da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF). Diante da extinção da CNAPO e CIAPO, a coordenação da PNAPO esteve a cargo da SAF, instância vinculada ao MAPA, e promoveu inúmeras descontinuidades, desarticulações e rupturas na implementação das políticas e dos planos de ações da Agroecologia.

Os processos de desmonte, descontinuidade e desarticulação na governança das políticas públicas para a agricultura familiar, produção orgânica e transição agroecológica no Brasil revelou os limites e potencialidades da governança e da ação política. A governança agroecológica está fundada nos pilares da agricultura familiar e da produção orgânica. Por isso, há um acúmulo e herança das gerações de políticas públicas anteriores para a agricultura familiar que contribuíram para a estruturação de questões de base como o combate ao uso de agrotóxicos, promoção de canais de comercialização, compras institucionais, assistência técnica, acesso ao crédito, acesso à água etc. No entanto, a manutenção da agenda social e política para a Agroecologia nesses anos de desmonte se manteve graças às ações coletivas e as articulações em rede nos territórios liderado, em grande medida, pela ANA, um exemplo de ação foi a campanha “Agroecologia nas

eleições” que promoveu uma carta de compromisso político para a retomada da agenda agroecológica pelos candidatos nos estados e municípios.

II. AGROECOLOGIA POLÍTICA

O objetivo desse capítulo é revisitar criticamente a literatura da Agroecologia e apresentar contribuições para o processo de formulação teórica, metodológica e analítica da Agroecologia Política aplicável e atrelada aos territórios. Primeiro, é preciso realizar um resgate de como surge e como é aplicado o termo Agroecologia Política, assim como a existência de um GT da CLACSO que a partir de 2019 começa a sistematizar algumas análises na tentativa de definição do que é a Agroecologia Política. Na segunda parte do capítulo é apresentada uma proposição e concepção teórica, metodológica e empírica da Agroecologia Política.

O termo ‘Agroecologia Política’ surgiu da aproximação e aplicabilidade da Ecologia Política no campo da Agroecologia (Toledo, 1999; Molina, 2013; Petersen, 2013). Embora a dimensão política da Agroecologia não seja uma preocupação nova, aumentou a necessidade e o interesse de se compreender as mediações políticas necessárias para o alcance de “sistemas agrários sustentáveis” (Molina, 2013). O GT de Agroecologia Política da CLACSO também coloca que “la búsqueda de la sustentabilidad implica un cambio en su dinámica que sólo puede provenir de los agentes sociales a través de la mediación institucional” (Molina et al., 2021: 25). Essa compreensão da Agroecologia Política atrelada ao conceito de “sustentabilidade agrária” contesta a corrente do salvacionismo tecnológico que não considera a necessidade de mudanças institucionais e sociais para a transição e transformação agroecológica.

A abordagem do “metabolismo social” (Foster, 2014) inspirada na Economia Ecológica e na Ecologia Política, contribuiu com os estudos sobre “metabolismo rural” (Toledo, 2008); “metabolismo agrário” (Molina, 2010); e “metabolismo socioecológico” (Petersen, 2013). Os estudos que aplicam essa análise do metabolismo social dos sistemas identificam que o modo de produção camponês é capaz de reproduzir metabolismos agrários mais sustentáveis porque “se fundamenta em um conjunto de princípios comuns às leis naturais e aos acordos técnico-institucionais que lhes deram suporte: a diversidade produtiva; a flexibilidade adaptativa; a natureza cíclica dos processos econômicos; a

interdependência dos vínculos associativos e a cooperação social” (Gomes de Almeida; Fernandes, 2003: 23). Somado a isso, as “memórias bioculturais das comunidades campesinas” (Toledo, 2008) são concebidas como “um dos principais vínculos de ligação entre o passado, o presente e o futuro da humanidade” (Petersen, 2013: 23).

O sujeito camponês é considerado um sujeito histórico ativo que continua a se reproduzir nas condições modernas, mas que obedece, como argumentou Chayanov (1974, p. 37), alguns “princípios gerais de operações internas, que prevalecem independentemente da validade das leis econômicas que regem a reprodução do capital”. Para Menezes, Sabourin e Tonneau (2004), no Nordeste do Brasil ainda há uma configuração específica da agricultura familiar de origem camponesa: “existe ainda uma agricultura familiar com características camponesas, integrada, até pouco, parcialmente, aos ciclos comerciais de exportação (fumo, cana de açúcar, café, algodão, sisal, mamona, etc) e, portanto, em evolução constante” (Menezes, Sabourin e Tonneau, 2004, p. 3).

A dinâmica da unidade produtiva camponesa imprime uma leitura histórica do presente no futuro. Compreendendo isso, e retomando o problema da transição e transformação agroecológica, a Agroecologia Política deve capturar quais são as mudanças necessárias para o metabolismo agrário ser reequilibrado, compreendendo ‘o aumento dos níveis de receita, a autonomia das famílias, o aumento do valor agregado, o valor do trabalho da família, a reprodução socioecológica e socioeconômica dos agroecossistemas’ (Gomes de Almeida; Fernandes, 2003). Na agricultura familiar camponesa “os produtores criam, adaptam e trocam conhecimentos técnicos e, por outro, a observação mútua e o diálogo representam um importante papel quanto à inovação agrícola e organizacional” (Sabourin, 2003: 150).

Para Petersen (2013: 165), ao elaborar um ensaio sobre a Agroecologia Política, “hoy ya está bien establecido que la cuestión ecológica es un problema de naturaleza política. Menos evidente es el hecho de que la cuestión política sea un problema de naturaleza ecológica[...]”. Petersen (2013: 189), provoca que para desconstruir os fundamentos que sustentam o paradigma da modernização agrícola, a Agroecologia Política deve se basear em duas abordagens econômicas complementares: “1) economia ecológica que, através do estudo do metabolismo agrário, demonstra a contradição entre os estilos de desenvolvimento da modernização e a segunda lei da termodinâmica, pois se baseiam em

padrões de crescimento que geram balanços energéticos cada vez mais negativos”; 2) “economia neoinstitucional, que reconhece que “os mercados não são as únicas instituições sociais que regulam a vida econômica coletiva.”

A concepção de Agroecologia Política levantada por Molina (2021; 2019) está atrelada aos agroecossistemas. No entanto, carece uma concepção de Agroecologia Política capaz de responder às complexidades dos territórios, e não apenas aos agroecossistemas. Ao analisar os atributos dos agroecossistemas verifica-se a existência de uma concepção de análise baseada em algumas propriedades relacionadas centralmente a capacidade produtiva. Para Conway (1987), são quatro as propriedades dos agroecossistemas: produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade. Para Marten (1988), são destacadas cinco propriedades: produtividade; estabilidade; sustentabilidade; equidade e; autonomia. A inclusão da autonomia como quinta propriedade do agroecossistema, diz respeito à interação que um agroecossistema possui com o fluxo de informações e materiais dentro e fora do agroecossistema (Marten, 1988).

Para Gliesman (2001), o agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, mas compreendido como um ecossistema. Para Conway (1987), os agroecossistemas são sistemas ecológicos modificados pelo ser humano para a produção, com uma estrutura dinâmica complexa, que surge das interações entre os processos socioeconômicos e ecológicos, tratando-se de um “complexo sistema agro-socioeconômico-ecológico”. Para D’agostini (1999), a definição de agroecossistemas deve considerar a condição de “Sistemas Adaptativos”, porque estes sistemas “aprendem” e se adaptam no “limite do caos”, com interações locais e não-locais. Para Holanda (2003), um agroecossistema é um sistema aberto, interagindo com a natureza e com a sociedade, através do desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável, que trabalha a eficiência do processo de conversão de recursos naturais em alimento.

A noção de agroecossistemas como sistemas abertos (Holanda, 2003) reforça a existência de porosidades e fluxos de entrada e saída de diversas naturezas: fluxo de energias, conhecimentos, técnicas, saberes etc. Para Altieri (1998, p. 23), a Agroecologia “[...] utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais”. Portanto, Marten (1988) define os atributos dos agroecossistemas

considerando as dimensões sociopolíticas e socioprodutivas. Essas propriedades costumam medidas a partir de diferentes metodologias e métodos, como destaque ao MESMIS; IDEA e LUME que serão apresentados em seguida. Esses métodos são aplicados e desenhados para as unidades dos agroecossistemas, não compreendendo efetivamente a dimensão da Agroecologia Política na escala dos territórios.

O método MESMIS analisa os principais atributos dos agroecossistemas: i) produtividade; ii) resiliência; iii) confiabilidade; iv) estabilidade; v) adaptabilidade; vi) equidade; e vii) autogestão. A produtividade é mensurada pelo critério da eficiência com a análise do rendimento e da eficiência energética; os atributos da estabilidade; resiliência e confiabilidade são mensurados pelos critérios de diversidade produtiva; conservação de recursos; fragilidade do sistema; distribuição de riscos; qualidade de vida; que por consequente são mensurados através de indicadores de espécies manejadas; policultivos; rotações de culturas; número de cultivos; grau de integração na produção e na comercialização; número de etnias envolvidas no manejo; qualidade de solo e água; fluxo de nutrientes críticos; variedades tradicionais; capacidade de economia de recursos; incidência de pragas e enfermidades; tendência e variação de rendimentos; acesso a créditos, seguros e outros mecanismos; índices de qualidade de vida (MESMIS, 2014: 13).

O atributo da adaptabilidade dos agroecossistemas é mensurado no MESMIS pelos processos de aprendizagem e capacidade de inovação - a partir dos indicadores de capacitação e formação; adaptações locais aos sistemas propostos; evolução do número de agricultores por sistema; geração de conhecimentos e práticas. Na dimensão da equidade do método MESMIS levanta-se os critérios de distribuição e evolução do emprego para analisar os indicadores de beneficiários por etnia, gênero e grupo social; e jornada de trabalho; por fim, a dimensão da auto-gestão dos agroecossistemas é analisada a partir da participação; autossuficiência; controle e organização a partir da identificação do envolvimento dos beneficiários no projeto; grau de dependência de insumos externos; nível de autofinanciamento; reconhecimento dos direitos de propriedade; uso de conhecimentos locais; poder de decisão sobre aspectos críticos do funcionamento do sistema (Maser et al., 2000).

Alguns estudos longitudinais avaliaram a aplicabilidade do método MESMIS nos agroecossistemas ao longo do tempo, como o estudo de Speelman e colaboradores (2007), que identificou as lições aprendidas a partir da aplicabilidade do MESMIS em 28 estudos de caso em países latino-americanos durante dez anos. O método MESMIS aplicado nesse estudo de Speelman e colaboradores permitiu avaliar as condições necessárias para o aumento da sustentabilidade dos agroecossistemas e identificar os pontos críticos. No entanto, a maioria dos estudos de caso fizeram comparações transversais entre si, e por isso outras ferramentas foram desenvolvidas para auxiliar na integração dos indicadores, a partir da programação multi-escalar de múltiplos objetivos (López-Ridauro, 2005).

No método IDEA os agroecossistemas são avaliados a partir da diversidade de culturas; valorização e conservação do patrimônio genético etc. Portanto, a organização do espaço é avaliada a partir da análise da rotação de culturas; da dimensão das áreas; da gestão da matéria orgânica; da existência de zonas de regulação ecológica; da gestão de áreas forrageiras; e das práticas agrícolas – com isso, são avaliadas a fertilização e proteção do solo; a gestão dos recursos hídricos; a dependência energética; o uso de pesticidas etc., Já a segunda dimensão socio territorial da sustentabilidade é avaliada a partir da análise da qualidade dos produtos agrícolas produzidos e do território; emprego e serviços; ética e desenvolvimento humanos. Por fim, a terceira e última dimensão econômica analisada trata da viabilidade econômica; a independência; a transmissibilidade e a eficiência (Vilain, 2008: 33).

O terceiro método de avaliação de agroecossistemas que merece destaque é o LUME, aplicado para mensurar os seguintes atributos dos agroecossistemas: a) autonomia; b) responsividade; c) integração social do núcleo social de gestão do agroecossistema (NSGA); d) equidade de gênero/protagonismo das mulheres; e) protagonismo da juventude. No entanto, apesar do método analisar a dimensão da autonomia dos agroecossistemas, ainda não é suficiente para analisar as relações de poder. A autonomia dos agroecossistemas, para o método LUME, se relaciona com a capacidade do agroecossistema de renovar as condições econômico-ecológicas, quando mobiliza “a maior parte dos recursos necessários para a sua reprodução por intermédio de trocas com a natureza (pelo processo de trabalho) ou por meio de trocas socialmente reguladas na comunidade (por relações de reciprocidade)” (LUME, 2021: 07). Essas dimensões não

contemplam uma análise e levantamento de dados sobre as relações de autonomia em torno da capacidade de tomada de decisões considerando relações de gênero; étnicas e raciais.

O método LUME foi adotado e aplicado pelo programa Pró-Semiárido e teve como objetivo “conferir maior visibilidade às relações econômicas, ecológicas e políticas que singularizam os modos de produção e de vida da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais integrantes do Projeto” (Caderno Pró-Semiárido, 2019: 07). Apesar do grande marco e inovação diante dessa escolha metodológica, verifica-se a prevalência das análises econômicas-ecológicas dos agroecossistemas em detrimento de análises sociopolíticas. Apesar do levantamento da autonomia dos agroecossistemas em torno da autogestão, verifica-se uma dificuldade na sistematização desses dados, e a deficiência de maiores análises em torno das relações políticas-territoriais existentes e a centralidade nas famílias como sujeitos ativos desse processo. Além das relações de gênero, racial e étnicas que não são tangenciadas.

Os agroecossistemas são concebidos, muitas vezes, como unidades de análise “neutras” e/ou “apolíticas” ainda que reste claro que os agroecossistemas são constituídos por famílias em suas unidades domésticas que desempenham o papel de sujeitos políticos e que as relações sociais de poder existentes afetam diretamente os atributos de sustentabilidade; produtividade e autonomia dos agroecossistemas. Apesar da grande inovação e contribuição dos métodos MESMIS; IDEA e LUME para a avaliação dos atributos dos agroecossistemas, a Agroecologia Política não é avaliada e reconhecida em sua totalidade a partir desses métodos. Os agroecossistemas representam um recorte analítico, e é preciso maiores análises centradas nas relações de poder e nos fatores que influenciam às tomadas de decisões, assim como a dimensão e interação socioecológica territorial em termos de governança e acesso às políticas públicas.

Essa releitura crítica das lacunas e limitações metodológicas existentes em torno dos agroecossistemas tem por finalidade evidenciar lacunas metodológicas e conduzir a uma análise crítica dos métodos existentes para uma desejável aplicabilidade empírica da Agroecologia Política, relacionando às dimensões da soberania, segurança e autonomia nas perspectivas agrária e alimentar. Os métodos existentes para avaliar a sustentabilidade dos agroecossistemas não apresentam, atualmente, um sistema de indicadores capaz de

mensurar as relações entre as dimensões da soberania; segurança e autonomia agrária-alimentar – para além das análises da i) produtividade; ii) resiliência; iii) confiabilidade; iv) estabilidade; v) adaptabilidade; vi) equidade; e vii) autogestão.

2.1. Agroecologia Política no Brasil: construção em movimento

A questão a ser enfrentada nesta segunda parte é a necessidade de formulação de uma concepção de Agroecologia Política. Apesar da grande contribuição do GT de Agroecologia Política da CLACSO, ao fomentar a proposição da Agroecologia Política como “a conexão da Ecologia Política com a Agroecologia” (Molina et al., 2021) não é apenas uma questão de aplicabilidade da disciplina da Ecologia Política na Agroecologia e assegurar o metabolismo agrário e socioecológico dos agroecossistemas. É preciso equacionar e responder às condições e processos para a transição e transformação agroecológica nos territórios, dimensionando as categorias da soberania; segurança e autonomia como condições sociopolíticas materiais fundantes.

Parte-se da compreensão da Agroecologia Política como um campo-arena de disputa por áreas do conhecimento, instrumentos políticos de gestão, políticas públicas para o desenvolvimento; reivindicações socio-territoriais, conquista de direitos, governança e políticas públicas em rede, e autonomia nas tomadas de decisões entre os autores e instituições envolvidas na transição e transformação agroecológica. Essa problemática do “campo-arena” coloca a Agroecologia Política em uma posição dialética e relacional e situa as ações e relações de poder como atributos centrais nesse processo. As disputas no campo-arena revelam-se através de tensionamentos entre atores, instituições; ciência e saberes; práticas; e lutas sociais.

A abordagem da Agroecologia Política como um campo-arena está ancorada na noção de campo de Bordieu (1996) para entender que o campo é definido pelas relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes e instituições. O que configura um campo são as posições, lutas concorrenciais e interesses, pois “é no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas que tem por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam e isso por meio dos interesses específicos que aí são determinados” (Bourdieu, 1996: 61).

Compreendida a noção de campo-arena, formula-se a Agroecologia Política como o conjunto de ações públicas, coletivas e individuais para a transição e transformação agroecológica nos territórios. O exercício dessas ações está condicionado a existência de condições de exercício de poder através de soberania e governança de direitos (direito à terra; ao alimento adequado; ao ambiente equilibrado; etc.); acesso às políticas públicas (seguranças fundiária-alimentar-hídrica-energética-socioecológica) e tomada de decisões na vida cotidiana (autonomia e relações de gênero-raciais-étnicas). Com essa proposição, busca-se promover a análise relacional entre esses diferentes componentes e processos. O primeiro processo dessa proposição é em torno dos tipos de ações para a construção da Agroecologia Política. As ações públicas, coletivas e individuais são concepções relacionais abordadas e não acontecem sempre ao mesmo tempo e/ou sempre entrelaçadas. Contudo, é fundamental pensá-las de modo relacional.

Contrariamente ao que ocorre no português, ao aplicar o vocábulo “política”, no inglês, há uma distinção tipológica entre *policy* – *politics* – *polity* que contribui para a reflexão e aprofundamento de algumas análises sobre os processos em torno da Agroecologia Política. A dimensão material (*policy*) refere-se aos conteúdos concretos, abrangendo: “[...] a configuração dos programas políticos, os problemas técnicos e o conteúdo material das decisões políticas” (Frey, 1999: 05). A dimensão processual (*politics*) evidencia o processo político, de tendência conflituosa, na disputa pela definição dos conteúdos e decisões (Frey, 1999). A dimensão institucional (*polity*), está atrelada ao sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político-administrativo (Frey, 1999; Schubert, 1991). Essas dimensões permitem analisar a perspectiva relacional e os tensionamentos existentes nos processos políticos.

Ao aplicar a perspectiva do “*policy* – *politics* - *polity*” na Agroecologia Política as dimensões político-social e político-institucional ficam mais evidentes. As análises dos conteúdos; dos processos e da institucionalidade permitem identificar a dinâmica e graus de influência de uma dimensão sobre a outra. Para esse alcance, foi realizado uma análise da dimensão política-territorial dos movimentos sociais e articulações em rede a partir do estudo do conteúdo das cartas políticas dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA’s): o I ENA de 2002 ocorrido no Rio de Janeiro - RJ; o II ENA de 2006 realizado

em Recife – PE; o III ENA de 2014 realizado em Juazeiro - BA; e o IV ENA de 2018 realizado em Belo Horizonte - MG. A partir dessa análise documental exploratória propõe-se novas análises para reaprender a evolução ou retração dos processos políticos e sociais, e dar a conhecer a forma como eles foram incorporados (ou não) na ação pública ao longo dos anos.

No I ENA realizado no Rio de Janeiro em 2002 foi pautado a necessidade de introduzir a causa agroecológica na agenda política da Agricultura Familiar Camponesa. A comissão organizadora do ENA contou com a participação e articulação de uma diversidade de organizações como a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR; Articulação do Semiárido Brasileiro–ASA; Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA; Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata– CTA-ZM; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Centro Ecológico Ipê; Comissão Pastoral da Terra –CPT; Conselho Nacional dos Seringueiros–CNS; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –CONTAG; Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – Feab; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf-Sul; Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária/Universidade Federal de Mato Grosso – Gera; Grupo de Trabalho Amazônico–GTA; Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia – GTNA; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Rede Cerrado; Rede Ecovida de Agroecologia; Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – Sasop; União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – Unefab (ENA, 2002).

A diversidade de atores sociais envolvidos no I ENA revelou uma abertura e aderência crescente dos movimentos sociais ao “momentum” político internacional e nacional da causa ambiental. Com a entrada de pautas ambientais no repertório de lutas como a “preservação ambiental, defesa da biodiversidade, do conhecimento tradicional e a transnacionalização da organização camponesa através da Via Campesina, os movimentos camponeses se tornaram agentes centrais da contemporaneidade” (Picolotto e Piccin, 2008: 05). De maneira que, começa a ser destacado o “ambientalismo camponês” (Picolotto e Piccin, 2008) com a ‘ecologização da agricultura familiar’ (Costa; Aléssio; Picolotto, 2016). Tradicionalmente, as reivindicações de distribuição, acesso e permanência na terra, aliada a luta por melhores condições de trabalho, pautaram os

movimentos camponeses (Medeiros, 1989). Diante do avanço da agricultura neoliberal com a expansão do agronegócio atrelada ao avanço político da Frente Ampla Ruralista na defesa dos interesses do setor, insurgiu a necessidade de articular um contraponto a esse modelo hegemônico.

A Agroecologia como projeto político socio-territorial é uma construção importante para promover a reprodução social de ‘meios e modos vida sustentáveis’ (Chambers; Conway, 1992). A passagem do modelo convencional para o agroecológico nos territórios não é um processo “automático”, mas, um projeto político relacional, não linear e complexo. A analogia das “metamorfoses agroecológicas” destacada por Petersen (2013) é interessante para ‘superar’ o dualismo clássico da luta por ‘reforma ou revolução’. O desafio contemporâneo é abordar os aspectos interdependentes “[...] uma de ordem política e ação coletiva, e outra de ordem intelectual (o plano de reflexão) [...]” (Petersen, 2019: 127). Para Petersen (2013: 212) a metamorfose agroecológica:

no puede ser impulsada únicamente a partir de las intervenciones planeadas, sea por el Estado o por los movimientos sociales [...]. Esse processo relacional, não linear e complexo “surge de dentro del agroecosistema, inicialmente como pequeños desvíos de rutina poco visibles, [...], promoviendo nuevos vínculos e interacciones entre los recursos endógenos transformando por completo el metabolismo agrário.

A Agroecologia Política também se apresenta como contestação ao modelo político hegemônico e dominante do agronegócio. No painel de debate sobre “A crítica ao Modelo de Desenvolvimento Atual”, no I ENA, foram tratados os impactos do agronegócio nos territórios do cerrado, do semiárido e do pantanal. Para Shigeo Shiki (2002: 20) “o movimento do capital agrário nos cerrados veio sob a forma de boi, com a ajuda do governo, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária – Condepe, que transformou os cerrados num imenso pasto de braquiária”. Em 1995, a Embrapa estimava que “dos potenciais 60 milhões de hectares de pastagens nos cerrados, 41 milhões eram de um único gênero – a *Brachiaria* sp, uma grama australiana que se adaptou muito bem ao cerrado” (Shiki, 2002: 20). Além disso, a implantação do modelo agrícola da Revolução Verde provocou danos socioambientais com diferentes gravidades. Para Shiki (2002: 20) o maior problema ambiental nos cerrados é a degradação do solo:

que se manifesta pela perda da capacidade de carga das pastagens, [...] no sistema mecanizado de grãos acontece o mesmo fenômeno, só que com o trator no lugar do boi. Não é o pisoteio, mas a compactação pelos

pneus e arados. Os solos dos cerrados formam naturalmente uma crosta superficial que torna difícil a penetração da água ou mesmo de raízes de plantas, favorecendo a erosão laminar e as enxurradas.

Na região do semiárido, o modelo de desenvolvimento agrícola prevalecente desencadeou o agravamento das desigualdades, mais recentemente com a perspectiva do “combate à seca”, em detrimento da perspectiva da “convivência com o semiárido”, a partir dos projetos de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (Barbosa, 2002). Há um acúmulo de impactos socioambientais no semiárido com a “degradação da vegetação e dos solos, desencadeando um processo crescente de desertificação em diversas regiões [...] e nas áreas de agricultura irrigada, problemas de contaminação por agrotóxicos e salinização são os mais relevantes” (BARBOSA, 2002, p. 25). A chamada “solução hidráulica” no semiárido beneficia alguns setores reproduzindo um modelo de desenvolvimento concentrado e excludente (BARBOSA, 2002). Na região do pantanal, também, tem ocorrido a expansão das atividades produtivas baseados em monoculturas de arroz, cana de açúcar, e principalmente de soja (ANDRADE; IADANZA, 2002).

Ao analisar a dimensão socio-territorial da Agroecologia Política é possível compreender algumas das dinâmicas, e disputas internas, em torno dos conteúdos e sentidos conferidos à Agroecologia nos territórios. Para Kalil (2019: 01) a agroecologia foi primeiramente “abraçada por organizações não governamentais, associações e movimentos sociais [...] e o seu desenvolvimento no Brasil fundou-se, inicialmente, sobre experiências práticas enquanto proposta de transformação social indo além de mudanças técnicas [...]”. Para o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, a agroecologia é “o princípio da agricultura camponesa que pensa a vida de forma integral e busca essencialmente a harmonia nas relações dos seres humanos entre si e destes com a natureza” (MMC, 2008, s.p.). Para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) o “desafio colocado para a agricultura ecológica é o de construir sistemas agroflorestais que produzam alimento, energia, fibras e outras matérias-primas reproduzindo a lógica limpa, barata, robusta e produtiva da natureza” (2007, p.16-17).

Apesar de aparecer o compromisso com a produção de alimentos saudáveis no III Congresso Nacional do MST, realizado em 1995, é somente no V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007, que ficou explícito como um de seus compromissos: “Defender as

sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. [...] Produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, 2007). Em 1995, o MST passou a integrar a Via Campesina, rede transnacional de organizações sociais criada em 1992, e em 1999, a seção brasileira da Via Campesina foi conformada, em articulação com outros movimentos sociais de base (Barcellos, 2010).

O MST (2009, s.n.) passou a estabelecer como uma de suas prioridades: “[...] o fortalecimento e ampliação da política relações internacionais – priorizando os trabalhos de formação e organização da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas (CLOC), e da Via Campesina”. Outro marco importante relacionado à mudança de estratégia política do MST, alinhado à causa agroecológica, foi a divulgação em 1999 do Projeto de ‘reforma agroecológica’ em seis assentamentos do Rio de Janeiro, criando “um modelo de agricultura produtivo socialmente, não excludente, que assegure a preservação ambiental” (MST, 2000: 07). A atual bandeira da Reforma Agrária Popular coloca a matriz agroecológica como base do programa agrário do MST.

Os movimentos e organizações sociais incorporaram em suas ações políticas a causa agroecológica e se colocaram como agentes de transformação corresponsáveis pelo fortalecimento das redes de ação coletiva e articulação política. Esse marco é relevante pois representa uma ruptura com a lógica tradicional de sujeitos passivos “beneficiários” de políticas públicas de acesso ao crédito e extensão rural, por exemplo, e passam a assumir maior protagonismo como sujeitos e agentes históricos multiplicadores de experiências de transição e transformação agroecológica nos territórios. Esse acontecimento sociopolítico representa o reconhecimento do papel ampliado do campesinato que vive na terra e da terra (agricultores/as; povos indígenas; quilombolas; extrativistas; ribeirinhas; etc.,) e resgata as condições necessárias para a manutenção do acesso aos meios produtivos - em contraponto às relações de exploração da força de trabalho e dependência promovido pelo modelo de agricultura convencional agroexportador de commodities agrícolas.

O I ENA de 2002 contou com uma presença aproximada de 1.100 pessoas. Na carta-síntese assinada por Maria Emília Pacheco, representando a FASE, Sílvia Gomes de

Almeida e Jean Marc von der Weid, ambos representando a AS-PTA e o Eugênio Ferrari, representando a CTA ZM, “o ENA despertou sentimento de identidade, manifestou a consciência da extensão nacional do processo de inovação agroecológica e expressou diversidade de experiências que apontam para novos padrões de desenvolvimento agrícola” (2003, p. 01). Dentre os temas de destaque explorados no I ENA destacam-se: i) Crédito para a transição agroecológica – proposta de criação de novas modalidades, como o Pronaf Semiárido para o Nordeste, no Centro sul e Sudeste, o Pronaf Agroecologia, e no caso da Amazônia, já estava em curso, a elaboração da proposta do Proambiente; ii) Transgênicos – fortalecimento de estratégias de incidência para promover a campanha “Por um Brasil livre de transgênicos”; iii) Sementes – identificação de iniciativas regionais de resgate de sementes crioulas e formulação de propostas de políticas públicas no âmbito estadual e municipal; iv) Certificação de produtos orgânicos – processos de certificação participativa.

O II ENA de 2006, ocorrido em Recife, contou com a presença aproximada de 1.730 pessoas. Houve um processo preparatório, em todas as regiões do país, mobilizando praticantes da agroecologia a partir de encontros locais, estaduais e regionais, promovendo “uma intensa troca de conhecimento e sistematizações de experiências que inspiraram debates críticos e propositivos no campo das políticas públicas voltadas para o fortalecimento das diferentes formas de produção familiar agroecológica” (ENA, 2006, p. 04). O fortalecimento da ‘produção familiar agroecológica’ é entendido como um desafio político, e “a agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas” (ENA, 2006). Dentre os grupos temáticos do ENA II (2006, p. 08) destacam-se:

i) os Direitos territoriais, reforma agrária e agroecologia –prevalecendo o entendimento de que “a reforma agrária e a garantia das populações ao território são inseparáveis da proposta agroecológica”. A incorporação da chamada ‘matriz produtiva agroecológica’ nos assentamentos rurais e na agricultura familiar se contrapõe ao “expansionismo do agronegócio e sua voracidade sobre os recursos naturais aprofundando o histórico quadro de concentração fundiária, principal obstáculo estrutural ao desenvolvimento, e à consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil

Dentre as propostas e reivindicações concretas pautadas pelo Grupo de Trabalho sobre os “Direitos territoriais, reforma agrária e agroecologia”, destacam-se: 1) Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que prevê a expropriação de áreas onde ocorre o

trabalho escravo; 2) Revogação da MP 2027/2000, que impede vistoria de áreas ocupadas; 3) Revisão imediata dos índices de produtividade para efeitos de desapropriação das terras; 4) Regulamentação da exigência de cumprimento integral da função social da propriedade (nas dimensões ambiental, econômica e da legalidade do trabalho); 5) Titulação imediata das terras de quilombo, demarcação e homologação das terras indígenas; 6) Preservação dos babaçuais e outros ecossistemas manejados e garantia de direitos para as populações agroextrativistas; 7) Preservação das terras indígenas e dos territórios das populações tradicionais e reconhecimento como territórios agroecológicos; 8) Reconhecimento e regularização de formas particulares de apropriação e uso da terra; 9) Respeito aos direitos das populações locais que vivem dentro ou no entorno das Unidades de Conservação; 10) Estabelecimento do limite máximo da propriedade agrária; 11) Garantia efetiva ao exercício do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro).

Essas questões agrárias, sociais e ambientais entrelaçadas à causa agroecológica revelam um importante marco na integração de condições necessárias para uma reprodução social ampliada fundamentada na justiça socioambiental e agrária dos territórios. Relacionado a esse tema, o segundo grupo de trabalho conduzido no II ENA, tratou da “Soberania e Segurança alimentar e nutricional”. No I ENA, o tema da Segurança e Soberania Alimentar foi inserido de forma transversal nos debates. Para conferir maior unidade, e sistematização ao debate, foi inserido como tema mobilizador específico, em um contexto político nacional de construção e mobilização participativa em torno da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENA, 2006). Dessa discussão coletiva, promovida pelo GT no II ENA, foram selecionadas oito experiências distribuídas nas cinco regiões do país (Fase-MT, Assema-MA, Casa da Mulher do NE-PE, Ecoterra-RS, Caatinga-PE, Rede-MG, Pólo Borborema-PB, Sasop-BA). Há um evidente encadeamento entre as ações que viabilizam “a produção de alimentos, desde o resgate de sementes, o uso da água e a diversificação dos sistemas agrícolas, com ações voltadas para a valorização da produção para o autoconsumo, o resgate de culturas alimentares, a melhoria da saúde, etc.” (GT SSA, 2010, p. 10).

Em razão da complexidade e extensão do debate em torno da Soberania e Segurança Alimentar, foram destrinchadas algumas dimensões sistematizadas a partir dos seguintes

eixos: i) Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade; ii) Estabelecimento de novas relações de mercado; iii) Resgate de culturas alimentares; iv) Educação alimentar e para o consumo; v) Políticas Públicas e mercados Institucionais. Embora a dimensão de gênero não configure como um novo eixo, essa questão é articulada de forma transversal - buscando fortalecer e ressignificar as experiências, que vão além da análise da sustentabilidade socioambiental e econômica dos sistemas agroecológicos, com uma perspectiva de “ressignificação das relações sociais de gênero e o papel da mulher como construtora da agricultura, para analisar o conjunto da produção familiar (divisão do trabalho, relação produção e reprodução) e suas relações sociais” (GT/SSA, 2010, p. 10). Além desses eixos, foram sistematizadas a partir das experiências selecionadas: as entidades envolvidas; a localização e contexto regional da experiência; a concepção de soberania e segurança alimentar; o relato da experiência; lições aprendidas e perspectivas futuras.

O grupo de trabalho em torno do Uso e Conservação da Biodiversidade foi estabelecido no II ENA com a função de “identificar, valorizar e articular as diferentes iniciativas nacionais para oferecer subsídios para propor políticas públicas voltadas para a multiplicação de experiências exitosas” e com a perspectiva de “sugerir programas e políticas que incentivem o manejo sustentável da agrobiodiversidade para a agricultura familiar” (II ENA, 2007, p.08). O GT elaborou um estudo detalhado sobre os impactos da legislação de sementes e mudas sobre a agricultura familiar, ao revisar a Lei 10.711, de 5 de agosto de 2003, que regulamenta e dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Foram realizados recortes temáticos para encaminhar essa questão: “sementes”, “plantas medicinais” e “sistemas agroflorestais e uso múltiplo da floresta”. O caderno do GT (2007, p. 11) levantou que:

para o tema “Sementes” foram identificadas 47 experiências em 14 estados, envolvendo 10.064 famílias, trabalhando com 51 espécies. Para o tema “Plantas Medicinais” foram registradas 40 experiências em 12 estados, envolvendo 2.444 famílias, trabalhando com 130 espécies nomeadas e mais centenas de espécies não identificadas. Para “Sistemas Agroflorestais, Manejo da Vegetação Nativa e Agroextrativismo” foram identificadas 125 experiências em 18 estados, envolvendo 7.903 famílias, com 149 espécies de plantas nomeadas e 54 espécies de frutas não especificadas (II ENA, 2007, p.11).

A construção do conhecimento agroecológico foi outro tema mobilizado do II ENA, para contestar que “as instituições dedicadas à produção de conhecimentos relacionados ao

manejo produtivo dos agroecossistemas permanecem fundamentalmente orientadas para o desenvolvimento e a disseminação dos pacotes tecnológicos do agronegócio”, com isso, estimulam “o padrão produtivo das monoculturas e a alta dependência técnica em relação à agroindústria [...]” e desqualifica “sabedorias locais e exerce forte influência na desestruturação das formas tradicionais de produção e disseminação de conhecimentos nas comunidades rurais” (II ENA, 2007, p. 15).

A valorização das práticas existentes, dos saberes e conhecimento das famílias, e a elevação da autoestima, são considerados pontos centrais para o fortalecimento do conhecimento agroecológico. A baixa autoestima é vista como um grande fator de desmobilização social, que restringe consideravelmente a participação em dinâmicas coletivas (GT-CCA, 2007). Um dos pontos colocados pelo GT-CCA é que “ao se trabalhar no sentido da especialização temática (café orgânico, sistemas agroflorestais, por exemplo) há um evidente risco de se perder a dimensão sistêmica que o saber agroecológico deve ter [...]” (II ENA, 2007, p. 23). Levantou-se também uma crítica e provocação quanto as dificuldades metodológicas e à permanência do enfoque difusionista. Para o GT-CCA (2007, p. 15) “o maior domínio dos processos de produção e circulação de conhecimentos por parte das comunidades e famílias rurais tem se mostrado condição essencial para a elevação da autoestima e a criação de capacidades autônomas de gestão de projetos coletivos locais”.

As instituições formais de ensino, pesquisa e extensão também apresentam um papel importante no reconhecimento da importância desses conhecimentos, promovendo trocas e relações entre o saber popular e o saber acadêmico. Outro tema de interesse discutido no II ENA foram as ‘formas de financiamento e gestão social do desenvolvimento agroecológico’ com a proposição de algumas ações em torno da criação de financiamentos específicos para a agroecologia:

- 1) Orientar prioritariamente os recursos do crédito múltiplo para a produção agroecológica; 2) Divulgar amplamente as modalidades de financiamento para sistemas agroecológicos bem como os mecanismos de acesso; 3) Implementação de um programa massivo de crédito de investimento para favorecer o ingresso de famílias produtoras em processos de transição agroecológica; 4) Implementação de mecanismos de financiamento que permitam que jovens rurais permaneçam no campo desenvolvendo atividades de produção agroecológica; 5) Assegurar que os recursos de crédito alocados aos territórios sejam destinados ao fortalecimento das iniciativas de

produção familiar agroecológica; 6) Criação de novos fundos de financiamento da produção agroecológica constituídos por recursos das multas por crimes ambientais; 8) Fomento a fundos rotativos solidários com recursos do orçamento público, assegurando-se a autonomia da gestão local; etc., (II ENA, 2007, p. 20).

O tema das formas de financiamento da agroecologia e a relação com os mercados suscita um debate importante em torno da produtividade e da capacidade produtiva do campesinato. Alguns pressupostos enunciados no II ENA provocam reflexões importantes sobre os mercados na perspectiva campesina: e i) devem ser concebidos como um meio de realização de trocas econômicas e não como um fim em si; ii) o produto agroecológico deve ser acessível a todos e todas; iii) novas relações com os mercados devem ser estabelecidas em bases éticas e solidárias e fundamentadas em alianças entre produtores e consumidores; iv) as atividades produtivas voltadas para os mercados devem ser desenvolvidas de forma a garantir e fortalecer as produções orientadas para o autoconsumo das famílias produtoras. A existência e ampliação das feiras livres, compras públicas e canais de comercialização são caminhos apontados como importantes para o escoamento da produção. As feiras agroecológicas, além da dimensão econômica, são concebidas como “espaços de aprendizado e fortalecimento de laços de vida comunitária” (II ENA, 2007: 22).

Em 2014 ocorreu o III ENA na cidade de Juazeiro na Bahia, realizado 8 anos depois do II ENA, sob o lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro”. Estima-se que houve uma participação aproximada de 2.100 pessoas, após um processo preparatório organizado em torno de 14 Caravanas Agroecológicas e Culturais que “mobilizaram milhares de pessoas para o conhecimento e análise de um conjunto variado de experiências agroecológicas desenvolvidas em territórios de todas as regiões brasileiras” (III ENA, 2014: 01). O III ENA aconteceu em uma conjuntura política marcada por contradições, pois se por um lado expandia a dinâmica do agronegócio sobre territórios ocupados pela agricultura familiar camponesa e pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, por outro, havia um crescente fortalecimento e institucionalização da agroecologia, na perspectiva das políticas e programas de governo.

Em 2018, 4 anos depois do ENA III, aconteceu o IV ENA sob o lema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade” e por “Nenhum Direito a Menos!” na cidade de

Belo Horizonte, em uma conjuntura de retrocesso e crise política, institucional e econômica. O IV ENA representou uma “demonstração inequívoca do crescimento do movimento agroecológico no Brasil fruto de lutas pela democratização do Estado e da sociedade brasileira” (Carta política, IV ENA, 2018). O quarto encontro ampliou a força da luta das mulheres, sob o lema “Sem feminismo, não há agroecologia”, na luta contra a invisibilidade e a violência, as mulheres vêm conquistando seus espaços de direito, fazendo suas vozes e seus anseios ecoarem cada vez mais alto, elevando o movimento agroecológico a um novo patamar na luta pela democracia. As mulheres negras afirmaram o quanto ainda é mais cruel a violência sofrida por elas e apontaram a urgente necessidade de que o movimento agroecológico levante a seguinte bandeira: “Sem racismo, não há agroecologia” (IV ENA, 2018).

2.2. Tipos de Ações para o exercício da Agroecologia Política

Ao formular a Agroecologia política como o conjunto de ações públicas, coletivas e individuais para a transição e transformação agroecológica nos territórios é preciso descrever, caracterizar e compreender o que significam essas ações públicas, coletivas e individuais/domésticas.

A ação pública é compreendida nesta tese a partir das definições de Lascoumes e Le Galès, (2012; 2007); de Osmany Oliveira e Patrick Hassenteufel (2021) e de Sabourin e colaboradores (2019; 2021). A ação coletiva é pensada a partir das concepções de Melucci, (1999; 2001); Gohn (1977) e Costababer (1998). Por fim, a ação individual e doméstica é pensada a partir dos estudos críticos de gênero (Kerr et al; 2022: 01). Há poucas pesquisas sobre a dimensão de gênero na agroecologia e o valor do ‘trabalho do cuidado’ (*care work*) na dimensão familiar-doméstica.

A ‘Sociologia da Ação Pública’ discutida por Lascoumes e Le Galès, (2001); Jobert e Muller, (1987); Thoenig, (2005) e Massadier, (2003) é concebida como uma “ciência aplicada que não se reduz a descrever processos e práticas, mas que procura construir novos sentidos para a superação dos problemas públicos ao incidir de maneira mais efetiva na governança social” (Silva, 2012: 195). Além disso, aponta uma nova forma “[...] de refletir sobre as configurações entre Estado e sociedade civil, e as múltiplas formas de mobilização dos atores sociais [...]” (Lascoumes e Le Gales, 2007: 112). Lagroye e colaboradores (2002, p. 501) entendem a ação pública é o “conjunto de efeitos,

não necessariamente previsíveis e coerentes, e resultantes de interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais interessados pelas decisões políticas”. A ação pública é entendida como um “espaço sociopolítico construído tanto por técnicas e instrumentos quanto por finalidades, conteúdos e projetos” (Lascoumes e le Galès, 2012: 21).

A abordagem da ação pública no âmbito da Agroecologia é aplicada no Brasil por alguns autores como Sabourin e colaboradores (2019); e Niederle e Grisa (2013). Para Sabourin e colaboradores (2019: 17), a sociologia da ação pública “examina os processos relevantes que permitem a colocação da questão agroecológica na agenda pública”. Para a análise da ação pública envolvida na construção das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica, em nove estados da federação e no Distrito Federal, esse estudo de Sabourin e colaboradores (2019) levantou dados sobre cinco eixos: 1) atores; 2) representações; 3) instituições; 4) processos; e 5) resultados a partir de uma matriz de análise baseada no pentágono da ação pública (Lascoumes e Le Galès, 2012).

No quadro de análise desenvolvido por Sabourin e colaboradores (2019: 22) - sobre o marco teórico e metodológico da ação pública para a Agroecologia no nível estadual, foram analisados os atores-chaves (individuais e coletivos); representações sociais; tensões entre atores e os principais problemas públicos sociais que se destacam nos debates e/ou na agenda política; instituições e suas trajetórias em cada contexto político estadual e político; processos de coalizões políticas, espaços de debate e arenas, e pontos de tensões e conflitos entre atores e coalizões; e por fim, os resultados e o modelo de governança, e seus instrumentos. Outra análise que pode ser feita a partir desse estudo são os pontos de convergência, inovação e divergência das políticas de agroecologia no nível estadual com o nível federal.

Os instrumentos da ação pública não são neutros e apresentam características situacionais vinculadas aos aspectos sociais (Lascoumes e Le Gales, 2007). Os instrumentos de ação pública são entendidos como “dispositivos ao mesmo tempo técnico e social que organizam relações sociais específicas entre o poder publico e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador” (Lascoumes e le Galès, 2012: 21). Essa abordagem entende que os instrumentos de política pública não são neutros, pois apresentam características situacionais e estão vinculados aos aspectos

sociais (Lascoumes e Le Gales, 2007), chamadas de ‘materialidades práticas’ que refletem diferentes capacidades de ação (Latour, 2012). A lógica da ação pública inaugura “um modo de agir multipolar no qual o Estado é um ator, destacado, mas um ator que necessita integrar-se a uma rede de atores diversos e que tem como desafio gerar vínculos para superar as questões que os aproximaram” (Silva, 2012: 196).

Lascoumes e Le Galès (2007, p.112) apontam a ação pública como “(...) uma forma de refletir sobre as novas configurações entre Estado e a sociedade civil, e as múltiplas formas de mobilização dos atores sociais que procuram organizar e promover os seus interesses simbólicos e materiais”. A ação pública implica “uma maior heterogeneidade de atores em interdependência, interferindo no processo de tomada de decisão continuamente e reflete melhor a diversidade social e as realidades múltiplas envolvidas nesse processo” (Silva, 2012: 53). Para Massardier (2003: 75) a ação pública amplia o entendimento de público, deslocando “o olhar do poder soberano para as controvérsias sobre os problemas públicos e sobre os modos de sua resolução”. A visão clássica de Estado é confrontada com o estudo da ação pública, e cada vez mais, perde sentido a ideia de monopólio ou predomínio do Estado na atividade de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas “com vistas a resolver problemas que afetam o público” (Silva, 2018: 51).

A abordagem da ação pública promove o entendimento de que as políticas públicas têm como característica a variedade dos atores políticos que devem compor um “quadro múltiplo capaz de vislumbrar a complexidade do problema a ser enfrentado; a dimensão multipolar e poliárquica das relações entre os diversos envolvidos no processo (...)” (Silva, 2012: 51). Para Lascoumes e Le Galès (2007) à medida que as políticas públicas adquirem maior complexidade, com a análise dos elementos constitutivos, bem como a análise das interações entre esses elementos, passa a ser centrais para compreender as ações desses múltiplos atores envolvidos. A ação pública engloba as políticas públicas, porém não se reduz a elas (Silva, 2012). Para Thoenig (1997), a ação pública exige uma ruptura com visões lineares e verticais dos processos de governo. Portanto, a sociologia da ação pública ajuda a compreender, “de que maneira sociedade e Estados vêm materializando ações no sentido de promover a governança pública e como estão distribuídas as competências, políticas e instrumentos voltados a estes fins” (Silva, 2012, p. 196).

A ação pública nem sempre é fruto de uma ação coletiva, e nem toda ação coletiva resulta em uma ação pública. Ao mesmo tempo, é necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política, pois há “[...] o emprego da categoria ‘movimentos sociais’ ao conjunto dos fenômenos que, de fato, receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica” (Touraine, 2016: 18). Na ação coletiva há uma lógica na ação coletiva que implica “certas estruturas relacionais, a presença de mecanismos de tomada de decisão, a definição de metas, a circulação da informação, o cálculo dos resultados, o acúmulo e o aprendizado de experiências do passado” (Melucci, 1996: 17). No âmbito da teoria do processo político, Sidney Tarrow deslocou em seus estudos a questão da ação coletiva do “como” para uma análise estrutural, isto é, na “intervenção crucial das variáveis políticas ou oportunidades políticas” (Tarrow, 1994: 84). A identidade coletiva “não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores” (Melucci, 2002: 23).

Já a ação individual expressa o sentido de ação como manifestação de um comportamento não conformista (Blumer, 1995). O debate da autonomia nas tomadas de decisões prescinde de análises relacionadas às ações individuais e domésticas. Os estudos de gênero podem aportar noções teóricas, empíricas e analíticas importantes e interessantes sobre esse tipo de ação e as interações com as ações públicas e coletivas. O estudo de Bernard et al., (2019) oferece contribuições sobre os padrões das tomadas de decisões na unidade doméstica e destaca a importância em se analisar as decisões intrafamiliares. Entendendo que as unidades domésticas são locais “tanto de cooperação como de contestação”, por isso os investigadores e profissionais que atuam em agências e projetos de desenvolvimento têm-se concentrado “cada vez mais na dinâmica e na tomada de decisões dos agregados familiares e na forma como estes se relacionam com resultados de interesse em muitos domínios, como a saúde e a agricultura” (Bernard et al., 2019: 01).

2.3. Exercício de Poder na Agroecologia Política

Partindo da formulação da Agroecologia Política como um conjunto de ações públicas, coletivas e individuais para a transição e transformação agroecológica nos territórios, o segundo desafio de pesquisa é pensar a dimensão da capacidade de exercício dessas ações públicas; coletivas e individuais-domésticas nos territórios. Entende-se que estas ações

estão condicionadas e influenciadas por processos conjunturais e estruturais de governança de direitos e soberania (direito à terra; ao alimento adequado; ao ambiente equilibrado; etc.); assim como, de acesso às políticas públicas (seguranças fundiária-alimentar-hídrica-energética-socioecológica) e de tomada de decisões na vida cotidiana orientada para a transição agroecológica (autonomia e relações de gênero-raciais-étnicas).

O estudo da dimensão relacional aqui proposto prescinde de análises capazes de estabelecer as devidas conexões e tensionamentos entre as categorias; atores envolvidos e interesses em jogo. A Agroecologia Política ao promover atores, processos e instituições orientados a um projeto político-territorial, torna possível as mudanças institucionais necessárias para a ocorrência de capacidades adaptativas dentro e entre os agroecossistemas. No entanto, carecem análises capazes de sistematizar condições para ações e ações para as condições reciprocamente. Como um esforço analítico, serão apresentadas as dimensões e interações entre os conceitos de soberania; segurança e autonomia agrária-alimentar.

2.4. Soberania, Segurança e Autonomia Agrária-Alimentar

Para compreender o exercício de poder fundado na soberania – segurança - autonomia é preciso compreender a construção sociopolítica dessas concepções e o porquê da relação agrária-alimentar. Por soberania agrária-alimentar entende-se as condições de governança necessárias para a realização do direito à terra e à alimentação adequada nos territórios, e por consequência, às condições de permanência na terra, para a produção e acesso aos alimentos de modo ‘ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso’ - reafirmando os paradigmas da sustentabilidade.

O conceito de soberania, na dimensão alimentar, surgiu como contraposição ao conceito de segurança alimentar da FAO, que enquadra a questão do acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, sem contestar os modos de produção. Por isso, o conceito de soberania é proposto por movimentos sociais transnacionais, como a Via Campesina, para reafirmar o “direito das nações e dos povos de controlarem seus próprios sistemas alimentares, incluindo seus próprios mercados, modos de produção, culturas alimentares e meio-ambiente [...] e como uma alternativa crítica ao modelo neoliberal dominante de agricultura e comércio” (Wittman et al., 2010: 02).

A soberania alimentar é definida pela Via Campesina como “o direito dos povos a uma alimentação saudável, no que diz respeito às culturas produzidas com métodos sustentáveis e ecológicos, bem como o direito de definir seu próprio sistema alimentar e agrícola” (LVC, 2013, p. 10). Esse conceito foi consolidado no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, em 2007, na comunidade de Nyéleni no Mali, e contou com a participação de representantes de mais de 80 países, incluindo organizações camponesas, agricultores familiares, consumidores e diversos grupos sociais (LVC, 2013). Para Fradejas et al. (2015), essa definição da Via Campesina apresenta o que é soberania alimentar, quem realiza, por que, como, onde e quando. Para Stédile e Carvalho (2011, p.13), a soberania alimentar é mais do que um conceito; “trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não responde a uma definição acadêmica, mas se fundamenta no processo coletivo de construção, participativa e popular”.

A bandeira de luta por soberania alimentar ganhou força na Via Campesina a partir de 1996 com a II Conferência Internacional, que ocorreu no México (Xavier et al., 2018). Essa bandeira seguiu nas pautas e conferências subsequentes. A III Conferência da Via Campesina realizada em Bangalore, na Índia, no ano 2000, contou com participação de 40 países e 100 delegados de movimentos sociais do campo (LVC, 2013). A IV Conferência da Via Campesina, ocorreu no Brasil, em 2004, na cidade de Itaipu, em São Paulo, e foi coordenada pelo MST e outros movimentos do campo, contando com a participação de 76 países e 400 delegados de movimentos sociais. A V Conferência Internacional, ocorreu em Maputo, em Moçambique, em 2008, sob o lema: “Soberania alimentar, já! Com a luta e a unidade dos povos!”. Nessa conferência a Via Campesina estabeleceu na carta de Maputo o compromisso político com uma “agricultura camponesa sustentável”, sob o argumento de que *“sólo la producción campesina agroecológica puede desvincular el precio de los alimentos del precio de petróleo, recuperar los suelos degradados por la agricultura industrial y producir alimentos sanos y cercanos para nuestros pueblos”* (LVC, 2013: 05).

A criação da Via Campesina, oficialmente em 1993, partiu da necessidade de estabelecer uma articulação transnacional entre os movimentos sociais do campo face à modernização conservadora da agricultura, e se intitula “Via Campesina” porque segundo Francisca Rodríguez, representante da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas do Chile, “não é uma confederação, não é a união internacional, é um processo

em que nós estamos levando a cabo a construção de uma via alternativa, a partir dos camponeses, frente às políticas neoliberais” (Vieira, 2008: 25). Atualmente, a Via Campesina é conformada por 182 organizações de 81 países, reunindo uma base social em torno de 200 milhões de camponeses e camponesas, pequenos e médios agricultores e agricultoras, sem-terra, jovens e mulheres, povos indígenas e povos originários, migrantes, trabalhadores e trabalhadoras agrícolas de quase todos os continentes (LVC, 2023).

A noção de “soberania” está atrelada às disputas e relações de poder em um determinado território (Fabrini, 2017). Concepções de ‘Soberania Nacional’; ‘Soberania Popular’; e mais recentemente, ‘Soberania Alimentar’ são tipologias derivadas desse exercício de poder soberano. A ‘Soberania Nacional’ é aplicada, sobretudo, às questões de defesa nacional e controle de fronteiras; a ‘Soberania Popular’ é legitimada pelos sistemas democráticos eleitorais representativos ou de participação direta; já a ‘Soberania Alimentar’ manifesta uma construção, resistência e reivindicação dos movimentos nacionais e transnacionais por direitos sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições. Para Desmarais (2015), a soberania alimentar é muito mais abrangente do que a noção de segurança alimentar e o direito à alimentação, porque problematiza questões sobre quais alimentos são produzidos, onde, como e por quem.

Apesar da soberania alimentar ser apresentada como contrarresposta ao domínio dos regimes e “impérios alimentares” (Ploeg, 2014), há críticas em torno das condições necessárias para promover o exercício da soberania dos povos (Soper, 2019). O papel do Estado é fundamental, não só para reconhecer e legitimar o direito humano ao alimento, como também para implementar condições materiais. É importante compreender “como o poder político é distribuído, contestado e transformado em relação ao sistema alimentar, e como o sistema alimentar, por sua vez, molda processos sociais mais amplos, como a acumulação de capital” (Schiavoni, 2016: 22). Para Edelman et al. (2014), a soberania alimentar depende de uma reforma agrária ampliada da terra para o surgimento e promoção da agricultura familiar. Para Borras e Franco (2012), é necessário enfrentar as questões da terra em um contexto global de mudança.

As políticas econômicas neoliberais levadas a cabo pela Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial

(BM) ⁹, impactaram a capacidade dos países do Sul Global de produzirem seus próprios alimentos, homogeneizando práticas produtivas e desencadeando a perda e controle da terra, dos recursos naturais, e das sementes (LVC, 1996). Por isso, a soberania alimentar contesta o modelo de produção e distribuição de alimentos hegemônico, frente a necessidade de assegurar a soberania e autonomia de cada nação na produção, diversidade alimentar, hábitos alimentares e modos de produção agrícola (LVC, 2013). No Brasil, destaca-se também a organização das Jornadas de Agroecologia, que surge em contraposição ao avanço do agronegócio. Para Tardin et al. (2019), a jornada de agroecologia é uma coalizão política constituída a partir de amplo processo dialógico entre vários movimentos sociais, alinhada ao Fórum Social Mundial na perspectiva de que “um outro mundo é possível”.

A luta por Soberania Alimentar, liderada pela Via Campesina, conduz a uma oposição à Revolução Verde, e lança luzes para a necessidade de uma reforma agrária integral para o escalonamento da agroecologia nos territórios. De modo que, o desafio da reforma integral é conceber uma reforma não só para distribuir a terra e o acesso ao crédito, por exemplo, como também promover uma concepção de território a partir de uma concepção ampliada que passa do direito à terra para o direito à terra e ao território¹⁰. Essa expansão do objeto e finalidade da reforma agrária levantou uma perspectiva territorial importante para compreender a necessidade de adoção de uma concepção socioecológica territorial para escalonar sistemas agrários sustentáveis ao longo do tempo.

⁹ Segundo Rosset (2006, p. 316-317), essas políticas neoliberais foram responsáveis pela “liberalização do comércio e a subsequente inundação de mercados locais com importação de alimentos baratos subfaturados, com os quais os agricultores locais dificilmente conseguem competir; o corte da sustentação de preços e dos subsídios para produtores de alimentos; a privatização do crédito, da comercialização e da assistência técnica; a promoção excessiva da exportação; patenteamento de recursos genéticos de cultivares; e um favorecimento da pesquisa agrícola em prol de tecnologias caras como a engenharia genética”.

¹⁰ A reforma agrária integral é abordada pela Via Campesina da seguinte forma: “Defendemos a Reforma Agrária Popular Integral como parte da construção da soberania alimentar, autonomia e autodeterminação dos povos. O direito de decidir suas próprias políticas agrícolas, desenvolver novas relações e valores entre homens e mulheres e entre eles e a natureza” (LVC, 2013, p. 4). Além disso, fundamenta que “la ampliación del objeto de la reforma agraria de tierra a territorio también amplía el concepto de la reforma agraria en sí misma. Por lo tanto una propuesta de reforma agraria integral incluye un cambio que no sólo garantiza la democratización de la tierra si no que además considere todos los aspectos que permitan una vida digna para las familias: el agua, los mares, manglares y aguas continentales, las semillas, la biodiversidad en su conjunto, así como la regulación del mercado y el cese de los acaparamientos. Además, incluye el fortalecimiento de la producción agroecológica como forma de producción coherente con los ciclos de la naturaleza y capaz de frenar el cambio climático, mantener la biodiversidad y reducir la contaminación” (LVC, 2017, p. 05).

Outra questão levantada pela Via Campesina é a de que agricultura camponesa não é uma “alternativa nova”, e sim “um modelo de produção pelo qual o mundo foi alimentado por milhares de anos [...]” e que além da grande maioria da população mundial depender da produção de alimentos da agricultura camponesa “é a melhor forma de alimentar o mundo para o futuro, satisfazer as necessidades de nossos povos, proteger o meio ambiente e manter nosso patrimônio natural e bens comuns” (LVC, 2013, p. 09). Paradoxalmente, a suposta profecia sobre o “fim do campesinato” abordado por diversos estudos agrários (Mendras, 1984; Wolf, 1972; Toledo, 1996; Hobsbawm, 1994; Bernstein, 2001), é criticamente contestada pelos movimentos sociais do campo, como sujeitos que não desapareceram e lutam pelo direito de existir e se reproduzir (LVC, 2009). A profecia não cumprida do “fim do campesinato” é um argumento-palpite quase sempre de natureza econômica ortodoxa, que aplica reducionismos e simplismos, tal como a máxima de que “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (Fisher, 2020) e de que “não há alternativas”.

Carecem análises históricas capazes de atribuir maior centralidade às relações sociais e à reprodução social camponesa, a incluir seus meios e modos de vida, pois prevalecem análises restritas a uma visão economicista do campesinato como sujeitos reféns “da inexorabilidade da homogeneização urbana do espaço rural [...] com a absorção/exclusão social do campesinato pela expansão e consolidação da empresa capitalista no campo” (Carvalho, 2004). A leitura contemporânea do campesinato, assim como a leitura que se faz dos povos e comunidades indígenas, deve superar os anacronismos em torno dos prognósticos de “retorno ao passado” ou da “impossibilidade de futuro” para poder compreender o campesinato em movimento e transformação. Para Shanin (2008, p. 25), os camponeses têm provado ser “extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso”. Além disso, defende que “podemos aprender com o campesinato e [...] temos poucas metodologias e metodologistas voltados a essa temática [...] os camponeses são considerados atrasados e, por isso, como não tendo nada a nos ensinar [...] precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar” (Shanin, 2008: 29).

Ao relacionar os conceitos de campesinato e agricultura familiar camponesa com o de soberania alimentar busca-se provocar e analisar as condições necessárias para a

reprodução social do campesinato vinculada ao exercício da função social e ambiental da terra. Para Sevilla Guzmán (2004, p. 13), o campesinato permite “a reprodução do homem e da natureza (que são um todo) conservando a biodiversidade ecológica e sociocultural [...]”. Segundo Wanderley (2014), as áreas destinadas às famílias camponesas, absorvem em torno de 76,9% do pessoal ocupado na atividade agrícola no Brasil e produzem aproximadamente 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional, no entanto, recebem apenas 25,3% dos valores e financiamentos destinados à agricultura. Rufino et al. (2014) apontaram a permanência do problema da pobreza entre agricultores familiares e os entraves que tal condição impõe ao desenvolvimento socioeconômico dos produtores.

O conceito de segurança agrária-alimentar complementa o de soberania agrária-alimentar, ao relacionar a noção de acessos às políticas públicas para o alcance das seguranças em quantidade; qualidade e regularidade nos agroecossistemas. A relação entre os sistemas agrários, agrícolas e alimentares é evidente. No entanto, a questão agrária não é enfrentada na mesma medida que a questão dos regimes alimentares. A construção do termo segurança alimentar como conceito, categoria analítica e indicador comparativo foi impulsionada, inicialmente, no plano internacional - dado o contexto das grandes Guerras Mundiais. A preocupação com a fome, subnutrição e a crise de abastecimento impulsionou a criação da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 1945. Um dos objetivos da FAO foi promover uma articulação internacional para a elaboração e planejamento de estratégias. Em 1961, foi criado o Programa Alimentar Mundial (PAM), pela Assembleia Geral das Nações Unidas e pela FAO, com o objetivo de promover Políticas de Assistência Alimentar Internacional.

O contexto de criação do PAM era o da Guerra Fria, e os interesses de *soft power* das potências capitalistas, em particular dos Estados Unidos (EUA), era amenizar condições de pobreza e fome e dismantlar a opção dos países periféricos pelo socialismo (CLAPP, 2012). Os Estados Unidos foram o primeiro país a adotar programas regulares de auxílio alimentar internacional, com a aprovação da *Public Law* 480, em 1954, posteriormente chamada de “Alimentos para Paz”. A grande contradição é que o PAM reforça, por um lado, a assistência humanitária, e por outro, representa uma forma de escoar excedentes de grãos com objetivos geopolíticos estratégicos. Os interesses geopolíticos das potências

ocidentais foram apontados por diversos estudos (Portillo, 1987; Lima e Dias, 2016). As principais críticas estão relacionadas aos seguintes fatores:

a) que os alimentos fossem doados a partir de estoques regulares de excedentes do país doador; b) que os alimentos doados seriam um complemento das importações dos países beneficiários; c) que os acordos estabelecidos entre países doadores e beneficiários fossem feitos por arranjos ad hoc sensíveis à política e à economia dos países doadores; 4) e que os alimentos deveriam alcançar diretamente as pessoas famintas (HOPKINS, 1984).

Ao relacionar a segurança alimentar ao problema do abastecimento, dado o desequilíbrio nas trocas internacionais, há o entendimento crítico de que “o objetivo real assumido ao nível global para a prossecução da segurança alimentar não é a tal “autossuficiência alimentar”, mas a segurança no abastecimento de bens alimentares” (Avillez, 2013: 13). A autossuficiência alimentar é um conceito definido pela “capacidade de um país satisfazer as necessidades de consumo alimentar da sua população com base na produção interna e/ou recorrendo à importação, desde que financiada pelas suas exportações de bens alimentares” (Avillez, 2013, p. 13). O alinhamento da política global de alimentação pela via da prosperidade econômica do setor agrícola-industrial e do comércio internacional não deveriam ser as únicas respostas e caminhos para o enfrentamento da insegurança alimentar (Brissos, 2016).

O primeiro relatório do *World Food Survey*, publicado em 1946 levantou dados em torno das seguintes preocupações: Como é o consumo alimentar das diferentes nações? Como esse consumo se relaciona com as necessidades básicas? Onde e em que países estão as carências mais graves? Que tipos de alimentos e que quantidades são necessárias para melhorar a nutrição no mundo? (FAO, 1946). Com esse primeiro relatório, resultado dessa grande pesquisa mundial, e das seguintes que foram impulsionadas, o problema começou a ser mensurado a partir do levantamento dos padrões de consumo de alimentos (McMillan, 1946).

O enfoque na disponibilidade, estoque e abastecimento de alimentos promoveu uma resposta assistencialista no enfrentamento da insegurança alimentar e da fome. O acesso ao alimento ficou atrelado às medidas de comércio exterior em torno da oferta e demanda de alimentos, aumento da produção agrícola e consolidação da política de armazenamento estratégico para controle das flutuações de preços (BRISSOS, 2016). A centralidade na oferta de alimentos promovia um equacionamento da segurança alimentar nas escalas

global e nacional, com o objetivo de promover uma “autossuficiência alimentar” dos países (Abrandh, 2010). Uma concepção inicial de segurança alimentar foi aplicada na *World Food Conference*, em 1974, em razão da preocupação com o abastecimento de alimentos no sentido da disponibilidade “availability at all times of adequate world supplies of basic food-stuffs” (UN, 1975).

A mudança do problema da disponibilidade de alimentos para o problema do acesso marcou uma expansão na abordagem da segurança alimentar, e mudança de enfoque que passa a centralizar esforços em torno dos recursos necessários para aquisição e produção de alimentos, o que deveria incluir preocupações com “o acesso à terra e aos demais meios de produção (direitos essencialmente políticos, que vão muito além da pobreza monetária)” (Brissos, 2016: 14). Em 1982, Amartya Sen publicou o livro “Poverty and Famines: an Essay on Entitlement and Deprivation” promovendo uma análise dos múltiplos fatores sociais e econômicos, como o desemprego, baixa de salários, aumento dos preços de alimentos e sistemas deficientes de distribuição da produção de alimentos, que causaram a morte de milhões de pessoas na Índia, em Bengala, sua cidade natal (Ferri; Kalsing, 2022).

A abordagem de Amartya Sen (1982), com o “food entitlement”, aborda os meios necessários para a satisfação de necessidades a partir dos rendimentos provenientes de salários e/ou de transferências sociais e/ou pela produção agrícola. Essa abordagem vai ao “encontro do reconhecimento do direito humano à alimentação, deslocando o foco da SA do produto (oferta) para o indivíduo (procura) e a sua análise do nível macro (global e nacional) para o nível micro (do agregado familiar e individual)” (BRISSOS, 2016, p. 14). Em 1983, a FAO considerou que o grande objetivo da segurança alimentar no mundo deve ser assegurar que todas as pessoas tenham acesso físico e econômico para a aquisição de alimentos com a finalidade de atender suas necessidades básicas pois, ‘the ultimate objective of world food security should be to ensure that all people at all times have both physical and economic access to the basic food they need’ (FAO, 1983).

Em 1986, o estudo realizado pelo Banco Mundial intitulado “Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries” abordou questões envolvendo a relação necessária entre Pobreza e Insegurança Alimentar (IA). Enquanto a IA é definida

como a ausência de acesso suficiente ao alimento - “lack of access to enough food” (WB, 1986, p. 1) – a SA é abordada como o acesso adequado, suficiente e regular ao alimento por toda a população - “access by all people at all times to enough food for an active, healthy life” (WB, 1986, p. 1). As principais conclusões extraídas desse relatório do Banco Mundial, com vistas a orientar a comunidade internacional, foram relevantes, embora reforce tendências hegemônicas de situar a questão alimentar estritamente ao poder aquisitivo domiciliar e ao abastecimento alimentar dos países, e menos as questões agrárias históricas não resolvidas que reproduzem importantes desigualdades alimentares:

- 1) a falta de segurança alimentar é a falta de poder de compra das pessoas e das nações. Assim, há uma forte convergência entre o objetivo de aliviar a pobreza e aumentar a segurança alimentar;
- 2) segurança alimentar não resulta necessariamente da autossuficiência alimentar de um país ou de um rápido aumento da produção de alimentos, por mais desejáveis que sejam esses objetivos por outras razões;
- 3) a segurança alimentar a longo prazo é uma questão de alcançar o crescimento econômico e aliviar a pobreza. A curto prazo, trata-se de redistribuir o poder de compra e os recursos aos desnutridos. Ao escolher políticas redistributivas com base na relação custo-eficácia, os governos podem fazer muito para melhorar a segurança alimentar do seu povo;
- 4) a insegurança alimentar transitória – que resulta de flutuações nas colheitas domésticas, preços internacionais e ganhos em divisas – pode ser reduzida por meio de medidas que facilitem o comércio e proporcionem alívio de renda para as pessoas afetadas (WB, 1986: 49).

Para Castro (1984: 27), a FAO, à princípio preferindo referir-se em seus relatórios à subnutrição dos povos, acabou por aceitar a nomenclatura “de fome”, e a “usá-la largamente como conceitos ortodoxos, rigorosamente científicos”. Para Castro (1969, s.n.), a fome é “a expressão biológica de males sociológicos, e está intimamente ligada com as distorções econômicas, a que dei, antes de ninguém, a designação de subdesenvolvimento”. Josué de Castro também expressava uma preocupação com a Reforma Agrária, especialmente na região Nordeste, como uma “necessidade histórica nesta hora de transformação social: um imperativo nacional” (Castro 1984: 299). Apontava, no entanto, que o tipo de reforma necessária não se reduzia à desapropriação e redistribuição da terra. Mas, envolvia “[...]um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais [...]”.

Como resposta global para o problema da fome e da insegurança alimentar foi difundida a “Revolução Verde” como parte de um projeto de modernização conservadora no pós-guerra, esse mesmo fenômeno é denominado por Novaes (2012) como a “economia política do golpe verde”¹¹. No Brasil, a partir de meados dos anos 1960, foi intensificado esse processo com a adoção de maquinário pesado, o uso de insumos químicos e a expansão de grandes propriedades (Vieira Filho; Fishlow, 2017). Essa difusão foi amplamente promovida por recursos provenientes de “fundos públicos, privados e de agências multilaterais de desenvolvimento, cuja implementação ‘arrebentou’ e continua a ‘arrebentar’ com as lógicas econômicas e organizativas ditas ‘tradicionais’, as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas etc.,” (Gonçalves, 2008: 20).

A proliferação dos complexos agroindustriais com a modernização conservadora e as transformações na agricultura com o desenvolvimento capitalista, e a ‘industrialização da agricultura’ não resolveu a questão alimentar do mundo (Silva, 1998). A Revolução Verde instaurada representou a tentativa de subordinação da Natureza ao capital com a artificialização dos processos produtivos na perspectiva de que “se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem” (Silva, 1998: 19). Para José Graziano da Silva (1998: 20) a industrialização da agricultura representa “não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho [...] do papel ativo e integral do trabalhador rural para o de um trabalhador parcial e passivo [...]”.

Grandes investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), extensão rural e crédito rural destinados ao projeto nacional de modernização conservadora promoveram o aumento da produção agrícola orientada à exportação de commodities (soja, milho, trigo etc.) para a alimentação animal e para as indústrias alimentares (IPEA, 2010). De acordo com a Embrapa (2018), nas últimas cinco décadas, a ciência, a tecnologia e a inovação

¹¹ Para Novaes (2017) a “economia política do golpe verde” configura-se a) pelo novo ciclo de acumulação primitiva (roubo e grilagem de terras, assassinato de lideranças, roubo do conhecimento indígena); b) pela concentração ou domínio da terra por corporações transnacionais; c) pelas fusões e aquisições no ramo das sementes e agrotóxicos, com domínio quase que completo da produção e distribuição das sementes e agrotóxicos por algumas grandes corporações dos países do Norte; d) por uma “revolução” biotecnológica (novos agrotóxicos e sementes transgênicas); e) na ausência de autonomia dos pequenos produtores, cada vez mais trabalhando para bancos e atrelados às corporações agroindustriais.

(CT&I), em conjunto com a disponibilidade de recursos naturais, o impulso das políticas públicas, e a organização das cadeias produtivas, tornaram o Brasil grande protagonista na produção e exportação de produtos agrícolas. Apesar do volumoso investimento em tecnologias e do protagonismo conferido ao setor agropecuário, “esse crescimento não se baseou somente no empreendedorismo do produtor; a participação do Estado foi imprescindível, por meio de investimentos em pesquisa e concessão de crédito” (Castro e Pereira, 2020).

A elevação geral dos preços dos alimentos se tornou um problema global. Entre 2000 e 2011 houve uma elevação média de preços mundiais dos alimentos em, aproximadamente, 77,6%, passando de 67 para 119 pontos observado os dados globais do Índice de Preços dos Alimentos da FAO¹². De 2012 a 2019, verificou-se um relativo declínio do índice, atingindo o patamar de 96 pontos, mas voltando a apresentar crescimento a partir de então (FAO, 2022). Para Maluf e Speranza (2013, p. 03), as principais causas das flutuações dos preços internacionais são:

(a) contínua elevação da demanda por alimentos nos grandes países emergentes; (b) destinação de quantidades crescentes de grãos básicos como o milho e a soja; (c) forte elevação dos preços do petróleo antecipando a evolução dos preços das demais commodities; (d) efeitos de fatores climáticos (eventos extremos como secas prolongadas e enchentes); (e) especulação financeira com as commodities alimentares entrelaçada com os mercados dos ativos financeiros em geral; (f) taxa de crescimento decrescente de colheitas e baixos níveis de estoque de alimentos.

A suscetibilidade e vulnerabilidade à flutuação e volatilidade dos preços dos alimentos apontam os riscos e condições de dependência e subordinação às grandes cadeias produtivas globais. Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA - Esalq/USP) apontam que a inflação dos alimentos, em 2020, foi de 14,1% no Brasil, valor mais de três vezes maior que o IPCA - medida oficial da inflação ao consumidor, que foi de 4,52%. Essa alta inflação dos alimentos de 14,1% é associada as “mudanças nos padrões de consumo com a pandemia, a transferência pública de renda (auxílio emergencial), os desarranjos das cadeias produtivas, problemas climáticos, a elevação dos preços internacionais das commodities e, principalmente, a disparada do

¹² O Índice de Preços de Alimentos da FAO (FFPI) é uma medida da variação mensal dos preços internacionais de uma cesta de commodities alimentares. Em 2023, o FFPI teve média de 124,3 pontos em maio de 2023, queda de 3,4 pontos (2,6%) em relação a abril e até 35,4 pontos (22,1%) em relação ao recorde histórico alcançado em março de 2022. O declínio em maio foi sustentado por quedas significativas nos índices de preços dos óleos vegetais, cereais e lácteos, parcialmente compensadas por subidas nos índices do açúcar e das carnes (FAO, 2023). Consulta pública disponível no link: <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>

dólar” (CEPEA, 2021: 02). A classe empobrecida enfrentou “uma elevação do custo de vida de 6%, a classe média brasileira experimentou uma elevação do custo de vida de cerca de 4%, e a classe com renda alta teve uma inflação na casa dos 3% em 2020” (CEPEA, 2021: 02). De 2021 para 2022, o IPPA-Hortifrutícolas teve alta nominal de 36,7%, como reflexo das elevações na batata, tomate, banana, laranja e uva. O IPPA-Pecuária teve elevação nominal de 8%, refletindo os resultados da arroba bovina, do frango, do leite e dos ovos (CEPEA, 2023).

Os maiores impactos da inflação dos alimentos incidem sobre os grupos sociais mais vulneráveis, e por consequência, desencadeia uma redução na aquisição de alimentos e perda de qualidade da alimentação (Maluf e Speranza, 2013). O grau de impacto da inflação de alimentos é diferenciado conforme “o peso da alimentação nos gastos das famílias (mais elevado nos menores níveis de renda), devendo-se considerar o modo peculiar em que são afetadas as famílias rurais. Igualmente importante é o peso crescente da alimentação fora do domicílio cujos preços também refletem a inflação dos alimentos e outros custos próprios das atividades de serviços” (Maluf e Speranza, 2013: 05). Segundo Maluf e Speranza (2013: 05) a alta dos preços das commodities alimentares e a inflação de alimentos produzem duas implicações simultâneas:

para a grande maioria dos consumidores, a alta dos preços acarreta recomposição do orçamento doméstico com resultados negativos em termos da quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos pelas famílias; nessa condição se enquadram também as famílias rurais mais fragilizadas, comumente compradoras líquidas de alimentos. Para os produtores rurais vendedores líquidos de alimentos, a elevação dos preços agrícolas pode representar maior renda, porém, a comparação com os custos de produção mostrou que, no Brasil, o ganho líquido foi limitado no tempo e com diferenças importantes entre os produtos agrícolas, com destaque para a soja. A ausência de informação impossibilita uma avaliação específica para o segmento dos agricultores familiares.

O relatório sobre a “Dinâmica e diferenças dos preços dos alimentos no Brasil” publicado em 2021 pela ACT-Promoção da Saúde, aponta que é preciso demonstrar por meio de teorias e dados a importância das políticas públicas direcionadas ao incentivo de uma alimentação saudável e responder à questão: “Por que a comida saudável está cada vez mais distante da mesa das famílias?”. Esse estudo demonstra que houve o encarecimento de alimentos saudáveis no contexto nacional, com uma crescente tendência de que “a população (principalmente a de menor renda) opte por alimentos cada vez mais baratos,

que são fracos em nutrientes e com grande potencial comprovado de contribuir com o desenvolvimento de doenças crônicas” (Palmieri, 2021: 05).

O barateamento dos alimentos ultra processados resultam da existência de uma estrutura político-econômica que favorece a produção em grande escala, com incentivos fiscais que reduzem o custo de produção, além dos elevados graus de monopólio na indústria de alimentos que geram efeitos contraditórios: “encarecem os produtos agrícolas e barateiam os produtos industrializados, pois, quanto maior o domínio do mercado, maior é o barateamento do seu custo” (Palmieri, 2021: 05). Os alimentos in natura “apresentam, desde 2006, uma elevação de preço superior à média dos alimentos, e muito acima dos ultras processados que, mais baratos, são mais acessíveis e mais consumidos, sobretudo por pessoas em situação de vulnerabilidade social” (Johns, 2021: 01). O Brasil vive um momento preocupante de “aumento da insegurança alimentar e nutricional, provocado pelo desemprego, subocupações e aumento da inflação - que encarece frutas, verduras e legumes de um modo distinto das bebidas açucaradas e produtos ultra processados” (Johns, 2021: 01).

O preço dos alimentos e sua dinâmica esconde e revela um complexo jogo de poder, que vulnerabiliza e sujeita os grupos mais vulneráveis, pois “quando um bem é essencial (como o alimento), ainda que o preço suba a procura pelo produto não cai o suficiente em proporção ao movimento do preço, já que independente do preço as pessoas ainda precisam comer” (Palmieri, 2021, p. 10). Se durante a década de 1980 até o final de 1997, os preços dos alimentos caíram em um ritmo grande em relação ao IPCA geral, com queda no período de 42%, segundo dados longitudinais do IPCA/IBGE. Em meados de 2006, houve uma diminuição do ritmo, mas ainda assim os preços dos alimentos estavam caindo em relação à inflação geral (-6%). No entanto, de 2006 até abril de 2021 “o cenário muda significativamente e os alimentos tiveram ampliação de 38% em relação ao IPCA” (Palmieri, 2021, p. 11).

A grande questão quando se analisa o aumento do preço dos alimentos em relação com o aumento da renda é o poder real de compra. De 2006 até 2014, “o salário-mínimo teve ampliação em seu valor real em um ritmo superior ao aumento do preço dos alimentos, esse cenário alterou a partir de 2015, e o preço dos alimentos continuou subindo”

(Palmieri, 2021, p. 12). Essa mudança afeta, principalmente, os segmentos sociais de menor rendimento e de maior insegurança no emprego (Palmieri, 2021). De janeiro de 2020 a março de 2021, no Brasil, o IPCA geral foi de 6,44%, enquanto os itens ‘Alimentos e Bebidas’ tiveram elevação de 26,59%. Os preços dos alimentos estão cada vez mais internacionalizados, com a consequente internacionalização da agricultura brasileira e a vulnerabilidade e incapacidade de acesso ou substituição dos alimentos por outros de menor qualidade por parte da população de baixa renda. Dados do “The Observatory of Economic Complexity (OEC)” evidenciam que a média de crescimento das exportações de alimentos do Brasil no período de 2006 a 2019 foi de 140% (OEC, 2023).

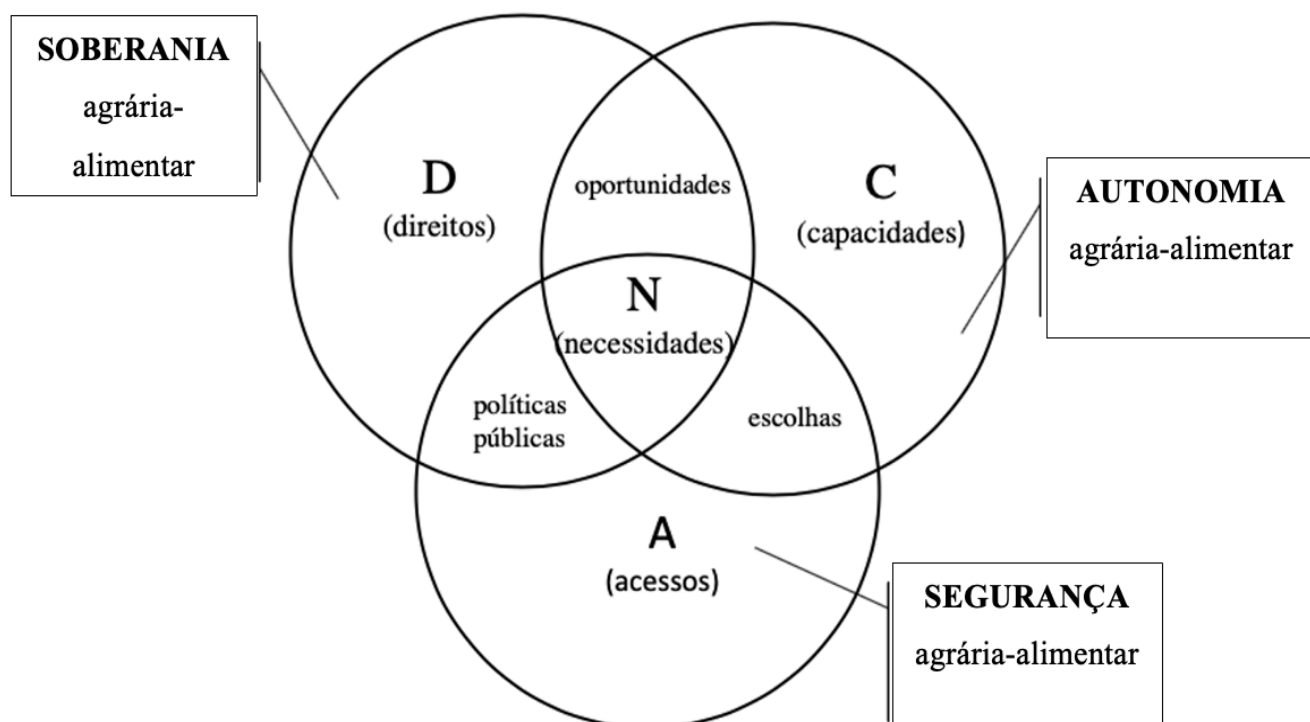
O papel do Estado como indutor do Desenvolvimento Agrícola em detrimento do Desenvolvimento Agrário Sustentável é um dos grandes dilemas e contradições contemporâneas. A prevalência orçamentária em torno da base material da produção agropecuária é um dos fatores que promoveu o desenvolvimento técnico agrícola exponencial. Em contraste, o desenvolvimento agrário sustentável é residual e lento, na medida que questões históricas estruturais não são revolvidas, como a reforma agrária, tributária, política, a pobreza rural, a grilagem de terras, e espoliação dos bens da natureza, o desemprego etc. A modernização conservadora difunde e orienta uma manutenção da longa “Revolução Verde” (Patel, 2011) que não promove o desenvolvimento das áreas rurais mais vulneráveis. Na prática, a desigualdade agudiza “[...] e ficou evidente que o modelo produtivo implementado não oferece condições e capacidade de abarcar todos os problemas do campo [...]” (Castro e Pereira, 2020: 07).

Superado o mito de que o problema da fome não é a produtividade, e sim o acesso, produção e distribuição equitativa e sustentável de alimentos, na prática, não há grandes alterações na trajetória e lógica produtivista e excludente da Revolução Verde. O acesso aos alimentos é realizado diretamente pela compra de alimentos através da renda das famílias, o problema de Insegurança Alimentar é causado, basicamente, pelas intensas desigualdades na estrutura de renda, estrutura tributária, e desemprego no Brasil (Pessanha, 2004; Baccarin e Oliveira, 2021). Somado a isso, o cenário internacional de “crise permanente de alimentos” revela que o aumento observado nos preços dos alimentos tende a persistir em médio e longo prazo (Banco Mundial, 2008; FAO, 2011; FAO, 2012).

Por fim, o conceito de Autonomia agrária-alimentar, menos estudado e menos sistematizado, implica um reconhecimento e análise das tomadas de decisões no contexto das relações domésticas familiares. O termo Autonomia começou a ser aplicado amplamente e de maneira complementar às noções de soberania e segurança alimentar. Essa tese busca aprofundar o exame da autonomia na perspectiva da capacidade de ação (agência) e decisão (escolhas) para a satisfação de necessidades alimentares e nutricionais com o cultivo da terra. Acredita-se nas possibilidades concretas de tomada de decisões na vida cotidiana na perspectiva do “plantar, colher e comer sem agredir a natureza” (Rabanal, 2015: 74). As condições para a autonomia na tomada de decisões muitas vezes estão condicionadas e relacionadas ao grau de efetividades dos direitos e do acesso às políticas públicas.

A autonomia, soberania e segurança agrária-alimentar são concepções inter-relacionadas que se complementam dialeticamente. Na figura abaixo é apresentado uma representação da interação dessas dimensões e seus principais componentes. No entanto, esse diagrama apenas busca evidenciar o caráter dinâmico e dialético desses processos relacionados à promoção da autonomia, soberania e segurança alimentar. Essas dimensões e dinâmicas não são necessariamente simétricas e equivalentes entre si.

Figura 4. Inter-relação entre Soberania-Segurança-Autonomia agrária-alimentar



Fonte: Elaboração própria

A tríade Segurança, Soberania e Autonomia apesar de complementares são concepções distintas e distinguidas para evidenciar as particularidades entre essas abordagens e aplicações a partir da perspectiva agrária e alimentar. No próximo item é apresentado um debate em torno da relação das dimensões agrária e alimentar.

2.4.1. O problema agrário-alimentar da Segurança; Soberania e Autonomia

A escolha da expressão “agrária-alimentar” em detrimento da expressão “agroalimentar” apenas busca conferir maior destaque à dimensão agrária presente na questão alimentar. Essa escolha faz um contraponto à perspectiva dos regimes alimentares (Friedmann, 1987; McMichael; 2009), – não para substituir ou invalidar a importância deste termo, mas para evidenciar uma análise sobre os meios e modos de reprodução social camponesa. O sistema agroalimentar é comumente descrito como uma combinação de processos, instituições, atividades e empreendimentos que vão desde a produção ao consumo de alimentos (Caiazza e Volpe 2012). No entanto, esse entendimento não reflete uma perspectiva agrária da soberania, segurança e autonomia na escala dos territórios e não centraliza na dimensão dos meios e modos de vida da agricultura familiar camponesa

e na dinâmica de reprodução social, mas na cadeia produtiva da produção ao consumo. Entende-se que dentro da dimensão alimentar está prevista e colocada a questão agrária. No entanto, há uma prevalência dos estudos em torno dos processos produtivos em termos de cadeias e sistemas alimentares reproduzindo a lógica linear da cadeia de produção – distribuição e consumo.

2.4.2. Matriz de influência e a inter-relação entre Soberania, Segurança e Autonomia na perspectiva agrária-alimentar

Outro ponto que merece destaque é em torno da carência de instrumentos metodológicos e métodos capazes de equacionar e relacionar as concepções da segurança; soberania e autonomia, na perspectiva agrária-alimentar aplicável aos territórios.

A partir da formulação da Agroecologia política como um conjunto de ações públicas, coletivas e individuais para a transição e transformação agroecológica nos territórios foi possível desenvolver uma percepção analítica capaz de operacionalizar essa formulação a partir de uma matriz de influência exploratória. Verifica-se que a apesar do uso indiscriminado da “soberania e segurança alimentar” e da “autonomia das mulheres” pelos movimentos sociais e organizações envolvidas na transição e transformação agroecológica, há poucos instrumentos metodológicos capazes de refletir essas interações. Os tipos de ações e os mecanismos de exercício de poder são fundamentais para oferecer um corpo teórico e analítico mais robusto para o universo da Agroecologia política aplicável e atrelado aos territórios.

Tabela. Análise da Soberania Agrária-Alimentar no Assentamento Jacaré-Curitiba

SOBERANIA AGRÁRIA-ALIMENTAR (governança de direitos e acesso às políticas públicas)	
EIXOS	PERGUNTAS APLICADAS
Terra e Território;	Você conhece os critérios para ser Beneficiário da Reforma Agrária?
Terra e Território;	Você possui a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)?
Uso e conservação de recursos naturais; Terra e Território	Você possui o Cadastro Ambiental Rural (CAR)?

Comercialização e consumo;	Você ou alguém da sua família está registrado no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)?
Produção; Comercialização e consumo;	Você já acessou o PRONAF?
Produção; Comercialização e consumo;	Você já recebeu algum pagamento do governo pela perda da colheita devido à seca?
Produção; Comercialização e consumo;	Você participa ou já participou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?
Produção; Comercialização e consumo;	Você vende ou já vendeu a sua produção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?
Produção; Uso e conservação de recursos naturais	Você ou algum membro da família recebeu treinamento ou capacitação pela ATER?
Uso e conservação de recursos naturais;	Você participou de alguma ação ou programa governamental para a construção da sua estrutura de captação e armazenamento de água?
Uso e conservação de recursos naturais;	Você participa ou já participou de algum programa governamental de incentivo à produção de energias renováveis (eólica, solar, biomassa)?
Uso e conservação de recursos naturais;	Você participa ou já participou do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar (PRONAFER)?
Produção; Comercialização e consumo;	Você já acessou o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)?
Produção; Comercialização e consumo;	Você já acessou o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)?
Uso e conservação de recursos naturais; Sociobiodiversidade	Você já acessou o Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas (Plano ABC)?
Sociobiodiversidade	Você já acessou o Programa de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais (Plano ABC)?
Produção;	Você já acessou o Programa Plantio Direto (Plano ABC)?
Sociobiodiversidade	Você já acessou o Programa Nacional de Bioinsumos?

Uso e conservação de recursos naturais;	Você já acessou o Zoneamento de Risco Agrícola Climático?
Sociobiodiversidade	Você já acessou o Programa Sementes do Semiárido?
Sociobiodiversidade	Você já acessou o Programa 1 milhão de mudas?
Uso e conservação de recursos naturais; Conhecimento	Você já acessou o Guardiões de Sementes Crioulas?
Sociobiodiversidade	Você já acessou o Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade?
Conhecimento;	Você já acessou o PRONERA?
Conhecimento;	Você já acessou o PRONATEC?
Conhecimento;	Você já acessou o PRONACAMPO?

Fonte: Perguntas do questionário de pesquisa elaborado no âmbito do Projeto INCT-Odisseia

Tabela. Análise da Segurança Agrária-Alimentar no Assentamento Jacaré-Curitiba

SEGURANÇA AGRÁRIA-ALIMENTAR (seguranças alimentar e nutricional; fundiárias e hídrica nas unidades domésticas)	
TIPOS DE SEGURANÇA	PERGUNTAS APLICADAS
Segurança Fundiária	Há quantos anos você vive no assentamento?
Segurança Fundiária	Quantas pessoas moram com você em sua residência?
Segurança Fundiária	Onde você realiza a maior parte da sua atividade produtiva?
Segurança Socioeconômica	Quantos membros da sua família contribuem com a renda familiar?
Segurança Fundiária	Algum membro da sua família trabalha com você no lote produtivo?

Segurança Fundiária	Onde você realiza a maior parte da sua atividade produtiva?
Segurança Socioeconômica	Quais são as principais fontes de renda familiar?
Segurança Socioeconômica	Somando os rendimentos e a renda de todos os membros, qual é a renda média mensal da sua família em salário-mínimo?
Segurança Fundiária	Qual a sua situação no assentamento em termos de regularização fundiária?
Segurança Alimentar e nutricional	O seu quintal é produtivo?
Segurança Alimentar e nutricional	O que é plantado no seu quintal de casa?
Segurança Alimentar e nutricional	Quais tipos de práticas você aplica no plantio dos alimentos produzidos no seu quintal de casa? () Práticas convencionais: i. uso de agrotóxicos e insumos químicos; ii. monocultura; iii. uso de sementes transgênicas; () Práticas orgânicas e/ou agroecológicas: i. adubação biológica/natural; ii. uso de sementes ou mudas nativas e crioulas; iii. consórcio de culturas; iv. uso de inseticidas naturais; () Transição orgânica e/ou agroecológica: faz/fazia uso de práticas convencionais e agora vem adotando práticas orgânicas e/ou agroecológicas.
Segurança Alimentar e nutricional	Qual o principal destino da produção vegetal do seu quintal de casa? () Autoconsumo () Venda () Alimentação de animais () Doação/troca de excedente; () Outro destino (indicar):
Segurança Alimentar e nutricional	Você tem alguma criação animal no quintal de casa?
Segurança Alimentar e nutricional	Quais animais você cria em seu quintal?
Segurança Alimentar e nutricional	Qual o principal destino da sua criação animal no seu quintal de casa? () Autoconsumo () Venda () Doação/troca de excedente; () Outro destino (indicar):
Segurança Alimentar e nutricional	Quantas tarefas/hectares você utiliza para Agricultura?
Segurança Alimentar e nutricional	Quantas tarefas/hectares você utiliza para Pecuária/criação de animais?
Segurança Alimentar e nutricional	Quantas tarefas/hectares você utiliza para outras atividades?
Segurança Alimentar e nutricional	Qual o tipo de área do seu lote?
Segurança Alimentar	O que você planta no seu lote produtivo?

e nutricional	
Segurança Alimentar e nutricional	Quais tipos de práticas você utiliza na produção do seu lote produtivo? ☐ Práticas convencionais: i. uso de agrotóxicos e insumos químicos; ii. monocultura; iii. uso de sementes transgênicas; ☐ Práticas orgânicas e/ou agroecológicas: i. adubação biológica/natural; ii. uso de sementes ou mudas nativas e crioulas; iii. consórcio de culturas; iv. uso de inseticidas naturais; ☐ Transição orgânica e/ou agroecológica: faz/fazia uso de práticas convencionais e agora vem adotando práticas orgânicas e/ou agroecológicas.
Segurança Alimentar e nutricional	Em qual época do ano você planta no seu lote produtivo? ☐ Durante todo o ano; ☐ No Verão; ☐ No Inverno.
Segurança Alimentar e nutricional	Qual o destino da produção do seu lote produtivo? ☐ Autoconsumo. De quais culturas? ☐ Venda. De quais culturas? ☐ Alimentação de animais. De quais culturas? ☐ Doação/troca do excedente. De quais culturas? ☐ Outro destino (indicar):
Segurança Alimentar e nutricional	Como você vende o que é produzido no lote? (descrever por cada cultura) ☐ Venda direta pelo agricultor e/ou família. De quais culturas? ☐ Via cooperativa e/ou associação. De quais culturas? ☐ Por meio dos Atravessadores. De quais culturas? ☐ Mercados locais, feiras. De quais culturas? ☐ Compras públicas (PAA/PNAE/). De quais culturas? ☐ Outro:
Segurança Alimentar e nutricional	Quais tipos de sementes você utiliza no seu lote produtivo? ☐ Sementes Transgênicas. Em quais culturas? ☐ Sementes híbridas. Em quais culturas? ☐ Sementes crioulas/nativas. Em quais culturas? ☐ Outro (indicar):
Segurança Alimentar e nutricional	Como você adquire as sementes crioulas ou nativas que você mencionou utilizar no lote produtivo? ☐ Banco de sementes ☐ Troca com outros agricultores/as ☐ Guardião de sementes ☐ Distribuição pelo governo ou via projetos ☐ Outro (indicar):
Segurança Alimentar e nutricional	Qual a origem da maior parte dos alimentos consumidos por sua família? INDICAR A ORDEM DE PRIORIDADE DE 1 A 5 (SENDO "1" O MAIS PRIORITÁRIO) ☐ Supermercados; ☐ Feiras locais; ☐ Produção agrícola e animal do lote produtivo e quintal;

	☐ Troca de alimentos; ☐ Outro (indicar):
Segurança Alimentar e nutricional	Durante os últimos 12 meses, você já teve a preocupação de que a feira do mês acabasse antes de ter dinheiro para comprar ou produzir mais alimentos? ☐ Não ☐ Sim
Segurança Alimentar e nutricional	Nos últimos 12 meses você já precisou substituir algum item da alimentação por outros mais baratos? ☐ Não ☐ Sim. Quais alimentos foram substituídos?
Segurança Alimentar e nutricional	Qual a frequência de consumo de alimentos como biscoitos recheados; refrigerantes; macarrão instantâneo; salgadinhos de pacote (alimentos ultraprocessados) por sua família? ☐ consumo diário; ☐ pelo menos 3 vezes na semana; ☐ uma vez na semana; ☐ quase nunca
Segurança Alimentar e nutricional	Você acredita que produzir em uma área irrigada favorece a inclusão de mais frutas e verduras na alimentação diária da sua família? ☐ Não. Por quais razões? ☐ Sim. Por quais razões?
Segurança Alimentar e nutricional	Você utiliza algum tipo de mecanização na sua produção? ☐ Não. ☐ Sim, indique quais os maquinários utilizados:
Segurança Alimentar e nutricional	Quais os maiores custos e gastos no seu lote produtivo? INDICAR A ORDEM DE PRIORIDADE DE 1 A 5 (SENDO "1" O MAIS PRIORITÁRIO) ☐ Compra de insumos (adubos, fertilizantes, corretivos, etc.) ☐ Compra de sementes ☐ Compra de defensivos químicos (herbicidas, inseticidas) ☐ Contratação de mão de obra ☐ Aluguel ou compra de maquinário e equipamentos ☐ Transporte ☐ Outro:
Segurança Hídrica	Quais são as principais fontes de acesso à água na sua residência para o consumo doméstico? (numerar a ordem de importância de 1 a 5) ☐ DESO; ☐ CODEVASF; ☐ COHIDRO; ☐ Cisterna (indicar o tipo): ☐ Poço particular; ☐ Poço comunitário; ☐ Riacho/rio; ☐ Açude; ☐ Caminhão pipa; ☐ Outra (indicar):
Segurança Hídrica	Você tem estrutura para captação e armazenamento de água no quintal de casa? ☐ Não. ☐ Sim (indicar):

	☐ Caixas de retenção / tanques; ☐ Cisternas; ☐ Bacias ou barreiros; ☐ Açudes; ☐ Outra (indicar):
Segurança Hídrica	Você considera que a água disponível é suficiente para atender às necessidades básicas da sua casa na agrovila?
Segurança Hídrica	Costuma faltar água na sua residência?
Segurança Hídrica	Você considera a água disponível de boa qualidade para o consumo doméstico na sua residência na agrovila?
Segurança Hídrica	Você faz algum tratamento da água antes do consumo doméstico?
Segurança Hídrica	Você paga pelo fornecimento da água na sua residência?
Segurança Hídrica	Você pagaria por uma água de melhor qualidade e com um preço justo para o consumo doméstico?
Segurança Hídrica	Quais são as principais fontes de acesso à água para a sua atividade produtiva no lote produtivo? (numerar a ordem de importância de 1 a 5) ☐ DESO; ☐ CODEVASF; ☐ COHIDRO; ☐ Cisterna (indicar o tipo): ☐ Poço particular; ☐ Poço comunitário; ☐ Riacho/rio; ☐ Açude; ☐ Caminhão pipa; ☐ Outra (indicar):
Segurança Hídrica	Você tem estrutura para captação e armazenamento de água no lote produtivo? ☐ Não. ☐ Sim (indicar): ☐ Caixas de retenção / tanques; ☐ Cisternas; ☐ Bacias ou barreiros; ☐ Açudes; ☐ Outra (indicar):
Segurança Hídrica	Você considera que a água disponível é suficiente para atender às demandas das atividades econômicas do lote produtivo?
Segurança Hídrica	Costuma faltar água no seu lote produtivo?
Segurança Hídrica	Você considera que a água é de boa qualidade para o lote produtivo?
Segurança Hídrica	Você paga pelo fornecimento da água no seu lote produtivo?
Segurança Hídrica	A sua casa tem acesso à rede de esgoto doméstico?
Segurança Hídrica	A sua casa tem coleta de lixo pelo sistema público municipal?

Segurança Hídrica	Você foi afetado pela seca nos últimos 5 anos?

Fonte: Perguntas do questionário de pesquisa elaborado no âmbito do Projeto INCT-Odisseia

Tabela. Análise da Autonomia Agrária-Alimentar

AUTONOMIA AGRÁRIA-ALIMENTAR (seguranças alimentar e nutricional; fundiárias e hídrica nas unidades domésticas)	
PROBLEMAS E AÇÕES	RESPOSTAS
Quais são os principais PROBLEMAS que você encontra com relação às questões de regularização fundiária no assentamento ?	1. Muita gente com Dap desatualizada 2. Eu acho que depende dos governantes. No meu pouco entendimento, o impedimento está nos governantes. Mas, não avança. 3. Problemas jurídicos. Já fez tudo que podia, agora só depende do INCRA 4. Acesso a equipamentos (trator), ter mais transportes e as estradas que impedem o 5. Escoamento da produção. 6. Falta recurso, acesso ao crédito mesmo 7. Falta de assistência governamental 8. As burocracias 9. Demora em providenciar os documentos 10. Não sei, quiçá aspetos técnicos e de informação 11. Questão de venda dos lotes da agrovila que ainda não foi regularizado 12. O primeiro e a falta de acompanhamento técnico, o abandono e agora esse título de regularização que está sendo viabilizado sem a garantia da reforma agrária 13. Demora na entrega dos títulos 14. O acesso aos benefícios 15. Falta interesse por parte do governo 16. Falta de conclusão dos processos do assentamento 17. Falta de reconhecimento para garantir o acesso a projetos para investimento no lote 18. Infraestrutura do assentamento

	19. não tem condições para entrega título porque não temos benfeitorias como estrada 20. O grande número de lotes de reforma agrária vendidos com outros donos
Quais MEDIDAS E AÇÕES você precisou tomar, de forma individual ou coletiva, para enfrentar ou resolver alguns dos problemas e desafios mencionados na pergunta anterior?	1. Já cobramos várias vezes via associação da agrovila não tem o que fazer 2. não sabe 3. Não mencionado 4. não 5. Não declarado 6. as estradas é um problema que ninguém consegue resolver. 7. toda reunião que fazem pela associação eu vou. 8. não precisei tomar 9. Ir buscar auxílio para desenvolver minha criação agropecuária 10. Organização por meio da associação 11. Solicitei ao Incra 12. Nada 13. Solicitação de mais agilidade, idade por parte do Incra 14. Os assentados moradores da agrovila sempre que surge problemas se reúnem e discutem uma solução para irem atrás 15. Nem uma 16. Nada 17. não HÁ 18. não se reúnem 19. Aciona o Incra 20. De forma coletiva o MST junto com outros assentados tentávamos colocar as condições de transferência para outros donos, porém hoje essa situação mudou muito.
Quais são os principais PROBLEMAS que você encontra para produzir alimentos e ter uma alimentação adequada, em qualidade e quantidade suficiente para a sua residência e lote produtivo?	1. Falta de chuvas 2. Ter um trator disponível via associação (promessa antiga). A prefeitura de Poço Redondo ajuda na época do plantio. 3. O valor dos alimentos e a questão do atravessador 4. Financiamentos 5. Falta de água no lote produtivo 6. Pragas, adubação e aração cara

	7. estradas precisam ser melhoradas para poder escoar a produção e os transportes que não têm muita opção para transportar a produção do lote. 8. Ter acesso ao crédito para poder produzir mais. 9. Falta se investimento 10. Falta de água 11. Falta mão de obra 12. Pouca água disponível 13. Falta de água por distribuição 14. A assistência técnica, necessidade de irrigação 15. A segurança de que o produto não é saudável 16. O acesso ao lote, estradas 17. Manutenção das estradas para escoar a produção 18. não encontra problema 19. Perda da produção 20. Falta de créditos, falta de água, 21. A falta de água e a solicitação dos lotes; incentivos por meio de crédito para investimentos no lote, falta de capital 22. A falta de recursos e investimentos para produzir 23. Venda da produção 24. A questão de só termos água para irrigação durante a noite 25. Falta de irrigação 26. O acesso aos lotes (estradas), escoamento da produção 27. A falta de tecnologia adaptada as condições de produção do assentamento 28. Estrada 29. Falta de estrada de acesso ao lote 30. A falta de tempo para se dedicar aos cuidados
Quais MEDIDAS OU AÇÕES você precisou tomar, de forma individual e/ou coletiva, para enfrentar ou resolver alguns dos problemas e desafios mencionados na pergunta anterior?	1. Vivemos com o que temos, quando Deus quer nos manda chuvas 2. Cobrança via associação para disponibilizar um trator para a época do plantio na agrovila. 3. Trabalhando mais do que o normal para produzir mais

	4. Reuniões para discutir possíveis acesso a financiamentos para aplicar na produção 5. Busca individual, geralmente com uso do dinheiro 6. no começo fazia parte da associação, mas agora não acredita mais nela. prefere não depender de ninguém agora, e saiu. 7. o marido que participava mais ativamente da associação. 8. Reunimos com os demais 9. Reunião 10. Faz mutirão 11. Já nos reunimos com a CODEVASF para tentar resolver mais não deu certo 12. Molhar de noite 13. Buscado resolver com o incra e com as prefeituras 14. Não foi feito nada, apenas conversa 15. não chegaram a tomar 16. Buscou reunir os vizinhos que também são prejudicados com a falta de água para tentar resolver 17. Organização por meio da associação 18. Mobilização junto ao MST 19. Procura o Incra 20. Busca apoio com os governos 21. Já foi feito diversas reuniões até mesmo com o pessoal da CODEVASF 22. Não tomou 23. Busca apoio nos órgãos competentes, principalmente, INCRA, codevasf e prefeituras 24. Nada 25. não tentamos resolver 26. Os mais próximos se juntam e procuram a prefeitura 27. não tomou nenhuma medida 28. Nada 29. Não tem lote 30. Nada
Quais são os principais PROBLEMAS que você encontra referentes ao acesso à água, em quantidade e qualidade suficiente para o seu consumo e para o lote produtivo?	1. Ter água dentro dos terrenos. Pelo menos ter uma torneira em cada lote. Toda a dificuldade do sequeiro é a água. A verdade é essa. As barragens estão cheias, mas não é sempre. 2. A falta de água em boa parte das vezes

	3. A escassez de água para a produção agrícola 4. não mencionado 5. não mencionado 6. A água é suficiente, mas não tem qualidade 7. A qualidade da água para o consumo doméstico e a escala de irrigação definida junto à CODEVASF não é respeitado pelos produtores. 8. o lote irrigado são só 5 tarefas. produz mais nessa parte só. 9. não citou 10. Seca 11. A falta de água 12. Pouca água para irrigação 13. Distribuição da água para irrigação por questão técnica 14. Problema de falta de chuva 15. A união entre os assentados 16. Só a falta de tratamento 17. Não tem 18. As estradas são muito ruins 19. Essa forma de usar 20. Falta água 21. No setor 4 não chega água tratada e ainda falta 22. A falta de tratamento e que falta muito no verão 23. Qualidade da água sem tratamento 24. Descaso publico para com as famílias que aqui vivem 25. não temos água encanada nos lotes pagamos caro por uma carrada no carro pipa para abastecer 26. Falta qualidade e quantidade 27. A falta de água em casa 28. Medo perder a produção da área produtiva porque a água chega muito pouca sendo que uma parte do lote tem irrigada 29. Só a falta de água tratada 30. Essa água que vem para irrigação não tem tratamento e temos apenas ela para abastecer nossa residência para nosso consumo diante disso nossa água não tem tratamento nenhum para utilizarmos
--	--

Quais MEDIDAS OU AÇÕES você precisou tomar, de forma individual e/ou coletiva, para enfrentar ou resolver alguns dos problemas e desafios mencionados na pergunta anterior?	1. Eu não acredito mais nas promessas da associação. Aqui não chega à irrigação, porque é sequeiro. Tem história de um canal de Xingó que o político diz que vai chegar. 2. não tem o que fazer, só espero a água voltar 3. Tentamos nos organizar dentro da agrovila para garantir o trabalho vendendo nosso trabalho aos vizinhos que possuem lote irrigado e consegue produzir 4. não respondido 5. não respondido 6. Acionamento da promotoria publica junto com o grupo de produção/base 7. Não há organização coletiva para a questão da escala das bombas. Mas, quando quebra algo da estrutura de irrigação se juntam e consertam. 8. A irrigação ajuda na produção. o acesso a mais créditos que ajudaria mais. Na associação não se resolve isso. 9. não realizou 10. Em reuniões com a associação 11. Buscou ajuda com a CODEVASF 12. Irrigar de noite 13. não respondido 14. não respondeu 15. Nada 16. Nada 17. Sim, reuniões no assentamento 18. Ao tomei nenhuma medida 19. Faz pedido na prefeitura, mobilização na Deso 20. Busca apoio nos órgãos, principalmente da CODEVASF 21. Houve até caso de justiça 22. não tomamos nenhuma medida 23. Já foi solicitado muito pelas famílias, o abastecimento de água potável 24. Reunião baixo assinado solicitando encaminhamentos dos políticos 25. Buscado apoio na codevasf 26. Nada 27. Foram muitas tentativas com a CODEVASF para resolver 28. Não
---	--

	29. não sabe 30. Aqui na agrovila aconteceram reuniões para darmos andamento a uma luta que já vem sendo enfrentada pelos assentados de todo assentamento.
--	--

Fonte: Perguntas do questionário de pesquisa elaborado no âmbito do Projeto INCT-Odisseia

A matriz de influência aqui proposta busca capturar as percepções de distintos atores sociais e políticos sobre essas categorias e os diferentes graus de influência entre essas categorias. Verificou-se a necessidade de traduzir essas concepções acadêmicas para uma linguagem mais próxima ao entendimento das famílias e comunidades dos territórios. A Soberania agrária-alimentar é traduzida e entendida a partir da existência de políticas públicas que assegurem o direito ao alimento e ao modo de produzir – ou seja, como “direitos e políticas públicas do plantar para comer e comercializar na prática”. A Segurança agrária-alimentar é entendida como o acesso e a produção de alimentos adequados em quantidade, qualidade e regularidade – ou seja, o “acesso e produção de alimentos saudáveis em quantidade; qualidade e regularidade suficiente”. Por fim, a Autonomia agrária-alimentar é entendida como as decisões e “escolhas sobre o que plantar; produzir; comer; trocar e vender no dia a dia”.

A matriz de influência proposta é um instrumento que permite identificar e analisar a percepção sobre a existência ou não de graus de influência entre essas distintas categorias. Esse modelo de matriz foi inspirado na Matriz de Pensamento sistêmico da Organipool. Na primeira coluna estão dispostas as categorias teóricas-analíticas selecionadas e na primeira linha são dispostas as mesmas categorias espelhadas. Em seguida, foram elaboradas 6 perguntas específicas para capturar a percepção de cada entrevistado sobre a influência de uma dimensão sobre a outra. As perguntas gerais que foram delimitadas são as seguintes:

Pergunta 1 (A – B): Existe uma influência dos “direitos e políticas públicas do plantar para comer e comercializar” com o “acesso e produção de alimentos saudáveis em quantidade; qualidade e regularidade suficiente”?

Pergunta 2 (A – C): Existe uma influência dos “direitos e políticas públicas do plantar para comer e comercializar” com as “escolhas sobre o que plantar; produzir; comer; trocar e vender no dia a dia”?

Pergunta 3 (B – A): Existe uma influência do “acesso e produção de alimentos saudáveis em quantidade; qualidade e regularidade suficiente” com os “direitos e políticas públicas do plantar para comer e comercializar”?

Pergunta 4 (B – C): Existe uma influência do “acesso e produção de alimentos saudáveis em quantidade; qualidade e regularidade suficiente” com as “escolhas sobre o que plantar; produzir; comer; trocar e vender no dia a dia”?

Pergunta 5 (C – A): Existe uma influência das “escolhas sobre o que plantar; produzir; comer; trocar e vender no dia a dia” com os “direitos e políticas públicas do plantar para comer e comercializar”?

Pergunta 6 (C – B): Existe uma influência das “escolhas sobre o que plantar; produzir; comer; trocar e vender no dia a dia” com o “acesso e produção de alimentos saudáveis em quantidade; qualidade e regularidade suficiente”?

Tabela 6. Matriz de influência entre a soberania; segurança e autonomia

	(A) SOBERANIA (agrária- alimentar)	(B) SEGURANÇA (agrária- alimentar)	(C) AUTONOMIA (agrária- alimentar)	Soma Ativa (SA)	C= SA/S P
(A) SOBERANIA (agrária- alimentar)		Pergunta 1	Pergunta 2		
(B) SEGURANÇA (agrária- alimentar)	Pergunta 3		Pergunta 4		
(C) AUTONOMIA (agrária- alimentar)	Pergunta 5	Pergunta 6			
Soma passiva (SP)					
$P=SP*SA$					

Fonte: Elaboração própria inspirada no Matriz de Pensamento sistêmico da Organipool.

Essa matriz de influência aplicada de modo exploratório no território sergipano com 20 famílias assentadas contribuiu com a identificação das relações e as estratégias de ação para o fortalecimento da soberania, segurança e autonomia agrária-alimentar. Em um segundo momento, avaliou-se caminhos e cenários possíveis para desencadear processos de transição e transformação agroecológica. A aplicação exploratória dessa matriz foi realizada com 3 extensionistas e 5 pesquisadores. Ao aplicar essa matriz ficou evidente que as categorias da soberania, segurança e autonomia agrária-alimentar não são fins em si mesmos, como também meios (pré-condições) para a transição e transformação agroecológica. Isto é, a transição e transformação agroecológica não só promovem (fins), como também se manifestam (meios) quando há condições mínimas de segurança agrária-alimentar; soberania agrária-alimentar e autonomia agrária-alimentar. Essa inferência desencadeou-se pela verificação de que a transição e transformação agroecológica são processos complexos e não lineares, com retrocessos e retrações em razão de vários contextos de locais de desmonte, desmantelamento e mudanças de governo. Na tabela abaixo é apresentado os dados coletados para a aplicação da matriz de influência com o objetivo de resgatar as interações entre a soberania; segurança e autonomia nas dimensões agrária e alimentar.

Tabela 7. Dados levantados na aplicação da matriz de influência.

<u>DADOS COLETADOS</u> <u>E PERCEPÇÕES</u> <u>ANALISADAS</u>	TRANSIÇÃO agroecológica (processo de curto prazo)	TRANSFORMAÇÃO agroecológica (processos de médio e longo prazo)
SOBERANIA agrária-alimentar	-Dados primários coletados em torno da Participação na Organização das Plenárias da ReSeA; - Participação nas Reuniões dos Grupos de Trabalho (Soberania alimentar; Agrobiodiversidade; Comunicação Social; - Participação em Atos políticos e feiras culturais;	- Dados secundários sobre a Agroecologia nas eleições (atores políticos em rede: ReSeA e ANA); (temas prioritários de atuação política; força de lei dos instrumentos que criaram políticas públicas e programas relacionadas à agroecologia; mapeamento normativo da agroecologia nos municípios);

	-Levantamentos das políticas públicas executadas e em andamento no âmbito estadual; - Caravanas agroecológicas no território Sergipano;	
SEGURANÇA agrária-alimentar	-Dados primários de campo sobre os quintais produtivos no âmbito do projeto INCT Odisseia no assentamento Jacaré-Curituba;	- Dados secundários coletados nas bases de dados do IBGE, 2017; 2012; a partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar; dados do Inquérito da Rede PENSSAN.
AUTONOMIA agrária-alimentar	- Dados primários de campo levantados sobre os bancos de sementes no Alto Sertão Sergipano; entrevistas com os agricultores que fornecem para as feiras agroecológicas da UFS e ReSeA;	- Dados secundários sobre os bancos de sementes crioulas e da liberdade; escuta de depoimentos coletados pela ANA; - Dados de pesquisa sobre os ENA's.

Fonte: Elaboração própria.

III. A QUESTÃO AGROECOLÓGICA

O objetivo desse terceiro capítulo é abordar os problemas da transição e transformação agroecológica relacionados com as condições materiais para a reprodução social camponesa. As condições materiais e relacionais são investigadas aqui a partir da formulação da “Questão Agroecológica” aplicada a esse estudo, e situa a problemática da indissociabilidade da Agroecologia com: i) as Questões da terra; agrária e campesina; ii) com as Questões de gênero; racial e indígena; e iii) com as Questões ambiental; ecológica e climática.

Há uma indissociabilidade e ‘unidade campesina na diversidade’¹³ que coloca a Questão Agroecológica como uma ‘questão derivada de outras questões’. A questão agrária se inter-relaciona com a questão camponesa e a questão da terra; que se intra-relaciona como as questões ambientais, ecológica e climática. Assim como, as questões de gênero, quilombola e indígena que se inter-relacionam diretamente com essas outras questões. Mesmo que interrelacionadas, essas múltiplas camadas de questões apresentam, por si só,

¹³ A “unidade na diversidade” aplicada às raízes das ruralidades considera ao mesmo tempo as particularidades e similitudes dos/as agricultores familiares, camponeses, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros, na reprodução de mecanismos e estratégias de ação (Brandenburg, 2010).

fundamentos, particularidades e características próprias. Portanto, é na interação dialética entre essas diferentes questões, em diferentes momentos históricos e conjunturas, que a Questão Agroecológica se manifesta – tanto nas escalas locais dos agroecossistemas como e principalmente, nos territórios.

3.1. O problema agroecológico

O problema agroecológico está atrelado aos processos de transição e transformação agroecológica. A transição para uma agricultura sustentável baseada em abordagens agroecológicas prescinde uma “complexa reflexão da correlação entre os modos de produção e de organização social, característicos da agricultura familiar, e o manejo dos agroecossistemas baseado em princípios ecológicos” (Schmitt, 2013: 13). Para Caporal (2009), a transição agroecológica não promove apenas uma mudança nos aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, porque incorpora “dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias "puras", pois incluem tantas variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (Caporal, 2009: 18).

Caminhos para a transição e transformação agroecológica não se realizam a partir de cartilhas, receituários e pacotes tecnológicos replicáveis a qualquer contexto. Os processos de transição e transformação estão pautados por princípios, conhecimentos e saberes acumulados e compartilhados, através do protagonismo e agência dos agricultores familiares, camponeses, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros. A diversidade dos agroecossistemas é uma das chaves fundamentais para a sustentabilidade (Gliessman, 2000). Portanto, a transição para uma agricultura sustentável baseada em abordagens agroecológicas engloba uma “complexa reflexão da correlação entre os modos de produção e de organização social, característicos da agricultura familiar, e o manejo dos agroecossistemas baseado em princípios ecológicos” (Schmitt, 2013: 13).

É fundamental a compreensão da transição agroecológica não como uma intervenção planejada, mas como uma “construção social (ou eco-social) que emerge através das interações que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural” (Schmitt, 2017: 01). Somado a isso, destaca-se o entendimento de que o florescimento de iniciativas de promoção de uma agricultura de base ecológica em diferentes contextos locais “não ocorre apenas em função de estímulos externos,

estando fortemente vinculado às estratégias de reprodução econômica e social e de manejo dos recursos naturais mobilizadas pelos agricultores em seu dia a dia” (Schmitt, 2017: 04).

A transformação agroecológica, em contraste com a transição, abrange um processo mais amplo de mudança social sustentada ao longo do tempo envolvendo múltiplas dimensões (política; social; ambiental; econômica; ética; cultural) **nos territórios**. Os problemas da transição e transformação agroecológica são centrais para aprofundar o estudo da Questão Agroecológica aplicada à Agroecologia Política. A institucionalização de experiências e iniciativas agroecológicas nas políticas para a agricultura familiar é um marco importante, alcançado em 2012, mas que passou por períodos gradativos de desmonte de 2016 a 2022 como analisado no capítulo anterior.

3.2. Fundamentos para a Questão Agroecológica

A Questão Agroecológica apresenta uma natureza transdisciplinar e está inter-relacionada com outras questões históricas não superadas. Essas duas premissas serão enfrentadas e melhor desenvolvidas nesse capítulo a partir de uma revisão sistemática-exploratória da literatura nacional e internacional.

A agroecologia envolve, em vez de evitar, a questão agrária que o campesinato enfrenta hoje. Assim como, as outras questões (camponesa; indígena; quilombola etc.). Para relacionar as camadas que conformam a ‘totalidade’ da Questão Agroecológica é preciso compreender como se manifestam essas interações pré-existentes. Refletir a Agroecologia e suas questões na perspectiva da totalidade é um desafio duplo pois à medida que buscamos apreender a complexidade maior, busca-se desvendar as questões em totalidades menores. No entanto, a questão não é atribuir maior ou menor peso a essas múltiplas questões, mas conceber um olhar inicial sobre a totalidade, para pensar as dinâmicas, transformações, dialética e contradições situadas em diferentes contextos e escalas.

Cada totalidade é relativa e mutável, e mesmo historicamente “ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco das circunstâncias históricas determinadas e concretas” (Lukács, 2009: 59), ou seja, a compreensão da totalidade nunca vai exaurir a compreensão da realidade, pois esta é sempre mais

complexa do que podemos dela apreender. Contudo, devemos nos esforçar para buscar a síntese. É através da síntese “que podemos desvendar a estrutura significativa da realidade em determinada situação” (Konder, 1983: 37). É preciso encaminhar essas múltiplas questões históricas não resolvidas. Inclusive, para construir uma perspectiva sistêmica, transdisciplinar e transformativa da Agroecologia, capaz de lançar luzes aos caminhos existentes e por construir. Dentre os caminhos existentes que fortalece essa trajetória são as concepções da Questão agrária contemporânea e as respectivas perspectivas epistemológicas, relevância e lacunas.

Para analisar a ‘totalidade’ da Questão Agroecológica é preciso compreender a interação dialética entre as questões agrária, campesina, ecológica, climática, de gênero, indígena e quilombola. Para isso, verificou-se a necessidade de realizar um aprofundamento sobre cada uma dessas questões a partir de uma base de dados robusta. Por isso, a escolha da base Scopus para esse levantamento exploratório. Não foi repetido a mesma busca na Web of Science para evitar a repetição e análises dos mesmos artigos, já que ambas as bases apresentam um universo amostral bastante similar.

3.2.1. Questões agrária, da terra e camponesa

A primeira interface teórica analisada - para empreender esse estudo da totalidade da questão agroecológica – é a relação da Agroecologia com as questões agrária e camponesa. Para o alcance desse objetivo, aplicamos na plataforma Scopus a seguinte equação de busca: ("agrarian question" OR "peasant question" AND "agroecology" OR "agroecolog* question") que resultou em uma amostra de 13 publicações, com busca aplicada nos títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos e livros indexados na plataforma do Scopus entre 2010 e 2022.

A escolha dessas palavras-chaves no idioma inglês prescindiu de um levantamento inicial dos respectivos termos aplicados na literatura internacional, e as palavras-chave correlatas que conduzem ao mesmo debate. Os operadores booleanos também foram aplicados na lógica de que quando aplicamos o operador “OR” possibilitamos a adição de palavras-chave sinônimas e quando aplicamos o operador “AND” a amostragem se torna mais restritiva, promovendo a necessária relação entre as palavras selecionadas. Outro destaque é ao uso do asterisco em "agroecolog* question" em razão das variações terminológicas que o termo pode assumir no inglês.

O filtro em torno das diferentes palavras que a agroecologia assume permitiu identificar que não é frequente o uso do termo “questão agroecológica” na literatura internacional. Foram selecionados apenas os estudos que ofereciam alguns elementos e respostas para a seguinte pergunta: Como a literatura internacional relaciona as questões agrária e camponesa com a agroecologia e/ou a ‘questão agroecológica’?

Das 13 publicações resultantes dessa equação de busca aplicada no Scopus, foram selecionadas apenas sete (07) publicações, após a leitura de todos os resumos. Desse total, 6 são artigos indexados e um é capítulo de livro. Os critérios de exclusão foram definidos a partir da existência, ou não, de uma abordagem que relaciona as questões agrária e camponesa com a agroecologia, e se o texto identifica quais elementos e categorias compõem esses diferentes campos teóricos. No quadro 1 são elencados os sete (07) artigos selecionados, que oferecem respostas à pergunta colocada, e uma breve descrição sobre o ano, revista publicada e título da obra.

Tabela 8. A relação das questões agrária e camponesa com a agroecologia no debate internacional.

Base de Dados: Scopus				
Equação de busca: ("agrarian question" OR "peasant question" AND "agroecology" OR "agroecolog* question")				
Resultado da busca: 13 publicações (artigos e capítulo de livro)				
Publicações selecionadas: 7 publicações (6 artigos e 1 capítulo de livro)				
Pergunta orientadora da triagem: Como os estudos relacionam as questões agrária e camponesa com a agroecologia ou a questão agroecológica no debate internacional?				
Autores		ANO	Revista/Livro	Título
1	Akram-Lodhi A.H.,	2021	Journal of Peasant Studies	The ties that bind? Agroecology and the agrarian question in the twenty-first century
2	Holt-Giménez E., Shattuck A., Van Lammeren I.,	2021	Journal of Peasant Studies	Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question
3	McCune N., Perfecto I., Avilés-Vázquez K., Vázquez-Negrón J., Vandermeer J.,	2019	Journal of Agroecology and Sustainable Food Systems	Peasant balances and agroecological scaling in Puerto Rican coffee farming

4	Münster D., Poerting J.,	2016	Journal Geographica Helvetica	Land as resource, soil and landscape: Materiality, relationality and new agrarian questions in political ecology
5	McMichael P.,	2012	Book: Research in Rural Sociology and Development	Food regime crisis and revaluing the agrarian question
6	De Molina M.G.,	2012	Revista Vínculos de Historia	Environmental arguments for the renovation of the Agrarian history
7	Moore J.W.,	2010	Journal of Agrarian Change	The end of the road? Agricultural revolutions in the capitalist world-ecology, 1450-2010

Fonte: Elaboração própria. Uso da base de dados do Scopus.

Nessa triagem, o artigo de Akram-Lodhi (2021) faz uma abordagem interessante em torno dos laços que unem a agroecologia e a questão agrária no século XXI. Akram-Lodhi (2021) argumenta que, desde uma perspectiva materialista histórica, na atual conjuntura, é a agricultura agroecológica que, quando inserida em um sistema alimentar democratizado e orientado localmente, oferece os meios para desenvolver as forças produtivas necessárias para lançar as bases de um futuro pós-capitalista. Segundo o autor, alguns elementos são centrais nessa análise: a relevância da agricultura familiar camponesa; a democratização dos sistemas agrícolas-alimentares; os canais diretos de produção e comercialização orientados pela localidade; e a maximização das forças produtivas através da entropia dos fluxos de energia (AKRAM-LODHI, 2021).

O termo ‘questão agrária ecológica’ é aplicado como uma variante da questão agrária contemporânea no estudo de Akram-Lodhi e Kay (2010). Akram-Lodhi e Kay (2010) entendem que a questão agrária molda e é moldada pela dimensão ecológica. Por tanto, a “questão agrária ecológica” – chamada de ‘ecological agrarian question’ no inglês –, coloca em questão às maneiras pelas quais a relação capital-trabalho molda e é moldada pela ecologia e, como os processos de trabalho rural e os processos ecológicos se entrelaçam.

Os autores identificam, na perspectiva da Economia Política, a existência de sete abordagens diferentes, ou sete questões agrárias, para enquadrar a questão agrária contemporânea, que têm origem nos debates clássicos e nos desenvolvimentos atuais da economia política agrária. Um dos argumentos para pensar ‘questões agrárias’, no plural, reside no entendimento de que “[...] a questão agrária continua a oferecer uma estrutura flexível capaz de empreender uma análise historicamente informada sobre as condições materiais que regem a produção rural, a reprodução e o processo de acumulação agrária - ou sua falta, em cada país” (Akram-Lodhi e Kay; 2010: 13). Interessante destacar que, além da chamada “questão agrária ecológica”, os autores destacam a existência de outro “elo perdido” do debate, que é a chamada “questão agrária de gênero” (Akram-Lodhi e Kay; 2010, p. 13).

Para se chegar à questão agroecológica, é fundamental compreender a “questão agrária ecológica” e o que possivelmente as distingue. Enquanto essa última concepção assume um enraizamento na Economia Política, baseada nas categorias de produção, acumulação e política rural, a primeira se fundamenta na transdisciplinaridade à medida que também se articula com a primeira questão. Há, pelo menos, três processos operantes - dentro de dinâmicas e lógicas ecológicas – comumente invisibilizadas na questão agrária clássica. Em outro artigo citado pelos autores, Akram-Lodhi e Kay (2010, p. 13), identificam que há uma falha em não abordar as dimensões ecológicas e a força de trabalho da natureza, “[...] que torna qualquer compreensão da questão agrária, na melhor das hipóteses, bastante limitada, particularmente à luz da degradação causada pelas práticas agrícolas corporativas contemporâneas”. Portanto, a questão agrária ecológica baseia-se na noção de que o processo de produção rural, a acumulação agrária e a política rural têm dinâmicas ecológicas centrais (Akram-Lodhi e Kay; 2010).

A questão agroecológica busca amplificar essa discussão, extrapolando para uma perspectiva transdisciplinar em torno de outras categorias fundantes, envolvendo a soberania, segurança e autonomia agrícola e alimentar. Por fim, na tabela abaixo são levantadas as principais concepções existentes em torno da questão agrária contemporânea, as perspectivas epistemológicas, a relevância e lacunas teóricas.

Tabela 9. Variações da Questão agrária contemporânea.

<u>CONCEPÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA</u>	<u>PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS</u>	<u>RELEVÂNCIA</u>	<u>LACUNAS</u>
A questão agrária do trabalho “The agrarian question of labor” (Henry Bernstein)	Relação capital/trabalho; Abordagem analítica de classe;	“Ainda relevante, mas por meio da operação de acumulação extrativista”	Não é levantada a questão socioecológica e se limita a uma abordagem de classes.
A questão agrária da desapropriação/ 'descampesinato' “The agrarian question of dispossession/ depeasantization” (Farshad Araghi, 2000, 2009)	Perspectiva de “trabalho da natureza” ou natureza produtora de valor através do trabalho;	“Vincula o fenômeno do descampesinato à perspectiva capital-natureza. Reconhece a acumulação extrativista baseada na “sub-reprodução da natureza”	Falta de articulação desta questão central com os caminhos alternativos para além da análise da economia política e da lógica ‘dualista’ capital-trabalho-natureza.
A questão agrária da alimentação “The agrarian question of food” (Philip McMichael)	Crítica da abordagem analítica de classe e episteme de valor baseada na relação capital/trabalho. Revalorizando a terra, a ecologia e o camponês	“Implica a lente teórica capital/natureza”	Falta de articulação desta questão para além da ecologia política.
A questão agrária socioecológica “The socioecological agrarian question” (Tony Weis 2007, 2010 e McMichael)	Lente analítica capital/trabalho no contexto da acumulação por apropriação e abordagem da ‘natureza não paga’.	“Implica e conduz à lente teórica capital/natureza”	Essa ‘nova ordem’ socioecológica não deixa claro como enfrentar a reprodução do capitalismo ‘verde’ e a cooptação da agenda socioambiental pelo mercado.
A questão ecológica agrária “The ecological agrarian question” (Akram-Lodhi, 2021)	Lente analítica capital/trabalho no contexto de acumulação por apropriação e abordagem de natureza não remunerada.	“Explica os processos materiais de degradação entrópica através acumulação extrativa.”	Concebe a transição agroecológica dentro do marco da economia ecológica e da ecologia política - carece de uma análise mais transdisciplinar.

A questão agrária da natureza “The agrarian question of nature” (Taşdemir Yaşın, 2022)	Teoria do valor da natureza; Lente analítica Capital/natureza e uma nova concepção de classe baseada nesta lente	“Propõe a teoria do valor da lente da natureza para compreender o caráter histórico socioecológico distintivo da questão agrária.”	Falta de articulação desta questão para além da lente da economia política e da teoria de valor.
--	--	--	--

Fonte: - Elaboração própria adaptada de Akhraam (2019)

Outro artigo relevante para pensar e discutir a Questão agroecológica é o artigo de Holt-Giménez e colaboradores (2021) que trata dos limiares entre a agroecologia, resiliência e questão agrária. Para os autores, a questão agrária foi e ainda é uma questão camponesa. Reforçam que a resiliência agrária do campesinato é fundamento para uma agricultura resiliente (Holt-Giménez et al., 2021). No entanto, prevalece a lógica do desenvolvimento econômico em que, muitas vezes, a questão agrária e a agroecologia são relegadas às margens técnicas do desenvolvimento – de modo que, “o foco na resiliência é adaptação, ao invés da transformação – removendo as questões agrárias estruturais da discussão e da prática” (Holt-Giménez et al., 2021: 14). Avaliam criticamente que a abordagem da resiliência, no discurso hegemônico do desenvolvimento, não explica adequadamente as raízes da vulnerabilidade agrária reproduzindo uma visão utilitária que coloca, em grande medida, o ônus sobre os agricultores para criar resiliência localmente, em vez de promover a soberania sobre os bens da natureza e recursos para viabilizar a vida no campo (Holt-Giménez et al., 2021).

O argumento central do artigo é que ‘sem abordar a resiliência agrária do campesinato é impossível conceber uma agricultura resiliente’, pois a agroecologia envolve, em vez de evitar, a questão agrária que o campesinato enfrenta (Holt-Giménez et al., 2021). Embora a agroecologia possa e deva fazer parte de uma estratégia climática abrangente, os autores levantam que a agroecologia por si só não criará resiliência aos riscos climáticos. Para construir uma resiliência geral – e agrária –, as políticas climáticas e agrícolas devem abordar as estruturas de longa data da ‘injustiça agrária’ (Holt-Giménez et al., 2021). Um ponto a destacar desse artigo é que os autores entendem que ‘o poder da agroecologia de conferir resiliência não é apenas biofísico, a agroecologia assume diretamente a lógica de apropriação e substituição para proteger os agricultores de oscilações nos preços de insumos e commodities’ (Holt-Giménez et al., 2021: p. 05). Para os autores, os sistemas

de gestão agroecológica são considerados fortes na resiliência ecológica, porém fracos nas dimensões política e de mercado - vulneráveis à desapropriação. Inversamente, os sistemas capitalistas industriais tendem a ser ‘fracos’ em resiliência ecológica, mas têm forte apoio político, institucional e dos mercados (Holt-Giménez et al., 2021).

A escala agroecológica e a questão agrária são abordadas no artigo de McCune et al. (2019), estudando experiências em Porto Rico. O artigo examina as contraditórias tendências produtivas e demográficas, e a possibilidade de recuperação das atividades agrícolas com a agroecologia, a partir do trabalho e do conhecimento local acumulado, após os furacões Irma e Maria. O caminho camponês (“peasant path”) é uma das abordagens teóricas e metodológicas adotadas para analisar e evidenciar o papel dos camponeses enquanto sujeitos capazes de promover a própria resistência histórica para recuperar os sistemas alimentares locais. Para os autores, o campesinato é o resultado histórico de processos de trabalho agrário que respondem constantemente às mudanças nas condições ambientais, políticas, culturais e econômicas de produção e reprodução. O conhecimento dos mais velhos, o interesse dos jovens, a economia familiar e a soberania alimentar são dimensões fundamentais para o escalonamento da agroecologia (McCune et al., 2019). A capacidade dos jovens de “tornar-se camponeses” é entendida como uma decisão consciente de resistência política e social baseada em princípios, na mesma linha abordada por Van der Ploeg (2013), se constituindo em um elemento importante para a Questão agroecológica proposta.

O Antropoceno, como uma chave de leitura da questão agrária, a reorientando como uma questão ecológica de escala planetária, é uma contribuição importante de Münster e Poerting (2016). Para os autores, os movimentos agroecológicos respondem às crises variadas do antropoceno como uma resposta alinhada à ecologia política, as ontologias alternativas pós-coloniais, aos estudos científicos feministas, estudos antropológicos, e a geografia crítica de orientação dialética (Münster; Poerting, 2016). Há um entendimento crítico no artigo das noções de terra como recurso, terra como solo, e terra como paisagem, que exemplificam as mudanças nos compromissos teóricos e políticos com a agricultura. Terra como recurso reflete as abstrações jurídicas que transformam terra em propriedade e, portanto, um bem fictício que privilegia a racionalidade de mercado. Terra como solo reflete a materialidade concreta em torno das propriedades do solo e das

diversas relações socioecológicas com humanos, micróbios e plantas, como ontologias de vida, fertilidade e produtividade. A terra como paisagem revela uma ecologia política relacional, que compreende uma visão das paisagens agrárias de forma discursiva e material (Münster; Poerting, 2016)

O quinto estudo a oferecer elementos para pensar a questão agroecológica é o capítulo de livro de McMichael (2012) que trata da ‘Crise do regime alimentar e a revalorização da questão agrária’. Esse estudo analisa a retomada da centralidade da agricultura e da alimentação nos fóruns oficiais e no discurso público ao examinar as recomendações dos relatórios de Avaliação Internacional de Ciência e Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento (IAASTD em inglês). É feito um reexame dos pressupostos da questão agrária sob a ótica dos regimes alimentares, com a constatação de que há um interesse crescente na concepção multifuncional da agricultura, no atual contexto de crises. Ao passo que uma mudança ontológica em direção a um paradigma agroecológico está emergindo orientada de “valor” e abordando a reprodução social em vez da acumulação de capital, prevalece um modelo de agroindustrialização baseado na apropriação global de terras (McMichael, 2010). O cenário de “agricultura sem agricultores” desvinculada da reprodução social (McMichael, 2009) com a conversão de alimentos em valor de troca, provoca um novo olhar sobre a questão agrária do século XXI.

O sexto artigo trata dos “Argumentos ambientais para a renovação da História Agrária” a partir dos estudos realizados por Manuel González de Molina (2012). O artigo revisa os principais acontecimentos ocorridos no setor agrário, desde a segunda metade do século XX, levantando dados globais e da Espanha, sobre o crescimento agrário desigual, e o deterioramento da natureza. Como alternativa, reivindica as abordagens integradoras da agroecologia para o alcance de um novo “sentido” mais contemporâneo no debate agrário, colocando a busca da sustentabilidade no centro. Para o autor, a agroecologia reivindica a unidade necessária entre as diferentes ciências naturais e as ciências sociais para entender as interações existentes entre as ciências agronômicas e os processos econômicos e sociais (Molina, 2012). Para Molina (2012), a análise histórica pode se tornar um instrumento agroecológico, capaz de resgatar os conhecimentos sobre a gestão dos sistemas agrários ainda úteis que podem servir de base para o desenho de uma gestão sustentável. A História Agrária, torna-se um instrumento necessário para recuperar e

recriar os saberes tradicionais e a racionalidade que os orienta, com base em novas bases tecnológicas e culturais, formas de gestão e erros cometidos ao longo do tempo (Molina, 2012).

O último artigo revisado, desse primeiro bloco de revisão sistemática, aplicado na base de dados Scopus é sobre as “Revoluções agrícolas na ecologia-mundo capitalista, de 1450 a 2010” de autoria de Jason W. Moore (2010). O autor levanta que a partir do longo século XVI, as agências capitalistas foram pioneiras em sucessivas revoluções agrícolas, produzindo uma série de expansões e excedentes alimentares. No momento atual, de crise do neoliberalismo, a pergunta que se faz é se outra revolução agrícola é possível? Ou a crise atual poderia ser resolvida estabelecendo condições agroecológicas? Essas possibilidades divergentes são exploradas a partir de uma perspectiva crítica que vê o capitalismo como “ecologia-mundo” (Moore, 2010). Para o autor, o capitalismo como “ecologia-mundo” não tem um regime ecológico, pois é um regime ecológico. Portanto, a lógica interna do capital de dissolver particularidades socioecológicas e reconstituí-las como “partes intercambiáveis” tende a permitir a acumulação de capital por um tempo, mas, na ausência de natureza descapitalizada, é insustentável dentro da própria lógica da acumulação de capital (Moore, 2010). A crescente capitalização da natureza funciona dentro de limites estabelecidos, e esta aceleração coloca um conjunto de contradições que criam condições de imprevisibilidade em espiral (Moore, 2010).

No âmbito nacional, aplicamos uma revisão sistemática na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com a seguinte equação de busca: ("questão agrária" e “agroecologia" e/ou questão agroecológica e/ou questão camponesa) em todos os campos de busca. Isto é, aplicada no título; assunto; resumo em português e resumo em inglês. Resultaram dessa busca 29 publicações de dissertações e teses. Desse total, foram selecionados 18 estudos que melhor respondiam a seguinte questão: Como os estudos relacionam as questões agrária e camponesa com a agroecologia e/ou a ‘questão agroecológica’ no debate nacional?

Na dissertação de Macedo (2021) sobre as dinâmicas agroecológicas no assentamento 20 de março, em Três Lagoas no Mato Grosso do Sul, é abordada a relevância da política pública da reforma agrária e a possibilidade da reprodução social do camponês sem-terra.

A agricultura familiar camponesa é apontada como o modo de fazer agricultura que mais se aproxima da agroecologia devido ao fato de que suas práticas estarem associadas ao modo de vida camponês - compreendendo a terra como “morada da vida”. Para a autora, para a construção de “caminhos agroecológicos” é preciso implementar a política pública da reforma agrária assegurando também a soberania alimentar camponesa (MACEDO, 2021). As abordagens da renda camponesa e o “habitus camponês” são levantados para explicar que na economia camponesa a “apropriação da renda aparece convertida em bem-estar – responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares (...)” (ALMEIDA, 2003, p. 73). Ao contrário do que se costuma associar, o modo de vida camponês não é imutável e preso ao tempo passado.

O “habitus camponês” que demarca Macedo (2021), reforça que é importante situar os referenciais teóricos de Bourdieu (1989) e Almeida (2003), para compreender que “o habitus não se resume às práticas familiares herdadas, ele é dinâmico, sendo estruturado (herdado) e estruturante (o que se faz perante a realidade, e, adaptação daquilo que é herdado às opções do presente)” (Macedo, 2021, p. 126). Portanto, o habitus, “é um conhecimento adquirido e um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o habitus, a hexis, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em acção [...] (Bourdieu, 1989, p. 61). Esse aporte científico se sustenta em Bourdieu para o entendimento do “habitus camponês” como elemento de recriação do modo de vida e da agricultura agroecológica camponesa. A chamada “agricultura camponesa agroecológica” se realiza no local, e (...) “se alimenta e vive do que lhe é endógeno, absorvendo, quando necessário, elementos externos enquadrando-os a sua própria dinâmica, a exemplo das tecnologias sociais” (Macedo, 2021: 139). O trabalho acadêmico é uma forma de contribuição para o fortalecimento da luta camponesa, para o acesso e permanência na terra, pois a luta do campesinato acontece também no campo das ideias.

Na dissertação de Silva (2021) sobre a Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram analisados os limites e as possibilidades da produção agroecológica do MST, e a consciência política coletiva em torno da agroecologia. Para Silva (2021) a agroecologia apresenta quatro fases distintas no MST: a primeira

caracterizada pelo modelo cooperativista, com a busca incipiente por uma produção alternativa, a segunda com a introdução do tema nos documentos oficiais, a terceira por uma forma de mudança e a última como uma “estratégia política de reivindicação (...) para além de um nível econômico-corporativo” (Silva, 2021: 130). Portanto, a agroecologia no MST está inserida no marco da reforma agrária e em seguida chamada de reforma agrária popular, conformando uma luta pela “reforma agrária agroecológica”. A introdução do tema da agroecologia possibilita “uma mudança estratégica política nas reivindicações, na (re)produção do trabalhador rural e na economia camponesa”. No entanto, o principal desafio “é articular a partir de formas educativas a construção do espaço político engendrado, sobretudo pela organização, na tecnologia social e na soberania alimentar” (Silva, 2021: 131).

Silva (2021) identifica que a incorporação da agroecologia pelo MST se apresentou inicialmente como um novo paradigma produtivo, depois caracterizou-se também pela possibilidade de transformação social, e por fim, passa a ser associada às experiências práticas do movimento em escala nacional. Atualmente, na cartilha do “Programa agrário do MST” são elencados os desafios da reforma agrária, compreendendo a integração das relações ser humano-natureza: “(...) que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas, que implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico” (MST, 2013: 33). A chamada “reapropriação social da natureza” (MST, 2013) marca a ‘dialética no campo simbólico da luta’ pelo direito de acesso à terra e, ao mesmo tempo à (re)produção sustentável do trabalhador assentado (SILVA, 2021: 13). Sob essa perspectiva, Silva (2021) aponta que a agroecologia se aproxima das definições de Guhur (2015: 297) na interseção entre “produtores livremente associados com a sustentação de toda a Vida em ‘coprodução homem e natureza’ através de um novo modelo de produção agrícola sob controle dos trabalhadores”.

Na tese de Moraes (2021) é realizada uma análise dos elementos de luta e resistência no território camponês, bem como os conflitos, disputas e enfrentamentos existentes devido ao avanço do agronegócio no Paraná. Verifica-se que há um contraste e disputa desigual entre os camponeses e o agronegócio, através do desenho de duas paisagens: “a paisagem homogênea do agronegócio, com concentração da terra, monoculturas, agrotóxicos e

grandes equipamentos agrícolas, e a paisagem heterogênea do campesinato, com base na terra de trabalho, e no protagonismo dos Movimentos Sociais Populares do Campo” (Moraes, 2021, p. 09). A organização camponesa em Movimentos Sociais Populares do Campo, a cooperação, mercados de circuitos curtos, a luta e a resistência por terra e direitos são fatores decisivos para a manutenção do campesinato, mesmo com o avanço do agronegócio (Moraes, 2021). A presença do Centro de Formação em Tecnologias Agroecológicas, e as atividades formativas em Educação do Campo, são destacados como fundamentais para discutir a permanência do camponês no campo (Moraes, 2021). A luta e a resistência camponesa no Território da Cantuquiriguaçu, apresenta a agroecologia como potencialidade de um novo modelo de agricultura que articula o cuidado com a vida, com a terra e com a sociedade (Moraes, 2021).

A tese de Hammel (2020) levanta uma análise da questão agrária envolvendo o latifúndio Araupel e a luta por reforma agrária nos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras, localizados na mesorregião Centro-Sul do Paraná. Segundo Hammel (2020: 15), “nas áreas conquistadas para a reforma agrária também foram criadas novas formas de uso e de vida na terra e a própria recriação camponesa (Produção Agroecológica, Educação do Campo e Juventude Sem Terra)”. Um dos resultados desse processo de luta, é a conquista de terra que representa uma experiência de formação e organização dos camponeses sem terra contra o latifúndio, e colocou em pauta a relação com a terra e com a vida, a partir da relação de “trabalho familiar com autonomia dos sujeitos (resistência às relações de trabalho, renda e moradia subordinadas a outrem, no caso, capitalistas) e o trabalho cooperado a ser construído” (Hammel, 2020: 293). No entanto, conclui que a tradução da reforma agrária “na forma de assentamentos apresenta uma série de limites que não resolve a questão agrária brasileira e nem a contradição central entre capital e trabalho, que no campo tem se traduzido pelo agronegócio e pelo avanço sobre as reservas ambientais naturais” (Hammel, 2020: 296).

Na tese de Facco (2019), é analisado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para entender a eficácia, possibilidades e limites do programa no contexto dos assentamentos da reforma agrária - compreendendo os impactos nas condições de vida dos assentados; se as normas e exigências do Programa são condizentes com a realidade dos assentados e com a produção camponesa; situando o contexto atual de regime alimentar corporativo e

as contradições do Estado em sua atuação. Para o autor, o debate do PAA “traz à tona a relevância das categorias de soberania alimentar e segurança alimentar, relacionando-as com aspectos de classes sociais e modos de vida, apresentando elementos como a agroecologia, mercados locais e relativa autonomia camponesa” (Facco, 2019: 07).

No entanto, há um elemento contraditório do PAA, pois não se opõe ao “(...) regime alimentar corporativo, colocando em evidência as limitações do Estado liberal em propor a soberania alimentar” (Facco, 2019, p. 07). Outra contribuição desse estudo é o entendimento de que a questão agrária brasileira não foi colocada em xeque e muito menos questionada, inclusive, de 2003 a 2015, em governos progressistas. A afirmação “de que o PAA promove e instiga a soberania alimentar é consequência de quem consagra única importância à institucionalidade, se limitando a enxergá-la como fim último em um tipo de teleologia” (Facco, 2019: 295). Para Facco (2019, p. 21), enquanto a questão agrária analisa os problemas e impactos decorrentes da expansão capitalista no campo, a questão alimentar remete à “problemática da fome e os caminhos para combatê-la (...)”. Embora as duas questões demonstrem ser interdependentes, a discussão da questão alimentar não está necessariamente vinculada à questão agrária no âmbito das políticas públicas.

Ao mensurar o impacto do PAA, Facco (2019) revela que esse programa responde maioritariamente à questão alimentar, no quesito acesso aos alimentos, mas não enfrenta a questão agrária diretamente. Portanto, o PAA é visto como um “programa compensatório” de segurança alimentar, mas que não tem disseminação massiva por todo o Brasil e não toca nas questões de justiça agrária e luta de classes no campo (Facco, 2019). Ao situar a questão agrária brasileira como elemento determinante da formação social brasileira, fica evidente que “a questão agrária não é algo residual e muito menos superficial: ela está enraizada nacionalmente como uma contradição. Ela existe porque o Brasil apresenta o que as classes dominantes chamam de “vocação agrícola”, colocando o país como o “celeiro do mundo” (Facco, 2019: 297). Portanto, o PAA não promove adequadamente ao enfrentamento da questão agrária conjugado com a questão alimentar.

Na dissertação de Farran (2019) é analisada a territorialização da agroecologia na Bahia, a partir da experiência de transição agroecológica no assentamento Dois Riachões. A

estratégia de recriação camponesa com a Rede de Agroecologia Povos da Mata, parte do entendimento de que a territorialização da agroecologia presume a territorialização camponesa. A agroecologia é entendida como “um processo de construção classista, desenvolvido pelos modos de vida dos camponeses e de tantos outros, frente aos problemas gerados pela territorialização do capitalismo no campo, em especial, das grandes corporações de agroquímicos” (Farran, 2019: 10). A busca por autonomia é narrada a partir da criação da Rede de Agroecologia Povos da Mata. Essa rede se apresenta como um instrumento formativo, técnico e articulador determinante para o assentamento Dois Riachões, particularmente para o tema do cacau - assumindo o papel de “capacitar as famílias às exigências do mercado internacional e aproximar da discussão das certificações e selos tão importantes para a agregação de valor dos alimentos agroecológicos” (Farran, 2019: 150). Ainda assim, é apontado que “(...) não é possível discutir a agroecologia sem antes, ou concomitantemente, resolver o problema da concentração de terra no país”, pois a implementação de uma “política séria de agroecologia no Brasil presume a efetivação da política de Reforma Agrária e a superação da concentração fundiária” (Farran, 2019: 167).

Na tese de Fontes (2019), é analisada a Rede Camponesa de Agroecologia em Sergipe sob a ótica de como a rede contribuiu com a (re)territorialização, resistência, ampliação da autonomia e controle dos territórios camponeses. Concebida como uma pesquisa-militante, o estudo de Fontes (2019) utilizou a observação participante, os círculos de culturas e a sistematização de experiências como metodologias de análise. Para Fontes (2019, p. 07), o campesinato é responsável por criar e recriar estratégias para ampliar sua autonomia, e “a Rede Camponesa de Agroecologia deixa o aprendizado do significado e centralidade da autonomia camponesa e suas dimensões.” Para Fontes (2019), o meio da agroecologia é possível “(...) ampliar a autonomia camponesa, transformando não apenas as relações de produção, mas alterando também as relações políticas, sociais e econômicas, fortalecendo o modo de vida e o território camponês” (Fontes, 2019: 07). A agricultura camponesa agroecológica é reproduzida não só em razão da forma de uso da terra, são centrais “as relações que se estabelecem no território: relações de trabalho familiar, relações de círculos curtos de comercialização (consumidor/produtor), relações de independência de insumos, relações comunitárias e horizontais de aprendizado, de protagonismo camponês, de trocas, de reciprocidade, etc.” (Fontes, 2019: 127). Fontes

(2019) aborda ainda uma discussão importante em torno da diferença da “luta pela terra” da “luta na terra”. A luta pela terra envolve a criação de territórios camponeses, e a luta na terra se fundamenta na luta por autonomia contra a subordinação ao agronegócio (Fontes, 2019).

Para Fontes (2019), a terra se constitui como “base material que permite a realização do campesinato, ela não a garante; portanto, se faz necessário uma luta constante, e é essa luta que entendo como luta na terra” (Fontes, 2019: 38). Portanto, a luta na terra diz respeito às “estratégias de resistência e alternativas criadas pelo campesinato para ampliar o controle de seus territórios, impedindo ou diminuindo os processos de subsunção ao capital e impulsionando processos de ampliação da autonomia camponesa” (Fontes, 2019: 13). A autonomia camponesa é então uma forma de luta na terra, é uma estratégia do campesinato de resistir; mas, mais do que isso, é um modo de ampliar o controle de seus territórios, diminuindo os processos de subordinação” (Fontes, 2019, p. 129). Outro pressuposto é que “é impossível pensar em autonomia absoluta ou em autonomia plena no contexto do sistema hegemônico do capitalismo. Portanto, autonomia será sempre relativa, e, ainda assim, a entendo como processual” (Fontes, 2019, p. 129). A agroecologia é identificada como estratégia de luta por autonomia, e como forma de luta na terra (Fontes, 2019). Assim, a Rede Camponesa de Agroecologia em Sergipe é apresentada como impulsionadora da luta na terra, por meio da agroecologia através dos intercâmbios orientados pela metodologia “camponês a camponês” (Fontes, 2019).

Apesar da divergência que aqui levantamos, de que a questão agroecológica não é apenas um elemento da questão agrária – ou mera atualização, há discussões importantes no estudo de Fontes (2019) envolvendo a questão agrária e agroecologia. Sobre a questão agrária, retoma que os bens camponeses possuem valor de uso - qualidade que o bem possui para satisfazer a necessidades e valor de troca – quantidade de trabalho necessário à produção - e a mercadoria, é composta por valor de uso, valor de troca e a mais-valia, ou trabalho excedente (Fontes, 2019). No entanto, diversos são “os tentáculos que o capitalismo possui para subordinar o campesinato, como a dependência do pacote tecnológico ou matriz produtiva controlada pela agricultura capitalista” (Fontes, 2019, p. 36). O capital controla “o trabalho camponês e sua terra, determinando o que será produzido, quando, a que preço e sem pagar nada por isso, adquirindo apenas a produção

final, pois a terra continua sendo do camponês e sua mão de obra não é assalariada” (Fontes, 2019, p. 36). Portanto, “o capital se expande no campo pela aquisição de novas terras e/ou subordinando a produção de tipo camponês” (FONTES, 2019, p. 38). A tese de Fontes (2019) aborda a “agroecologia como um recente elemento da questão agrária que fortalece a luta na terra” (Fontes, 2019, p. 17).

Na dissertação de Reis (2018) a forma de organização das famílias assentadas no assentamento Roseli Nunes, no estado de Mato Grosso, é analisada para identificar a capacidade de produção de alimentos de base agroecológica. Reis (2018, p. 89), identifica que “com o surgimento do PAA e PNAE, que requeriam processos coletivos para comercialização, várias famílias buscaram a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), para a elaboração de projetos de produção e comercialização para seus produtos”. Desta forma, aceitaram as condições exposta para associar-se na ARPA. Porém, identificou-se que “tempos depois, não conseguiram manter-se nos critérios e princípios organizativos acordados inicialmente” (Reis, 2018: 89). A partir dessa experiência, o estudo de Reis (2018, p. 113) aponta que o processo de cooperação demonstra fragilidade, quando focado apenas na comercialização, e que “deve-se ter uma dimensão abrangente no que se refere à cooperação, pois este processo desenvolve-se desde a organização do trabalho e comercialização até o envolvimento com as questões sociais, políticas e culturais da associação”. Portanto, no que se refere à cooperação, conclui que “é necessário avançar em alguns desafios: associar mais pessoas na ARPA; organizar coletivo de trabalho; incentivar a produção diversificada; ampliar mercado com novas feiras municipal, estadual e nacional; aumentar a produtividade agrícola, etc.” (Reis, 2018: 114).

Na tese de Santos (2018) são analisados os processos formativos dos professores em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima. Santos (2018) identifica que o processo de formação em Educação do Campo ocorre tanto por área do conhecimento como por regime de alternância (tempo universidade e tempo comunidade), vinculando-se ao “projeto histórico da classe trabalhadora camponesa, (...) promovendo a produção de conhecimento nesses territórios, com o protagonismo do campesinato” (Santos, 2018, p. 23). Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a formação de professores por meio da Pedagogia da Alternância é organizada nas dimensões dialógica e dialética. Na

primeira fase, “o professor e o aluno estabelecem um diálogo horizontal em que são identificados os limites e as possibilidades na oferta da Educação do Campo e/ou na negação desse direito a jovens, adultos e crianças do campo.” A partir desse diálogo, “o formando é orientado para dimensão dialética da formação, isto é, compreender o processo de ação-reflexão-ação que norteia a Pedagogia da Alternância(...) (PPC, 2011, p. 18). Para Santos (2018), a previsão do Tempo Comunidade não é a realização de um tempo universidade fora do campus universitário; “ele é o tempo em que o estudante é convidado a mergulhar na sua realidade social e na escola do campo” (Santos, 2018, p. 207). Sobre a vinculação com o projeto histórico da classe trabalhadora, se faz necessário uma maior aproximação com os temas da: questão agrária, reforma agrária, agroecologia, políticas públicas e soberania alimentar (Santos, 2018).

Na dissertação de Nunes (2018), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) é analisada no Distrito Federal (DF). Nunes (2018) aponta tanto os esforços para concretizar as ações da Política, como os problemas que dificultam a implementação e continuidade dos trabalhos de ATER no DF. Os principais problemas identificados são: “o atraso nos repasses dos Recursos financeiros destinados a execução dos trabalhos às entidades prestadoras; falta de formação técnica voltada aos princípios da agroecologia e ao público da Reforma Agrária, tanto para servidores do Incra, como para técnicos de campo; (...)” (Nunes, 2018: 80). A agroecologia e a abordagem participativa, pilares da PNATER, não são implementadas de forma efetiva segundo Nunes (2018). A agroecologia custa a ser implementada, “principalmente pela falta de qualificação dos agentes responsáveis pela extensão rural, seja nos espaços formais de formação, como cursos técnicos e de graduação, ou na falta de espaços informais promovidos pelas instituições responsáveis pela execução da Política” (Nunes, 2018: 86). Já a dificuldade em implementar a abordagem participativa passa “também pela falta de qualificação dos técnicos, mas também é influenciada pelo caráter quantitativo no alcance dos objetivos” (Nunes, 2018: 86).

Na dissertação de Sousa (2018) é analisada a importância da luta pela reforma agrária popular na recriação do campesinato a partir do estudo de caso do Assentamento Antônio Conselheiro no Ceará. Um dos resultados desse estudo, é que a “(...) questão agrária no Brasil continua sendo invisibilizada nas propostas de governo”, e destaca a “importância

do MST na luta pela reforma agrária e dos camponeses nos processos de territorialização da luta por uma vida digna no campo no Ceará” (Sousa, 2018: 07). Os assentamentos são identificados como um espaço de organização territorial, em que os “camponeses estão territorializando a luta por políticas públicas, educação, soberania alimentar e reforma agrária popular” (Sousa, 2018, p. 98). Assim, o “homem do campo é visto como sujeito social que luta pelo acesso e acima de tudo pela permanência na terra, com o intuito de sua reprodução da vida” (Sousa, 2018: 98). A construção da Escola do Campo Francisca Pinto da Silva no assentamento é celebrada também pela inclusão de uma proposta curricular baseada nos princípios da agroecologia e da convivência com o semiárido (Sousa, 2018). Esse estudo aplicou uma abordagem qualitativa a partir do diálogo com os sujeitos envolvidos nas comunidades (Sousa, 2018).

Na dissertação de Vieira (2018), a relação entre educação e agroecologia é analisada para compreender o processo de incorporação da agroecologia no MST, a partir da análise de seis experiências de escolas itinerantes vinculadas ao MST/Paraná. Para Vieira (2018, p. 226), a inserção da agroecologia no MST demonstra dois movimentos importantes, “um de resistência ao agronegócio e outro de superação pois expressa a possibilidade de construção de novas relações sociais e de produção, na luta pela construção de outro projeto de campo e de agricultura, (...)”. O MST ampliou sua pauta de luta, ao incorporar a bandeira da agroecologia, sem abrir mão de bandeiras históricas, como a luta pela terra e a reforma agrária, “(...) superando um discurso tecnicista e produtivista do início de sua trajetória, por outro que incorporou a preocupação com as questões ambientais” (Vieira, 2018: 122). No entanto, verifica-se que não há ainda um consenso interno em torno da inserção e escalonamento da agroecologia nos assentamentos (Vieira 2018). Além disso, apesar do crescimento do número de famílias envolvidas na construção da agroecologia, “trata-se de um processo lento que encontra resistências entre os camponeses acampados e assentados” (Vieira, 2018, p. 122).

O MST entende que “é necessário construir condições para desenvolver um novo projeto para o campo, baseado na mudança da matriz tecnológica” (Vieira, 2018: 123). Para Vieira (2018: 229), a inserção da agroecologia no MST “(...) indica uma nova síntese, pois expressa na categoria agroecologia camponesa, que coloca em diálogo o acúmulo histórico de construção da agroecologia e os processos de lutas e formulações dos

movimentos sociais camponeses”. A agroecologia “reconfigura a função social do campesinato, como sujeito fundamental para a reconstrução ecológica da agricultura, mesmo no quadro da sociedade de classes, das relações de produção e dominação burguesas sob as quais o campesinato está submetido” (Vieira, 2018: 227). Para Vieira (2018: 78) um elemento diferencial da agroecologia - em relação às outras correntes de agricultura ‘alternativas’ – “é que está vinculada a uma discussão e construção social mais ampla, no contexto da luta de classes, pela superação das contradições estruturais do modelo de agricultura capitalista e da sociedade de classes, o que implica na construção de novas relações sociais e de produção”. Portanto, há “uma exigência de um vínculo necessário entre a agroecologia, o trabalho coletivo e a propriedade social, pois sem a socialização dos meios de produção, não é possível transformar as bases fundamentais da relação metabólica entre ser humano e natureza” (Vieira, 2018: 229).

Na dissertação de Brito (2017), sobre as contribuições da transição agroecológica no assentamento Santana, é analisada as experiências e práticas agroecológicas vividas e construídas pelos agricultores camponeses do Ceará. Segundo Brito (2017), a questão agrária está longe de ser resolvida no estado do Ceará, e ainda é um problema atual. O papel do campesinato tem sido o de cada vez mais colocar a questão agrária em evidência, forjando formas de resistência, de modo que “o discurso agroecológico passou a fazer parte das pautas de reivindicações dos movimentos sociais do campo, principalmente da Via Campesina e do MST” (Brito, 2017: 82). As práticas agroecológicas através dos quintais produtivos promovem “o aumento da autonomia camponesa gerada pela diversidade produtiva que baseia a alimentação dos povos camponeses, e faz com que eles precisem comprar poucos alimentos para complementar a dieta alimentar” (Brito, 2017: 83). No estudo de caso no assentamento Santana, a produção agroecológica acontece principalmente “na produção individual e é incentivado pelo MST, por técnicos agrícolas e pela Escola do Campo Florestan Fernandez”, e a experiência responsável pela maior parte da produção doméstica (Brito, 2017: 68).

Na tese de Cubas (2017) é realizado um abrangente estudo sobre o estado de São Paulo agrário na era da globalização no âmbito da Geografia Crítica. A questão central desse estudo é o problema agrário, a apropriação e uso do território, o conflito entre as concepções de “terra como valor de troca (terra de negócio/especulação) e a terra como

valor de uso (terra de trabalho)” (Cubas, 2017, p. 10). A disputa territorial foi examinada “explicitando o lugar do agronegócio e do campesinato na produção dos cultivos, na geração de empregos e o valor dessa produção, tendo em vista a crise do paradigma do agronegócio e a proposição do paradigma agroecológico” (Cubas, 2017, p. 10). Cubas (2017) argumenta que “(...) enquanto não houver democratização da terra e uma desestruturação do problema rentista no Brasil (...) não haverá políticas públicas que permitam um desenvolvimento social emancipatório (...)” (Cubas, 2017, p. 383). A agroecologia é vista como síntese que condensa que ao mesmo tempo “o confronto com o modo de produção capitalista, uma disputa territorial entre o rentista e camponês na era globalização” (CUBAS, 2017, p. 381). Como exemplo de resistência agroecológica, em SP, é analisada uma cooperativa de SAFs (Sistemas Agroflorestais) em Barra do Turvo, a CooperaFloresta, que desenvolveu uma produção de alimentos agroecológicos que se converteu em uma ‘rede de agroecologia agroflorestal’. Outra experiência destacada é o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) em Mario Lago, no município de Ribeirão Preto (Cubas, 2017).

Na tese de Moreira (2017) é analisada a refundação do campesinato nos processos de transformação social e até que ponto a luta pela terra se constitui uma pedagogia de emancipação humana a partir de experiências de luta da CPT e do MST em Campo do Meio, no estado de Minas Gerais. Para Moreira (2017, p. 528), a luta pela terra tem um caráter emancipatório, porque “busca alterar uma das bases materiais necessárias para a reprodução do capitalismo. Pois, se a luta pela terra se massificar e “(...) conquistar força necessária para libertar e emancipar a terra das mãos de grandes proprietários e generalizar a propriedade camponesa da terra, será amputada uma das pernas da engrenagem – a propriedade privada capitalista da terra - do modo de produção capitalista”. Moreira (2017, p. 532) argumenta ainda que “quanto mais lutas concretas pela terra, com qualidade organizativa, se generalizarem pelo território brasileiro e realizar ocupações generalizadas”, (...) “mais estaremos criando as condições sociais de superação do sistema do capital que perpetua o latifúndio”. No entanto, ressalta que não basta conquistar a terra, pois só isso não garante emancipação. A conquista da terra é elemento indispensável, “mas administrar com autonomia a vida social sobre a terra conquistada, no território, é o que pode assegurar passos firmes na perspectiva de emancipação humana (...)” (Moreira, 2017: 532).

Na tese de Santos (2016) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi analisado no contexto da reforma agrária popular, no estado do Paraná, em contraste com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) nos mandatos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Para Santos (2016: 09) o Estado brasileiro realizou um grande investimento em escolas técnicas federais, “mas seu principal investimento educacional– orçamentário e político – fez-se, para a viabilização do Pronatec, para atender aos interesses do empresariado urbano e rural (...)”. Identifica que “os camponeses, inversa e contraditoriamente, no mesmo período, lograram estruturar um projeto educativo por meio do Pronera, antagônico à concepção de formação de mão de obra do Pronatec” (Santos, 2016: 09). Destaca-se ainda que não é irrelevante “a existência de um movimento de camponeses como o MST, organizado nacionalmente e com 30 anos de experiência de luta, não somente pela terra e por Reforma Agrária stricto sensu”, mas, na sua capacidade de compreender a complexidade política com que estava a enfrentar-se, “lutando e construindo, ao mesmo tempo, um projeto popular de Reforma Agrária na estratégia da soberania alimentar e apoiada por uma nova matriz tecnológica” (Santos, 2016: 185).

Esses amplos estudos refletem, em alguma medida, como a literatura internacional e nacional abordam a interface das questões agrária e camponesa com a agroecologia e/ou questão agroecológica. Na literatura internacional há uma discussão teórica importante em torno da questão agrária contemporânea, em que a agroecologia é entendida como parte ou atualização, diferente do raciocínio que levantamos aqui de que a questão agroecológica não é uma mera atualização da questão agrária contemporânea. A questão campesina também é abordada no bojo da questão agrária. A agroecologia não é apresentada, nessa amostra, como uma questão nova, mas sim como uma questão agrária ecológica no âmbito da chave analítica capital/trabalho no contexto de acumulação por apropriação e abordagem de ‘natureza não paga’. Essa chave de leitura é fundada nas disciplinas da economia e ecologia política.

Verifica-se que na literatura nacional esse debate da questão agrária e camponesa está bastante enraizado em diversos estudos de casos no território e assumem uma discussão

pautada, em grande parte, pelos movimentos sociais e pela reprodução social camponesa em assentamentos da reforma agrária. A agroecologia é discutida a partir do corpo teórico da questão agrária brasileira com uma grande interface com as políticas públicas e o papel contraditório do Estado nesse processo. Em ambos, não há uma abordagem da “Questão Agroecológica” - tanto na literatura internacional como nacional. Isto é, prevalece em ambas uma abordagem da agroecologia como parte ou atualização da questão agrária e camponesa.

3.2.2. Questões ambiental, ecológica e climática

A segunda interface teórica analisada é a relação da Agroecologia e da Questão agroecológica com as questões ambiental, ecológica e climática. Para o alcance desse objetivo, aplicou-se na plataforma Scopus a seguinte equação de busca: "environmental question" OR "ecological question" OR "climate question" AND "agroecology" OR "agroecolog* question" - que resultou em uma amostra de 5 publicações, com busca aplicada nos títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos e livros indexados na plataforma entre 2010 e 2022.

A escolha das palavras-chaves no idioma inglês prescindiu de um levantamento inicial dos respectivos termos aplicados na literatura internacional, e as palavras-chave correlatas que conduzem ao mesmo debate. Os operadores booleanos também foram aplicados na lógica de que quando aplicamos o operador “OR” possibilitamos a adição de palavras-chave sinônimas e quando aplicamos o operador “AND” a amostragem se torna mais restritiva, promovendo a necessária relação entre as palavras selecionadas. Outro destaque é ao uso do asterisco em "agroecolog* question" em razão das variações terminológicas que o termo pode assumir no inglês.

Tabela 10. A questão ambiental, ecológica e climática

Base de Dados: Scopus Equação de busca: ("environmental question" OR "ecological question" OR "climate question" AND "agroecology" OR "agroecolog* question") Resultado da busca: 5 artigos Publicações selecionadas: 2 artigos			
Pergunta orientadora da triagem: Como os estudos relacionam as questões ambiental, ecológica e climática com a agroecologia ou a questão agroecológica no debate internacional?			
Autores	ANO	Revista/Livro	Título

1	Taşdemir Yaşın Z.	2022	Journal of Peasant Studies	The environmentalization of the agrarian question and the agrarianization of the climate justice movement
2	Bosco L., Cushman S.A., Wan H.Y., Zeller K.A., Arlettaz R., Jacot A.	2021	Animal Conservation	Fragmentation effects on woodlark habitat selection depend on habitat amount and spatial scale
3	Cayre, P.	2017	Association Francaise pour la Production Fourragere	How pedagogy in agricultural secondary schools is holding up under the agroecological transition: Results from the Ecophyto program
4	Münster D., Poerting J.,	2016	Journal Geographica Helvetica	Land as resource, soil and landscape: Materiality, relationality and new agrarian questions in political ecology
5	Stankiewicz, M., Gadamski, G., Gawronski, S.W.	2012	Weed Research	Genetic variation and phylogenetic relationships of triazine-resistant and triazine-susceptible biotypes of <i>Solanum nigrum</i> - Analysis using RAPD markers

Fonte: Elaboração própria. Uso da base de dados do Scopus.

O primeiro artigo dessa seleção é o de Taşdemir Yaşın (2022) em torno da “ecologização” da questão agrária e a “agrarianização” do movimento por justiça climática para analisar a relação entre a questão agroambiental e a questão climática, situando-as no contexto mais amplo da questão socioecológica a partir da lente conceitual da “teoria do valor da natureza”. Dois argumentos centrais são apresentados: i) a questão agrária da natureza como componente crítico da visão mais ampla da questão socioecológica; ii) o movimento agroecológico como emergência de uma forma contemporânea de agrarismo político no contexto da “ecologização” da questão agrária. A chamada “teoria do valor da natureza” (Taşdemir Yaşın, 2017) é apresentada para situar a natureza socioecológica mais ampla - distintiva de outras questões agrárias contemporânea. Em vista a esse argumento, Taşdemir Yaşın (2017) sugere uma reconsideração do objeto principal da teoria do valor de Marx e uma reconstrução da teoria valor-trabalho, para transcender o impasse teórico da relação humano-natureza. A autora cita Bunker (1985, 2007) para destacar que é preciso transcender o “cálculo unidimensional de valor” na economia política marxista e explorar valores ecológicos que estão fora da estrutura da “teoria do valor-trabalho”.

A teoria do valor da natureza de Taşdemir Yaşın (2017) explora a dimensão qualitativa e imaterial da crise ambiental, para além da dimensão quantitativa da condição material de “cheap nature” (Akram-Lodhi, 2021) na lógica da apropriação extrativista - “extractive appropriation” (Moore, 2015). Portanto, a chamada “teoria do valor da natureza” situa a crise ecológica e os conflitos ecológicos na forma de mercadoria, não como um resultado externo dessa forma devido aos limites quantitativos da natureza, “mas como um aspecto interno da relação socioecológica qualitativa entre capital e natureza” (Taşdemir Yaşın, 2017). Ao citar Burkett (1999a), Taşdemir Yaşın (2017) aborda a crise ecológica a partir de dois tipos de crises: ‘a crise quantitativa da desequilibrada privação material das condições naturais e a crise qualitativa da circulação das forças vitais devido à separação homem-natureza’. Ainda prevalece a concepção da natureza como condição material para a produção de mercadorias, reproduzindo a separação capitalista histórica do que é o social e do que é o natural (Burkett, 1999). No entanto, o capital deve ser compreendido não apenas como a dominação social do trabalho, mas também e simultaneamente uma forma de dominação social da natureza e da relação homem-natureza (Taşdemir Yaşın, 2017).

Outro conceito abordado no artigo de Taşdemir Yaşın (2022) é o de “justiça climática agrária” fazendo referência ao artigo de Borras e Franco (2018). A dimensão da “agrarianização” da questão climática é colocada como uma ‘nova’ urgência da questão socioecológica no século XXI, que trouxe não apenas a “questão agroambiental”, mas também a questão das mudanças e justiça climática para o centro da problemática. Embora o foco político resida na redução da emissão de carbono, é preciso apontar para as “(...)origens socioecológicas mais amplas do ciclo de carbono desequilibrado ou a fenda biosférica enraizada na expansão extrativista global e a consequente fenda socioecológica” (Taşdemir Yaşın, 2022: 17). Essa noção mais recente de “justiça climática agrária” busca delimitar a necessária “(...) convergência histórica de questões entre justiça agrária e justiça climática para criar um campo político mais amplo que possa unificar diversas lutas progressistas” (Taşdemir Yaşın, 2022: 22). Portanto, sobre essa interdependência necessária e estratégica entre justiça agrária e justiça climática “(...)a única maneira pela qual a urgência e relevância das políticas fundiárias em torno da redistribuição, reconhecimento, restituição e regeneração na era da corrida global pela

terra pode (re)ganhar força no mundo de hoje se for sensibilizada e incorporada nas lutas mais amplas pela justiça climática” (Borras e Franco, 2018: 1320).

O último artigo selecionado dessa amostra aplicada na base de dados do Scopus é o de Bosco et al., (2021), pois oferece alguns elementos para pensar os argumentos que a literatura internacional apresenta ao relacionar as questões ambiental, ecológica e climática com a agroecologia. Com esse estudo, é destacado que a perda e a fragmentação do habitat são os principais motores da perda de biodiversidade. Além disso, abordam que a heterogeneidade de habitat, tanto espaço como temporal, é conhecida “por ser benéfica para a biodiversidade em outros agroecossistemas (...), por isso que paisagens agrícolas complexas são mais propensas a fornecer uma paleta mais estável de recursos que as espécies requerem para cumprir seu ciclo de vida, em comparação com terras agrícolas homogeneizadas, como extensas monoculturas” (Bosco et al., 2021: 07). Esse estudo publicado na revista “Animal Conservation” aplicou um conjunto variáveis e de covariáveis topográficas, climáticas e de cobertura do solo selecionadas com base em informações sobre a preferência de habitat das espécies analisadas. As variáveis topográficas e climáticas foram calculadas a partir de um modelo digital usando o “Geomorphometry and Gradient Metrics Toolbox” (Evans et al., 2014) em ArcGIS (ESRI, 2017).

No âmbito nacional, aplicamos uma revisão sistemática na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com a seguinte equação de busca: (questão ambiental OR questão ecológica OR questão climática AND agroecologia OR questão agroecológica) em todos os campos de busca. Isto é, aplicada no título; assunto; resumo em português e resumo em inglês. Resultaram 8 publicações dessa busca, compreendendo estudos de dissertações e teses. Foram selecionados 4 estudos que melhor respondem à questão de ‘Como os estudos relacionam as questões ambiental, ecológica e climática com a questão agroecológica?’.

Na dissertação de Lia (2020) foi realizado um estudo sobre a questão do desenvolvimento na época do antropoceno no semiárido brasileiro para responder duas questões gerais: i) como a busca pelo desenvolvimento influenciou a degradação socioambiental do Nordeste, especificamente do semiárido nordestino brasileiro ii) de que maneira as

políticas públicas de convivência com o semiárido interferem na mobilidade e êxodo rural. Para responder essas perguntas foram realizadas pesquisas documentais, e uma análise das políticas ‘de combate à seca’ em contraste com as políticas atuais de ‘convivência com o semiárido’. Temas como os programas de instalação de cisternas e a agroecologia são exemplificadas como tendências da racionalidade da convivência com o semiárido. No entanto, é apontado que “a produção de alimentos orgânicos no semiárido ainda passa por dificuldades, entre elas foram abordadas a crise econômica, a escassez de água, a falta de assistência técnica e de organização para comercialização e a inexistência de políticas públicas para a transição de um de um modelo agropecuário convencional para um sistema autossustentável na agricultura familiar” (Lia, 2020: 68). Esse estudo destaca que “os programas de instalação de cisternas e a agroecologia são tendências da racionalidade da convivência com o semiárido (...)” (Lia, 2020: 60).

Na dissertação de Gonçalves (2011) é realizado um panorama sobre os atores e processos que se articulam em torno das experiências agroecológicas envolvidas em 50 municípios no oeste do Paraná. Diante da predominância da agricultura de molde convencional na região oeste do Estado do Paraná, as iniciativas das agriculturas “de menor escala com intenções mais sustentáveis presentes nesta mesma região carecem de reconhecimento e sistematização, para que seja possível entender de maneira organizada e unificada os avanços e as demandas (...) que permeiam tais experiências” (Gonçalves, 2011, p. 10). A agricultura enquanto meio de subsistência e enquanto atividade ocupa cerca de 40% das terras em utilização, e afeta direta e intensamente a qualidade de vida de pessoas e a saúde de ecossistemas (IAASTD, 2009). Por isso, a importância de identificar quem são “os atores que apresentam e efetivam as propostas agroecológicas e quais são os processos necessários e viáveis para transformar o desenvolvimento rural sustentável e a expansão e aprimoramento das agriculturas de base ecológica” (Gonçalves, 2011, p. 10). Para Gonçalves (2011, p. 90), as entidades de agricultores – associações e cooperativas – precisam estar consolidadas e um outro tipo de ator precisa ser envolvido: os consumidores (...) e envolver mais temas como soberania e segurança alimentar e qualidade da alimentação.

Na dissertação de Oliveira (2015, p. 09), sobre os caminhos da resistência camponesa nos assentamentos de reforma agrária, a seguinte questão é colocada: “qual matriz produtiva

mantém as famílias menos expostas ao risco de insegurança alimentar, à vulnerabilidade econômico-social e a menos efeitos negativos do impacto ambiental?”. Para responder a essa questão, o estudo avaliou o desempenho socioeconômico e ambiental de diferentes matrizes produtivas no assentamento Roseli Nunes no Mato Grosso com a aplicação de Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas (ISA) - a partir de dez estudos de caso, em que cinco famílias trabalham de acordo com os princípios agroecológicos e as outras cinco famílias optaram por adotar o modelo convencional de produção (Oliveira, 2015). O resultado da aplicação dos indicadores revelou “o alcance da sustentabilidade apenas nos agroecossistemas agroecológicos, e que o modelo convencional adotado expôs as famílias à maior vulnerabilidade socioeconômica (maior dependência externa de insumos e energia, com endividamento das famílias) aumentando a deterioração do meio ambiente” (Oliveira, 2015, p. 09). A aplicação do ISA no assentamento Roseli Nunes evidenciou quais condições e atributos contribuem para maior ou menor grau de sustentabilidade, revelando que nenhuma família que tem adotado práticas convencionais se aproximou do limiar de sustentabilidade (Oliveira, 2015).

Na dissertação de Silva (2019) sobre a participação de consumidores na cadeia produtiva das frutas nativas é analisado o perfil, o comportamento dos consumidores e a influência sobre a estruturação das cadeias produtivas, no município de Passo Fundo no Rio Grande do Sul. O estudo empírico foi baseado na experiência da comercialização de frutas nativas que surgiu a partir do apoio da Organização Não Governamental – Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), que acolheu o “Encontro de Sabores”. A criação do CETAP foi motivada pela necessidade de criação de uma proposta alternativa de organização, produção e desenvolvimento rural capaz de contribuir com a afirmação da agricultura familiar na construção de uma agricultura sustentável com base nos princípios da agroecologia (Silva 2019). O perfil amostral dos consumidores nesse estudo, é conformado por homens de meia-idade, pertencentes à classe média, com um nível de escolaridade mais elevado. Essas pessoas, demonstraram estar “sensibilizadas com as questões que levam à preocupação com a segurança alimentar, no sentido do consumo de alimentos saudáveis e da conservação ambiental. (...) e o significado de uma alimentação saudável, para os consumidores, se dá não só por meio de uma dieta rica em nutrientes, mas também por uma alimentação com produtos pouco processados, e que não causam impactos ao produtor e ao meio ambiente” (Silva, 2019, p. 154).

3.2.3. Questões de gênero, racial e indígena

A última equação teórica e analítica aplicada é a interface da Agroecologia e da Questão agroecológica com as questões de gênero, racial-quilombola e indígena. Para o alcance desse objetivo, aplicamos na plataforma Scopus a seguinte busca: (gender question OR race question OR "quilombola" question OR indigenous question AND "agroecology" OR "agroecolog* question") resultando uma amostra de 25 publicações, com busca aplicada nos títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos e livros indexados na plataforma entre 2013 e 2022.

A escolha das palavras-chaves no idioma inglês prescindiu de um levantamento inicial dos termos aplicados na literatura internacional, e as palavras-chave correlatas que conduzem ao mesmo debate. Os operadores booleanos também foram aplicados na lógica de que quando aplicamos o operador “OR” possibilitamos a adição de palavras-chave sinônimas e quando aplicamos o operador “AND” a amostragem se torna mais restritiva, promovendo a necessária relação entre as palavras selecionadas. Outro destaque é ao uso do asterisco em "agroecolog* question" em razão das variações terminológicas que o termo pode assumir no inglês. Na tabela abaixo, são sistematizados a amostra de artigos selecionados para essa revisão integrada.

Tabela 11. A questão de gênero, raça e indígena

Base de Dados: Scopus Equação de busca: (gender question OR race question OR "quilombola" question OR indigenous question AND "agroecology" OR "agroecolog* question") Resultado da busca: 25 artigos Publicações selecionadas: 12 artigos				
Pergunta orientadora da triagem: Como agroecologia e/ou ‘questão agroecológica’ se relaciona com as questões de gênero, quilombola e indígena no debate internacional?				
	Autores	ANO	Revista/Livro	Título
1	MacInnis, J., Wiebe, N., Desmarais, A.A., Montenegro de Wit, M.	2022	Agroecology and Sustainable Food Systems	“This Feminism is Transformative, Rebellious and Autonomous”: inside struggles to shape the CFS Voluntary Guidelines on Gender Equality and Women’s Empowerment
2	Kerr, R.B., Liebert, J., Kansanga, M., Kpienbaareh, D.	2022	Elementa: Science of the Anthropocene	Human and social values in agroecology: A review
3	F. X. Côte et al.	2022	Agronomy for Sustainable Development	Lever for the agroecological transition of tropical agriculture
4	Kisangau, P.D., Kimiti, J.M., Mburu, M.W.K., Snelder, D.J.	2021	Rangeland Ecology and Management	Factors influencing use of multipurpose trees and shrubs in arid and semiarid lands of Kenya
5	Sylvester, O., Little, M.	2021	Agroecology and Sustainable Food Systems	“I came all this way to receive training, am I really going to be taught by a woman?” Factors that support and hinder women’s participation in agroecology in Costa Rica
6	Brown, L.D., et al	2020	Sustainability	From a three-legged stool to a three-dimensional world: Integrating rights, gender and indigenous knowledge into sustainability practice and law
7	Grandia, L.	2020	Antipoda	Back to the future: The autonomous indigenous communities of Petén, Guatemala
8	Nascimento, F.S., Calle-Collado, A., Benito, R.M.	2020	Revista de Economia Publica, Social y Cooperativa	Social and solidarity economy and agroecology in family agriculture cooperatives in Brazil as a form of development of sustainable agriculture

9	Mann, A.	2019	Policy Futures in Education	Education for food sovereignty as transformative ethical practice
10	Briggs, L., Krasny, M., Stedman, R.C.	2019	Journal of Environmental Education	Exploring youth development through an environmental education program for rural indigenous women
11	Wolff, L.F., Gomes, J.C.C.	2015	Agroecology and Sustainable Food Systems	Beekeeping and Agroecological Systems for Endogenous Sustainable Development
12	Ureta, C., González-Salazar, C., González, E.J., Álvarez-Buylla, E.R., Martínez-Meyer, E.	2013	Agriculture, Ecosystems and Environment	Environmental and social factors account for Mexican maize richness and distribution: A data mining approach

Fonte: Elaboração própria. Uso da base de dados do Scopus.

No artigo de MacInnis e colaboradores (2022) sobre as lutas internas para moldar as diretrizes voluntárias do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS em inglês), o Grupo de Trabalho de Mulheres da Sociedade Civil e o Mecanismo de Povos Indígenas refletem sobre as políticas que refletem a equidade de gênero na agricultura e os sistemas alimentares baseados na agroecologia, direitos humanos e soberania alimentar. Sob o lema de que “Este Feminismo é Transformador, Rebelde e Autônomo” o Grupo de Trabalho de Mulheres reuniu representantes de mais de 70 países no âmbito da VII Conferência Internacional da Via Campesina, e apontaram que investir em mulheres e meninas e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas não são apenas as coisas certas a serem feitas para alcançar a segurança alimentar e nutricional, mas também as coisas inteligentes a serem feitas (CFS, 2021). As mulheres são importantes agentes do desenvolvimento sustentável como atores do sistema alimentar. No entanto, as mulheres e as crianças suportam uma carga desigual, com a responsabilidade por atividades de cuidado e trabalho doméstico não remuneradas (CFS, 2021). Por isso, destacam que é fundamental para a melhoria do bem-estar das mulheres, garantir seu acesso direto a recursos financeiros, técnicos e biofísicos, melhorar e favorecer seu arbítrio e sua participação na tomada de decisões, e equilibrar as relações

de poder e superar os impedimentos jurídicos que limitam a igualdade e suas opções (Macinnis et al., 2022).

No artigo de Kerr e colaboradores (2022) é realizada uma revisão da literatura para abordar as questões de equidade de gênero e justiça social nos sistemas alimentares. Identificam que há pouca literatura demonstrando como “as abordagens agroecológicas podem aumentar os meios de subsistência das pessoas por meio do aumento da renda, redução da dependência de insumos, maior autonomia financeira e aumento do autoabastecimento” (Kerr et al., 2022, p. 01). Levantam também que há poucas pesquisas sobre a dimensão de gênero na agroecologia e o valor do ‘trabalho do cuidado’ (care work), ainda que a literatura recente aponte “(...) métodos transformadores que abordam desigualdades estruturais para mulheres e outros grupos marginalizados em iniciativas agroecológicas” (Kerr et al., 2022, p. 01). As principais lacunas das pesquisas no campo da agroecologia incluem “desigualdade racial e agroecologia em diferentes contextos culturais, os impactos da agroecologia na saúde, e o significado do trabalho derivado de uma mudança para a agroecologia” (Kerr et al., 2022, p. 01). A ‘interseccionalidade’ é apontada como o caminho para tratar de forma interativa e sobreposta as dimensões de raça, sexualidade, classe, gênero, e outras categorias de diferença atuam como múltiplas fontes de poder e formas de opressão nos níveis individual, social e institucional (Kerr et al., 2022, p. 13).

A partir da revisão da literatura feita pelos autores, destacam que os movimentos feministas dentro dos movimentos sociais agroecológicos têm levantado questões de desigualdade de gênero em múltiplos contextos e escalas global, nacional e regional a exemplo dos estudos de Schwendler e Thompson (2017); Carvalho e Bogus, (2020) e Feitosa e Yamaoka (2020). A dinâmica de poder dentro das famílias e comunidades que usam abordagens agroecológicas é um campo de estudo limitado, segundo os autores, e por isso, recomendam também os estudos de Schwendler e Thompson, (2017); Zuluaga Sanchez et al., (2018); Bezner Kerr et al., (2019c); Trevilla Espinal et al., (2021). No entanto, para Kerr et al. (2022, p. 13), “embora existam numerosos trabalhos que atribuem uma ampla gama de benefícios sociais à implementação da agroecologia, eles tendem a ser descritivos ou teóricos, em vez de empíricos na abordagem”. Somado a esses temas emergentes, o tema do acesso à terra permanece crítico com o aumento do número de

peessoas sem terra no contexto do aumento global da grilagem de terras, afetando o acesso aos grupos mais vulneráveis como jovens, mulheres, indígenas (Kerr et al., 2022). A dimensão de gênero é apontada como um tópico emergente relacionado ao tema da ‘agroecologia feminista’, situando as abordagens agroecológicas na economia do cuidado e a dinâmica de poder de gênero “(...) para realizar um sistema alimentar mais justo e equitativo” (Kerr et al., 2022, p. 13).

No artigo de Côte e colaboradores (2022) sobre a transição agroecológica em regiões tropicais foram identificados três pilares para esse alcance: i) mobilização e gestão de processos ecológicos; ii) desenvolvimento de interações entre os componentes técnicos, sociais, ambientais e institucionais; e iii) pluralidade de ações e caminhos em diferentes níveis de organização (Côte et al., 2022). ‘Alavancas biotécnicas, cognitivas, sociopolíticas e organizacionais’ (Côte et al., 2022) foram destacadas para auxiliar os sistemas agroecológicos a implementar esses três pilares: (1) complementaridade entre as espécies de cultivo; (2) biodiversidade funcional; (3) gestão da biodiversidade em escalas territoriais e de paisagem; (4) eficiência dos ciclos biogeoquímicos; (5) metas de melhoramento genético; (6) ação política e institucional em nível nacional e global; (7) ação em nível local para apoiar produtores; (8) ação política e organizacional em nível territorial; (9) comercialização e desenvolvimento de novas cadeias agropecuárias; (10) desenvolvimento de novos métodos de avaliação dos sistemas de produção; (11) reconhecimento dos valores de gênero e geração nas famílias e demais níveis organizacionais (Côte et al., 2022, p. 01). No entanto, reconhecem que a adoção de “mudanças nas práticas e sistemas agrícolas encontrará maior resistência e obstáculos em grandes escalas e altos níveis de decisão do que em níveis individuais e locais (...)” (Côte et al., 2022, p. 08).

No artigo de Kisangau e colaboradores (2021) foram analisados os fatores que influenciam o uso de árvores e arbustos em zonas agroecológicas áridas e semiáridas no Quênia. O principal objetivo deste estudo foi avaliar o conhecimento local e documentar os usos socioeconômicos das espécies arbóreas e arbustivas identificadas na área de estudo, e determinar a influência de fatores socioeconômicos na utilização dessas espécies. Uma pesquisa de campo foi aplicada em três zonas agroecológicas, e os dados foram coletados a partir de entrevistados usando discussões de grupos focais,

informantes-chave e questionários domiciliares individuais (Kisangau et al., 2021). Foi identificado que apesar da utilidade das espécies arbóreas e arbustivas, existe um desconhecimento sobre a forma como estas espécies deviam ser utilizadas de modo mais sustentável e não está claro quais fatores influenciam o conhecimento atual (Kisangau et al., 2021). Um dos resultados desse estudo é que as mulheres usaram significativamente um número maior de diferentes espécies de plantas do que os homens, e que “há uma necessidade de monitoramento e adoção de estratégias sensíveis ao gênero para sua utilização sustentável, a fim de proteger esses recursos vegetais únicos da degradação e superexploração” (Kisangau et al., 2021, p. 01). Concluem que a questão de gênero desempenha um papel fundamental na determinação do conhecimento e uso de espécies lenhosas entre as comunidades locais nas zonas agroecológicas do Quênia (Kisangau et al., 2021).

No artigo de Sylvester e Little (2021) sobre os fatores que apoiam e dificultam a participação das mulheres na produção agroecológica na Costa Rica é identificado barreiras comuns como a cultura mais ampla de discriminação contra as mulheres na agricultura e os papéis desproporcionais na economia do cuidado. O marco teórico aplicado é o da ‘Ecologia Política Feminista’ - uma teoria que foi criada devido ao fato de que o conhecimento e a experiência das mulheres foram historicamente subestimados e invisíveis. Destacam que as ‘ecologistas políticas feministas’ analisam as experiências vividas por mulheres no campo dos estudos ambientais para ilustrar a desigualdade e injustiça sociais mais amplas. Portanto, a aplicação da Ecologia Política Feminista à agroecologia é importante para analisar criticamente as experiências das mulheres praticando agroecologia e documentar os benefícios e desafios únicos das mulheres neste campo para entender melhor se - e como a agroecologia abre espaços para a participação das mulheres na agricultura (Sylvester e Little, 2021). Embora a agroecologia abra espaços para a participação das mulheres, não é entendida como um sinônimo de equidade de gênero; e que a agroecologia por si só não transforma a posição invisível e subordinada das mulheres na agricultura. Essa análise feminista da agroecologia reforça o entendimento de que a agroecologia sozinha não democratiza as relações de gênero (Chiappe 2018) e que é preciso de mais esforços conjuntos para promover a equidade de gênero no campo da agroecologia e da agricultura estruturalmente (Sylvester e Little, 2021).

O artigo de Brown e colaboradores (2020) integra as dimensões dos direitos humanos, equidade de gênero e conhecimento indígena e local na prática da sustentabilidade a partir de sete estudos de caso na Guatemala, Sri Lanka, Malawi, Peru, Costa do Marfim e Nova Zelândia. O desenvolvimento sustentável é percebido desde uma abordagem interdisciplinar, multinível e de baixo para cima (Brown et al., 2020). A equidade de gênero busca responder às dinâmicas familiares e sociais, os impactos do sexo e do gênero para o desenvolvimento, e o papel da diversidade nos espaços de liderança (Brown et al., 2020). Outro elemento concebido como central é o resgate do conhecimento indígena e local. Destacam que há uma previsão nas agendas de desenvolvimento, como os ODS, da importância de soluções locais e dos saberes indígenas e tradicionais (BROWN et al., 2020). A transversalidade entre gênero e agroecologia é colocada para abordar que a desigualdade de gênero para aumentar a escala das práticas agroecológicas. Para Brown et al., (2020, p. 08) “uma agroecologia sensível ao gênero pode promover soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento, salvaguardando o conhecimento baseado na comunidade, conservação in situ de culturas e variedades locais adaptadas, reforçando a cultura alimentar local (...)”. Há um destaque sobre o contexto de pandemia do COVID-19 e os impactos complexos e duradouros em todos os aspectos da vida. Para a integração das três dimensões dos direitos, gênero e conhecimento foi desenhada uma matriz de sustentabilidade que oferece questões norteadoras para a aplicação deste modelo em diferentes contextos e países.

No artigo de Grandia (2020) sobre as comunidades indígenas autônomas de Petén na Guatemala são analisados os direitos camponeses, boas condições de vida, espiritualidade indígena, igualdade de gênero, agroecologia e o antigo direito de armazenar sementes, a partir de um mapeamento participativo, notas de campo, cartas, propostas, redes sociais, textos e a literatura. Destaca-se que os indígenas foram previstos para desaparecer no século XX, assim como os camponeses, pois eram vistos como obstáculos ao “progresso” e à “civilização” (Grandia, 2020). Os líderes camponeses descrevem as lutas corporais, culturais e econômicas de suas comunidades para sobreviver em um mundo hostil com frases como “Estamos lutando pela vida” (Grandia, 2020, p. 03). Há um entendimento para Grandia (2020) de que mesmo que as publicações acadêmicas acabem, os movimentos indígenas continuam evoluindo. A práxis da autonomia é vista como um

processo silencioso “(...) um povo que historicamente encontrou resiliência na descentralização, fuga, refúgio e opacidade, talvez isso não deva ser surpreendente. Afinal, a própria autonomia se traduz apenas desajeitadamente para Q'eqchi' como "as pessoas cuidando do eu da comunidade" (Grandia, 2020: 27). As comunidades indígenas autônomas de Petén “escolheram passar o tempo refletindo internamente para reconstruir uma educação culturalmente apropriada para seus jovens, resolver disputas por meio de valores ancestrais de equilíbrio e reciprocidade, subordinar comitês seculares aos conselhos mais velhos e ensinar práticas agroecológicas para restaurar as terras remanescentes” (Grandia, 2020: 27).

No artigo de Schwab e colaboradores (2020) é analisado como a Economia Social e Solidária (ESS) e a Agroecologia podem contribuir para a sustentabilidade econômica, social, ecológica e política na agricultura familiar no Brasil a partir da aplicação de indicadores de sustentabilidade. Duas cooperativas foram selecionadas para esse estudo localizadas no estado do Rio Grande do Sul e no estado do Pará. Os resultados da pesquisa indicaram que “existem diferenças entre as cooperativas estudadas em termos de viabilidade produtiva, social, política e econômica (...) e que a maior sustentabilidade adquirida se deve ao fato de dispor de um sistema de produção agroecológica mais desenvolvido (...)” (Schwab et al., 2020, p. 189). Outra questão apontada neste artigo é o papel desenvolvido pelos circuitos curtos de comercialização “na promoção de estratégias agroecológicas e para o desenvolvimento rural endógeno, de forma a ligar novamente produção e consumo aos princípios de proximidade, confiança e sustentabilidade” (Schwab et al., 2020: 200). A adoção de circuitos curtos é vista como uma estratégia de soberania e defesa territorial tanto nos aspectos econômicos quanto sociais (Schwab et al., 2020). No entanto, identificam que atualmente “grande parte dos agricultores considera a cooperativa apenas como um canal de venda de seus produtos e não como um sistema alternativo que pode enriquecer e melhorar sua atividade produtiva do ponto de vista social, ambiental e econômico” (Schwab et al., 2020: 206).

No artigo de Mann (2019) sobre a educação para a soberania alimentar é abordado o papel do movimento da Via Campesina e o impacto da difusão de técnicas pedagógicas como a aprendizagem de camponês para camponês e o diálogo entre diferentes saberes e formas de saber - com estudos de caso no Brasil e no Chile. Os casos brasileiro e chileno

apresentam diferentes perspectivas sobre como o conhecimento agroecológico é transmitido nos Institutos de Agroecologia conduzidos no Brasil pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, no Chile, o papel da Associação Nacional de Mulheres Indígenas e Rurais (ANAMURI). A agroecologia é vista como uma forma de extensão agrícola ou “mecanismo relacional” que educa os agricultores por meio da disseminação de novos conhecimentos (Mann, 2019). A agroecologia é compreendida como uma forma de agricultura “socialmente ativa” (Warner, 2008) que fortalece o conhecimento, os valores, a visão e a liderança das mulheres. A Via Campesina enfatiza que a soberania alimentar “só é possível com uma transformação fundamental das relações desiguais de gênero” (VIA CAMPESINA, 2006). Na Segunda Conferência Internacional da Via Campesina, em 1996, foi criada uma Comissão de Mulheres com o objetivo de aumentar a participação e representação das mulheres nas reuniões para assegurar uma paridade na tomada de decisões (Mann, 2019). A agroecologia fortalece a soberania alimentar pois fortalece as comunidades valorizando e aplicando o conhecimento tradicional, as práticas e a inovação dos agricultores (Mann, 2019).

O artigo de Briggs e colaboradores (2019) explora o impacto do programa de educação ambiental “Mulheres, Agroecologia e Liderança para a Conservação”, que envolve jovens mulheres indígenas na Guatemala. Os resultados desse estudo indicaram que as mulheres ganharam maior capacidade de contribuir com suas comunidades, incluindo papéis de gênero, tradições culturais e a ‘pressão sobre a terra’ (Briggs et al., 2019). No entanto, ainda que o programa de educação ambiental tenha sido conduzido na língua indígena materna e suas atividades buscassem incorporar o conhecimento indígena, bem como capacitar as jovens participantes do sexo feminino, foi identificado que “o programa incorpora tensões envolvendo sensibilidade cultural e barreiras relacionadas a gênero, como oportunidades de trabalho limitadas” (Briggs et al., 2019, p. 02). A pesquisa em questão é fundada em uma investigação chamada de ‘construtivista-interpretativista’, com a utilização de métodos qualitativos (Briggs et al., 2019). Concluem que esse programa de educação ambiental se assemelha a muitos esforços de desenvolvimento internacional nos quais organizações sem fins lucrativos estrangeiras “fazem o possível para efetuar mudanças respeitando as normas culturais locais, mas onde suas perspectivas sobre como ajudar as comunidades podem não ser consistentes com as tradições e práticas locais” (Briggs et al., 2019, p. 12).

No artigo de Wolff e Gomes (2015) são analisados os sistemas agroecológicos para o desenvolvimento sustentável a partir de experiências de apicultura no sul do Brasil com famílias camponesas em assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e em uma aldeia indígena do povo guarani. A constatação deste trabalho é que a apicultura “em sistemas agroflorestais baseados nos princípios da agroecologia são adaptáveis a diferentes realidades, geram diferentes estilos agroflorestal e apicultura e contribuem para estratégias locais de sustentabilidade” (Wolff e GomeS, 2015, p. 417). Verificaram a partir do uso de uma metodologia da pesquisa-ação participativa em diferentes experiências produtivas no Rio Grande do Sul, de 2009 a 2012, que as “experiências participativas do ISEC e da EMBRAPA Agricultura Temperada por meio da organização e mobilização de agricultores e povos tradicionais geraram estruturas organizacionais que constroem sistemas alimentares locais” (Wolff e Gomes, 2015, p. 430).

A abordagem agroecológica é concebida não apenas como a integração de uma dimensão ecológica com estudos sobre mudanças sociais no ambiente agrícola, também “articula as dimensões socioeconômicas e sociopolíticas da dimensão eco-técnica-produtiva com um processo de investigação que parte da indissociabilidade dos sistemas ecológicos e dos sistemas sociais” (Wolff E Gomes, 2015, p. 417). A apicultura além de ser importante devido à polinização das culturas na propagação de espécies florestais nativas, e sua função no equilíbrio e interdependência dos ecossistemas, apresenta um valor cultural nas tradições locais, rituais indígenas e medicinas quilombolas (Wolff e Gomes, 2015).

No artigo de Ureta e colaboradores (2013) são analisados os fatores ambientais e sociais responsáveis pela diversificação do milho mexicano sob condições ambientais e sociais em mudança. Esse estudo aplicou uma metodologia de mineração de dados para avaliar as relações espaciais dos fatores ambientais (altitude, clima, inclinação e solo) e sociais (educação e grupos étnicos) com a distribuição espacial das espécies mexicanas de milho, bem como as áreas que pode potencialmente abrigar o maior número de espécies nativas. Os resultados indicaram que a altitude, que está relacionada com o clima, e a etnia foram os fatores com maior poder na correlação. Destacam o papel das comunidades indígenas locais responsáveis pela preservação e conservação in situ do milho, adaptando-se aos novos desafios e cultivando as espécies locais (Ureta et al., 2013). Revelam também o

papel dos camponeses “mestiços” para a diversificação e preservação do milho mexicano, e que essa diversidade in situ pode ser crítica para enfrentar os desafios da mudança climática, bem como para analisar quais áreas e espécies são críticas para enfrentar essas novas condições (Ureta et al., 2012). Embora os bancos de sementes sejam uma ferramenta alternativa para preservar a agrobiodiversidade no México, apontam que há desvantagens devido a perdas de amostras, más condições de armazenamento, problemas de classificação e procedimentos de amostragem inadequados e, conseqüentemente, não deve ser considerada como “a única e melhor forma de preservar a diversidade do milho, mas sim ser considerada apenas como uma ferramenta complementar que retroalimenta a diversidade in situ programas de conservação baseados em lideranças de comunidades indígenas e camponesas” (Ureta et al., 2013, p. 33).

No âmbito nacional, aplicamos uma revisão sistemática na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com a seguinte equação de busca: (questão de gênero OR questão quilombola OR questão indígena AND agroecologia OR questão agroecológica) aplicada em todos os campos de busca. Isto é, aplicada no título; assunto; resumo em português e resumo em inglês. Resultaram 4 artigos dessa busca, que foram selecionados, pois respondem à questão de ‘Como os estudos relacionam as questões de gênero, quilombola e indígena com a agroecologia e/ou a ‘questão agroecológica’ no debate nacional?’

Na tese de Hammel (2020) sobre a luta camponesa pela terra, práticas de grilagem e vidas camponesas em um território em que estão localizadas terras indígenas reconhecidas e comunidades quilombolas que lutam por seu processo de reconhecimento no Paraná. Nesse estudo é analisado como as relações sociais de produção capitalistas moldaram a ocupação, a propriedade e o uso da terra e a resistência dos camponeses. A reforma agrária no latifúndio da Araupel é analisada como insuficiente, “pois há uma série de limitações incapazes de resolver uma questão maior que é a questão agrária brasileira e nem a contradição central entre capital e trabalho, que no campo tem se traduzido pelo agronegócio e pelo avanço sobre as reservas ambientais naturais” (Hammel, 2020, p. 296).

O estudo destaca ainda que a luta pela terra “envolveu não apenas lutar contra a madeireira/latifúndio, mas também contra um processo de grilagem legitimado e protegido pelo Estado do Paraná” (Hammel, 2020, p. 296). Por isso, a tarefa assumida “é cotidiana e enfrenta a reconstrução do próprio jeito de conceber a vida e recuperar valores colocados no modo de vida dos camponeses tais com: a solidariedade, o cuidado com o meio ambiente, com as sementes e com o consumo (...)” (Hammel, 2020, p. 293). A história dos camponeses e indígenas do Centro-Sul do Paraná “está intrinsecamente ligada à luta pela permanência na terra, e trata-se de uma população que vai sendo moldada pela proximidade com as condições naturais dessas terras estabelecendo costumes e modos de vida que determinam a regulação social no território” (Hammel, 2020, p. 53).

Na dissertação de Costa (2020) são analisadas as principais mudanças no setor da agroindústria canavieira, do ponto de vista econômico e ecológico, bem como as condições de trabalho da mulher na região do Vale do São Patrício no Goiás. Identificou-se as políticas públicas que nortearam o Zoneamento Agroecológico e Econômico do Estado de Goiás (ZAEE-GO), com ênfase no estudo da terra, além do Zoneamento Agrícola de Risco Climático da cultura da cana-de-açúcar (Costa, 2020). O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) passa a ser instrumento de gestão, favorecendo a compreensão da expansão canavieira e o adensamento populacional, e em 2018, o governo federal editou a Portaria nº 37 que aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cana-de-açúcar, em regime de sequeiro, com a finalidade de tornar compensatório e atenuante o plantio, em observância ao desenvolvimento territorial, sob o enfoque do desenvolvimento sustentável das áreas onde exista essa atividade econômica (MAPA, 2018). No entanto, com relação aos problemas que são enfrentados pelas mulheres trabalhadoras, em relação à discriminação, a salários menores, e assédio sexual, aponta que “pouco se avançou em relação aos problemas que são enfrentados pelas mulheres trabalhadoras, seja em relação à discriminação, a salários menores, seja quanto ao assédio sexual” (Costa, 2020, p. 86).

Na dissertação de Teixeira (2016) sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território indígena Caramuru, no município de Pau Brasil na Bahia, foram analisados os mecanismos de acesso ao programa, e as mudanças ocorridas após a inserção no PAA

para a melhoria nas condições socioeconômica e, as dificuldades encontradas. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, observação em campo, consulta de dados oficiais e de trabalhos de pesquisa sobre a temática (Teixeira, 2016). Os resultados revelaram que “o acesso ao PAA foi possível graças à participação de atores externos que promoveram a organização e a elaboração dos projetos, e que sem estas iniciativas dificilmente teriam a oportunidade em acessar o PAA” (Teixeira, 2016, p. 04).

No que tange à questão socioeconômica, o PAA contribuiu para “melhorar as condições de vida, dando nova oportunidade para o escoamento da produção, revelando um protagonismo das mulheres indígenas”. No entanto, apesar dos avanços obtidos, “as transformações não foram suficientes para promover uma melhora significativa na qualidade de vida, pois as dificuldades encontradas para produzir impossibilitam que os indígenas atinjam a cota máxima disponível” (Teixeira, 2016, p. 04). Identificou-se ainda que o acesso a outras políticas como o Pronaf resultou em uma avaliação negativa pois os resultados apontaram impactos ambientais e sociais negativos (Teixeira, 2016). Ao aplicar um paralelo entre o PAA e o Pronaf, aborda que o primeiro é visto como mais adequado às condições indígenas, pois ainda que ambos impulsionem a produção, “o Pronaf não possui bons resultados devido à inexperiência em gerenciar recursos financeiros e a falta de assistência para construção de projetos” (Teixeira, 2016, p. 97).

Na dissertação de Rodrigues (2008) sobre as concepções e práticas agroflorestais na terra indígena Kaingang situada em Londrina no Paraná é analisado o processo histórico de desmatamento e a constituição de um corredor agroflorestal no território indígena. O sistema agroflorestal é apontado como o que mais se aproxima dos ciclos de sucessão natural e “o desenho agroflorestal tem se mostrado uma boa alternativa a áreas degradadas por sua capacidade de integrar reflorestamento com atividades agrícolas, e potencializa uma ampla utilização por hectare plantado” (Rodrigues, 2008, p. 114). No entanto, o modelo agroflorestal não pode ser considerado como a única estratégia para solucionar e conservar a biodiversidade, “pois embora com este modelo há ganho significativo, uma vez que não se faz uso do fogo nem de todo aparato petroquímico, a questão da degradação ambiental passa por questões mais amplas (...)” (Rodrigues, 2008, p. 36). Destaca também o papel da Rede Brasileira Agroflorestal (Rebraf), ao criar o setor de Agricultura e Meio Ambiente, com o objetivo de “formar agentes indígenas capacitados

em gestão ambiental e territorial para trabalhar nos ecossistemas que se encontravam degradados diante da pressão demográfica e do uso inadequado do solo” (Rodrigues, 2008, p. 39).

O objetivo desse levantamento exaustivo foi abordar como as questões agrária; camponesa; ecológica; climática; ambiental; de gênero; indígena e quilombola se relacionavam com a Agroecologia e/ou a noção de Questão agroecológica na literatura nacional (banco de teses e dissertações da CAPES) e internacional (base Scopus). Verificou-se que há diferenças de abordagem nos planos nacionais e internacionais. A aplicabilidade dos debates em estudos de casos ficou mais evidente nos estudos nacionais do que no plano internacional – que apresentaram mais debates teóricos.

3.3. Reprodução agroecológica

Outro componente fundamental para pensar a Questão agroecológica é a Reprodução Social. Por isso, o objetivo é analisar as condições para a Reprodução Social Camponesa e por consequência, a própria Reprodução Agroecológica. Um dos fundamentos levantados para discutir essa questão é a abordagem dos meios e modos de vida sustentáveis.

Ao contrário do que se costuma associar, o modo de vida camponês não é imutável e preso ao tempo passado. Para Brandão (2007, p. 42) “as formas de vida comunitárias e tradicionais, de ocupação e produção em espaços partilhados de vida, labor e trabalho, não apenas resistem e sobrevivem, mas, em alguns cenários, elas proliferam, adaptam-se e transformam-se”. Assim como os camponeses, os povos indígenas foram ‘previstos para desaparecer no século XX’ pois eram vistos como obstáculos ao “progresso” e à “civilização” (Grandia, 2020). Contrariando esse falso prognóstico, os camponeses, quilombolas e povos indígenas resistem e são, aos poucos, reconhecidos como guardiões da natureza reivindicando uma justiça socioambiental. A agricultura familiar camponesa fortalece a relação entre terra, trabalho e família, vindo a ser uma das “formas sociais da agricultura familiar” (Wanderley, 1999: 25).

Há um reconhecimento por parte de organismos internacionais que os agricultores que adotaram sistemas agroecológicos são “mais resistentes às mudanças climáticas e se recuperam mais rapidamente quando confrontado com impactos”. Somado a isso, os

agricultores familiares camponeses apresentam “uma visão ampla da natureza em uma matriz complexa que os cientistas estão apenas começando a entender” (FAO, 2014). A reprodução social camponesa representa a continuidade e a “(...) recriação do social em diferentes âmbitos: individual, familiar, grupal e societal” (Oliveira e Salles, 1991: 08).

A agricultura familiar camponesa é fundamental para a construção de caminhos agroecológicos. Não é apenas o modo de fazer agricultura que mais se aproxima da agroecologia, devido ao fato de suas práticas estarem associadas a maior preservação e menor impacto - na perspectiva do ‘ecologismo dos pobres’ de Joan Martínez Alier (2007), também representa um mecanismo de reprodução social campesina importante.

Nessa discussão sobre a reprodução social, destacamos o artigo de Sergio Lessa (1994) para abordar a ambivalência da reprodução social que se manifesta entre a individuação e a sociabilidade, o estudo de Ploeg (2008), que trata da “condição camponesa” e o “modo camponês de fazer agricultura” como capacidade de escolha e desenvolvimento de estratégias enquanto sujeito social ativo; o trabalho de Wanderley (2009, 2011), que destaca o modo de vida camponês manifesta a capacidade de resistência e de reprodução social desse grupo, e o trabalho de Sabourin (2011), que relaciona as práticas de reciprocidade e de ajuda mútua com a reprodução social e sua reatualização no contexto das associações, das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Para Martins (1981), o campesinato constitui uma classe própria, uma vez que os meios de produção e a força de trabalho familiar estão reunidas na mesma classe. Argumenta que “o modo de produzir dos camponeses é uma relação não capitalista, pois não possuem as características da classe proletarizada, ou seja, a existência do campesinato não está vinculada ao trabalho assalariado” (Martins, 1981: 13). Por essa razão, entende que a reprodução social campesina é diferente das relações de trabalho e dos meios de produzir encontrados nas relações tipicamente capitalistas, porque, “não almejam a obtenção de lucro, não possuem vínculo vital com o trabalho assalariado e cumprem a função social da terra em sua plenitude – particularmente, quando sua produção não é feita de forma convencional (...) e cumprem plenamente porque na terra reproduzem a vida” (Martins, 1981:13).

Para Wanderley (1996, p. 13) há cinco traços característicos das sociedades camponesas na linha que aborda Henri Mendras: “uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimento e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”. De modo que, o campesinato, “mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno” (Wanderley, 1996: 13).

A renda camponesa é levantada para explicar que na economia camponesa a “apropriação da renda aparece convertida em bem-estar – responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares” (Almeida, 2003, p. 73). Nesse plano, a palavra camponês designa “o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico” (Martins, 1995: 22-23). Muitos estudos vinculados ao marxismo ortodoxo não compreendiam os camponeses como classe, foi com Chayanov (1974) que as análises sobre as formas distintas na reprodução camponesa emergiram acerca dos capitais econômico, cultural e social que compõe o campesinato.

A exclusão do camponês “não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política (...) é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos”. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. [...] – “como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado” (Martins, 1995: 25). Ploeg (2008, p. 13), se alinha a perspectiva da diferenciação social, da transformação e da adaptação do “sujeito social camponês que vive, resiste, se adapta e se redefine diante do contexto neoliberal” - a partir de diferentes práticas de resistência adotadas e reatualizadas pelas agriculturas familiares diante da dependência do mundo globalizado. Para o autor, os camponeses, “relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura” (Ploeg, 2008: 37).

A capacidade de resistência e organização dos camponeses, de modernização do “modo camponês de fazer agricultura, caracteriza um processo de reconstrução do campesinato, que se apresenta de forma dinâmica e heterogênea em diversos graus de campesinidade” (Ploeg, 2008: 53). Precisamos estudar os camponeses “não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades” (Shanin, 2008: 28-29).

Para Marés (2003: 197), a “terra serve, funciona, tem vida, para dar vida, para reproduzir a vida, não de cada indivíduo isoladamente, mas de todos os seus habitantes, plantas, animais ou humanos (...) sua função é manter a vida nas suas mais diversas formas e em suas mais estranhas e improváveis mudanças”. Nesse mesmo sentido, se confirma uma questão levantada por Sauer (2016, p. 72) de que “a questão da terra é o tema do Século XXI, com outros recortes e dimensões está novamente posta na agenda política, se é que algum dia saiu desta pauta”. Perspectivas, ângulos e dimensões são distintos, mas reafirmam a centralidade da terra, inclusive para além de sua dimensão produtiva; para além da noção de terra apenas como meio de produção” (Sauer, 2016: 72).

Essa perspectiva analítica de que a questão da terra sempre esteve presente, e que deve ser encarada para além da dimensão produtiva, reforça a perspectiva de que a luta pela terra e por água permanecem como questões históricas não superadas e com consequências sociais profundas. Tendo em vista que “a terra tem a função de prover a vida. É até estranho dizer que a terra tem uma função, ela é a provedora da vida, não por função, por obrigação, mas porque é de sua natureza, da essência de seu ser” (Marés, 2003: 197). Para Carvalho (2005, p. 11), “os camponeses não dão sinais de que poderão deixar de marcar presença ativa nas formações econômicas e sociais em todas as partes do mundo”.

O direito à terra dos agricultores familiares camponeses se justifica pelo “direito de ser e de reprodução social (ou pela “consciência de ser”, nos termos da Convenção 169 da

OIT)” (Sauer, 2013: 183). Portanto, a luta pela terra e pelo território também marca uma “luta por direitos como de moradia (um lugar para viver), de identidade - como camponês, produtor rural, agricultor familiar” (Sauer, 2013: 183). Os modos e os meios de vida, a escolha do que produzir, o como produzir e o porquê produzir alimentos agroecológicos são questões pertinentes que seguem presente na esfera cotidiana da agricultura familiar camponesa.

No entanto, há poucos estudos que analisam essas dimensões cognitivas e comportamentais capazes de revelar a natureza das preferências, motivações, escolhas, continuidades e discontinuidades das práticas dos sujeitos. A questão agroecológica reivindica ser uma problemática de natureza transdisciplinar sobre as dinâmicas socioecológicas que reproduzem meios e modos de Vida pautados na agroecologia nas bases do solo, terra e território. O processo de construção da agroecologia passa “pela construção das condições de reprodução social dos povos camponeses, principalmente dos países periféricos do capitalismo” (Guhur, 2015: 13).

Os “Territórios agroecológicos” estabeleceram a concepção de ‘terreno da vida’ que provoca um debate em torno da reprodução da vida (Maturana; Varela 1987). Na perspectiva de Deleuze e Guattari (1988), sobre as ‘Redes Rizomáticas’, aplicadas principalmente para lidar com o comportamento complexo e imprevisível dos sistemas socioecológicos. “Terra como solo” reflete a materialidade concreta em torno das propriedades do solo e das diversas relações socioecológicas decorrentes da interação dos seres humanos com as múltiplas ‘ontologias de vida, fertilidade e produtividade’. Já a “Terra como paisagem” revela uma ‘ecologia política relacional que compreende uma visão das paisagens agrárias de forma discursiva e material’ (Münster; Poerting, 2016: 13).

A agricultura camponesa “tende a se basear num capital de recursos naturais e na circulação de recursos não-mercantilizados (...) Assim, os recursos resultam, em sua maioria, da coprodução entre o ser humano e a natureza, tornando a produção camponesa autossuficiente ou autoabastecida” (Ploeg, 2009, p. 13). Ploeg (2009) afirma, ainda, que é enorme e indispensável a contribuição camponesa para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento no campo, e que a

terra é fundamental para atingir um certo nível de independência, é a base para a autonomia da família camponesa, aliando recursos sociais e naturais no desenvolvimento da produção.

Os camponeses, segundo Diniz (2009, p.28), “[...] constituem uma classe que se constrói no fazer-se da luta não só pelo acesso à terra, mas pela defesa de seus valores, de sua formação social e cultural, em oposição a outros valores, ideias e modo de vida, e dimensionam suas práticas em defesa de seus costumes” (Diniz, 2009: 28). Já existe um fortalecimento de diversas organizações e movimentos sociais em torno da construção de uma agricultura que considere: “a necessidade de uma perspectiva transformadora das dimensões sociais, culturais e políticas, e não apenas produtivas; o papel das instituições de ensino, pesquisa e extensão no debate ligado a agroecologia; as políticas públicas como eixo importante de articulação e fortalecimento das iniciativas (Santos, 2016: 70).

Um elemento diferencial fundamental da agroecologia em relação às outras correntes de agricultura ‘alternativas’ é que está vinculada a uma discussão e construção social mais ampla, no contexto da luta de classes, pela superação das contradições estruturais do modelo de agricultura capitalista e da sociedade de classes, o que implica na construção de novas relações sociais e de produção. Para Altieri (2012, p. 15), a agroecologia fornece as “bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro”. Um elemento diferencial da agroecologia, em relação às outras correntes de agricultura ‘alternativas’ – “é que está vinculada a uma discussão e construção social mais ampla, no contexto da luta de classes, pela superação das contradições estruturais do modelo de agricultura capitalista e da sociedade de classes, o que implica na construção de novas relações sociais e de produção” (Altieri, 2012: 16).

Para Sevilla-Guzmán (2001), a agroecologia pressupõe “uma forma de agricultura participativa, que se utiliza de múltiplas formas de experimentação baseadas no conhecimento das comunidades locais, reconhecendo sua capacidade de desenvolver agroecossistemas sustentáveis”. A agroecologia não é apenas “um conjunto de técnicas que envolvem o manejo ecológico dos recursos naturais, embora estas sejam uma condição essencial, mas não suficiente para definir a amplitude de relações que envolvem a ação social coletiva na construção da agroecologia”. Ganhou força o debate em torno

da construção de um projeto popular de desenvolvimento para o campo, que tem a agroecologia como “uma ferramenta e estratégia importante no desenvolvimento dos territórios camponeses” (Guhur, 2010: 13).

3.3.1. Reprodução Social Camponesa e a interação terra-solo-território

Para se chegar ao objetivo final das estratégias para a Reprodução Social Camponesa e Agroecológica são incorporados os fundamentos dos estudos de Ploeg (2008), que considera a “condição camponesa” e o “modo camponês de fazer agricultura” como resultado de sua qualidade de agência como sujeito social ativo, de sua capacidade de escolha e desenvolvimento de estratégias. Recorre-se também aos estudos de Wanderley (2009, 2011), para situar que os modos de vida representam a capacidade de resistência e reprodução social da agricultura familiar camponesa.

As contribuições de Sabourin (2011) também são relevantes para pensar a reprodução social camponesa, ao relacionar a reprodução social camponesa com as práticas de reciprocidade e de ajuda mútua no contexto das associações, das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de sistemas de produção agroecológica, além das reflexões mais clássicas em torno da Teoria da Reprodução Social (TRS), levantada por Lise Vogel (2013, 177) em que “as mulheres seriam oprimidas na sociedade capitalista por uma multiplicidade de fatores que derivariam da relação estrutural contraditória entre a reprodução da vida humana e a reprodução do capital”.

A abordagem dos “meios e modos de vida” aplicada nessa tese remete aos estudos de Robert Chambers (1989); Ian Scoones (2021; 2009) e no Brasil é mencionado o uso desse termo por Antônio Candido no livro “Os parceiros do Rio Bonito”, publicado em 1964, considerado um livro clássico da literatura e da sociologia rural no Brasil para expressar as condições de existência dos camponeses paulistas, realizando uma chamada “sociologia dos meios de vida” para destacar que “as condições de existência de um determinado grupo social dependem tanto de sua capacidade de produzir e criar as condições materiais de sua existência como da possibilidade de reproduzir uma organização social que enseje uma maneira de viver, um modo de vida” (Schneider, 2021, p. XIV).

Robert Chambers e Gordon Conway sistematizaram e promoveram um maior alcance do termo “livelihood approach” no final da década de 1980 para destacar que “os pobres não eram agentes passivos e receptáculos das políticas, mas participantes ativos” (SCHNEIDER, 2021, p. XV). Para Scoones (2021: 17) um problema central em qualquer análise dos meios de vida é saber quem é pobre, quem é mais rico e por quê. Somado, a essas questões, para qualquer contexto específico deve-se perguntar: “de que meios de vida estamos falando? (...) “o que as pessoas fazem todos os dias?”; “meios de vida de quem?”; onde os meios de vida estão sendo forjados?”; [...]”.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado (Santos, 2007). O território usado é o chão mais a identidade. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Com essa perspectiva territorial busca-se integrar ao mesmo tempo o município, a microrregião, a microbacia hidrográfica, e os biomas em um mesmo espaço. A relação campesina-socioecológica envolvendo as interações entre o solo, clima, seres vivos. Para Lopes e Costa (2009: 25), o território é:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

A reprodução da agroecologia no território está condicionada as condições da “terra como solo” e da “terra como paisagem”. A terra como solo reflete a materialidade concreta em torno das propriedades do solo e das diversas relações socioecológicas decorrentes da interação dos seres humanos com as múltiplas ‘ontologias de vida, fertilidade e produtividade’. Já a “terra como paisagem” revela uma ‘ecologia política relacional que compreende uma visão das paisagens agrárias de forma discursiva e material’ (Münster; Poerting, 2016: 13). A relação entre solo-terra e território é fundamental para compreender a complexidade e a dinamicidades dessas interações entre sistemas vivos e não vivos. Na agroecologia, o solo é o grande protagonista da natureza, o “solo vivo, permeável e triplamente protegido (dossel vegetal, serapilheira, raízes superficiais),

dependem a água (que precisa penetrar, ser armazenada como água disponível e formar os lençóis freáticos), o oxigênio do ar (produzido pela fotossíntese), as plantas (base alimentar de todos os seres vivos, sejam eles herbívoros ou carnívoros) e todos os seres vivos que se alimentam e respiram” (Knabben, 2020: 214).

A importância da Agroecologia Política nesse debate é para situar que existem condições institucionais que favorecem as propriedades e a resiliência dos agroecossistemas, de situações que não dependem apenas dos atributos produtivos. Portanto, a necessidade de mudanças no quadro político-institucional é fundamental, e “não será possível que as experiências agroecológicas sejam bem-sucedidas, se espalhem e que a crise ecológica no campo seja efetivamente combatida sem esse enfrentamento” (Molina, 2013, p. 51).

Dentre as condições necessárias para a Reprodução Social Camponesa e Agroecológica destacam-se as dimensões da Soberania, Segurança e Autonomia nas perspectivas Agrária e Alimentar, já levantada nos capítulos anteriores, para viabilizar a construção e reprodução de processos, práxis e caminhos agroecológicos possíveis nos territórios. No próximo capítulo será analisado a Agroecologia Política aplicada ao território sergipano.

VI. AGROECOLOGIA POLÍTICA NO TERRITÓRIO SERGIPANO

O objetivo desse quarto capítulo é analisar a operacionalização e aplicabilidade da formulação teórica e analítica da Agroecologia política no território sergipano. Ao situar o conjunto de ações públicas, coletivas e individuais-domésticas, busca-se identificar as condições materiais de soberania; segurança e autonomia nas dimensões agrária e alimentar nos territórios. No quadro abaixo é apresentado uma breve sistematização dessa formulação e a interação entre os atributos dos tipos de ações; relações de poder; escalas e a relação com os problemas da transição e transformação agroecológica.

Tabela 12. Aplicabilidade da Agroecologia Política nos territórios

A Agroecologia Política é o exercício de um conjunto de ações públicas, coletivas e individuais para a transição e transformação agroecológica nos territórios.

- ➔ O exercício dessas ações está condicionado a existência de condições e processos de soberania e governança de direitos (direito à terra; ao alimento adequado; ao ambiente equilibrado; etc.); acesso às políticas públicas (seguranças fundiária-alimentar-hídrica-energética-socioecológica) e tomada de decisões na vida cotidiana (autonomia e relações de gênero-raciais-étnicas).

AÇÕES	AÇÕES PÚBLICAS	AÇÕES COLETIVAS	AÇÕES INDIVIDUAIS
ATRIBUTOS	Reconhecimento de direitos;	Acessos às políticas públicas;	Tomadas de decisões;
EXERCÍCIO DE PODER	Soberania camponesa-agrária – alimentar	Seguranças (fundiária-alimentar-hídrica-energética)	Autonomia e tomadas de decisões
TRANSIÇÃO e/ou TRANSFORMAÇÃO	Transformação agroecológica	Transição-Transformação agroecológica	Transição agroecológica
ESCALAS	Território	Território	Agroecossistemas

Fonte: Elaboração própria.

A construção da Agroecologia política está condicionada às ações públicas; coletivas e domésticas existentes e em interação nos territórios. Primeiramente, destaca-se as ações públicas para a transição e transformação agroecológica, situando as ações coletivas existentes a partir das caravanas agroecológicas no território sergipano, com particular recorte ao Alto Sertão Sergipano. Em seguida, é realizada uma análise da soberania; segurança e autonomia agrária-alimentar aplicada ao estudo de caso empreendido em 4 agrovilas no Assentamento Jacaré-Curituba, a partir do projeto INCT-Odisseia, no território sergipano.

4.1. Ação pública e a transição agroecológica no território sergipano

A incorporação da agenda agroecológica no arcabouço institucional do estado de Sergipe se deflagra com a Lei nº 7.270, de 17 de novembro de 2011, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), regulamentada pelo Decreto 40.051 de 2018. O Art. 2º da Lei 7.270, define que o sistema de produção agroecológica é “uma proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica” (Sergipe, 2011).

Dentre as ações previstas para a execução da PEAPO, destacam-se as seguintes: I - prestação de assistência técnica e extensão rural pública; II - pesquisa agroecológica; III - comercialização de produtos agroecológicos; IV - consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar; V - apoio a feiras agroecológicas; VI - processo de certificação de qualidade; VII - apoio às entidades reconhecidas nacionalmente que atuem com a certificação de produtos agroecológicos no Estado; VIII - definição de linhas de crédito rural; IX - apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos; X - promoção de ações voltadas à educação para o consumo responsável; XI - promoção de eventos sobre agroecologia, conforme estabelece o Art. 3º da Lei 7.270.

Assim como no nível federal, após a formulação da política estadual de agroecologia (PEAPO) o segundo passo é a implementação do plano de ação estadual (PLEAPO). Em 2018, houve a realização de cinco plenárias territoriais, para a construção participativa do I Pleapo, que contou com a participação de cerca de 28 organizações da sociedade civil em Sergipe. A semelhança do que ocorreu no nível federal, com a CNAPO, estruturou-se a Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO) em Sergipe, para assegurar a participação social na construção do plano e para vincular recursos intersetoriais. Compete à Emdagro a execução da PEAPO e de outras políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável sergipano.

No exercício de 2018, foram assistidos e atendidos 24.996 produtores rurais e 7.946 trabalhadores rurais nos 75 municípios do estado; 394 organizações formais e informais de agricultores e agricultoras rurais; com atuação direta e sistemática em 457 comunidades rurais, através de diversas definidas pelos Governos Federal e estadual, segundo dados da Emdagro (2018, p. 04). Além disso, destacam-se os projetos Dom Távora, que resultou de um Acordo entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA e o Governo de Sergipe com o objetivo de assistir 6.500 agricultores familiares, em 15 municípios com os menores índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Como também, o Projeto Dom Helder, desenvolvido para atuar no desenvolvimento de ações de “combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável, embasado no conceito de convivência com a seca para fins de estruturação de atividades produtivas” (EMDAGRO, 2018, p. 05).

Em Sergipe, a partir de 2013, foi incorporado aos serviços da Assessoria Técnica Social e Ambiental nas áreas de Reforma Agrária (ATES) atividades da Rede Camponês a Camponês, com a finalidade de “potencializar a identificação, sistematização e intercâmbio de experiências, ademais da possibilidade de impressão de cartilhas, a construção de um Programa de Formação Continuada em Agroecologia (PFA)” (Rabanal, 2015: 68). As ações da Emdagro buscam aplicar metodologias de base agroecológica para agricultores e agricultoras familiares a partir de cursos, palestras, reuniões, encontros, abordando temas como manejo integrado de pragas, manejo e conservação do solo e da água, etc. No ano de 2017, foram realizados 12 eventos com 153 participantes, sobre a demonstração de métodos que promovem práticas agroecológicas, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 13. Dados preliminares sobre a Capacitação de Agricultores feita pela EMDAGRO.

Programa Agroecologia - EMDAGRO		
Capacitação de Agricultores - Principais Resultados 2017		
Eventos	Unidade	Quantidade
Demonstração de métodos	Nº	12
	Participante	153
Intercâmbio	Nº	1
	Participante	3
Palestra	Nº	1
	Participante	9

Fonte: Elaboração com dados da EMDAGRO (2018, p. 08).

Em 2018, foram assistidos e atendidos 1.023 agricultores familiares com práticas em transição agroecológicas e 15 agricultores familiares com certificação orgânica nas atividades, culturas e criações, além de outras ações como representa a tabela abaixo.

Tabela 14. Dados sobre os produtores em Transição Agroecológica em 2018 - EMDAGRO.

Produtores em Transição Agroecológica - Principais Resultados 2018		
Indicadores	Unidade	Quantidade

Público total assistido sem repetição	produtor	1023
Conservação do solo	Produtor	20
	ha	15,8
Cadastro ambiental rural	Produtor	14
	Propriedade	17
	Área (ha)	289,9
Educação ambiental	Produtor	962
Preservação de nascente	Produtor	10
	Nascente	10

Fonte: Elaboração com dados da EMDAGRO (2018, p. 08).

Outra dimensão importante nesse processo é a promoção de canais de comercialização para promover cadeias agroecológicas produtivas. Além da promoção das feiras livres, a Emdagro atua na promoção das compras públicas a partir dos mercados institucionais, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 15: Dados sobre as ações de Capacitação em Comercialização em 2018.

Ações de Capacitação em Comercialização da EMDAGRO em 2018.		
Indicadores	Unidade	Quantidade
Público assistido sem repetição	Número (Nº)	5.394
Participante em feira livre	Produtor	571
	Feira	50
Feira agroecológica assistida	Feira	19
	Produtor	50
Assistência a organização fornecedora do PAA	nº	1
	Produtor	54
	R\$	431.912,00

Assistência a organização fornecedora do PNAE	n°	5
	Produtor	195
	R\$	1.286.620,22
Palestra comercialização PAA e PNAE e outros	n°	8
	Participante	173
Produtor orientado em comercialização	Produtor	5.321

Fonte: Elaboração com dados da EMDAGRO (2018, p. 08).

O marco da institucionalização das sementes crioulas surge inicialmente no plano nacional, com a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. No plano estadual, em Sergipe, foi instituída a Lei nº 8.167, em 2016, que estabelece que semente crioula é a semente ou muda desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultor familiar, assentado por programa de reforma agrária, quilombola, indígena ou povos e comunidades tradicionais que apresente características fenotípicas próprias que a diferencie de variedades e cultivares comerciais e que seja assim reconhecida pela comunidade em que é cultivada (SERGIPE, 2016).

O Programa de Distribuição de Sementes, que busca apoiar o fortalecimento de cadeias produtivas da agricultura familiar no Estado de Sergipe. Em 2018, foram distribuídas 287,97 toneladas de sementes de milho BR 106 e crioula adquiridas através de recursos do Fundo da Pobreza/Secretaria de Estado da Mulher, Inclusão e Assistência Social assistindo 26.009 agricultores familiares (EMDAGRO, 2018, p. 05). Para Petersen et al. (2013), a distribuição de sementes convencionais, por parte dos órgãos de extensão rural e de pesquisa, são o maior exemplo da negligência do Estado com relação à importância das sementes crioulas para o desenvolvimento de agroecossistemas produtivos e resilientes.

Os Bancos de Sementes Comunitárias contribuem com a manutenção do valor e do patrimônio simbólico, cultural e material do povo. Em Sergipe, destaca-se a presença de Banco de Sementes Comunitárias no Alto Sertão na comunidade de Pelado em Canindé de São Francisco, na comunidade Garrote do Emiliano em Poço Redondo, na comunidade Lagoa da Volta em Porto da Folha e na Lagoa do Roçado em Porto da Folha. Nas

comunidades de Pelado e Garrote do Emiliano, em Canindé do São Francisco e Poço Redondo, respectivamente, a estrutura do banco foi apoiada pelo P1+2, e a organização se deu por conta da comunidade, como ilustra a figura abaixo. Os outros BSC foram construídos e estruturados pelo “Programa Sementes do Semiárido” executado pela ASA Brasil.

O programa de “Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade”, também chamado de “Sementes do Semiárido”, elaborado tanto no marco da PNAPO como da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), foi criado com o objetivo de validar estratégias para que as comunidades camponesas pudessem manter seus estoques de sementes e como uma estratégia de convivência com o semiárido (MDS, 2015).

Em Sergipe, a execução desse programa foi realizada pela Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC) e beneficiou 300 famílias, entre 2015 e 2016, que se organizaram em torno 15 bancos no estado, divididos entre o Alto Sertão (Porto da Folha e Monte Alegre) e o Sertão Ocidental (Poço Verde, Tobias Barreto e Simão Dias). O objetivo desse programa é mobilizar os agricultores familiares para que participem de capacitação para a produção e multiplicação das sementes, para preservar o patrimônio genético dos alimentos da região (MDS, 2015).

Outra ação importante para a promoção dos bancos de sementes em Sergipe foi o projeto “Levantamento e avaliação participativa de variedades crioulas e de adubos verdes em territórios rurais de Sergipe”, financiado pela Chamada MCTI/MAPA/CNPq nº 40/2014, executado pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS) em parceria com o Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros, em diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil como o MPA/SE, que também já vinha realizando um levantamento das famílias guardiãs de sementes.

Um dos resultados desse projeto foi a “implantação de dois campos de seleção/multiplicação de milho e feijão, sendo um na comunidade Garrote do Emiliano e outro da comunidade Retiro, no município de Monte Alegre/SE” (Amorim, 2016, p.91). Além disso, foram realizados ensaios de comparação entre variedades locais e

convencionais de milho com sementes crioulas na Paraíba com a Rede de Sementes da ASA/PB (Santos et al., 2012). No entanto, a mera existência da lei de sementes crioulas não assegura um fortalecimento e execução dessa política. Para isso, é importante a promoção de ações como os bancos de sementes comunitários que permite que os agricultores “tenham autonomia produtiva, evitando a aquisição destas no mercado, reduzindo assim os custos de produção, além de permitir o intercambio de conhecimento e de sementes entre os camponeses” (MPA, 2012, p.06).

Esse suporte científico é considerado importante, pois “permite a potencialização das informações obtidas, além de dar visibilidade à importância das sementes crioulas e da agricultura camponesa” (Amorim, 2016: 91). O conhecimento agroecológico e fruto dessa hibridação do saber científico com o tradicional, a partir de intercambio de saberes, troca de experiências, para assim potencializar as capacidades dos camponeses (Leff, 2002). Esses espaços são chamados de campos de experimentação coletivas, e permitem o conhecimento de variedades, comparação entre as variedades convencionais e crioulas (MPA, 2012: 19).

Ao passo que o mero acesso a esses recursos naturais não implica uma reprodução de práticas agroecológicas. É preciso investigar os processos de saber-fazer; fazer-fazer e continuar fazendo, o que conduz a uma análise sobre os processos de capacitação, co-aprendizado, troca de saberes, intercâmbio de experiências, organização social, ação coletiva etc., para o exercício da autonomia na perspectiva agrária-alimentar.

Estima-se que do total de 4.230 famílias assentadas no território do Alto Sertão Sergipano apenas 409 famílias dispõem das cisternas de produção de 52 mil litros do P1+2. O que não significa dizer que do total de 409 famílias assistidas pelo P1+2, todas elas sejam famílias assentadas em correlação. Foi possível identificar que dos 7 municípios que compõem o território do Alto Sertão Sergipano, apenas 3 são assistidos pelas cisternas do P1+2, são eles: Poço Redondo; Porto da Folha e Monte Alegre. Quanto às ações do PLEAPO, foi possível identificar preliminarmente que desses 3 municípios, apenas o município de Poço Redondo conta Banco de Sementes Comunitário apoiado pelo P1+2. Acredita-se que o alcance da EMDAGRO nessa região é limitado, e atualmente conte com poucas ações ativas.

Os assentamentos dos municípios de Poço Redondo contam com cerca de 157 famílias atendidas pelo P1+2. Não foi possível identificar quantas famílias assistidas pelo P1+2 nesse município são também assentadas da reforma agrária. Para a execução dessa pesquisa optou-se pelo uso da amostragem não probabilística, com ênfase na amostragem por julgamento, também chama de intencional (Oliveira, 2001). Há vantagens e desvantagens nesse processo de escolhas sobre as formas de amostragem. A principal vantagem da amostragem intencional é a economia de recursos financeiros materiais (Oliveira, 2001) e de tempo, o que em tempos de pandemia e crises revela ser uma preocupação central e pertinente.

Por outro lado, a intencionalidade da escolha também torna o trabalho mais rico em termos qualitativos, pois é possível focalizar em determinado comportamento, atitudes e determinadas práticas dos sujeitos selecionados (Oliveira, Almeida e Barbosa, 2012). As desvantagens deste tipo de amostragem são típicas desse tipo de amostragem não probabilística, com o destaque para a impossibilidade de atribuir e inferir generalizações. Apesar de nessas amostras não probabilística reduzirem-se os custos de trabalho e de desenvolver uma amostra com base em processos rígidos de estatística, “surtem problemas como criação de vieses e incerteza que podem fazer com a qualidade da informação seja comprometida em relação a uma amostragem probabilística” (Oliveira, 2001: 14).

4.2. Atores sociais coletivos nas caravanas agroecológicas no território sergipano

As Caravanas Agroecológicas e Culturais são manifestações realizadas no território nacional e, incentivadas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com a finalidade de articular experiências em rede e movimentos sociais em torno da agroecologia por todo o Brasil. As primeiras Caravanas foram realizadas como o intuito preparatório para os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA's). Essa inovação metodológica perdurou e se tornou uma ferramenta importante para realizar a mobilização e engajamento dos atores com a rede e em rede com os territórios. As Caravanas realizadas nos últimos anos permitiram levantar e mapear uma grande diversidade das experiências e alternativas agroecológicas no Brasil, identificando potencialidades e os desafios para a reprodução da agroecologia nos territórios, e

evidenciar contradições existentes entre políticas públicas, projetos e programas para o desenvolvimento rural.

A I Caravana Agroecológica e Cultural de Sergipe, realizada em 2014, como processo preparatório para o III ENA, percorreu os quatro territórios sergipanos: o Alto Sertão; Baixo São Francisco; Sertão Ocidental e Sul Sergipano. Essa caravana permitiu a conexão e o fortalecimento da rede de agroecologia nos territórios, através da aproximação de diversos parceiros, e qualificou a participação da comitiva de Sergipe no III ENA; estabeleceu uma grande conexão entre experiências e pessoas; promoveu a valorização da diversidade de experiências dos territórios; ampliou a resistência e criatividade camponesa e; lançou luzes para o protagonismo feminino na construção da agroecologia no estado (SANTOS, et al., 2015).

Em 2015, ocorreram as II Caravanas Agroecológicas. No entanto, desta vez, de forma independente, envolveu grupos de agricultores e técnicos de cada um dos territórios tendo como um de seus objetivos a preparação para o Encontro Estadual de Agroecologia. Nesse sentido ocorreram quatro caravanas em cada um dos territórios sergipanos: Sul, Alto Sertão, Sertão Ocidental e Baixo São Francisco. Um passo considerado importante para impulsionar e qualificar a organização das caravanas foi “a Oficina de Instalação Artístico-Pedagógica e Facilitação Gráfica realizada pela RESEA em junho de 2015 que habilitou os participantes para o uso dessas metodologias como ferramenta para a sensibilização e o debate da temática agroecológica durante as caravanas” (OLIVEIRA, et al., 2017, p.13).

A Caravana Agroecológica é uma estratégia aplicada com a finalidade de promover a interação entre diversos atores: camponeses, técnicos e estudantes, fomentando momentos de aprendizado e o protagonismo dos sujeitos do campo. A partir desse intercâmbio de experiências fica em evidência diversas reflexões sobre a realidade vivenciada, os desafios e as potencialidades de cada local visitado (OLIVEIRA et al., 2017). A RESEA centrou forças para a realização dessas caravanas agroecológicas nos territórios sergipanos com o intuito de promover uma reflexão sobre as experiências agroecológicas a partir de uma construção coletiva (SANTOS et al., 2015). Para Fontes et al. (2013), os intercâmbios agroecológicos são estratégias de troca de conhecimento

que tornam os camponeses e camponesas sujeitos do seu próprio desenvolvimento através de processos participativos, coletivos e integradores.

Caravana Agroecológica e Cultural do Alto Sertão Sergipano

A caravana Agroecológica e Cultural do Alto Sertão foi dividida em três momentos. No primeiro dia ocorreu intercâmbio de experiências agroecológicas simultâneas nos municípios de Poço Redondo, Monte Alegre e Porto da Folha. No intercâmbio em Poço Redondo a primeira parada da Caravana aconteceu no Assentamento Pioneira I, no sítio de Dona Maria que apresentou suas experiências agroecológicas com as ervas medicinais, hortaliças e a experiência de convivência com o semiárido a partir do enriquecimento da caatinga com mandacaru e palma, realtou que “Planto porque é bom, fica reservado na caatinga” (Dados de campo, arquivos da RESEA, 2023)

A segunda parada da Caravana foi no Assentamento Lagoa das Areias, e foi possível conhecer a experiência de Sr. Deca e Dona Vera, que cultivava hortaliças irrigadas com a água do rio São Francisco. Sr. Deca explicou que sua plantação é agroecológica e que pratica a rotação de culturas, e utiliza defensivos naturais no controle de pragas (castanha com álcool, extrato de nim, alho com álcool) e aduba com esterco bovino e ovino. Em seu lote observou-se o cultivo de alface, couve, quiabo, tomate, cenoura, melancia e melão. Relatou que “Meu prazer é ver a terra sem veneno. Dá para produzir sem veneno. Eu quero que isso aqui seja ponto de referência de produção sem veneno”, comentou Sr. Deco (Dados de campo, arquivos da RESEA, 2023)

No assentamento Lagoa das Areia, a Caravana Agroecológica mapeou a experiência do Senhor Manoel Belarmino. O agricultor mora em uma das agrovilas que não tem água. Ele apresentou o canteiro econômico, onde cultivava as hortaliças, comentou sobre a produção de adubos com as folhas secas da catingueira. Apresentou o biodigestor, tecnologia social que aproveita esterco bovino e transforma em gás utilizado na cozinha. No curso da caravana, foi feita uma visita à Comunidade Sitio Óleo, na casa de Dona Josefa, agricultora e guardiã das sementes crioulas. Ela apresentou o seu quintal produtivo com cultivo de hortaliças em mandala, com a criação de galinha no centro, o cultivo de fava, feijão, milho e frutíferas. Dona Josefa ressaltou a importância de tecnologias sociais

para a convivência com o semiárido: “Depois da cisterna calçadão eu não perco mais a produção, planto de tudo um pouquinho” (Dados de campo, arquivos da RESEA, 2023).

Na última visita, a Caravana Agroecológica percorreu a comunidade de Patos onde conheceu as sementes crioulas de milho, feijão e fava, mantidas pelas guardiãs: Dona Creuza, Dona Josefa e Dona Maria. Na sequência, a Caravana se reuniu com os participantes das visitas de Monte Alegre e Porto da Folha e seguiu para o teatro de Poço Redondo, para uma breve socialização de todas as visitas, encerrando o dia com a apresentação da peça sobre o rio São Francisco do grupo de teatro Raízes Nordestinas (Dados de campo, arquivos da RESEA, 2023).

Na ocasião foram colocados os principais desafios enfrentados por esses povos e a importância da valorização do conhecimento tradicional tanto para o estudo acadêmico, como para as instituições de pesquisa e de assistência técnica para a consolidação da Agroecologia. Simultaneamente, ocorreu um círculo de cultura junto aos estudantes da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição para construir o conceito de agroecologia, refletir sobre os danos dos usos dos agrotóxicos e valorização do meio rural no semiárido. No período da tarde foi realizada a instalação artístico pedagógica, onde a partir das discussões foi possível identificar elementos que representam os desafios e as riquezas do território. No período da noite foi realizada a abertura da feira camponesa (produtos agroecológicos, artesanato, livros, exposição de fotografias) com apresentação teatral da peça “Os segredos de Poço” e “Agrotóxicos, a ideia que engana”, além de forró com o trio pé de serra Raízes Nordestinas. No terceiro e último dia foi dada continuidade a feira e, paralelamente, foram realizadas oficinas de fabricação de sabão, biofertilizantes, sal mineral caseiro, silo e feno (Dados de campo, arquivos da RESEA, 2023).

As Caravanas Agroecológicas e Culturais, impulsionadas pela RESEA, são consideradas um importante instrumento para o fortalecimento do conhecimento agroecológico e para a divulgação das práticas e experiências agroecológicas. Um dos desafios de construir as Caravanas nos territórios é articular os mais diversos grupos e organizações presentes em cada região. Apesar disso, a construção das caravanas possibilitou aos atores, através dos intercâmbios e das rodas de conversa, reconhecerem as faces do agronegócio em cada território e questionar os diversos elementos utilizados por esse modelo de agricultura que disputa com a agricultura camponesa. As caravanas também tiveram o papel de

animar e mobilizar para o II Encontro Sergipano de Agroecologia. O evento foi um momento de formação, de socialização de experiências vivenciadas nos diferentes territórios e de reflexão coletiva e horizontal sobre a situação atual da agroecologia no estado de Sergipe (Dados de campo, arquivos da RESEA, 2023).

O papel da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) é fundamental para promover soberania; segurança e autonomia agrária-alimentar nos territórios. A RESEA é uma articulação que envolve atores heterogêneos e que surgiu em 2006 com objetivo de fortalecer a dinâmica agroecológica a partir da construção participativa de conhecimentos. A organização interna da RESEA é conformada por Grupos de Trabalhos, Plenárias e Núcleo Operativo. Somado a isso, a rede tem debatido metodologias e ações para o fortalecimento das ações nos territórios.

Foram identificadas algumas das experiências recentes que envolvem práticas agroecológicas integradas aos movimentos sociais que compõem a Rede Sergipana de Agroecologia, que foram compartilhadas na Roda de conversa do Ato Público - Feira Agroecológica e Cultural da ReSeA, que ocorreu no dia 10 de setembro de 2022, sob o lema “A gente tá vivo, resistiu e precisamos avançar”. As experiências abordadas foram: 1) Agricultura Urbana - protagonizada pelo MOTU; 2) Sementes Crioulas - protagonizada pelo MCP; Experiência 3) Comercialização Agroecológica - protagonizada pela Rede Balaio; 4) Mulheres e feminismo - protagonizada pelo Movimento de Marisqueiras de Sergipe.

1) Agricultura Urbana - protagonizada pelo MOTU

O Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos, MOTU, atua há mais de 20 anos no Acampamento Nossa Senhora d’Ajuda, conhecido também como Resistência da Cabrita, localizado no povoado Cabrita, em São Cristóvão. Aproximadamente 50 famílias moram nesta área, e praticam agricultura de base agroecológica, visando a qualidade e saúde da produção, “[...]comer comida de verdade, sem veneno e vender para outros sem veneno. Todos aqui têm essa consciência a partir da aproximação com a Agroecologia”, afirmou a agricultura urbana Jielza Correa - MOTU.

Jielza afirmou durante a roda de conversa desse ato público que a Agroecologia contribui para o desenvolvimento econômico e ambiental em todo o campo sergipano. E chamou

atenção para a questão da implementação de políticas públicas e cumprimento das leis existentes, “[...]se as leis da agroecologia forem cumpridas, se o campesinato tiver todos os seus direitos garantidos, principalmente as políticas públicas de fomento à produção agroecológica, ganharemos muito”. Para a representante do grupo MOTU, assumir a agroecologia como bandeira de atuação está associado a pensar o bem viver a partir da “tão sonhada soberania alimentar que a gente busca”, é uma questão de saúde pública. “Então por isso as pessoas precisam conhecer. A agroecologia precisa ser levada para as escolas, nas séries primárias” (Jielza, 2022, roda de conversa).

2) Sementes Crioulas - protagonizada pelo MCP

O Movimento Camponês Popular se dedica ao trabalho de resgate das sementes crioulas. Em Sergipe, o MCP tem dois bancos de sementes ativos, em Poço Verde e Lagarto, para a finalidade de beneficiamento da produção de farinha de milho flocada, e para a comercialização das sementes para plantio. Em Itabaianinha os guardiões e guardiãs estão produzindo sementes de duas variedades de milho crioulo (Milho Sol da Manhã e Milho Paulistão) com o objetivo de promover a autonomia dos agricultores e agricultoras na produção, uma vez que deixam de ser dependentes da compra deste insumo. Ana Maria, militante do MCP, acredita que mais pessoas precisam conhecer as sementes crioulas e reproduzi-las para uma garantir alimentação saudável na mesa do povo brasileiro e autonomia para o campesinato, e compartilhou o papel de guardiãs como Dona Josefa do Quilombo Sítio Alto, e Dona Terezinha de Poço Verde, responsáveis pela construção cotidiana da Agroecologia no território.

3) Comercialização Agroecológica - protagonizada pela Rede Balaio

A Rede Balaio é responsável pela produção de arroz agroecológico em parceria com o Movimento de Pequeno Agricultores (MPA) e a Cáritas, além de fomentar o artesanato dos grupos acompanhados pela rede, como o artesanato confeccionado com a palha da taboa pelas artesãs de Pacatuba. Segundo Maria Fátima, representante da Rede Balaio, a Agroecologia praticada pela Rede Balaio tem mudado a realidade e as cidades onde estão situados os grupos, pois dentre os princípios da rede estão: a economia popular e solidária, a preocupação e defesa do meio ambiente e a garantia do bem viver.

4) Mulheres e feminismo - protagonizada pelo Movimento de Marisqueiras de Sergipe

O Movimento de Marisqueiras de Sergipe foi criado em 2013, com a participação de mais de 100 mulheres marisqueiras. O movimento abrange as marisqueiras de 18 comunidades sergipanas, e em cada comunidade tem 2 coordenadoras locais, que representam as demais e repassam informações. As marisqueiras além do extrativismo marinho, plantam inhame, batata doce, melancia e outros produtos cultivados sem agrotóxicos. “A gente trabalha Agroecologia, e fica lutando para que o povo não use agrotóxico”, diz Geonísia Vieira Dias, representante do movimento, conhecida por Nice. Para Nice, a beleza da agroecologia está em poder garantir para os netos e bisnetos um alimento saudável, sem agrotóxicos, a proteção de nossas árvores, nossos rios.

Ação coletiva nas Plenárias da ReSeA

A Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA) surge em 2006 e reúne movimentos sociais, agricultores e pesquisadores em uma frente coletiva é considerada “a principal força articulada a favor da agroecologia como política pública no estado de Sergipe” (Canavesi, Tavares, Avila, 2019: 184). Destacam-se como objetivos da RESEA: estimular o protagonismo do campesinato sergipano; fomentar um espaço de troca de saberes agroecológicos; (...) fomentar um espaço para discussão e proposição de soluções aos desafios do campesinato; estimular o debate de gênero e de juventude no campo; traçar um panorama dos territórios da cidadania do estado (RESEA, 2006). Esses três critérios que foram pré-definidos para a delimitação dos sujeitos da pesquisa são fundamentais para evidenciar o caráter sistêmico e relacional dos acessos simultâneos a terra, a água e as sementes.



Participação na Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022



Plenária da RESEA realizada em junho 2022

4.3. Unidades de Produção Camponesa no Alto Sertão Sergipano

A agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais estão entre os principais responsáveis pela preservação de sementes crioulas. Ações importantes foram fomentadas pelo Planapo, com destaque para o lançamento do Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar e de projetos desenvolvidos em parceria do governo federal com governos estaduais e com uma universidade, especialmente na região do semiárido brasileiro.

Movimento Camponês Popular (MCP)

O Movimento Camponês Popular (MCP) atua nacionalmente no trabalho de resgate das sementes crioulas, identificando de guardiãs e guardiões de sementes para a multiplicação e comercialização das sementes. Esse processo acontece através do acompanhamento das lavouras, da realização de ensaios participativos nas comunidades e da realização de cursos, encontros e feiras de trocas de sementes e acontece nos diversos municípios sergipanos em que o movimento está presente.

Atualmente o MCP tem dois bancos de sementes ativos em Sergipe, nos municípios de Poço Verde e Lagarto, em que as famílias camponesas destinam as suas sementes, com a finalidade tanto de beneficiá-las para produção de farinha de milho flocada, quanto para comercialização das sementes para plantio. Em Itabaianinha, esses guardiões e guardiãs estão produzindo sementes de duas variedades de milho crioulo (Milho Sol da Manhã e Milho Paulistão), promovendo a autonomia dos agricultores e agricultoras na produção, uma vez que deixam de ser dependentes da compra deste insumo.

Em 2022 ocorreu o lançamento da campanha ‘Sementes da Vida’, cujo lema é “Semente é história, direito e futuro. Não às contaminações! Campanha Permanente Contra as Contaminações de Sementes Crioulas”. A campanha é uma ação permanente do MCP em prol da preservação das sementes crioulas e em defesa da cultura milenar de saberes do campesinato. Ana Maria, militante do MCP, acredita que mais pessoas precisam conhecer as sementes crioulas e reproduzi-las para garantir alimento saudável na mesa do povo brasileiro e autonomia para o campesinato. E cita guardiãs como Dona Josefa do Quilombo Sítio Alto, e Dona Terezinha de Poço Verde, enquanto inspirações que vêm da

luta popular, além de tantas outras pessoas que dedicam suas vidas à construção cotidiana da Agroecologia.



Dados de campo – arquivos da ReSea, 2023

“Nós fazemos um trabalho de resgate das sementes crioulas, identificação de guardiãs e guardiões de sementes, multiplicação e comercialização das sementes. Esse processo acontece através do acompanhamento das lavouras, da realização de ensaios participativos nas comunidades e da realização de cursos, encontros e feiras de trocas de sementes. É um trabalho que acontece nos diversos municípios sergipanos em que o movimento está presente. Hoje temos dois bancos de sementes ativos, em Poço Verde e Lagarto, para onde as famílias camponesas destinam as suas sementes, com a finalidade tanto de beneficiá-las para produção de farinha de milho flocada, quanto para comercialização das sementes para plantio. Aqui em Itabaianinha estamos produzindo

sementes de duas variedades de milho crioulo (Milho Sol da Manhã e Milho Paulistão) e vemos o quanto elas libertam agricultores e agricultoras de ter que, ano após ano, adquirir uma semente cara, sem história, sem nem mesmo a certeza da renda para a família. Precisamos que mais pessoas conheçam as sementes crioulas e as reproduzam para garantir alimento saudável na mesa do povo brasileiro e autonomia para o campesinato. Nossa inspiração vem da luta popular, de guardiãs como Dona Josefa do Quilombo Sítio Alto, como Dona Terezinha de Poço Verde, e tantas outras pessoas que dedicam suas vidas à construção cotidiana da Agroecologia.” (Dados de Campo – Roda de Conversa durante Ato Público da RESEA).

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA é um movimento social camponês, definido como de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, criando em 1996, em razão da crise econômica e social na agricultura brasileira dos anos 90 e do esvaziamento do movimento sindical de trabalhadores rurais como instrumento de representação e luta dos camponeses brasileiros. A base social do MPA são grupos de famílias que buscam resgatar “a identidade e a cultura camponesa, na sua diversidade, e se coloca ao lado de outros movimentos populares do campo e da cidade para a construção de um projeto popular para o Brasil baseado na soberania e pelos valores de uma sociedade justa e fraterna” (MPA, 2023). Atualmente o MPA está organizado em 17 estados brasileiros em todas as regiões do país, reunindo aproximadamente 100 mil famílias camponesas de forma direta em todo o território nacional (MPA, 2023). O MPA faz parte da Via Campesina Brasil e da Via Campesina Internacional, da Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas – CLOC, e da Frente Brasil Popular.

As sementes crioulas, também chamadas de sementes de variedade local ou tradicional, são as sementes conservadas e manejadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais e que, ao longo de milênios, vêm sendo permanentemente adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo (LONDRES, 2014, p. 11). As sementes crioulas (também chamadas de sementes nativas, ou da liberdade em Sergipe), possuem como característica uma grande diversidade genética, e adaptação aos sistemas produtivos de baixo uso de insumos externos. O plantio consorciado de várias espécies é uma das estratégias implementadas

pelos agricultores familiares. No Nordeste, as sementes nativas cumprem funções importantes, principalmente devido às secas.

No semiárido, desenvolveram-se formas coletivas de conservação da agrobiodiversidade. A partir dos chamados Bancos de Sementes Comunitários (BSCs), ou Casas de Sementes, que constituem estoques de sementes geridos por grupos de agricultores e têm a capacidade de a manutenção da variedade de sementes (AS.PTA, 2014). Em 2003 foi promulgada a nova Lei brasileira de Sementes e Mudas (Lei 10.711/03), substituindo a Lei de 1977. No entanto, “a principal inovação na legislação teve o sentido de incentivar o investimento privado e facilitar a concentração e o controle das grandes empresas sobre o mercado sementeiro, sobretudo através da classificação e controle de gerações das sementes” (LONDRES, 2017, p. 14).

Apesar das contradições e interesses contraditórios em torno da atualização da Lei de Sementes, a nova lei: 1) reconhece a existência das sementes crioulas (ao contrário da lei anterior, que as considerava grãos e as excluía de todas as políticas públicas ou mesmo a possibilidade de comercialização) (Art. 2º, XVI); 2) permite que agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si, sem a necessidade de registro junto ao Ministério da Agricultura (Art. 8º, § 3º); 3) isenta as sementes crioulas de registro junto ao Ministério da Agricultura (Art. 11, § 6º); e 4) Proíbe a imposição de restrições às sementes crioulas em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes para o público da agricultura familiar (Art. 48).

O Planapo I, executado no período 2013-2015, e o Planapo II, executado no período de 2016 a 2019, fomentaram iniciativas voltadas à temática das sementes e agrobiodiversidade, com destaque ao apoio às organizações produtivas para a implantação e estruturação de bancos comunitários de sementes de interesse da agroecologia e da produção orgânica, com destaque especial dado à região do Semiárido brasileiro. No Planapo I foi previsto apoio à 800 organizações produtivas na implementação e qualificação das casas e bancos de sementes e dos guardiões de sementes e mudas. No final de 2015, 390 bancos comunitários foram apoiados por meio desta iniciativa em onze Unidades da Federação (CIAPO, 2016).

Em 2015 foi instituído o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar (PNSMAF), através da Portaria interministerial nº 1/2015, dos extintos MDA e MDS, a partir da experiência de implementação do Projeto Sementes do Semiárido (CIAPO, 2016) e tendo como referência o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e a própria Pnapo. O objetivo desse PNSMAF era ampliar o “acesso dos agricultores e agricultoras familiares às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas ao território, fortalecendo sistemas agroalimentares de base agroecológica por meio do apoio a programas e ações destinados a produção.

Durante o Planapo I para o tema sementes e agrobiodiversidade por conter ações que ampliaram a produção, manejo, conservação, aquisição, distribuição e o acesso às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas aos seus territórios. Já no Planapo II observou-se a diminuição no número de projetos, mas ainda continuam sendo desenvolvidas ações através de parcerias, voltadas principalmente para a região do Semiárido brasileiro. Destaca-se ainda o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar, resultado direto da própria Pnapo, que possibilita o fortalecimento dos sistemas agroalimentares de base agroecológica. Com isso, constata-se a importância da Pnapo e do Planapo e de suas duas instâncias de gestão para esta temática, bem como a necessidade de continuidade desta política tanto para os agricultores familiares quanto para os povos e comunidades tradicionais.



Imagem 2. Dados de campo. Entrevista com a agricultura camponesa responsável pelo Banco de Sementes da Liberdade localizado em Poço Redondo-SE.

O estudo das experiências dos Bancos de Sementes nas Unidades de Produção Camponesa permite compreender quais são os processos em curso e os desafios existentes nos territórios para a manutenção e escalonamento dessas experiências. Apesar da riqueza de saberes e conhecimentos geracionais empregados na manutenção dos Bancos de Sementes, verifica-se a crescente contaminação das sementes crioulas e nativas por agrotóxicos de plantações e manejo de outras propriedades vizinhas e no entorno das unidades camponesas. Por isso que se reivindica a composição de um território agroecológico que delimite que em determinado raio de ação dos bancos de sementes não sejam utilizados produtos contaminantes das sementes.

“Aqui no Alto Sertão a gente tem essas casas de semente, são nove casas e aqui é a casa Mãe de sementes. A ideia é que nessas casas que as pessoas perderam a variedade por alguma mudança, alguma coisa climática, essas famílias se organizam, trazem para cá e fazemos um mutirão com essas famílias e uma parte pouca

das sementes fica aqui no banco de sementes, e outra parte retorna para a comunidade multiplicar de novo. A gente aqui tava com 158 variedades de sementes, e agora, a gente por várias questões, conseguiu os testes nos congressos de agroecologia, e a gente caiu na variedade, depois de alguns testes apontarem contaminação por agrotóxicos. Hoje, tem 3 variedades de milho que não estão contaminadas” (Entrevista com agricultura camponesa responsável pelo Banco de Sementes da Liberdade localizado em Poço Redondo-SE).

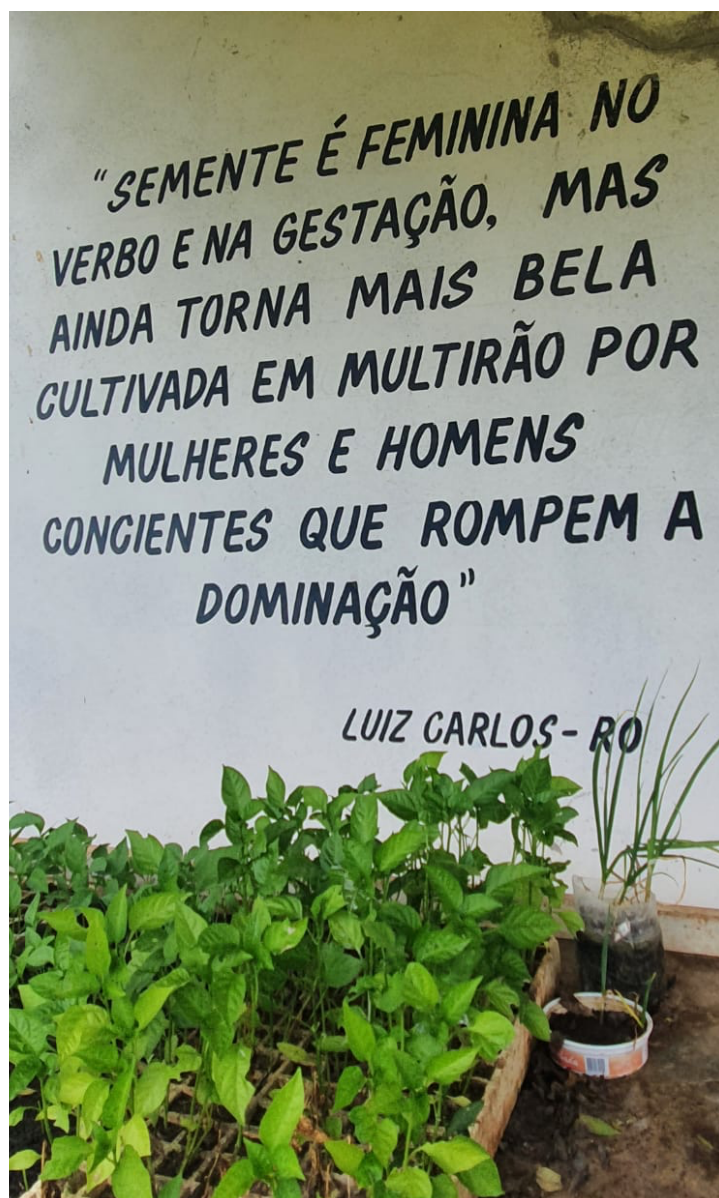


Imagem 3. Visita ao Banco de Sementes da Liberdade localizado em Poço Redondo-SE.



Imagem 4. Banco de Sementes da Liberdade localizado em Poço Redondo-SE

4.4. Agroecologia Política com Soberania; Segurança e Autonomia no território sergipano

A luta por soberania agrária-alimentar passa pela luta por melhores condições de vida no campo e nas cidades para superar as múltiplas vulnerabilidades e carências produtivas da agricultura familiar camponesa (Aquino e Lacerda, 2014). Para Nunes e Schneider (2013) a agricultura familiar pode ser fortalecida quando se combinam políticas de assistência técnica e extensão rural, o acesso ao crédito e organização coletiva. No entanto, o percentual de acesso ao crédito da agricultura familiar no Semiárido foi de 14,3% no ano de 2019. Nesse quesito, além das questões conjunturais de desmonte e descontinuidade de políticas públicas permanecem problemas estruturais no sistema de crédito rural, que dificultam a aprovação das operações de crédito para a parcela mais empobrecida da agricultura familiar (Bastos, 2016). O Censo Agropecuário de 2017 também revelou que apenas 8,2% dos agricultores familiares têm acesso a algum tipo de informação técnica, e no quesito participação social, apenas 44,6% dos responsáveis pelos estabelecimentos

familiares estão associados a sindicatos e apenas 11,2% do total participa de associação de produtores e, por fim, somente 1,2% são sócios em cooperativas (Silva et al., 2020).

Dados do IBGE/SIDRA de 2019 revelam um retrato geral do perfil das famílias nos estabelecimentos de agricultura familiar no semiárido brasileiro. Verifica-se uma concentração masculina (76,1%) na gestão dos estabelecimentos rurais, em detrimento das mulheres que são responsáveis apenas por 23,9% das unidades. Os dados sobre as faixas etárias revelam que 10,8% dos estabelecimentos têm como responsáveis agricultores/as com até 35 anos de idade, 38,3% estão na faixa de 35 a 55 anos, enquanto 51% dos estabelecimentos são chefiados por pessoas com mais de 55 anos, evidenciando o desafio em torno da sucessão rural e “a escassez de políticas públicas que assegurem a qualidade de vida e o desenvolvimento dos jovens do campo” (Silva et al., 2020, p. 321). Quanto aos níveis de escolaridade na região, verifica-se que 42,4% dos responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar não sabem ler ou escrever. Somado a isso, “26,4% de chefes dos estabelecimentos nunca frequentaram a escola, 42,2% cursaram somente a alfabetização e 8,8% concluíram o ensino médio” (IBGE/SIDRA, 2019).

A área média dos estabelecimentos de agricultura familiar no Semiárido é de 15 hectares, enquanto os não familiares são de 80 hectares, revelando a permanência da grande concentração fundiária nessa região, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017. Do total de estabelecimentos agropecuários da região Semiárida, 62,9% possuem até 10 hectares e ocupam 5,9% da área agrícola total. Já os estabelecimentos com mais de mil hectares correspondem a 0,3% do total e ocupam 26,9% das terras, ou seja, representa um valor quatro vezes maior da área ocupada (IBGE/SIDRA, 2019). Portanto, levanta-se que há 1,83 milhão de estabelecimentos agropecuários no Semiárido, que representam 36,2% do total recenseado no Brasil, e desse total de estabelecimentos, 78,8% (1,44 milhão) são caracterizados como de agricultura familiar, o que corresponde a 37,1% do segmento no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017.

Não existem indicadores e dados oficiais sobre as dimensões da soberania e autonomia agrária-alimentar, apenas dados municipalizados sobre os graus de insegurança alimentar em leve; moderada e grave a partir da escala desenvolvida pela EBIA/IBGE. A soberania agrária-alimentar pode ser mensurada a partir da verificação de existência de um guarda-chuva mínimo de direitos reconhecidos e aplicados envolvendo o direito à terra e ao

alimento adequado, e as condições para a permanência na terra produzindo alimentos. Diante disso, foi levantado a existência de legislações em torno dessas questões no território sergipano. Na tabela abaixo buscou-se sistematizar esse levantamento.

Tabela. Legislações no marco da soberania agrária-alimentar

DESCRIÇÃO	ATO NORMATIVO	DATA
Inclusão do leite de cabra, e das carnes de caprino e de ovino, na dieta alimentar dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino	Lei no. 8.962	06 de janeiro de 2022
Política Estadual de Combate à Desertificação	Lei no. 8.785	06 de novembro de 2020
Medidas de conscientização e publicidade do uso abusivo de agrotóxicos em alimentos comercializados nos supermercados e hipermercados	Lei Estadual no. 8.623	02 de dezembro de 2019
Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica	Decreto Estadual no. 40.051	29 de maio de 2018
Lei de Sementes Crioulas	Lei Estadual no. 8.167	01 de dezembro de 2016
Dia Estadual de Combate ao uso de Agrotóxico	Lei Estadual no. 7.529	27 de dezembro de 2012
Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe	Lei Estadual no. 7.250	31 de outubro de 2011

Sistema Estadual de Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Inclusão Produtiva	Lei Estadual no. 6.525	09 de dezembro de 2008
Política Estadual do Meio Ambiente	Lei Estadual nº 5.858	22 de março de 2006

Fonte: Elaboração própria.

Prevalece no Estado de Sergipe a existência de políticas públicas para a transição e transformação agroecológica com natureza e força de Lei ordinária e complementar. As políticas públicas instituídas por decreto correm um grande risco e insegurança jurídica e são passíveis de revogação com maior facilidade. Diante disso, verifica-se que esse foi um dos gargalos tanto da política nacional como estadual de agroecologia que favoreceu as medidas tomadas no desmonte a partir de 2016 no governo provisório de Michel Temer. No Estado de Sergipe os temas prioritários dessas 12 leis em torno da Agroecologia trataram de alimentos; segurança e soberania alimentar; em segundo lugar é o tema do acesso aos mercados; e em terceiro lugar o tema das mudanças e riscos ambientais.

A possibilidade de governar por meio de decreto e dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública foi conferido ao Presidente da República desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001. Ficou instituído no artigo 84 da Constituição Federal de 1988 que compete privativamente ao Presidente da República: VI – dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e sobre a b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. Os decretos do executivo funcionam como atos administrativos, ou seja, são como “uma declaração do Estado no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional” nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello.

O uso de decretos presidenciais como instrumento de governança, assim como as medidas provisórias, é criticado em razão da lei ordinária ou lei complementar serem consideradas os instrumentos normativos mais adequados para a criação de políticas nacionais. No

entanto, Massa-Arzabe (2006, p. 67-8) observa que embora diversas políticas, como as de saúde e assistência social sejam encabeçadas por leis, outras políticas são estruturadas a partir de atos normativos, portarias ou resoluções e, posteriormente, decretos, que podem ser convertidos em lei. A função dos decretos do Poder Executivo, por serem um tipo de ato administrativo, é complementar à lei, e por isso, apresentam uma hierarquia normativa inferior às leis ordinárias. Os decretos do executivo, portanto, apenas regulamentam leis anteriores e dispõem sobre a organização da administração pública, não criam lei nova e nem permitem aumento de despesas.

O Decreto presidencial de nº 7.794 de 2012, que institui a PNAPO, tem natureza jurídica de ato administrativo, e teve a função de complementar uma lei anterior, especificamente, a Lei de nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. O nascimento da PNAPO está atrelado à Lei de Agricultura Orgânica, ao art. 11 da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. A Lei de nº 10.831 que dispõe sobre a agricultura orgânica, instituída em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um dos pilares da PNAPO. Desde 1993, verifica-se uma preocupação com o tema da agricultura orgânica por parte de um grupo de trabalho criado no Mapa visando a criação de um corpo normativo para regulamentar a produção orgânica no Brasil (Sambuichi et al 2017, p. 17). Como resultado desse grupo de trabalho, após a realização de uma consulta pública, foi publicada em 1999, a Instrução Normativa nº 007, que foi o primeiro regulamento a tratar de produção orgânica no país (Brasil, 1999).

A grande inovação da PNAPO foi a construção de redes de políticas públicas ao integrar diversas frentes em que a agroecologia é inserida de modo inter-relacionado com outras questões. A governança agroecológica foi construída a partir de políticas públicas pré-existentes fundadas nos pilares da agricultura familiar e da produção orgânica. A herança das gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e da produção orgânica contribuiu para a estruturação de questões de base fundamentais como o uso de agrotóxicos, os canais de comercialização, as compras institucionais, a assistência técnica, o acesso ao crédito, o acesso à água etc.

O Art. 4º do Decreto 7.794/2012, que instituiu a PNAPO, determinou a criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) como principal instrumento responsável pela execução da política. O PLANAPO é composto por objetivos, metas,

programas e iniciativas a serem executadas no âmbito federal de acordo com o período de abrangência de cada Plano Plurianual (PPA). O PLANAPO busca implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica para impulsionar a melhoria de qualidade de vida da população por meio da ampliação da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, assim como de ações que visem consolidar o manejo sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2013b).

A redação original do decreto, determinava que o PLANAPO era composto por duas instâncias de gestão, a Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), instância composta por representantes dos órgãos e ministérios responsáveis pela execução das ações incluídas na política, e a Comissão Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (CNAPO), composta por representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos do governo federal que atuavam na política. No entanto, em 2019, com o Decreto Presidencial nº 9.784, no governo do presidente Jair Bolsonaro, os artigos 6º ao artigo 11 da PNAPO foram revogados, o que implicou na extinção das instâncias de gestão democrática da política no nível federal. A CIAPO era composta por representantes, titular e suplente, dos dez ministérios responsáveis pela execução do plano.

A primeira edição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO I) foi executada no período de 2013 a 2015 e foi elaborada com a participação da sociedade civil representada na CNAPO. O PLANAPO I foi estruturado em quatro eixos: i) produção; ii) uso e conservação de recursos naturais; iii) conhecimento; e iv) comercialização e consumo e apresentou seis objetivos, quatorze metas, 79 estratégias e 125 iniciativas. Os recursos para implementação do plano foram provenientes das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e das entidades que dele participam com programas e ações (CIAPO, 2013). As metas e iniciativas do PLANAPO I possuíam indicadores com base nos quais foi realizado o monitoramento da execução física e financeira do plano. O PLANAPO I apresentou apenas “indicadores de produto, processo ou ação, os quais são utilizados para avaliar o percentual de execução das ações, não se prestando para avaliar o seu impacto real” (SAMBUICHI et al., 2017d, p. 149). São considerados indicadores de produto porque “todas as iniciativas governamentais (...) estão previstas no PPA – devem obrigatoriamente sugerir indicadores para

acompanhamento da execução”. Desse modo, o mais comum é que os indicadores estejam adequados às ações orçamentárias correspondentes, de modo que possam visibilizar a execução orçamentária (SAMBUICHI et al., 2017e, p. 258).

O Decreto nº 7.794/2012, que institui a PNAPO, em seu art. 4, dispõe sobre os instrumentos para a execução da política (BRASIL, 2012a). O PLANAPO foi instituído como o principal instrumento de execução da política. Ele é composto por objetivos, metas, programas e iniciativas a serem desenvolvidos pelos diversos órgãos federais parceiros. A CIAPO promoveu ações articuladas em dez ministérios e definiu um conjunto de 125 iniciativas, distribuídas em quatorze metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos. Outro destaque é que durante o processo de construção do PLANAPO, buscou-se o seu alinhamento com as metas, os objetivos e as iniciativas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) do governo federal no período 2012 a 2015, para assegurar maiores chances de execução efetiva.

A coordenação dos planos era de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016 durante o governo provisório de Michel Temer. Com o Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, a estrutura do extinto MDA foi transferida para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que passou a ser vinculada à Casa Civil da Presidência da República. A antiga SEAD, atual Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) vinculada ao MAPA, atuava, portanto, como Secretaria-Executiva da CIAPO. O papel da SEAD era organizar as Reuniões da Câmara, acompanhar os encaminhamentos das reuniões junto aos órgãos e entidades envolvidas com o plano, além de participar das reuniões das Subcomissões Temáticas e Plenárias da CNAPO (SEAD, 2018).

O Programa Ecoforte foi considerado uma das principais inovações da PNAPO, por apoiar, por meio de editais públicos, projetos formulados pelas redes de agroecologia a partir de demandas dos territórios, mas também por confiar às organizações da sociedade civil a execução direta das ações, “assim como o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), de convivência com o Semiárido, financiados com recursos do orçamento público federal e executados em parceria com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)” (ANA, 2020, p. 13). Em 2014, foi lançado o

edital nº 2014/005, ‘Ecoforte Redes’, promovido pela Fundação Banco do Brasil (FBB), que teve como objetivo apoiar projetos territoriais de redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica (CIAPO, 2016).

A governança da agenda agroecológica acontece de forma híbrida, envolvendo a governança pública e social em rede. O formato do Programa ‘Ecoforte Redes’ revelou uma grande contribuição para a promoção da transição agroecológica, formação e intercâmbios, aumento da participação nos mercados, aumento da participação das mulheres e jovens e aumento do número de produtos cadastrados no CNPO (ANA-FBB/BNDES, 2019). Além disso, tem “promovido a dinamização das redes, além da sensibilização dos públicos beneficiados para a temática da agroecologia, o que tem potencializado a participação mais efetiva da sociedade civil na construção da agenda política local [sendo que] o apoio às redes de agroecologia fortalece as iniciativas territoriais de transição agroecológica” (CIAPO, 2016, p. 33). De modo geral, o Programa Ecoforte, é reconhecido também pelo mérito, e para ABRASCO (2015: 528), foi fundamental:

convocar o BNDES e a FBB paraa apoiar a agroecologia, a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais, fortalecendo as suas iniciativas. Ao se orientar pelo enfoque territorial e pelo apoio a redes, o programa inova, mostrando-se coerente com os princípios da agroecologia e da promoção da participação ativa das organizações de agricultores e com o objetivo estratégico de apoiar ações que permitam o aumento de escala da agroecologia nos territórios. Viabiliza, assim, a experimentação social nas unidades produtivas dos agricultores, o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias e o fortalecimento das organizações atuantes nos territórios, contribuindo dessa forma para a diversificação e aumento da produção agroecológica e para o envolvimento de um maior número de agricultores e agricultoras nas dinâmicas em rede de promoção da agroecologia

Martins e Sambuichi (2019, p. 35) identificam que “o desenho do Edital nº 2014/005 procurou atender àquelas características identificadas como fundamentais para promoção do fortalecimento de redes e para atender à demanda específica de priorizar os ‘territórios quentes’ nessa primeira edição do programa, confluindo com parte das expectativas da sociedade civil”. Dos 28 projetos aprovados, 25 foram sistematizados. Foram três redes selecionadas na Região Norte; seis na Região Nordeste; três na Região Centro-Oeste; sete na Região Sudeste; quatro na Região Sul e duas Redes ocupam mais de uma região.

No estado de Sergipe as maiores taxas de evasão escolar foram observadas no Alto Sertão sergipano, nos municípios de Gararu (71%), Poço Redondo (68%), Porto da Folha (66%) e Canindé do São Francisco (64%). Com relação à escolarização, o percentual de pessoas de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não trabalham e, conseqüentemente, são vulneráveis à pobreza também é significativo, e concentrada, sobretudo, no Alto Sertão sergipano com os piores resultados de renda per capita domiciliar, com destaque para Poço Redondo (78,45%), Porto da Folha (75,62%), Gararu (74,95%) e Monte Alegre (74,88%) (IPEA, 2015). A presença do rio São Francisco impactou na maneira como se processou a ocupação das terras no ASS, pois, de um lado, o rio servia de porta de entrada para os sertões e, de outro, permitia o desenvolvimento tanto de cultivos agrícolas em suas várzeas como de maiores e mais diversificadas criações, tendo em vista a maior disponibilidade de água (INCRA-SE/MDA, 2006: 29).

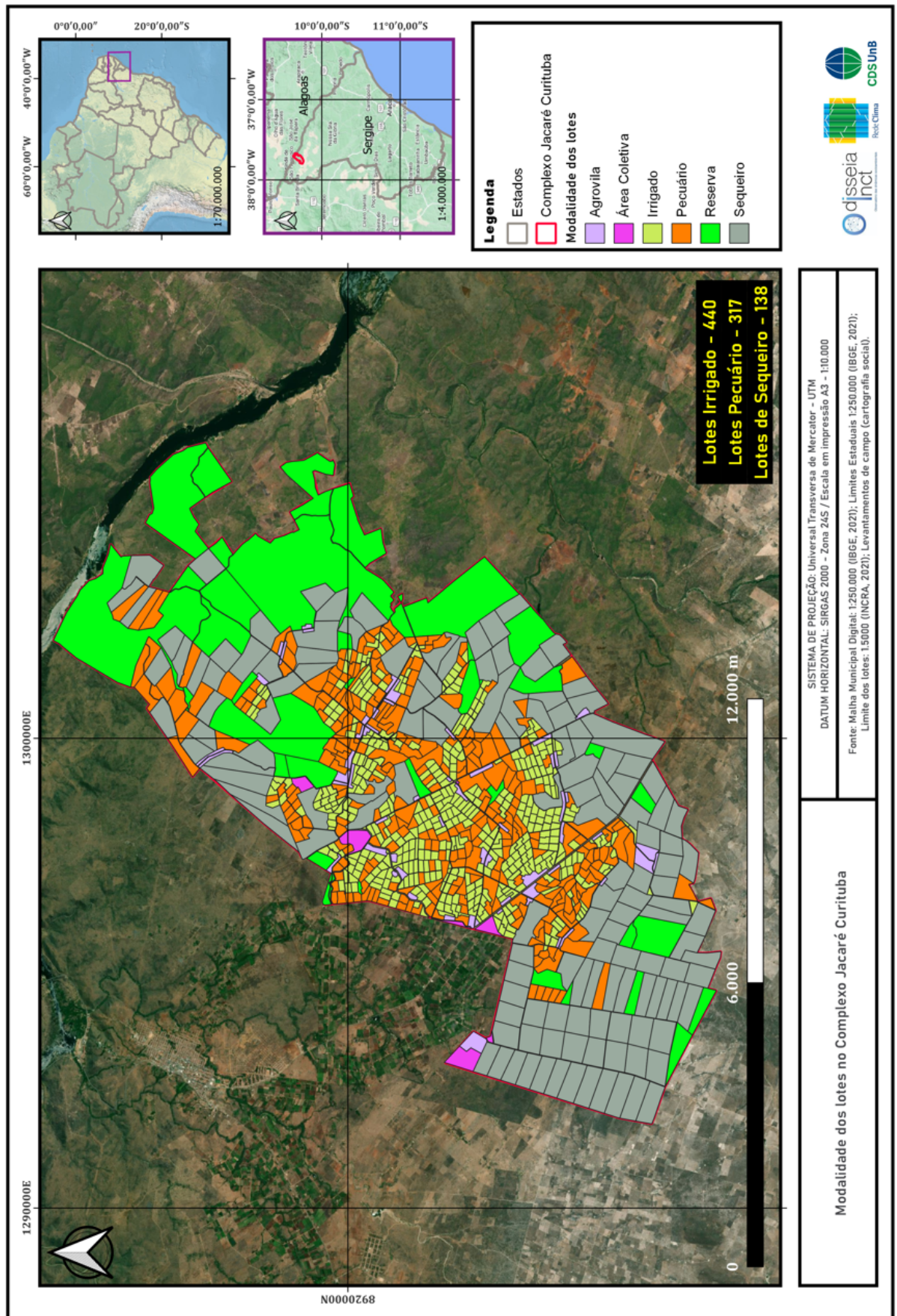
O último grande movimento de ocupação da região foi decorrente da construção do sistema hidroelétrico de Xingó, nos anos 80 e 90, quando se verificou um grande movimento de migração populacional. Decorrente disso a economia regional atravessou uma fase de grande dinamismo, principalmente os municípios de Canindé (SE) e Piranhas (AL), dada a quantidade de empregos gerados direta e indiretamente pela construção da Usina. Contemporâneo a esse movimento populacional se assiste aos primeiros conflitos de terra na região e a chegada do MST na região (INCRA-SE/MDA, 2006: 77). O cenário de concentração fundiária e desigualdade na estrutura fundiária sergipana foi a motivação primordial para organização de trabalhadores sem terra desde meados dos anos 80, que passaram a ocupar propriedades improdutivas, forjando assim o “principal meio de criação e recriação do campesinato” (Ramos filho, 2008). De um ponto de vista mais amplo verifica-se que a estrutura fundiária do Alto Sertão Sergipano permanece altamente concentrada (Silveira, 2006).

4.5. Estudo de caso no Assentamento Jacaré-Curituba no Alto Sertão Sergipano

O Assentamento Jacaré–Curituba localizado no território do Alto Sertão Sergipano é o mais antigo da região do Alto Sertão Sergipano, criado em 19 de dezembro de 1997, abrangendo os municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo com uma área de 5.005 hectares, dos quais 3.156 ha seriam irrigáveis através da captação, adução e distribuição de água do rio São Francisco conforme imagem abaixo. Prevalece no INCRA (2012) a organização territorial das terras do assentamento por unidades denominadas de

Jacaré-Curituba I, Jacaré Curituba II, até o Jacaré-Curituba VIII, também se estabeleceu como seria a organização territorial e a funcionalidade dos lotes.

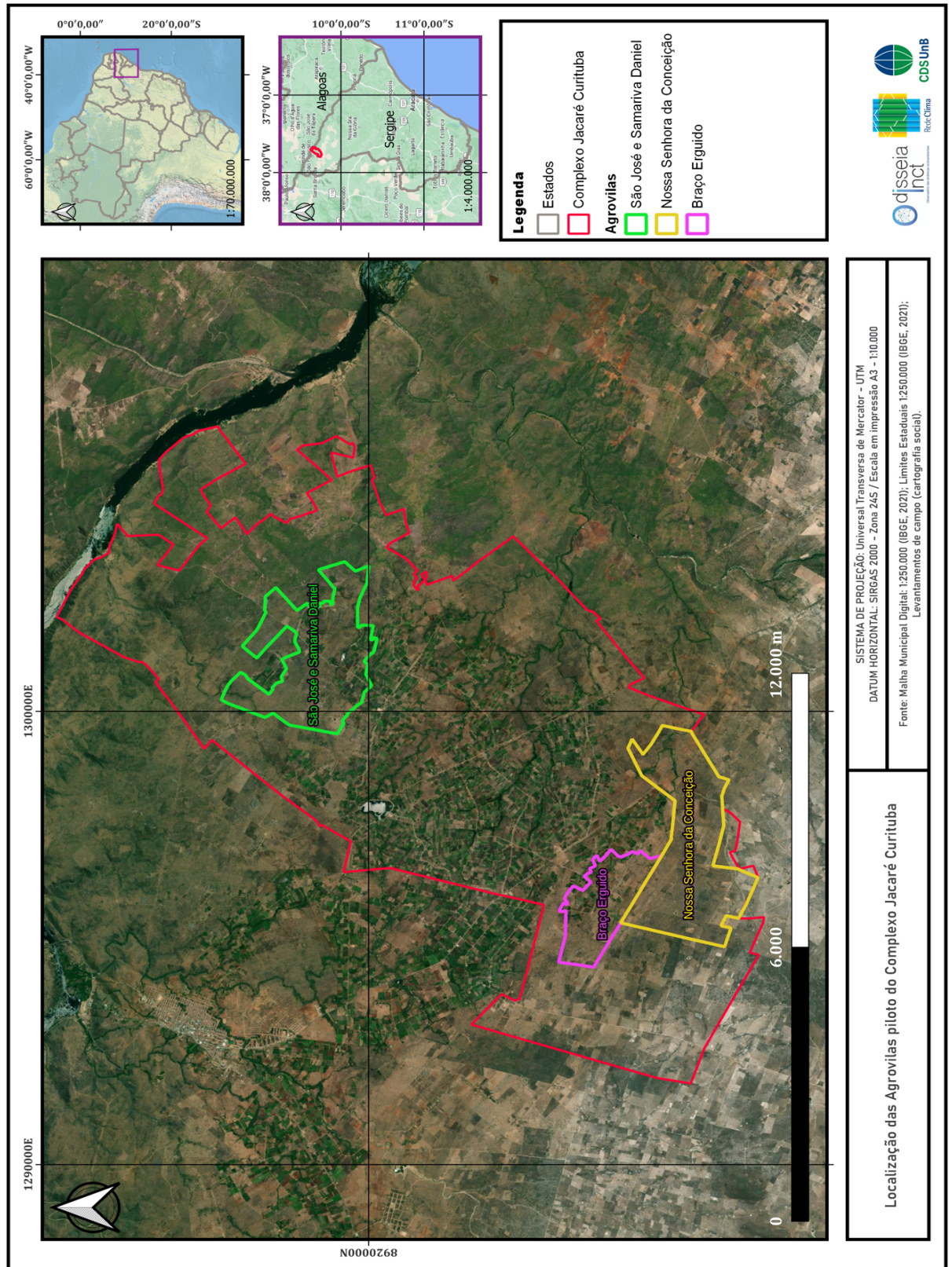
No entanto, esses lotes, por sua vez, receberam a denominação de agrovilas. Segundo dados apresentados pelo INCRA (2015), o assentamento Jacaré-Curituba apresenta um total de 36 agrovilas com aproximadamente vinte famílias em cada uma dessas aglomerações. As agrovilas são nomeadas de: Nova Jerusalém, João Sá Mariva Daniel, São José, São Jorge, Carlos Borges, Menino Jesus, Povo Livre, Zé Rainha, Braço Forte, Florestan Fernandes, Santa Luzia, Maçal de Souza, Canudos, Jardim da Esperança, Santa Cruz, Boa Fé, Emanuel, Nossa Senhora Aparecida, Pereira, São Cosme, Zumbi 1, Anda Brasil, União das Nove Casas, Braço Erguido, Antônio Conselheiro, Tiradentes, Unidos Venceremos, Nova Esperança, Santa Terezinha, 12 de Março, Chê 1 e Chê 2. No mapa abaixo elaborado no âmbito do projeto INCT-Odisse é possível identificar a espacialização dessas agrovilas.



De acordo com a CODEVASF (2015) o Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba conta com uma área total para a agricultura irrigada de 1,827 ha, distribuídos em 133 lotes, sendo 1.724 ha, irrigados por microaspersão e gotejamento, que estão distribuídos em 79 lotes, que após concluído atenderia 646 famílias rurais, com área média por família de 2,8 ha. Para a área de sequeiro com 1.178 ha, distribuídas em 54 lotes, tem-se uma área de 103 ha destinados à irrigação por aspersão convencional, para irrigação de forrageiras, com um total de 54 famílias a serem atendidas.

Inicialmente, a área do PA Jacaré-Curituba seria destinada à fruticultura empresarial. No entanto, avançavam as pressões dos movimentos sociais de luta pela terra no Estado e na região, para que houvesse mais áreas de assentamentos da Reforma Agrária direcionadas aos trabalhadores e agricultores em situação de vulnerabilidade que se encontravam acampados nas proximidades da rodovia BR- 230. Grande parte destes acampados, era conformada por pessoas desempregadas, oriundas de trabalhos na Usina Hidrelétrica de Xingó-UHX. Mediante as reivindicações e negociações do MST- Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais sem Terra, juntamente com organizações parceiras, houve avanço na redestinação da área para assentamento da Reforma Agrária, tendo sido pauta de diálogos entre os governos estadual e federal, cuja consolidação se deu mediante o INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na década de 1990.

O recorte espacial da pesquisa constitui-se em 04 Agrovilas “Pilotos”, do PA Jacaré Curituba: São José, Samariva Daniel, Braço Erguido e Nossa Senhora da Conceição. Dentre os critérios das escolhas da Agrovilas, levou-se em consideração as seguintes características e critérios das Agrovilas, a partir dos seguintes critérios: 1) antiguidade; 2) densidade populacional; 3) infraestrutura (existência de escola; posto de saúde; ponto de ônibus); 4) acesso aos serviços públicos básicos (saneamento básico - água encanada - tratamento de resíduos sólidos); 5) tipo de área produtiva (sequeiro/irrigado/pecuária); 6) zonas de migração; 7) proximidade às estradas e ao comércio local; 8) proximidade em relação às cooperativas (UNITUBA; COOPAC); 9) produção agrícola e mercado; 10) representatividade (lideranças mais ativas em cada agrovila); 11) conflitos; No mapa abaixo, elaborado no âmbito do projeto INCT Odisseia, é representada a espacialização dessas 4 agrovilas estudadas.



Para entender o processo demográfico e a dinâmica de reprodução social do PA foram delimitados critérios para a classificação das 109 famílias em que foram aplicados os questionários 1 e 2. A delimitação das gerações foram realizadas a partir de um levantamento dos seguintes documentos: listas dos postos de saúde; lista de relação de beneficiários ao longo do ano de 2022; somado a esses documentos foram levantadas informações complementares junto aos pesquisadores comunitários e aplicadas conversas exploratórias com atores institucionais e comunitários.

Tabela. Análise geracional aplicada ao estudo

MORADOR/A GERAÇÕES	1ª GERAÇÃO	2ª GERAÇÃO	3ª GERAÇÃO	AGREGADOS/ AS	NOVOS MORADORES
MORADOR(A) A	Moradores/as e respectivos cônjuges que participaram das dinâmicas sociais desde a ocupação das terras do PA até os dias atuais com título definitivo na RB; Critérios: 1) Participação do processo de ocupação da terra; 2) estar em RB (a incluir os respectivos cônjuges); 3) título definitivo;	Filhos/filhas (e respectivos cônjuges) de moradores assentados da 1ª geração - que constituíram um novo núcleo familiar e estão com título definitivo na RB; Critérios: 1) Ser filho/a de assentado 2) estar em RB (a incluir os respectivos cônjuges); 3) título definitivo;	Netos/netas e respectivos cônjuges de moradores assentados da 1ª geração que constituíram um novo núcleo familiar regularizados com título definitivo na RB; Critérios: 1) Ser neto/a de assentado 2) estar em RB; 3) título definitivo;	Agregados/as com vínculo (parentesco ou não) com família assentada moradora do PA com título definitivo na RB; Critérios: 1) Vínculo com família assentada; 2) estar em RB; 3) título definitivo;	Compradores, que não participaram dos movimentos de desapropriação e ocupação das terras que estão inseridos em RB; Critérios: 1) Compra regularizada; 2) estar em RB; 3) título definitivo;
MORADOR(A) B	Moradores/as e respectivos cônjuges que participaram das dinâmicas sociais desde a ocupação das	Filhos/filhas (e respectivos cônjuges) de moradores assentados da 1ª geração - que	Netos/netas e respectivos cônjuges de moradores assentados da 1ª geração que constituíram	Agregados/as com vínculo (parentesco ou não) com família assentada moradora do PA	Compradores, que não participaram dos movimentos de desapropriação e ocupação das

	terras do PA até os dias atuais em processo de regularização na RB;	constituíram um novo núcleo familiar em processo de regularização na RB;	um novo núcleo familiar em processo de regularização na RB;	em processo de regularização na RB;	terras em processo de regularização na RB;
	Critérios: 1) Participação do processo de ocupação da terra; 2) estar em RB ou não (a incluir os respectivos cônjuges); 3) em processo de regularização.	Critérios: 1) Ser filho/a de assentado 2) estar em RB ou não (a incluir os respectivos cônjuges); 3) em processo de regularização.	Critérios: 1) Ser neto/a de assentado 2) estar em RB ou não; 3) em processo de regularização.	Critérios: 1) Vínculo com família assentada; 2) estar em RB ou não; 3) em processo de regularização.	Critérios: 1) Compra regularizada; 2) estar em RB; 3) em processo de regularização.
MORADOR(A) C	Moradores/as e respectivos cônjuges que participaram das dinâmicas sociais desde a ocupação das terras do PA até os dias atuais em outra situação;	Filhos/filhas (e respectivos cônjuges) de moradores assentados da 1ª geração - que constituíram um novo núcleo familiar em outra situação;	Netos/netas e respectivos cônjuges de moradores assentados da 1ª geração que constituíram um novo núcleo familiar em outra situação;	Agregados/as com vínculo (parentesco ou não) com família assentada moradora do PA em outra situação;	Compradores, que não participaram dos movimentos de desapropriação e ocupação das terras em outra situação;
	Critérios: 1) Participação do processo de ocupação da terra; 2) estar em RB ou não (a incluir os respectivos cônjuges); 3) em outra situação;	Critérios: 1) Ser filho/a de assentado 2) estar em RB ou não (a incluir os respectivos cônjuges); 3) em outra situação;	Critérios: 1) Ser neto/a de assentado 2) estar em RB ou não; 3) em outra situação;	Critérios: 1) Vínculo com família assentada; 2) estar em RB ou não; 3) em outra situação;	Critérios: 1) Compra regularizada; 2) estar em RB; 3) em outra situação;

Fonte: Elaboração própria

A partir da aplicação dos questionários com início em fevereiro 2022 e término em dezembro 2022 pela equipe do INCT Odisseia, foi realizado em 2023 a sistematização e análise dos dados dos 109 questionários levantados. Para essa tese, foram sistematizados os dados a partir três quadros em torno da soberania; segurança e autonomia agrária-

alimentar. Na tabela abaixo é sistematizado os dados em torno da governança de direitos. Os eixos destacados se relacionam aos eixos previstos no plano de ação da PNAPO.

Tabela. Análise de gerações das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curitiba

Gerações	Nome_agrovia	Contagens	% do Total	% acumulada
1 geração	Braço Erguido	17	19.3 %	19.3 %
	Nossa Senhora da Conceição	12	13.6 %	33.0 %
	Samariva Daniel	15	17.0 %	50.0 %
	São José	8	9.1 %	59.1 %
2 geração	Braço Erguido	12	13.6 %	72.7 %
	Nossa Senhora da Conceição	1	1.1 %	73.9 %
	Samariva Daniel	5	5.7 %	79.5 %
	São José	7	8.0 %	87.5 %
3 geração	Braço Erguido	1	1.1 %	88.6 %
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0 %	88.6 %
	Samariva Daniel	0	0.0 %	88.6 %
	São José	0	0.0 %	88.6 %
Agregado	Braço Erguido	0	0.0 %	88.6 %
	Nossa Senhora da Conceição	1	1.1 %	89.8 %
	Samariva Daniel	0	0.0 %	89.8 %
	São José	0	0.0 %	89.8 %
Novo morador	Braço Erguido	3	3.4 %	93.2 %
	Nossa Senhora da Conceição	1	1.1 %	94.3 %
	Samariva Daniel	2	2.3 %	96.6 %
	São José	0	0.0 %	96.6 %
SD	Braço Erguido	1	1.1 %	97.7 %
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0 %	97.7 %
	Samariva Daniel	0	0.0 %	97.7 %
	São José	2	2.3 %	100.0 %

Fonte: Dados de campo formatado com o uso do software Jamovi.

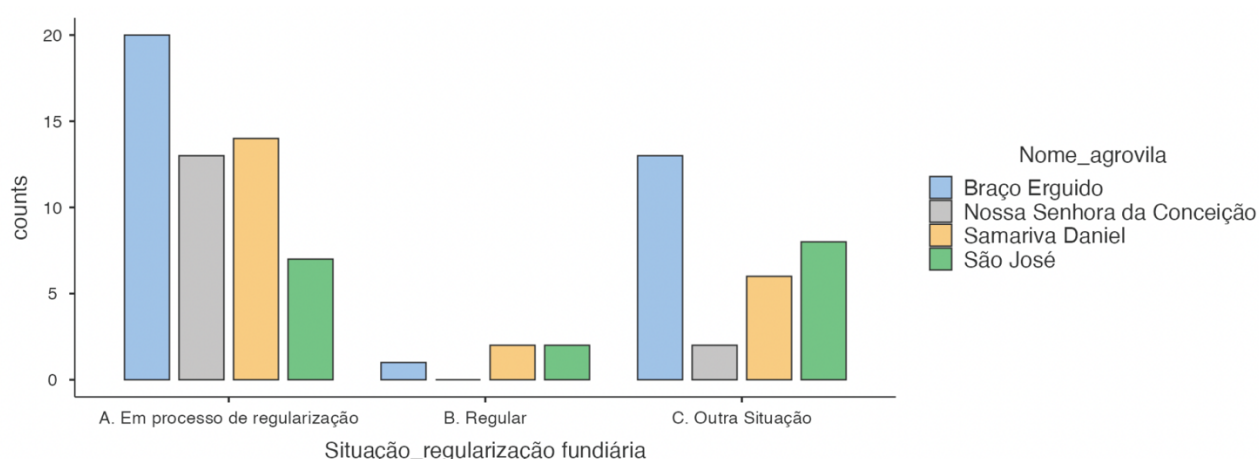
Verifica-se a partir dos levantados nas 109 entrevistas a prevalência da 1 geração (moradores/as e respectivos cônjuges que participaram das dinâmicas sociais desde a ocupação das terras do PA até os dias atuais com título definitivo na RB) na agrovila Braço Erguido (19,3%); depois na Samariva Daniel (17%); Nossa Senhora da Conceição (13,6%) e São José (9,1%). Na segunda geração (filhos/filhas e respectivos cônjuges de moradores assentados da 1ª geração que constituíram um novo núcleo familiar e estão com título definitivo na RB) há a prevalência na seguinte ordem: Braço Erguido (13,6%); São José (8,0%); Samariva Daniel (5,7%) e Nossa Senhora Conceição (1,1%).

Com relação a situação fundiária dos moradores entrevistados verificasse que grande parte está em processo de regularização na Braço Erguido (22,7%); Samariva Daniel (15,9%); Nossa Senhora Conceição (14,8%) e São José (8,0%). A agrovila com maior número de entrevistados regulares foram: Samariva Daniel (2,3%) e Braço Erguido (1,1%). Em outra situação diz respeito aos filhos e filhas de assentados que não cumprem os critérios definidos pelo INCRA para ficar regularizado.

Tabela. Situação fundiárias das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

Situação_regularização fundiária	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
A. Em processo de regularização	Braço Erguido	20	22.7 %	22.7 %
	Nossa Senhora da Conceição	13	14.8 %	37.5 %
	Samariva Daniel	14	15.9 %	53.4 %
	São José	7	8.0 %	61.4 %
B. Regular	Braço Erguido	1	1.1 %	62.5 %
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0 %	62.5 %
	Samariva Daniel	2	2.3 %	64.8 %
	São José	2	2.3 %	67.0 %
C. Outra Situação	Braço Erguido	13	14.8 %	81.8 %
	Nossa Senhora da Conceição	2	2.3 %	84.1 %
	Samariva Daniel	6	6.8 %	90.9 %
	São José	8	9.1 %	100.0 %

Fonte: Dados de campo formatado com o uso do software Jamovi.



A análise dos dados levantados por agrovila revelou as seguintes estatísticas médias para idade, anos vivendo no assentamento e proporção feminina: Agrovila São José: A idade média é de aproximadamente 44 anos, com uma média de 20 anos vivendo no assentamento. A proporção feminina é de 65%. Na Agrovila Samariva Daniel a idade média é de aproximadamente 45 anos, com uma média de 21 anos vivendo no

assentamento. A proporção feminina é de 50%. Na Agrovila Braço Erguido a idade média é de aproximadamente 45 anos, com uma média de 21 anos vivendo no assentamento. A proporção feminina é de 43%. Na Agrovila Nossa Senhora da Conceição a idade média é de aproximadamente 49 anos, com uma média de 17 anos vivendo no assentamento. A proporção feminina é de 33%. Estas estatísticas fornecem uma visão geral das características demográficas e de gênero por agrovila, destacando diferenças na composição de gênero e na estabilidade residencial entre as agrovilas. A agrovila São José, por exemplo, tem a maior proporção de mulheres, enquanto Nossa Senhora da Conceição tem a menor.

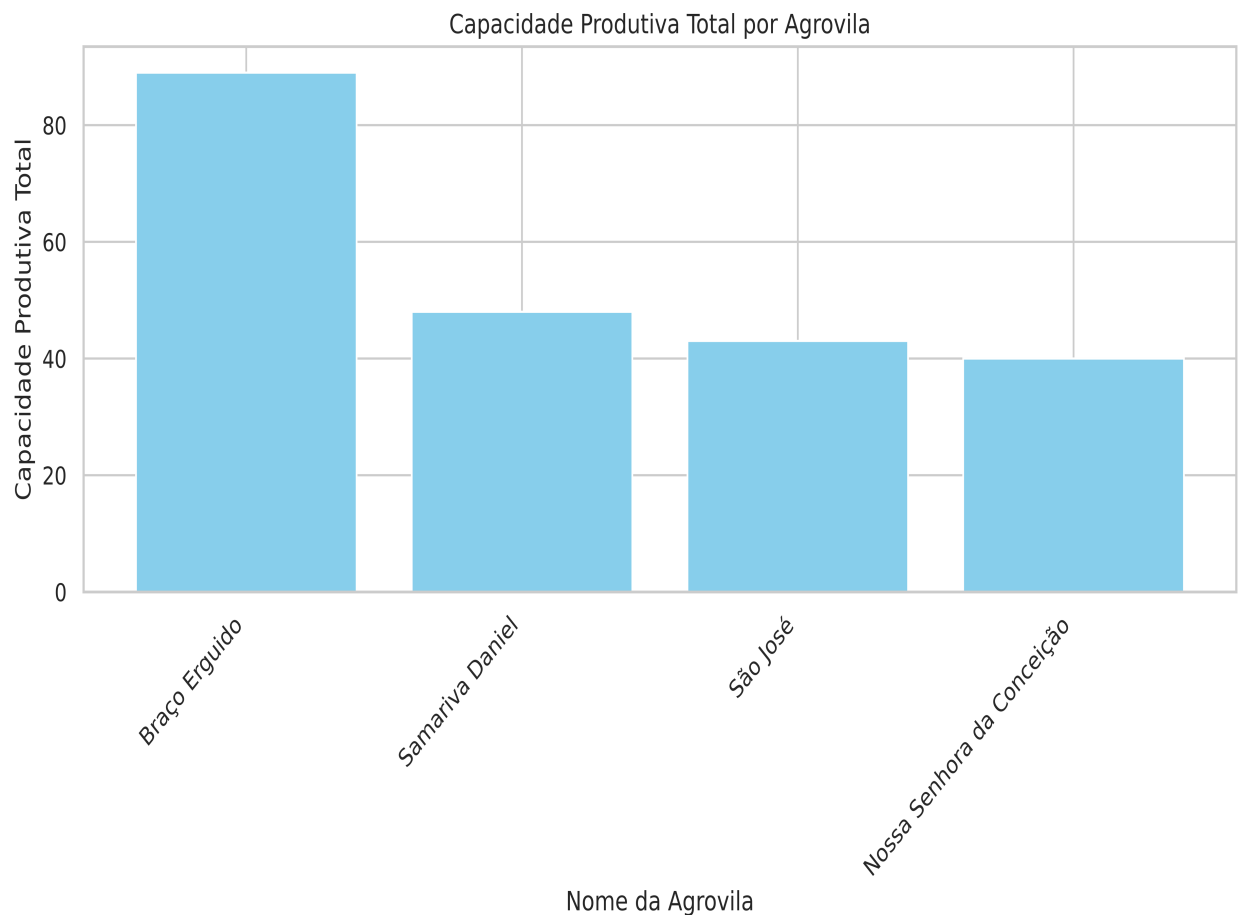
A análise dos dados também revelou informações sobre o que é produzido nos quintais das casas e os problemas enfrentados na produção de alimentos nos lotes produtivos. Produção nos Quintais: a) Frutíferas: Muitos quintais possuem árvores frutíferas; b) Horta (verduras/hortaliças): Alguns quintais também têm hortas com verduras e hortaliças; c) Ervas e Plantas Medicinais: A produção de ervas e plantas medicinais é comum; d) Palma: A palma é mencionada como uma das plantas cultivadas.

Sobre os problemas enfrentados na Produção de Alimentos destacam-se: a) Falta de Chuvas e Irrigação: A falta de chuva e a ausência de sistemas de irrigação são problemas significativos; b) Falta de Assistência Técnica e Recursos Financeiros: A carência de assistência técnica para a produção orgânica e a falta de investimentos financeiros dificultam a produção; c) Dificuldades de Comercialização e Distribuição: Problemas com a comercialização dos produtos e a distribuição devido a condições ruins das estradas; d) Pestes e Falta de Insumos: Questões com pestes, fertilização, aragem do solo, e a falta de acesso a créditos e insumos; e) Escassez de Água e Alta de Custos: A escassez de água e os altos custos de produção reduzem a lucratividade; f) Falta de Propriedade ou Acesso a Lotes: Alguns enfrentam a falta de propriedade da terra ou acesso a lotes para produção.

Para entender a capacidade produtiva das agrovilas, incluindo informações sobre a posse de lote produtivo, se moram na agrovila, se trabalham em lote produtivo, quantos membros da família trabalham no lote produtivo, e detalhes sobre a produção no quintal de casa (como a presença de frutíferas, horta, ervas e plantas medicinais, e palma) foi

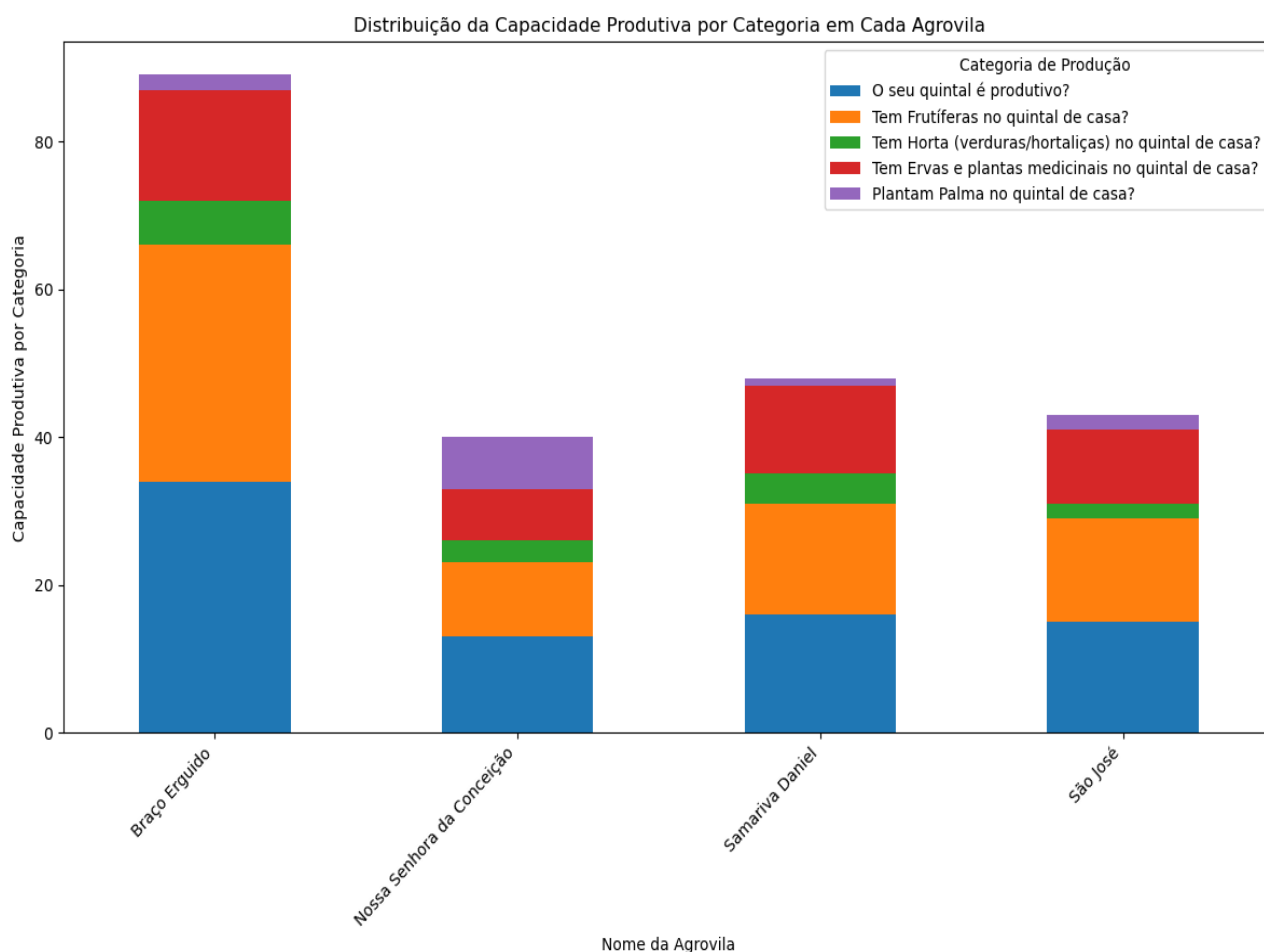
desenvolvido um índice composto a partir dessas variáveis. Por isso, para determinar qual agrovila apresentava maior capacidade produtiva, considerou-se fatores como a quantidade de lotes produtivos, a diversidade de cultivos nos quintais, e o número de membros da família envolvidos na produção. Dessa análise resultou que a agrovila Braço Erguido apresenta uma capacidade produtiva total de 89 pontos; a agrovila Samariva Daniel apresenta uma capacidade produtiva total de 48 pontos; a agrovila São José apresenta uma capacidade produtiva total de 43 pontos; a agrovila Nossa Senhora da Conceição apresenta uma capacidade produtiva total de 40 pontos. Estes resultados indicam que a agrovila Braço Erguido apresenta a maior capacidade produtiva entre as agrovilas analisadas, seguida por Samariva Daniel, São José e Nossa Senhora da Conceição conforme gráfico abaixo.

Figura. Capacidade produtiva



Este gráfico ilustra visualmente as diferenças na capacidade produtiva entre as agrovilas analisadas, destacando a agrovila Braço Erguido como a mais produtiva, seguida por Samariva Daniel, São José, e Nossa Senhora da Conceição.

Já o gráfico abaixo demonstra a distribuição da capacidade produtiva por categoria de produção em cada agrovila:



Este gráfico ilustra como a capacidade produtiva está distribuída entre diferentes categorias de produção (quintal produtivo, frutíferas, horta, ervas medicinais, palma) em cada agrovila. Permite uma análise detalhada de quais tipos de produção são mais prevalentes em cada agrovila, contribuindo para uma compreensão mais profunda das práticas agrícolas locais. As árvores frutíferas mais comuns mencionadas por agrovila:

Agrovila Braço Erguido - Acerola: 18 menções - Goiaba: 6 menções - Banana: 5 menções - Manga: 4 menções - Melancia: 2 menções; Agrovila Nossa Senhora da Conceição - Acerola: 2 menções - Coqueiro: 1 menção - Manga: 1 menção - Goiaba: 1 menção; Agrovila Samariva Daniel - Banana: 2 menções - Goiaba: 1 menção - Caju: 1 menção - Manga: 1 menção - Ciriguela: 1 menção - Coco: 1 menção; Agrovila São José - Manga: 1 menção - Jaca: 1 menção - Goiaba: 1 menção - Coco: 1 menção - Pinha: 1 menção

Esses resultados mostram uma variação nas árvores frutíferas mais comuns entre as diferentes agrovilas. A acerola é particularmente prevalente na agrovila Braço Erguido, enquanto outras agrovilas apresentam uma distribuição mais diversificada de árvores frutíferas mencionadas.

Já os resultados sobre a renda média mensal das famílias, expressa em salários-mínimos, por agrovila, revelam que a agrovila com maior salário-mínimo é a agrovila Braço Erguido: 1.43 salários-mínimos; depois vem a agrovila Nossa Senhora da Conceição: 1.33 salários-mínimos; a agrovila Samariva Daniel: 1.17 salários-mínimos e a agrovila São José: 1.3 salários-mínimos. Esses valores representam a média da renda mensal das famílias em cada agrovila, com base na conversão das faixas de renda para valores numéricos aproximados. Na época de aplicação do questionário a renda média mensal das famílias por agrovila, convertida em Reais (R\$), assumindo que era de R\$ 1.212.

A análise dos dados da planilha indica que a produção destinada ao autoconsumo nas agrovilas é gerenciada de forma diversificada pelas famílias, com algumas tendências observadas: 1. Escolha de culturas: As famílias cultivam uma variedade de culturas em seus quintais e lotes produtivos, incluindo frutas, hortaliças, ervas medicinais e até mesmo alguns animais como galinhas e caprinos. Essa diversidade visa atender às necessidades alimentares da família. 2. Técnicas de cultivo: Muitas famílias adotam práticas orgânicas e agroecológicas, como adubação natural, consórcio de culturas e uso de sementes crioulas. Algumas ainda utilizam práticas convencionais, como o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, mas há um movimento de transição para sistemas mais sustentáveis. 3. Estratégias de armazenamento e conservação: Os dados não fornecem informações detalhadas sobre as estratégias de armazenamento e conservação utilizadas pelas famílias. No entanto, é possível inferir que, dada a diversidade de cultivos, as famílias provavelmente adotam diferentes técnicas, como secagem, enlatamento, congelamento e fermentação, para preservar os alimentos produzidos em seus quintais e lotes.

Em geral, a produção destinada ao autoconsumo desempenha um papel importante na segurança alimentar e nutricional dessas famílias, complementando a renda e garantindo o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados. A estrutura familiar

predominante em cada agrovila é apresentada a seguir: Samariva: - Famílias com 2 pessoas: 37.5% - Famílias com 4 pessoas: 29.17% - Famílias com 1 pessoa: 16.67% - Famílias com 3 pessoas: 8.33% - Famílias com 6 pessoas: 4.17% - Famílias com 5 pessoas: 4.17%; São José: - Famílias com 3 pessoas: 40.0% - Famílias com 4 pessoas: 25.0% - Famílias com 2 pessoas: 10.0% - Famílias com 5 pessoas: 10.0% - Famílias com 1 pessoa: 10.0% - Famílias com 6 pessoas: 5.0%. Em Samariva, a estrutura familiar mais comum é composta por 2 pessoas, seguida por famílias de 4 pessoas. Em São José, a maioria das famílias é composta por 3 pessoas, seguida por famílias de 4 pessoas. Isso indica uma variação na composição familiar entre as duas agrovilas, com Samariva tendo uma proporção maior de famílias menores (1 ou 2 pessoas) em comparação com São José.

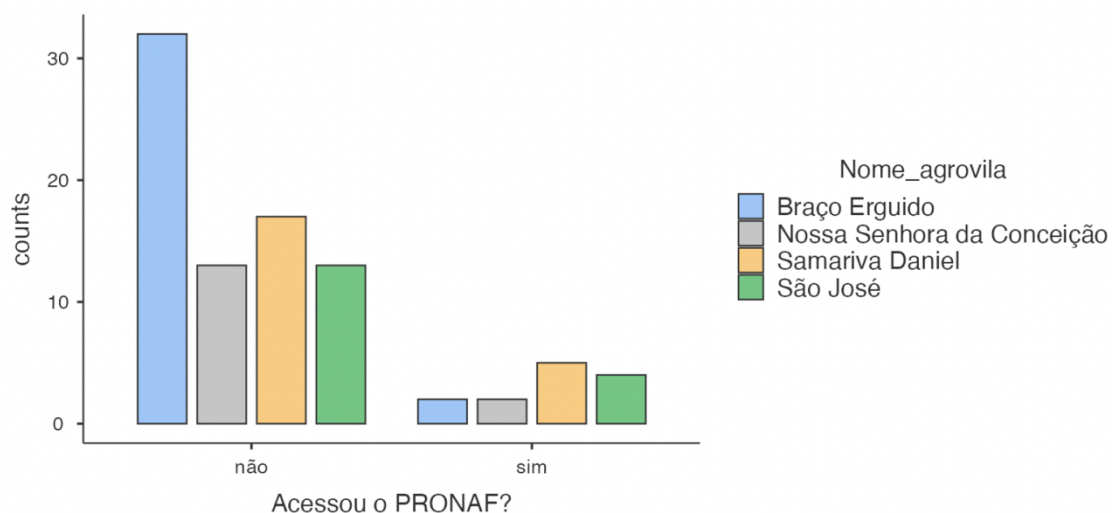
Sobre o acesso às políticas levantadas verifica-se que a maioria dos moradores entrevistados não acessaram ao PRONAF. Na agrovila Braço Erguido (36,4%) não acessaram; em seguida os moradores da Samariva Daniel (19,3%); depois a Nossa Senhora Conceição e São José com 14,8% de negativa no acesso ao PRONAF. Por outro lado, a agrovila entrevistada que teve mais acesso ao PRONAF foram: Samariva Daniel (5,7%); São José (4,5%); seguido de Nossa Senhora Conceição e Samariva Daniel com 2,3%.

Tabela. Acesso ao PRONAF das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

Acessou o PRONAF?	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	32	36.4 %	36.4 %
	Nossa Senhora da Conceição	13	14.8 %	51.1 %
	Samariva Daniel	17	19.3 %	70.5 %
	São José	13	14.8 %	85.2 %
sim	Braço Erguido	2	2.3 %	87.5 %
	Nossa Senhora da Conceição	2	2.3 %	89.8 %
	Samariva Daniel	5	5.7 %	95.5 %
	São José	4	4.5 %	100.0 %

Fonte: Dados de campo formatado com o uso do software Jamovi.

O gráfico abaixo ilustra os dados demonstrados na Tabela acima.

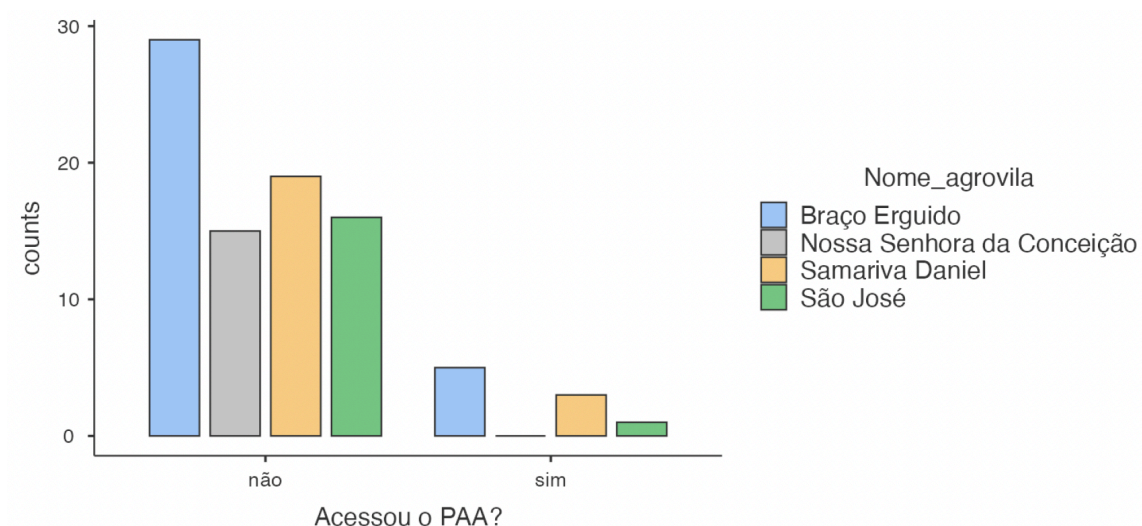


Fonte: Dados de campo formatado com o uso do software Jamovi.

Com relação aos dados do Acesso ao PAA verifica-se que grande parte não acessa: Braço Erguido (33%); Samariva Daniel (21,6%); São José (18,2%); Nossa Senhora da Conceição (17%). Quanto aos acessos verifica-se que Braço Erguido apresenta mais acessos (5,7%). O acesso às políticas públicas relacionadas às compras públicas representa um impacto relevante para promover compras diretas como também para fortalecer a capacidade organizativas das organizações e cooperativas. No entanto, com a fase de desmonte de políticas públicas não havia até o momento de aplicação dos questionários um acesso continuado atendendo a um número expressivo de agrovilas.

Tabela. Acesso ao PAA das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

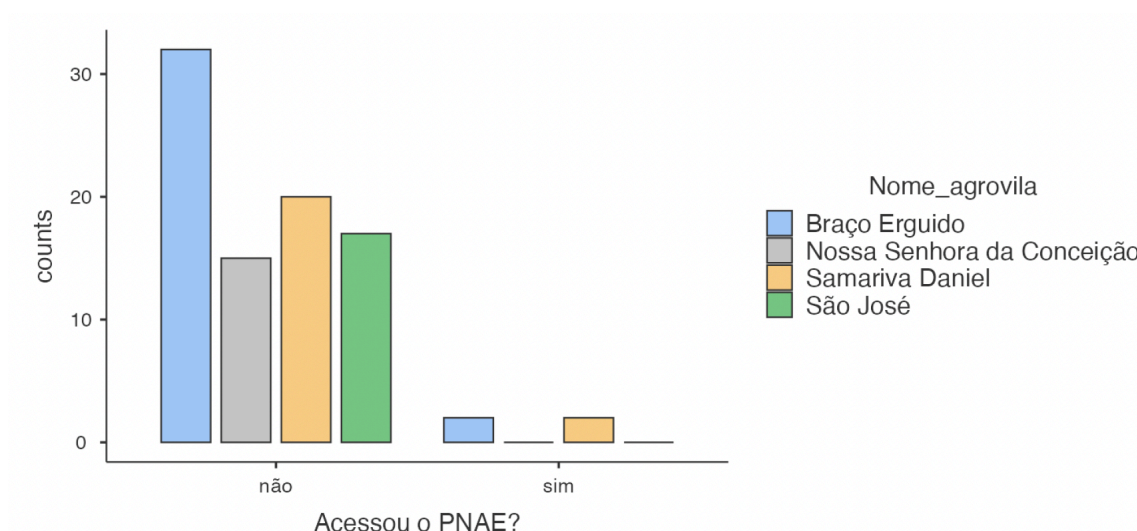
Acessou o PAA?	Nome_agroville	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	29	33.0 %	33.0 %
	Nossa Senhora da Conceição	15	17.0 %	50.0 %
	Samariva Daniel	19	21.6 %	71.6 %
	São José	16	18.2 %	89.8 %
sim	Braço Erguido	5	5.7 %	95.5 %
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0 %	95.5 %
	Samariva Daniel	3	3.4 %	98.9 %
	São José	1	1.1 %	100.0 %



Com relação aos dados do Acesso ao PNAE verifica-se que grande parte não acessa: Braço Erguido (36,4%); Samariva Daniel (22,7%); São José (19,3%); Nossa Senhora da Conceição (17%). De modo semelhante ao PAA, há um acesso inexpressivo em torno dessa política PNAE. A escola Zumbi dos Palmares apresenta um potencial de acessar o PNAE na oportunidade de retomada dessa política.

Tabela. Acesso ao PNAE das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

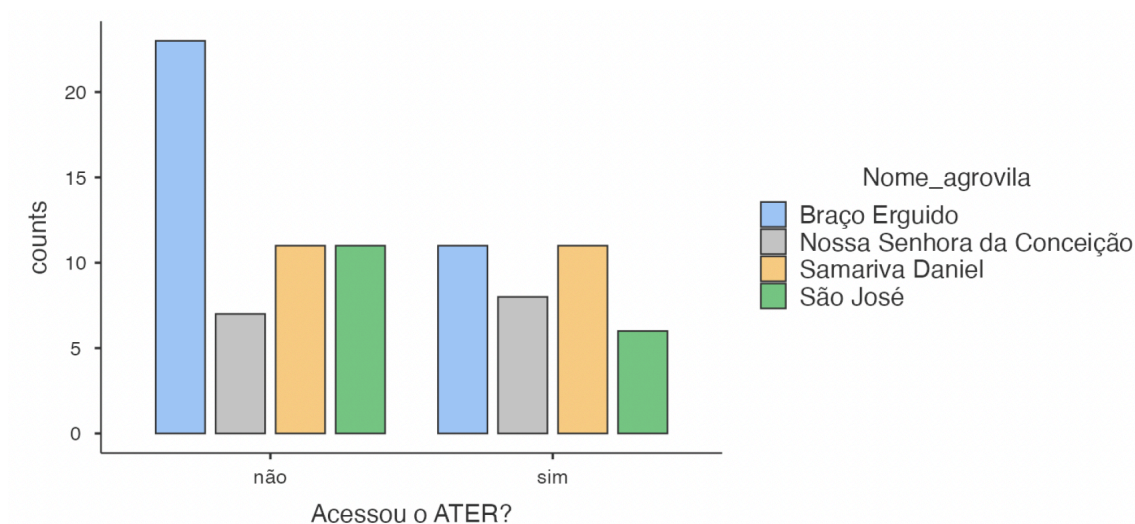
Acessou o PNAE?	Nome_agrovia	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	32	36.4%	36.4%
	Nossa Senhora da Conceição	15	17.0%	53.4%
	Samariva Daniel	20	22.7%	76.1%
	São José	17	19.3%	95.5%
sim	Braço Erguido	2	2.3%	97.7%
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0%	97.7%
	Samariva Daniel	2	2.3%	100.0%
	São José	0	0.0%	100.0%



Com relação aos dados do Acesso ao ATER verifica-se que grande parte não acessa: Braço Erguido (26,1%%); Samariva Daniel (12,5%); São José (12,5%); Nossa Senhora da Conceição (8,0%). A assistência técnica é outra questão central que os moradores e famílias relatam como um elemento fundamental, inclusive para a incorporação de práticas agroecológicas e de transição agroecológica.

Tabela. Acesso ao ATER das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

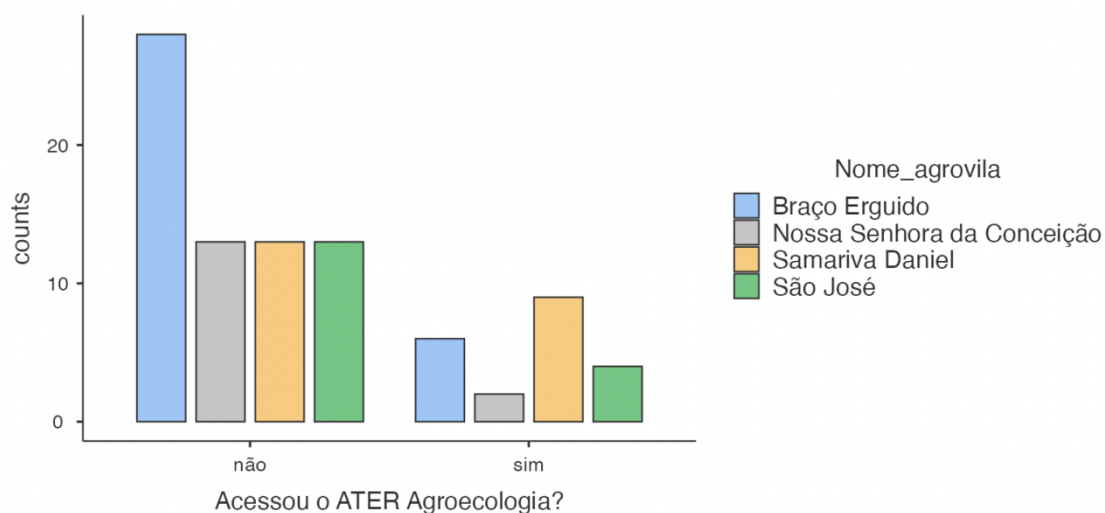
Acessou o ATER?	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	23	26.1 %	26.1 %
	Nossa Senhora da Conceição	7	8.0 %	34.1 %
	Samariva Daniel	11	12.5 %	46.6 %
	São José	11	12.5 %	59.1 %
sim	Braço Erguido	11	12.5 %	71.6 %
	Nossa Senhora da Conceição	8	9.1 %	80.7 %
	Samariva Daniel	11	12.5 %	93.2 %
	São José	6	6.8 %	100.0 %



Com relação aos dados do Acesso ao ATER agroecológico verifica-se que grande parte não acessa: Braço Erguido (31,8%); Samariva Daniel (14,8%); São José (14,8%); Nossa Senhora da Conceição (14,8%). O acesso ao ATER agroecológico representa uma dimensão importante, ainda que pouco expressivo. A agrovila Samariva Daniel representa a agrovila que apresenta maior acesso com 9 famílias à época de aplicação do questionário em 2022.

Tabela. Acesso ao ATER agroecológico das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curitiba

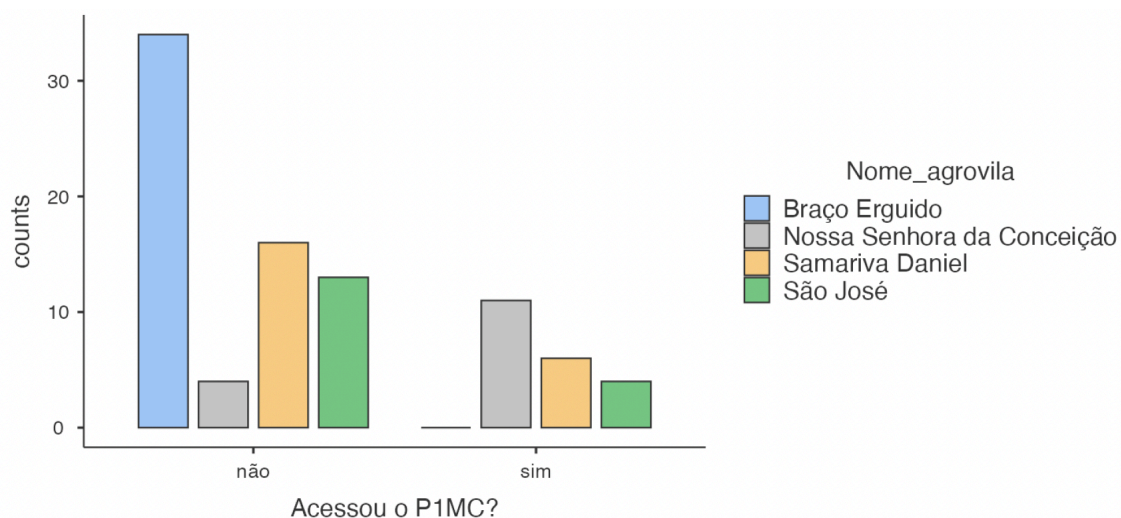
Acessou o ATER Agroecologia?	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	28	31.8%	31.8%
	Nossa Senhora da Conceição	13	14.8%	46.6%
	Samariva Daniel	13	14.8%	61.4%
	São José	13	14.8%	76.1%
sim	Braço Erguido	6	6.8%	83.0%
	Nossa Senhora da Conceição	2	2.3%	85.2%
	Samariva Daniel	9	10.2%	95.5%
	São José	4	4.5%	100.0%



Com relação aos dados do Acesso ao P1MC verifica-se que grande parte não acessa: Braço Erguido (38,6%); Samariva Daniel (18,2%); São José (14,8%); Nossa Senhora da Conceição (4,5%). Um dos motivos que explica o fato da Braço Erguido não acesso ao programa cisternas é o fato de ser uma agrovila em que predomina o tipo de lote irrigado.

Tabela. Acesso ao P1MC das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

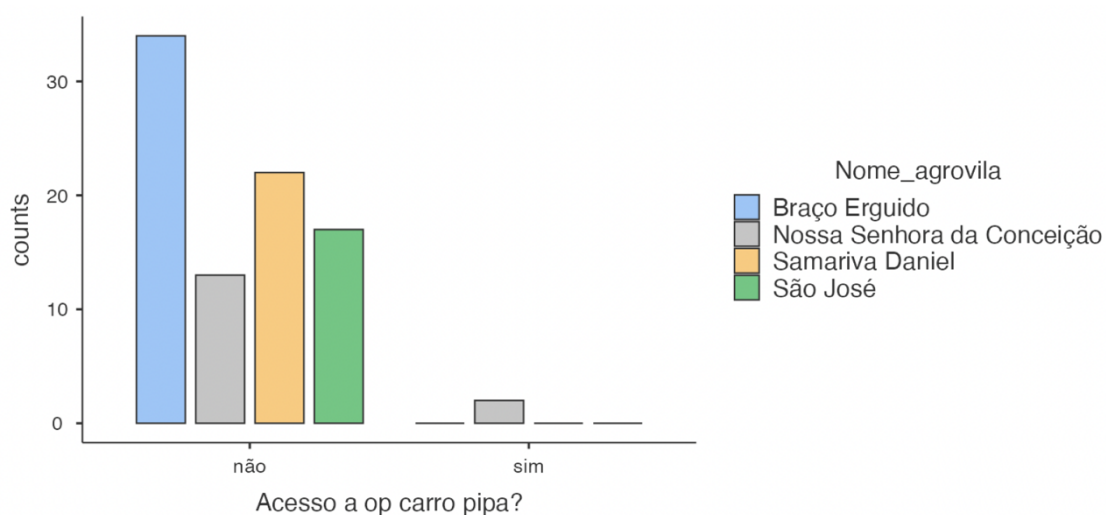
Acessou o P1MC?	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	34	38.6%	38.6%
	Nossa Senhora da Conceição	4	4.5%	43.2%
	Samariva Daniel	16	18.2%	61.4%
	São José	13	14.8%	76.1%
sim	Braço Erguido	0	0.0%	76.1%
	Nossa Senhora da Conceição	11	12.5%	88.6%
	Samariva Daniel	6	6.8%	95.5%
	São José	4	4.5%	100.0%



No Alto Sertão Sergipano prevalece a necessidade de contratar caminhões pipas, sobretudo para abastecer as cisternas da agrovila de sequeiro. Com isso, verifica-se que o maior uso reside na agrovila Nossa Senhora da Conceição.

Tabela. Acesso ao carro pipa das 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

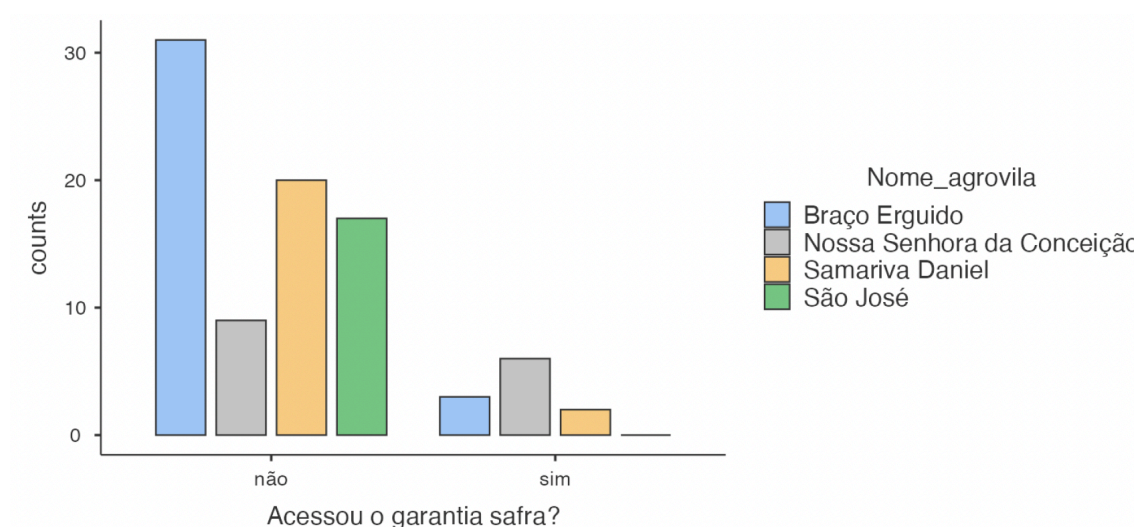
Acesso a op carro pipa?	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	34	38.6%	38.6%
	Nossa Senhora da Conceição	13	14.8%	53.4%
	Samariva Daniel	22	25.0%	78.4%
	São José	17	19.3%	97.7%
sim	Braço Erguido	0	0.0%	97.7%
	Nossa Senhora da Conceição	2	2.3%	100.0%
	Samariva Daniel	0	0.0%	100.0%
	São José	0	0.0%	100.0%



Verificou-se que há pouco acesso ao programa de garantia Safra nas 4 agrovilas analisadas. Em razão do tipo de lote sequeiro prevalecer na agrovila Nossa Senhora da Conceição, houve maior acesso por parte das famílias que residem nessa agrovila.

Tabela. Acesso à garantia safra nas 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curitiba

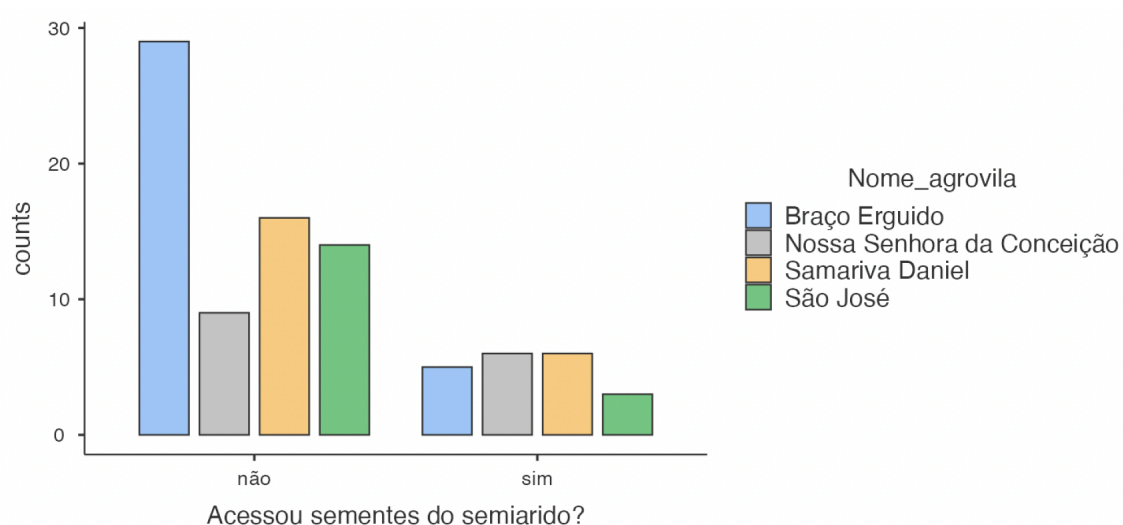
Acessou o garantia safra?	Nome_agrovia	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	31	35.2%	35.2%
	Nossa Senhora da Conceição	9	10.2%	45.5%
	Samariva Daniel	20	22.7%	68.2%
	São José	17	19.3%	87.5%
sim	Braço Erguido	3	3.4%	90.9%
	Nossa Senhora da Conceição	6	6.8%	97.7%
	Samariva Daniel	2	2.3%	100.0%
	São José	0	0.0%	100.0%



Verificou-se que o acesso ao programa de sementes do semiárido nas 4 agrovilas apresenta um acesso amplo pelas famílias das 4 agrovilas. No entanto, verifica-se que os tipos de sementes são geralmente sementes híbridas que necessitam de uma aderência de um sementes crioulas ou nativas. De modo que, ainda que o acesso às sementes represente um grande avanço em termos de segurança agrária-alimentar há maiores limitações quanto as dimensões de soberania e autonomia.

Tabela. Acesso ao programa sementes do semiárido nas 4 agrovilas estudadas no PA Jacaré-Curituba

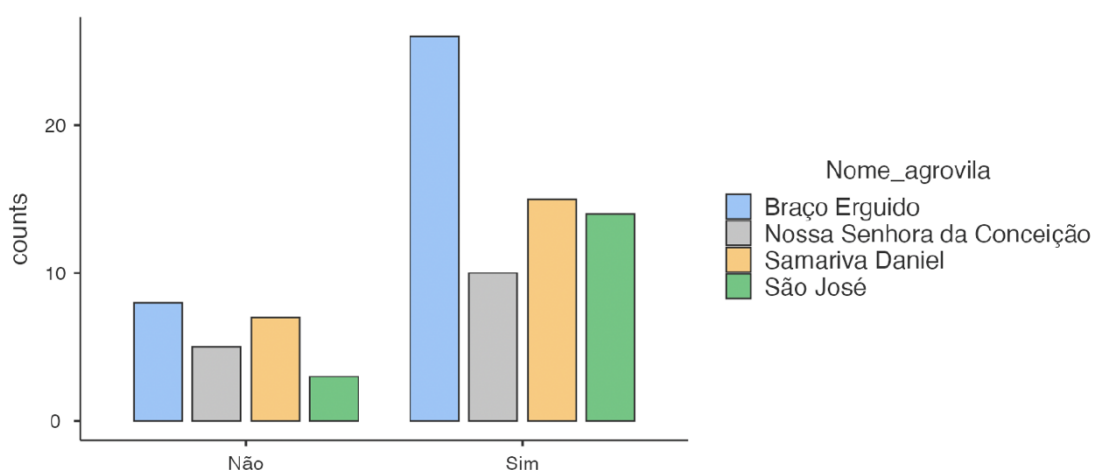
Acessou sementes do semiárido?	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
não	Braço Erguido	29	33.0 %	33.0 %
	Nossa Senhora da Conceição	9	10.2 %	43.2 %
	Samariva Daniel	16	18.2 %	61.4 %
	São José	14	15.9 %	77.3 %
sim	Braço Erguido	5	5.7 %	83.0 %
	Nossa Senhora da Conceição	6	6.8 %	89.8 %
	Samariva Daniel	6	6.8 %	96.6 %
	São José	3	3.4 %	100.0 %



A agrovila Braço Erguido (27,3%) apresenta um destaque na produção de frutíferas no quintal que pode ser explicado pela predominância de lotes do tipo irrigado. A agrovila com pior desempenho foi a agrovila Nossa Senhora Conceição (9,1%) por ser conformada por lotes do tipo sequeiro.

Quintal_produtivo	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
Não	Braço Erguido	8	9.1 %	9.1 %
	Nossa Senhora da Conceição	5	5.7 %	14.8 %
	Samariva Daniel	7	8.0 %	22.7 %
	São José	3	3.4 %	26.1 %
Sim	Braço Erguido	26	29.5 %	55.7 %
	Nossa Senhora da Conceição	10	11.4 %	67.0 %
	Samariva Daniel	15	17.0 %	84.1 %
	São José	14	15.9 %	100.0 %

Quintal_produtivo



A agrovila Braço Erguido (27,3%) apresenta um destaque na produção de frutíferas no quintal que pode ser explicado pela predominância de lotes do tipo irrigado. A agrovila com pior desempenho foi a agrovila Nossa Senhora Conceição (9,1%) por ser conformada por lotes do tipo sequeiro.

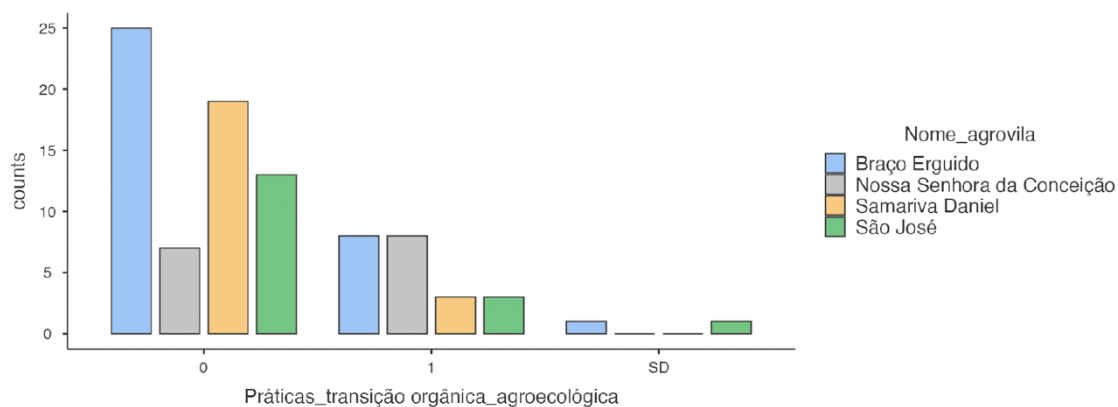
Frutíferas_quintal	Nome_agrovia	Contagens	% do Total	% acumulada
Não	Braço Erguido	10	11.4 %	11.4 %
	Nossa Senhora da Conceição	7	8.0 %	19.3 %
	Samariva Daniel	8	9.1 %	28.4 %
	São José	4	4.5 %	33.0 %
Sim	Braço Erguido	24	27.3 %	60.2 %
	Nossa Senhora da Conceição	8	9.1 %	69.3 %
	Samariva Daniel	14	15.9 %	85.2 %
	São José	13	14.8 %	100.0 %

Além da importância da produção do quintal produtivo, em termos de frutíferas, hortaliças e plantas medicinais, verifica-se a importância da criação animal de galinhas, gado, cabras, ovelhas etc.

Criação_animal_quintal	Nome_agrovia	Contagens	% do Total	% acumulada
Não	Braço Erguido	18	20.5 %	20.5 %
	Nossa Senhora da Conceição	6	6.8 %	27.3 %
	Samariva Daniel	6	6.8 %	34.1 %
	São José	6	6.8 %	40.9 %
Sim	Braço Erguido	16	18.2 %	59.1 %
	Nossa Senhora da Conceição	9	10.2 %	69.3 %
	Samariva Daniel	16	18.2 %	87.5 %
	São José	11	12.5 %	100.0 %

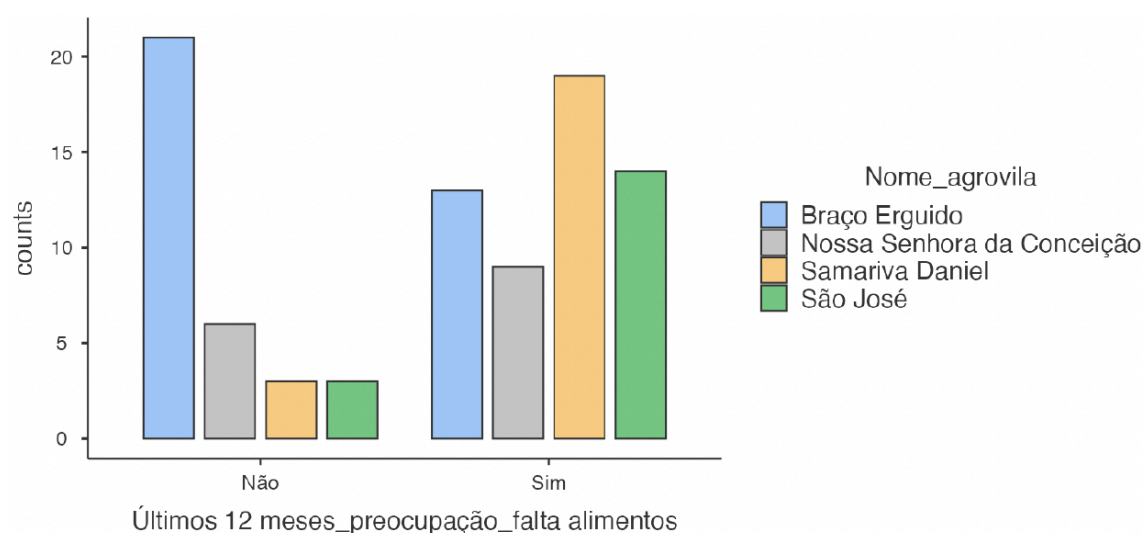
Sobre as práticas aplicadas no lote produtivo verifica-se que prevalecem as práticas convencionais em detrimento das práticas agroecológicas. A prevalência do uso de agrotóxicos nas culturas do quiabo no perímetro irrigado demonstra o desafio de promover nos lotes irrigados práticas mais integradas e uma maior diversidade de cultivos.

Práticas_orgânicas_agroecológicas	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
0	Braço Erguido	31	35.2%	35.2%
	Nossa Senhora da Conceição	11	12.5%	47.7%
	Samariva Daniel	16	18.2%	65.9%
	São José	12	13.6%	79.5%
1	Braço Erguido	2	2.3%	81.8%
	Nossa Senhora da Conceição	4	4.5%	86.4%
	Samariva Daniel	6	6.8%	93.2%
	São José	4	4.5%	97.7%
SD	Braço Erguido	1	1.1%	98.9%
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0%	98.9%
	Samariva Daniel	0	0.0%	98.9%
	São José	1	1.1%	100.0%



De modo que, a reprodução social e ecológico nos territórios é um processo ainda lento que depende não só da existência de condições materiais (terra-água-sementes), como também de condições relacionais (sociais-políticas-instituições) necessárias para promover processos de transição e transformação agroecológica.

Época_plantio_Lote produtivo	Nome_agrovila	Contagens	% do Total	% acumulada
Durante todo o ano	Braço Erguido	25	35.2%	35.2%
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0%	35.2%
	Samariva Daniel	13	18.3%	53.5%
	São José	11	15.5%	69.0%
No Inverno	Braço Erguido	1	1.4%	70.4%
	Nossa Senhora da Conceição	12	16.9%	87.3%
	Samariva Daniel	4	5.6%	93.0%
	São José	1	1.4%	94.4%
No Verão	Braço Erguido	0	0.0%	94.4%
	Nossa Senhora da Conceição	1	1.4%	95.8%
	Samariva Daniel	0	0.0%	95.8%
	São José	0	0.0%	95.8%
SD	Braço Erguido	2	2.8%	98.6%
	Nossa Senhora da Conceição	0	0.0%	98.6%
	Samariva Daniel	0	0.0%	98.6%
	São José	1	1.4%	100.0%



Há um dado bastante revelador com respeito a preocupação com a falta de alimentos nos últimos 12 meses, esse dado reflete algumas das limitações em torno de exercer a soberania, segurança e autonomia na perspectiva agrária-alimentar no território. A descrição dos dados levantados nessa pesquisa de campo com 109 famílias no assentamento Jacaré-Curituba permitiu identificar os desafios colocados em torno dos temas de realização de direitos, acesso às políticas públicas e tomada de decisões. Verifica-se uma grande carência na manutenção desses acessos e a realização continuada de direitos para além da dimensão terra e água. O acesso à assistência técnica, o acesso aos mercados, a questão dos atravessadores, as estradas, são outras questões colocadas

que merecem maior atenção para o efetivo exercício ampliado da soberania, segurança, autonomia na perspectiva agrária-alimentar nos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese promove uma contribuição teórica, metodológica e analítica ao campo-arena da Agroecologia Política e, ao mesmo tempo, lança luzes ao processo de mapeamento e caracterização dos diferentes tipos de atores e ações pública, coletiva e individuais, orientadas aos processos de transição e transformação agroecológica nos territórios. A pergunta que orientou essa foi: “Por que a Agroecologia Política contribui com os processos de transição e transformação agroecológica no território sergipano?”. Para responder a essa questão foi preciso levantar dados no território e verificar de que maneira as condições materiais e relacionais de soberania, segurança e autonomia se concretizam (ou não) desde uma perspectiva agrária-alimentar.

Agroecologia Política é um processo dialético de construção e reconstrução sociopolítica das condições materiais e relacionais para a reprodução social e ecológica da Vida nos territórios. O território é o terreno de reprodução social e materialização da vida, reciprocamente, afetado por distintas relações de disputa e poder. A existência e retomada de políticas públicas que consideram a dimensão territorial como uma ação pública e coletiva responsável pelo planejamento participativo sustentado é fundamental e estratégico para o fortalecimento dos processos de transição e transformação agroecológica. Os territórios agroecológicos representam a concepção de ‘terreno da Vida’.

A Agroecologia Política é a chave de leitura utilizada para analisar as dinâmicas políticas-sociais e políticas-institucionais através do estudo dos conteúdos; dos processos, das lutas e disputas entre os atores, organizações e instituições, das interações, tensionamentos, e interfaces de múltiplas condições. Agroecologia Política como um campo-arena implica, portanto, pensar a construção sociopolítica e socioambiental a partir de ações públicas; coletivas e individuais nos territórios e espaço-tempo de luta em constante movimento de construção e reconstrução. O campo-arena da Agroecologia Política está diretamente influenciado e atrelado à terra e ao território e a natureza sociopolítica da Agroecologia. Os processos de transição e transformação estão pautados por princípios, conhecimentos

e saberes acumulados e compartilhados, através do protagonismo e agência dos agricultores familiares, camponeses, seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas. A transformação agroecológica, em contraste com a transição, abrange um processo mais amplo de mudança social sustentada ao longo do tempo envolvendo múltiplas dimensões (política; social; ambiental; econômica; ética; cultural). O campo-arena da Agroecologia Política se fundamenta no estudo dos atores, processos e instituições responsáveis pela construção e consolidação de um projeto político-territorial em torno dos agroecossistemas.

Todo agroecossistema é um sistema político. A autonomia, soberania e segurança agrária-alimentar são concepções inter-relacionadas que se complementam dialeticamente. Portanto, a Agroecologia política é um questionamento político sobre o processo de transição e transformação agroecológica. A Agroecologia Política coloca em evidência essa necessidade de recriar um corpo político socio-territorial capaz de fortalecer e promover condições e posições necessárias para a reprodução social camponesa nos territórios.

A transição e transformação agroecológica prescindem de relações sociais dialéticas na resolução de questões em torno da modernização conservadora para o enfrentamento das inúmeras consequências sociais, ambientais, climáticas e ecológicas desse processo. Processos de transformação agroecológica são expressões de exercício de poder em rede nos territórios que favorecem a diversificação da renda agrária; participação na geração e socialização de tecnologias e conhecimentos; aumento da qualidade de vida; e sobretudo, a reprodução social da vida humana e não humana.

No território sergipano verifica-se que a Agroecologia Política se manifesta de distintas maneiras e se consolida com o papel integrador da Rede Sergipana de Agroecologia (ReSeA). A ReSeA é um ator-rede articulador fundamental para promover soberania; segurança e autonomia agrária-alimentar no território sergipano. A organização interna da RESEA é conformada por Grupos de Trabalhos, Plenárias e Núcleo Operativo. Somado a isso, a rede tem debatido metodologias e ações para o fortalecimento das ações nos territórios.

Foram identificadas algumas das experiências recentes que envolvem práticas agroecológicas integradas aos movimentos sociais que compõem a Rede Sergipana de Agroecologia. Dentre as experiências levantadas destacam-se: 1) Agricultura Urbana - protagonizada pelo MOTU; 2) Sementes Crioulas - protagonizada pelo MCP; Experiência 3) Comercialização Agroecológica - protagonizada pela Rede Balaio; 4) Mulheres e feminismo - protagonizada pelo Movimento de Marisqueiras de Sergipe.

Não existem indicadores e dados oficiais sobre as dimensões da soberania e autonomia agrária-alimentar, apenas dados municipalizados sobre os graus de insegurança alimentar em leve; moderada e grave a partir da escala desenvolvida pela EBIA/IBGE. A soberania agrária-alimentar pode ser mensurada a partir da verificação de existência de um guarda-chuva mínimo de direitos reconhecidos e aplicados envolvendo o direito à terra e ao alimento adequado, e as condições para a permanência na terra produzindo alimentos.

Os Bancos de Sementes Comunitárias são experiências relevantes ao promover mecanismos de soberania, segurança e autonomia na perspectiva agrária-alimentar das famílias, pois contribuem com a manutenção do valor e do patrimônio simbólico, cultural e material do povo. Em Sergipe, destacam-se a presença de Banco de Sementes Comunitárias no Alto Sertão na comunidade de Pelado em Canindé de São Francisco, na comunidade Garrote do Emiliano em Poço Redondo, na comunidade Lagoa da Volta em Porto da Folha e na Lagoa do Roçado em Porto da Folha. No Estado de Sergipe os temas prioritários das 12 leis em torno da Agroecologia trataram de alimentos; segurança e soberania alimentar; em segundo lugar é o tema do acesso aos mercados; e em terceiro lugar o tema das mudanças e riscos ambientais.

Os movimentos e organizações sociais incorporaram em suas ações políticas a causa agroecológica e se colocaram como agentes de transformação corresponsáveis pelo fortalecimento das redes de ação coletiva e articulação política. Esse marco é relevante pois representa uma ruptura com a lógica tradicional de sujeitos passivos “beneficiários” de políticas públicas de acesso ao crédito e extensão rural, por exemplo, e passam a assumir maior protagonismo como sujeitos e agentes históricos multiplicadores de experiências de transição e transformação agroecológica nos territórios. Esse acontecimento sociopolítico crucial representa o reconhecimento do papel ampliado do campesinato que vive na terra e da terra (agricultores/as; povos indígenas; quilombolas;

extrativistas; ribeirinhas; etc.) e resgata as condições necessárias para a manutenção do acesso aos meios produtivos - em contraponto às relações de exploração da força de trabalho e dependência promovido pelo modelo de agricultura convencional agroexportador de commodities agrícolas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. M. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FNN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALDERFER, C. P.; SCHNEIDER, B. Three Studies of Measures of Need Satisfaction in Organizations. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, Vol. 18, n. 4, pp 489-505, 1973.

ALMEIDA, J. P. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. P.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. – 3 ed. rev. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, ASPTA, 2012.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Agroecología y soberanía alimentaria en América Latina. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. *Soberania alimentar (Sobal) e segurança alimentar e nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. Curitiba: Editora da UFPR, 2016.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

ANDRADE, C. B.; SANTOS, A. J. R.; CRUZ, F. S. L.; SANTOS, G. T.; VIEIRA, I. M. P.; MELO, J. M. G.; BRITO, M. L. M.; SANTOS, M. R.; DÓRIA, M. S. O.; SILVA, T. BARBOZA. IN. T. Vulnerabilidade social no estado de Sergipe. In: *Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira*, IPEA, 2017.

ANDRADE, F. A. D. *A seca: realidade e mito*. 1ª. ed. Recife: Asa Pernambuco, 1985.

ANDRADE, F. A. D. O secular problema das secas do Nordeste brasileiro. *Boletim Cearense de Agronomia*, p.39-49, 1970.

BARBOSA, L.P.; ROSSET, P.M. Educação do Campo e Pedagogia Camponesa Agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. Educação & Sociedade, vol. 38, nº 140, 2017.

BERNARDES, N. As caatingas. Estudos Avançados, 13(36), 69-78., 1999.

BLANK, D. M. P.; HOMRICH, I. G. N.; ASSIS, S. V. O gerenciamento dos recursos hídricos à luz do ecodesenvolvimento. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 20, 2008.

BORRAS, S. M. JR; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. Journal of Agrarian Change, Vol. 12 No. 1, January 2012.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIE, P. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: Miceli S, editor. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva; 1998.

BRASIL. Decreto no 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a política nacional de agroecologia e produção orgânica. Diário Oficial, Brasília, p. 4, 21 ago. 2012.

CALMON, P.; COSTA, A. T. M. Redes e governança das políticas públicas. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, n. 1, 25 jun. 2013.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.146-162, set. 2006.

CANAVESI, F; TAVARES, E. D; AVILA, M. L. Quando o movimento tece o estado: as ações públicas em Sergipe na construção de uma agricultura do “plantar, colher e comer sem agredir a natureza”. In: Sabourin, E.; Guéneau, S.; Colonna, J.; Silva L. R. T. (organizadores). Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais – Curitiba: CRV, 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./maio 2002.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1998.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica CPDA/UFRRJ, 2004.

CARVALHO, O. D. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campos, 1988.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CASTRO, I. E. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROSEDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CASTRO, I. R. R. D. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, 2019.

CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHAMBERS, R., & Conway, G. (1991). Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century. Retrieved February 3, 2010.

CHAYANOV, A.V. The theory of peasant economy (edited by D. Thorner et al.). Manchester: Manchester University Press, 1966.

COHEN I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNE, J. (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1996.

COLANDER, D.; KUPERS, R. Complexity e the art of public policy: solving society's problems from the bottom up. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

CONTI, I. L.; PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS, p. 29-38, 2013.

CONWAY, G.R. The Properties of Agroecosystems. *Agricultural Systems*. 24:95-117.1987

CORREIA, R. C. et al, *A região semiárida brasileira*. EMBRAPA, 2011.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. C. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à reforma agrária agroecológica no Brasil? In: Alimonda, H. (Org.). *Ecología Política Naturaleza, sociedad y utopía*. 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2002.

D'AGOSTINI, Luiz Renato. SCHLINDWEIN, Sandro Luis. Sobre o conceito de agroecossistema. Florianópolis, UFSC-CCA. 1999.

D'ALVA, O.; FARIAS, L.O.P. Programa cisternas: um estudo sobre a demanda, cobertura e focalização. *Cadernos de Estudos. Revista Desenvolvimento social em debate*. Número 7. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão. Brasília, 2008.

DALLABRIDA, V. R.; BECHER, Dinizar F. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: de poder na comunidade de Taquari. In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, 2002.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. JACCOUD, L. (ed.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. Campinas: Ed. Unicamp. 1985.

DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DENZIM, N.K. Interpretando as Vidas das Pessoas Comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.27, n.1, pp.29-43, 1984.

DUQUE, G. Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e meio ambiente (UFPR)*, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.

DUQUE, J. G. O Nordeste e as lavouras xerófilas. 4a ed. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

DURÁN, Francisco E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.

EDELMAN, M., et al. Introduction: critical perspectives on food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, 2014.

EDELMAN, M.; WOLFORD, W. Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice, *Antipode*, 2017.

ESCOBAR, A., *Territories of Difference: Place, Movements, Life*. Redes. Duke U.P, Durham, 2008.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. The state of the world's land and water resources for food and agriculture (SOLAW) – Managing systems at risk. FAO, Roma, 2011.

FERRAZ, José Maria Gusman. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: Marques et al. *Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas*. Jaguariúna/SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003, cap.01, p.16-35.

FERREIRA, K. C. Plantar, colher e comer com amor: estratégias de produção e consumo de alimentos da Rede Agroecológica Camponês a Camponês em Sergipe. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2017.

FONTES, Aracy Losano. Aspectos da geomorfologia costeira no norte do estado de Sergipe. In: *SIMPOSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA*, II, Águas de Lindóia, Anais... Águas de Lindóia, 1990.

FONTES, M. A.; RABANAL, J. E. M.; R. FILHO, E. S. “A roça do futuro”: a construção da metodologia camponês a camponês no sul de Sergipe. *Revista Geonordeste*. Ano XXIV, n.1, p. 102-127, 2013.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, B. *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas* / editores: Bernardo Alves Furtado, Patrícia A. M. Sakowski, Marina H. Tóvolli. – Brasília : IPEA, 2015.

FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: *Revista de Economia Política*, v. 4, julho-setembro, 1984.

GARÍ, J.A. *The political ecology of biodiversity*. DPhil thesis, University of Oxford., 2000.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GLIESSMAN, S. R. (Ed.). *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. *Ecological Studies*, v. 78, p. 3-10, 1990.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável* – 2ª ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GOULDNER, A. *The Concept of Functional Autonomy*. In: WORSLEY, E *Modern Sociology*. 2nd edition. New York: Penguin, 1978.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2014.

GRISA, C. KATO, K. Y. M. FLEXOR, G. G. ZIMMERMANN, S. A. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. Goiânia: Sociedade e Cultura, v. 20, n. 1, janeiro/junho 2017.

GUZMÁN, E. S.. La agroecología como estrategia metodológica de transformación social. Material Didático, Curso em Agroecología Y Gestión De Ambientes Rurales Mendoza, Facultad de Ciencia Agrarias - U.N. Cuyo, 2009.

HAAR, G. van der. Gaining Ground, Land Reform and the Constitution of Community in the Tojolabal Highlands of Chiapas, Mexico. Amsterdam: Thela Latin America Series, 2001.

HOLANDA, Francisco S. Rodrigues. A gestão dos recursos hídricos e a sustentabilidade de agroecossistemas. Informe UFS, São Cristóvão, ano IX – Nº312 – 9 de janeiro de 2003. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Censo Demográfico, 2000.

LAMINE, C., DAROLT, M. and BRANDENBURG, A., The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil., International Journal of Sociology of Agriculture and Food 19 (3): 383–401, 2012.

LAMINE, C.; BUI, S.; OLLIVIER, G. Pour une approche systémique non réductionniste de la transition écologique des systèmes agri-alimentaires. Cahiers de recherche sociologique, 58, 2015.

LINDOSO, D. P. Vulnerabilidade e adaptação da vida às secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LONG, N. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. Sociologia Ruralis, v. XXV, n. 1, 1985.

LÓPEZ-RIDAURA S. Multi-scale Sustainability Evaluation. A framework for the derivation and quantification of indicators for natural resource management systems. Tropical Resource Management Papers 68. Wageningen, the Netherlands; 2005.

MAGALHÃES, A. R.; GLANTZ, M. Socioeconomic impacts of climate variations and policy responses in Brazil. Brasília, DF: Fundação Esquel do Brasil, 1992.

MALUF, R. S. A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. 2013. In: MIELITZ, C. (org.) Desenvolvimento agrícola e questão agrária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

MANCEBO, F. Challenges in Sustainability: insights into Plural Sustainabilities. Research Article in Challenges in Sustainability, volume 1, issue 1, pages 29-40, 2013.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTEN, G. C. Productivity, Stability, Sustainability, Equitability and Autonomy as Properties for Agroecosystem Assessment. Agricultural Systems. 26:291-316. 1988.

MARTINE, George. A Trajetória da Modernização Agrícola: A quem beneficia. In: Fases e Faces da Modernização Agrícola. Revista de Planejamento e Políticas Públicas, n. 03, Brasília: IPEA, 1990.

MARTINEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, J. S. O Poder do Atraso. Ensaios da Sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. Uma sociologia da vida cotidiana – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. Editora Contexto: São Paulo, 2014.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. Londres, 1859.

MATOS, F.; SANTOS, E. Captação de água da chuva como alternativa para a segurança hídrica no povoado de canto no município de Serrinha-BA. Sitientibus, Feira de Santana, n. 54: 16-22, 2016.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. Revista Okara: geografia em debate (UFPB), v.12, p. 293-307, 2018.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MELUCCI, A. O jogo do eu. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.

MESMIS. Marco de Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidad. Disponível em: http://mesmis.gira.org.mx/es/static/mesmis_framework?culture=en

MINAYO MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde. 10a ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 18 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOURA, I. Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no Período 2003-2014. Tese (Doutorado). 2016. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Inovação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Seropédica-RJ, 2016.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C.; PICOLOTTO, E.; SOLDRA, D. Narrative Disputes on Family Farming Public Policies in Brazil: Conservative Attacks and Civic Countermovements. In coloquio New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates 1: 1-23. Moscovo: BRICS Initiative in Critical Agrarian Studies, 2017.

NIERDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.) Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação e Sociedade, 23(78), 15-35., 2002.

of sustainability evaluation using the MESMIS framework: Lessons learned from its application in 28 Latin American case studies. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, v. 14, p. 345–361, 2007.

OLSON, R. L., R. A. SEQUEIRA. An emergent computational approach to the study of ecosystem dynamics. *Ecological Modelling* 79:95-120, 1995.

PAIGE, J. *Agrarian Revolution: social movements and export agriculture in the underdeveloped world*. New York: The Free press, 1975.

PAIS, J. M. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PANTALEÃO et al., Cisternas de produção para melhoria da qualidade de vida no Semiárido do estado de Pernambuco. *Revista Verde (Pombal - PB - Brasil)*, Vol. 10., Nº 4, p. 13 - 19, out-dez, 2015.

PEET, R.; WATTS, M. (eds). *Liberation Ecologies*. Routledge, London, 1996.

PERRY, D. A. Self-organizing systems across scales. *Trends in Evolution and Ecology* 10:241-244, 1995.

PETERSEN, P.; SABOURIN, E. (Orgs.). *Agricultura familiar e agroecologia no semiárido: avanços a partir do agreste da Paraíba*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

PETERSEN, P. “Metamorfosis agroecológica: un ensayo sobre Agroecología Política”. Baeza: UNIA. 2011.

PETERSON, P., M., E.M.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the Agroecological Approach in Brazil: Advances and Challenges. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37:1, 2013.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / tradução Rita Pereira*. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P.; LADEIRA, J. N.; SILVA M. N.; da Rocha Leão, P. C. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade. *Revista Okara: geografia em debate*, N°12 (2): 708-730, 2018.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo. 18 ed. São Paulo: Nobel, 2006.

RABANAL, J. Campesinato, território e assentamentos de reforma agrária: tecendo redes de conhecimento agroecológico. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

RAMOS, G. Vidas secas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

RAND, W. Sistemas complexos: conceitos, literatura, Possibilidades e limitações. In: *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas* / editores: Bernardo Alves Furtado, Patrícia A. M. Sakowski, Marina H. Tóvolli. – Brasília: IPEA, 2015.

ROSA, J. G. Grande sertão: veredas. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SABOURIN, E. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina. Seminário: Políticas Públicas para o Meio Rural Brasileiro no Período Recente: Mudanças, Continuidades e Rupturas. Rio de Janeiro – 10 e 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bresils/2439>.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13. n. 2, p. 161-189, 2005.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade e relações não-mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. *Caderno CRH (Salvador)*, v.23, n.58, p.151-169, 2010.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. Schneider, S. (Org.) In: A diversidade agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, Estudos Rurais, 2006.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011.

SACHS, I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. (Texto para Discussão, n. 2305). Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SAMBUICHI, R. H. R. GALINDO, E. P. OLIVEIRA, M. A. C. MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e a agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R. SILVA, A. P. M. OLIVEIRA, M. A. C. SAVIAN, M. (Orgs.) Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev. bras. Fisioter., vol. 11, n. 1, São Carlos, [n.p.], Jan./Feb. 2007.

SANDT, J. van de. Behind the Mask of Recognition: defending autonomy and comunal resource management in indigenous resguardos. Amsterdam/Colombia: Universiteit van Amsterdam, 2007.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAUJO, I. T.; MAIA, Z. M. G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. Ambient. soc. [online]. 2014.

SASSEN, S. Não é imigração, é expulsão. Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 18 - Segundo Semestre, 2015.

SAUER, S. Land and territory: meanings of land between modernity and tradition. *Agrarian south: a Journal of Political Economy*. Sage, v. 1, n. 1, p.85-107, 2012.

SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: Stédile, J.P. (ed.). *A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SAUER, S.; BALESCO, M. V. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHMITT, C. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 177-203.

SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.). *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vol 30, nº 3 (119), pp 511 -531, julho-setembro/2010.

SCHUTTER, O. D. *Agroecology and the right to food*. Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter. New York: United Nations Human Rights Council, 2011.

SCOONES, I; THOMPSON, J. *Beyond farmer first*. London: Intermediate Technology Publications Ltda, 1994.

SCOONES, I. New ecology and the social sciences: what prospects for a fruitful engagement?. *Annual Review of Anthropology*, 28, 479–507, 1998.

SCOONES, I. Sustainability. *Development in Practice*, 17(4), 589–96, 2007.

SCOONES, I.; W. Wolmer, eds. Livelihoods in crisis? New perspectives on governance and rural development in Southern Africa. *IDS Bulletin*, 34, 2003.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *O desenvolvimento como expansão de capacidades*. Lua Nova. São Paulo: 1993.

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: Uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-70., 2002.

SEVILLA-GUZMÁN, E. MOLINA, M. G. de. *Ecologia, campesinato e história*. Madrid: La Piqueta, 1993.

SEVILLA-GUZMÁN, E. WOODGATE, G. Sustainable rural development: from industrial agriculture to agroecology. In: REDCLIFT, M; Woodgate, G. *The international handbook of environmental sociology*. U.K: Ed. Edward Elgar, 1997.

SHANIN, T., *Peasants and Peasants Societies*, Harmondsworth 1971.

SILVA, C. V. T. *Tecnologias sociais de convivência com o semiárido: um estudo de caso no Rio Grande do Norte – Brasil*. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Manejo de Solo e Água. Universidade Federal Rural do Semiárido, 2018.

SILVA, J. G. da S.; GROSSI, M. E. *O Novo Rural brasileiro*. IE/Unicamp, Porto Alegre, 1996.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SILVA, S. P. Agricultura familiar e território: aspectos conceituais e analíticos sobre a multifuncionalidade e a pluriatividade. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*. v. 11, n. 22, p. 243-270, 2016.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de Rural. In: *Una nueva ruralidade en América Latina?*. Barcelona: 1999.

SMITH, A., WATKISS, P., TWEDDLE, G., & MCKINNON, A. C. The Validity of Food Miles as an Indicator of Sustainable Development: Final Report for DEFRA. Harwell : AEA Technology, 2005.

SMITH, A.; STIRLING, A. Innovation, Sustainability and Democracy: An Analysis of Grassroots Contributions. *Journal of Self-Governance and Management Economics*, 6(1): 64-97, 2017.

SOARES, L.E. O Rigor da Indisciplina: ensaios de antropologia interpretativa. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

STÉDILE, J. P. A questão agrária no Brasil, v. 8 - Situação e Perspectivas da Reforma Agrária na Década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, J. P. O modelo agrícola do governo inviabiliza a verdadeira reforma agrária. In: *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio* (Brasília) 4o Congresso Nacional MST, 2000.

STEPS Centre. Innovation, Sustainability, Development: a New Manifesto. Brighton: STEPS Centre, 2010.

STEWART, F. Basic Needs Strategies, Human Rights, and The Right to Development. *Human Rights Quarterly*. 11:3. Aug. 1989.

STIRLING, A. Opening up and closing down: power, participation and pluralism in the social appraisal of technology. *Science Technology and Human Values*, 33(2), 262–94, 2008.

STREETEN, P. Why Basic Needs. In: STREETEN, P. *First Thing First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries*. Oxford University Press, 1981.

TANEZINI, T. C. Z. Territórios em conflito no alto sertão sergipano. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

THIOLLENT, M.J.M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1982.

TRAUGER, A. Toward a political geography of food sovereignty: transforming territory, exchange and power in the liberal sovereign state. *Journal of Peasant Studies* 41, no. 6: 1131–52., 2014.

TUPY, I. S. Impactos Regionais de Crises Financeiras: Estudo sobre as respostas dos Estados Brasileiros à Crise Financeira Global. Dissertação (Mestrado em Economia). Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Economia, CEDEPLAR/ UFMG, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOLF, E. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York: Harper and Row, 1969.

YOUNG, S. Community-based partnerships and sustainable development In: S. Baker, M. Kousis, D. Richardson & S. Young (eds.), *The Politics of Sustainable Development*, 1997.

ANEXOS

Projeto INCT-ODISSEIA "Sítio de Pesquisa: Baixo São Francisco"

QUESTIONÁRIO SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS DO ASSENTAMENTO JACARÉ CURITUBA/SE

Este levantamento é dirigido aos moradores das agrovilas do assentamento e foi elaborado com propósitos estritamente acadêmicos. As informações são reservadas e será mantido o total anonimato dos participantes do estudo.

1. DADOS DO QUESTIONÁRIO			
1.1 Código do questionário (ID):		1.2 Data da entrevista:	
1.3 Nome do entrevistador:		1.4 Nome da Agrovila:	
1.5 Dados georreferenciados da residência do entrevistado			
1.5.1 Latitude:		1.5.2 Longitude:	
2. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO			
2.1 Nome:			
2.2 Sexo: () Feminino; () Masculino	2.3 Idade: anos completos	2.4 Religião () Católica () Evangélica () Espírita () Outra:	
2.5 Local de Nascimento (cidade/estado):			2.6 Origem: () urbana; () rural
2.7 Há quantos anos você vive no assentamento?			
2.8 Você teve acesso à escola? () Não; () Sim 2.8.1. Caso tenha respondido sim. Até que série escolar você estudou?			

A. Educação de Jovens e Adultos (de 2 a 3 ½ anos):	() completo; () incompleto:	total de anos
B. Creche/Pré-Escola (até os 5 anos de idade):	() completo; () incompleto:	total de anos
C. Ensino Fundamental (1ª a 9ª série):	() completo; () incompleto:	total de anos
D. Ensino Médio/Magistério (1º ao 3º ano):	() completo; () incompleto:	total de anos
E. Nível Técnico/Profissionalizante (de 1 a 2 anos):	() completo; () incompleto:	total de anos
F. Superior Licenciatura/Bacharelado (de 4 a 6 anos):	() completo; () incompleto:	total de anos
G. Especialização (de 1 a 2 anos):	() completo; () incompleto:	total de anos
H. Mestrado (2 anos):	() completo; () incompleto:	total de anos
I. Doutorado (4 anos):	() completo; () incompleto:	total de anos
J. Pós-doutorado (de 1 a 4 anos):	() completo; () incompleto:	total de anos

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA FAMÍLIA NUCLEAR

3.1 Quantas pessoas moram com você em sua residência?

3.1.1. Indique quantas pessoas da sua família são:

Crianças <10 anos:

Jovens (entre 11 e 21 anos):

Adultos (entre 21 e 65 anos):

Idosos > 65 anos:

3.2. Você ou algum membro da sua família recebe benefícios sociais?

() Não; () Sim. Indique qual benefício (citar alguns exemplos abaixo):

() Aposentadoria, pensionista;

() Bolsa família, bolsa escola, cartão alimentação, auxílio gás, cesta básica;

() Bolsa de educação, Educa mais Brasil, Inglês sem fronteiras, Jovem Aprendiz, Pronatec, SISU, Prouni, FIES Pós-graduação;

() Minha casa minha vida; Minha casa melhor;

() Passe livre, cartão do idoso, CNH Social;

() Redes de Atenção à Saúde (Programa Saúde da Família, Viver sem limites, Saúde não tem preço, Rede cegonha);

() Auxílio Emergencial (COVID-19);

() Outro programa ou benefício (indicar):

3.3. Onde você realiza a maior parte da sua atividade produtiva? () Lote residencial (quintal produtivo) () Lote produtivo (área distinta do lote residencial) () Outra área externa ao lote residencial ou produtivo (indicar):
3.4 Algum membro da sua família trabalha com você no lote produtivo? () Não; () Sim. Além de você, quantas pessoas da família trabalham no lote produtivo?
3.5 Quantos membros da sua família contribuem com a renda familiar?
3.6 Quais são as principais fontes de renda familiar? INDICAR A ORDEM DE PRIORIDADE DE 1 A 5 (SENDO "1" O MAIS PRIORITÁRIO) A. Produção Agropecuária: () Vendas da produção vegetal; () Vendas dos derivados da produção vegetal; () Vendas da produção animal; () Vendas dos derivados da produção animal; B. Produção Não Agropecuária: () Comércio; () Produtos artesanais; () serviços de turismo rural; () Outra fonte de renda não agropecuária (indicar): C. Auxílios e outros rendimentos: () Bolsa família (Bolsa Brasil); () Auxílios emergenciais em calamidades (seca, enchente); () Seguro Defeso; () Salário maternidade; () Aposentadoria; () Pensão; () Remessas de familiares / doações; () Aluguel, arrendamento; () Outros benefícios / rendimentos (indicar):
3.7 Somando os rendimentos e a renda de todos os membros, qual é a renda média mensal da sua família em salário-mínimo? () até 1 salário-mínimo (até R\$ 1.212); () de 1 a 3 salários-mínimos (entre R\$ 1.212 e R\$ 3.636); () de 3 a 5 salários-mínimos (entre R\$ 3.636 e R\$ 6.060); () mais de 5 salários-mínimos (acima de R\$ 6060)

Projeto INCT-ODISSEIA "Sítio de Pesquisa: Baixo São Francisco"

QUESTIONÁRIO 2 - DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS DO ASSENTAMENTO JACARÉ
CURITUBA/SE

Este levantamento é dirigido aos moradores das agrovilas do assentamento e foi elaborado com propósitos estritamente acadêmicos. As informações são reservadas e será mantido o total anonimato dos participantes do estudo

ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS [se o entrevistado informou NÃO ter DAP, seguir para o Bloco 9]

8.1 Você já acessou o PRONAF?

☐ Não.

☐ Sim.

8.2 Além do PRONAF, você teve acesso a outros financiamentos para desenvolver as atividades produtivas do seu lote?

☐ Não. Você **tentou** acessar outros financiamentos?

☐ Sim. Você saberia dizer qual o programa de financiamento você teve acesso? ()
NS/NR

8.3 Você já recebeu algum pagamento do governo pela perda da colheita devido à seca?

☐ Não. Você **tentou** acessar algum programa de seguro agrícola?

☐ Sim. Você saberia dizer de qual programa você teve acesso ao recurso para ressarcir suas perdas?

8.4 Você participa ou já participou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

☐ Não. Você **tentou** acessar o PAA?

☐ Sim. De que forma você tem acesso ao PAA?

8.5. Você vende ou já vendeu a sua produção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

☐ Não. Você **tentou** vender a sua produção ao PNAE?

☐ Sim. Como você vende a sua produção ao PNAE?

8.6. Você ou algum membro da família recebeu treinamento ou capacitação pela ATER?

☐ Não. Você **tentou** ter acesso à ATER?

☐ Sim.		
<u>[Confirmar se o entrevistado tem estrutura de captação e armazenamento de água. Em caso positivo seguir com as perguntas]</u>		
8.7 Você participou de alguma ação ou programa governamental para a construção da sua estrutura de captação e armazenamento de água?		
☐ Não.		
☐ Sim.		
Você saberia dizer de qual ação ou programa de construção de estruturas de captação e armazenamento de água você teve acesso?		
☐ NS/NR		
☐ Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC); ☐ Programa Segunda Água (P1+2); ☐ Água para Todos;		
☐ Operação Carro-Pipa; ☐ Programa Produtor de Água;		
☐ Outro (indicar):		
8.8 Você participa ou já participou de algum programa governamental de incentivo à produção de energias renováveis (eólica, solar, biomassa)?		
☐ Não. Você tentou acessar algum programa de incentivo à energias renováveis?		
☐ Sim.		
8.9 Você participa ou já participou do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar (PRONAFER)?		
☐ Não. Você tentou acessar o PRONAFER?		
☐ Sim.		
8.10. Outros Programas e Políticas de Interesse		
<u>[EXPLICAR: eu tenho aqui uma lista com outros programas e políticas públicas que a gente gostaria de saber se estão chegando aos moradores do assentamento. Eu vou citar um a um e você me diz se já teve acesso ou não, tudo bem?]</u>		
1. Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	2. Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)	3. Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas (Plano ABC)

4. Programa de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais (Plano ABC)	5. Programa Plantio Direto (Plano ABC)	6. Programa de Tratamento de Dejetos Animais (Plano ABC)
7. Programa Nacional de Bioinsumos	8. Zoneamento de Risco Agrícola Climático	9. Programa Sementes do Semiárido
10. Programa 1 milhão de mudas	11. Guardiões de Sementes Crioulas	12. Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade
13. PRONERA	14. PRONATEC	15. PRONACAMPO
16. AGROAMIGO/Banco do Nordeste	17. Bolsa Verde	18. Outro (indicar):
19. Outro (indicar):	20. Outro (indicar):	21. Outro (indicar):

Fotos do trabalho de campo (2022) no assentamento Jacaré-Curituba em Sergipe



Imagem de Campo, no âmbito do Projeto INCT-Odisseia no Assentamento Jacaré-Curituba.



Imagem de Campo, no âmbito do Projeto INCT-Odisseia no Assentamento Jacaré-Curituba.



Imagem de Campo, no âmbito do Projeto INCT-Odisseia no Assentamento Jacaré-Curitiba.